

Paulo Vinícius Aprígio da Silva

NO TEATRO DE MARIANNE:
o Museu Nacional, as ciências e o Império.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia - HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Orientadora: Regina Maria Macedo Costa Dantas

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

AAP331 Aprígio da Silva, Paulo Vinícius
ttt No teatro de Marianne: o Museu Nacional, as
 Ciências e o Império. / Paulo Vinícius Aprígio da
 Silva. -- Rio de Janeiro, 2017.
 204 f.

 Orientador: Regina Dantas.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação
em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, 2017.

 1. Museu Nacional. 2. História das Instituições
Científicas Brasileiras. 3. Ciências. 4. Império. I.
Dantas, Regina, orient. II. Título.

Paulo Vinícius Aprígio da Silva

NO TEATRO DE MARIANNE:
o Museu Nacional, as ciências e o Império.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia - HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em 14/12/2017

Regina Maria Macedo Costa Dantas (D.Sc.) HCTE/UFRJ

Alda Lucia Heizer (D.Sc.) JBRJ

Antonio José Barbosa de Oliveira (D.Sc.) FACC/UFRJ

Ricardo da Silva Kubrusly (Ph.D) HCTE/UFRJ

Rundsthen V. de Nader (D.Sc.) HCTE/UFRJ

À minha amada mãe.

AGRADECIMENTOS

Gratidão, eis a divisa dos justos. Em tempos de sombrias incertezas manter viva a chama das coletividades é, antes de tudo, um esforço de resistência. Se esse trabalho tornou-se possível foi pela colaboração, compreensão e paciência daqueles que, mesmo sem terem a menor ideia do que faz um pesquisador que se dedica à história das instituições científicas do Brasil oitocentista.

Agradeço primeiramente à minha família de nascimento, minha amada mãe Francisca com quem pude aprender tudo que acho realmente importante, como escolher bem as frutas da feira e a sempre desconfiar do açougueiro que não me mostra a carne antes de cortá-la, o que fazer quando o feijão salga demais e a nunca confiar nos ricos. Mulher guerreira, forte e que não se dobra. Meu eterno porto, conforto e morada. Para minhas irmãs Wendia e Renata, que foram apoiadoras de meu crescimento pessoal e intelectual ora patrocinadoras ora advogadas de meus sonhos, não tenho palavras que sejam suficientes para agradecer. Sem elas, sem seu apoio e patrocínio, sem dúvidas, eu não teria condições de chegar nem ao Ensino Médio. Ao meu querido sobrinho Leo, agradeço pela existência e por ter sido mais um elo em nossas vidas. E não, não cortarei meu cabelo Léo e nem farei a barba, apesar de você achar feio. Zângara, Vera, Paula, Nath, Bina e demais, minha família por escolha, seu carinho e apoio foi indispensável nos últimos três anos, ou seja, estão entrelaçadas às linhas desse trabalho.

Aos amigos agradeço o passo e a caminhada, aos que carrego dos tempos de Colégio Pedro II, Ana Bispo, Clara, Camilla, Allan, Hugo, Sérgio, Bernardo, Rebeca, Mariana, Diego, Sylvia, e tantos outros tantos que eu não devo aqui continuar citando para que não ultrapassem em número as páginas escritas por esse trabalho. Além disso, ao meu estimado professor, e hoje colega, Luiz Fernando e minha eterna orientadora Diana. A vocês meu carinho e gratidão. Aos dos tempos de graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Silvio, Davi, Marcelo, Mariah, João, Pedro, Sheila, Janaína, Raphael e demais, vocês foram indispensáveis para que eu conseguisse vencer os desafios de uma universidade elitista, excludente, meritocrática, racista, sexista e homofóbica. Sem vocês as barreiras existentes na academia seriam intransponíveis.

A aquelas e aqueles que pude conhecer enquanto estagiário da Sessão de Memória e Arquivo do Museu Nacional, em especial, Silvia, Mazé, Ana e Vitor. Com vocês aprendi muito mais do que em décadas de formação escolar e superior. Quão sadia foi nossa saudosa convivência a ponto de nossas conversas ainda estarem vivas em minha memória.

Aos amigos e amigas do magistério, fronteira de luta que assumi como vocação, Raphael, Paulo Antônio, Priscila, Márcio, Monty, Elisa, Higor, Marcello, Fabiano, Rodrigo, Bruno, Bárbara, Paulo Antônio, Arthur, Nelson, Gabriel, João, Alexandre, a lista não terminaria pois o tablado é um picadeiro enorme. Vocês são a minha fortaleza em tempos tão sombrios para nosso ofício. Avante! Resistiremos!

A mesma mensagem às companheiras e companheiros do corpo discente do HCTE, em especial Dandara, Gabriela, Daniele, A. Leon, Daniel, e some-se: tua gana é a lança dos justos.

A um time especial que colaborou profundamente com a pesquisa que se apresenta sintetizada nessa tese, Carolina, Lydia e Juliana, vocês são responsáveis, também, pelos resultados que alcançamos.

O magistério também possibilitou que eu conhecesse pessoas fantásticas que saíam das carteiras para o meu convívio, Raquel, Thais, Tais, Bianca, Vitor, Maria Eduarda e demais, a vocês meu agradecimento é duplo: por terem me aguentado em sala e por serem, também, parte desse mosaico que nos tornamos a cada convivência.

Aos membros que compõe a banca, professora Alda Heizer e professores Antonio José Barbosa de Oliveira e Rundsthen V. de Nader, meus mais sinceros agradecimentos pela predisposição, pela atenção dispensada e pela colaboração na produção desta tese.

Ao meu orientador de mestrado e membro da banca, Ricardo Kubrusly, tua presença aquarelou meu modo de ver o mundo. Provocastes uma Revolução Copernicana em meus prismas de compreensão da vida acadêmica. Agradeço toda a poesia que inseristes nos meus dias.

À minha orientadora desde os tempos de Pic. Jr, Regina Dantas devoto todo o respeito e admiração. Tive a sorte de ter minha trajetória marcada por tantas mulheres que tanto me ensinaram e ensinam. Rê, você é tão grande que aqui de baixo mal vejo seus dedos. Ano que vem debutaremos nos 200 anos do Museu Nacional.

E por fim, à ti minha amada, cúmplice, parceira, dupla, senhora do meu sorriso, companheira de tantas estradas e de tantos desafios que se colocaram à nossa frente, Gabriela Sasse, não existem palavras que possam expressar minha gratidão a ti. Ao seu lado todo porto é parada temporária; contigo ao timão navegaremos, é preciso; assim disse-me o poeta. Contigo, disso eu sei, não preciso do caminho de volta.

Então começou o vento, fraco, incipiente, cheio de vozes do passado, de murmúrios de gerânios antigos, de suspiros de desenganos anteriores às nostalgias mais persistentes.

Gabriel García Márquez

RESUMO

SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da Silva. No teatro de Marianne: o Museu Nacional, as Ciências e o Império. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A presente pesquisa tem por finalidade a produção de reflexões que levem à compreensão do espaço que foi destinado ao Museu Nacional frente ao ocaso da monarquia no país. Diante do acúmulo das produções que se dedicaram ao desenvolvimento das práticas científicas no Brasil oitocentista, e em especial àquelas que se dedicaram a história natural, somado a um esforço de pesquisa em fontes bibliográfica e documental primárias das mais diversas naturezas, aponta-se para a importância, e certo protagonismo, alcançado pela Instituição nos quadros de pertencimento aristocrático que se constituiu durante o Império Brasileiro, e em especial durante o reinado de D. Pedro II. Partindo da observação dos espaços ocupados pela memória monárquica pós-1930, assim como as afetividades populares que a cercam, parte-se para a criação da Instituição no seio dos projetos luso-brasileiros que se constituíam. Perene pós-Independência, a relação de pertencimento às estruturas aristocráticas mostrou-se positiva, ao menos até a emergência da experiência Republicana e do esvaziamento dos projetos ligados ao regime anterior. Uma lacuna, dentre as análises existentes, necessária de ser analisada. A investigação apresenta-se como uma contribuição para o desenvolvimento de trabalhos no campo da história das instituições científicas brasileiras do século XIX.

Palavras chaves: História das Instituições Científicas Brasileiras oitocentistas; Museu Nacional; Ciências.

ABSTRACT

SILVA, Paulo Vinícius Aprígio. *At Marianne's theater: the National Museum, the Science and the Empire*. Rio de Janeiro, 2017, (PhD in History of Science And Epistemology Tecnical/HCTE, Federal University of Rio de Janeiro)

This research aims to produce reflections that leads to the understanding of the space assigned to the National Museum when facing the decline of monarchy in the country. Considering the amount of productions dedicated to the development of scientific practices on the Brazilian nineteenth-century, especially those dedicated to natural history, in addition to an effort within research in primary sources of the most diverse nature, this work points out to the importance, and a possible leading role, achieved by the Institution in the framework of aristocratic belonging that was constituted during the Brazilian empire - during the reign of D. Pedro II in particular. From the observation of spaces occupied by the post-1930 monarchic memory, as well as the popular affectivities surrounding it, we move to the creation of the Institution in the midst of Portuguese-Brazilian projects that were constituted then. Enduring post-Independence, a relation of belonging to the aristocratic structures was shown as positive, at least until an arising of the Republican experience and the emptying of projects linked to the previous regime. The research is presented as a contribution to the development of works in the field of the history of Brazilian scientific institutions of the nineteenth century.

Key words: History of nineteenth-century scientific institutions; Museu Naconal; Sciences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: D. João VI e Carlota Joaquina passeando na Quinta da Boa Vista.

Figura 2: Palácio Real de Verão da Boa Vista em São Cristóvão, nas proximidades do Rio de Janeiro, nas proximidades do Rio de Janeiro.

Figura 3: Litografia representando a fachada do Museu Nacional em 1870.

Figura 4: Vista V superior do Palácio de São Cristóvão.

Figura 5: Capa do primeiro volume do periódico Archivos do Museu Nacional

Figura 6: O Palácio Imperial, c. 1870.

Figura 7: Fotografia do Palácio de São Cristóvão após as obras de 1910.

Figura 8: Primeira localização da biblioteca do Museu Nacional.

Figura 9: Hall de entrada do Museu Nacional no Palácio de São Cristóvão sendo ocupado pelo meteorito Bendegó.

Figura 10: Fachada atual do Museu Nacional

Figura 10 Fantasia Astronomia – Ala Comissão Científica do Império.

Figura 11: Fantasia Pintor – Ala Comissão Científica do Império.

Figura 12: Fantasia Mineralogia – Ala Comissão Científica do Império.

Figura 13: Fantasia Botânica – Ala Comissão Científica do Império

Figura 14: Fantasia Zoologia – Ala Comissão Científica do Império.

Figura 15: Fantasia Antropologia – Ala Comissão Científica do Império.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Denominações do Museu Nacional

Tabela 2: Seções do Museu Nacional - Regulamento de 1842

Tabela 3 : Vinculações externas do Museu Nacional

Tabela 4: Ex-Diretores do Museu Nacional

Tabela 5: Seções do Museu Nacional - Regulamento de 1876

Tabela 6: Seções do Museu Nacional - Regulamento de 1888

Tabela 7: Naturalistas estrangeiros que atuaram pelo MN entre as décadas de 80 e 90

LISTA DE SIGLAS

Casa dos Pássaros - CP

Colégio Pedro II - CP II

Comissão da Carta Geral do Império - CCGI

Comissão Geológica do Império - CGI

Conselho Diretor - CD

Imperial Academia de Belas Artes - IABA

Imperial Comissão Científica de Exploração - ICCE

Imperial Observatório Nacional - ION

Instituto Histórico e Geográfico ALagoano - IHGA

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB

Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas - MACOP

Ministério da Justiça, Negócios e Interiores - MJNI

Ministério do Interior - MI

Ministério dos Negócios, Instrução Pública Correios e Telégrafos - MIPCT

Museu Nacional - MN

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN

Universidade de Coimbra - UC

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

SUMÁRIO

1 - Introdução.....	13
2– Um museu, um oceano, um império.....	23
2.1 Incomensurável Séquito.....	23
2.2 <i>Regente do destino do Brasil</i>	31
2.3 Nos tempos do Rei.....	35
2.4 Às musas, o Atlântico Sul.....	48
3 – Abram-se as cortinas.	61
3.1 – Interregnos	61
3.1.1 – Um monarca à forja.....	67
3.1.2 – A consolidação de uma instituição nos quadros aristocráticos	73
3.2 Um novo ato.....	83
3.2.1 Desvelar a natureza, construir a nação	86
3.2.2 As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.....	92
4 – A última trama.....	102
Prólogo.....	102
4.1 Atores, plateia, palco: um novo teatro para ciências	110
4.1.1 A construção de um personagem	114
4.2 Um novo diretor em cena.....	124
4.2.1 Quero e quero já	129
4.2.2 O progresso enquanto narrativa.....	138
4.3 O Imperador está nu.....	145
4.3.1 Um museu de malas prontas.....	151
4.3.2 O ato final.....	160
Conclusão	168
Referências Bibliográficas.....	177
Caderno de imagens	194

1 - Introdução

Uma noite real no Museu Nacional

Onde a musa inspira a poesia
 a cultura irradia o cantar da Imperatriz
 é um palácio, emoldura a beleza
 abrigou a realeza, patrimônio é raiz
 que germinou e floresceu na colina
 a obra-prima viu o meu Brasil nascer
 no anoitecer dizem que tudo ganha vida
 paisagem colorida deslumbrante de viver
 bailam meteoros e planetas
 dinossauros, borboletas
 brilham os cristais
 o canto da cigarra em sintonia
 relembrou aqueles dias que não voltarão jamais

voa tiê, tucano e arara
 quero-quero ver onça pintada
 os tambores ressoaram, era um ritual de fé
 para o rei de Daomé, para o rei de Daomé

a brisa me levou para o Egito
 onde um solfejo lindo da cantora de Amon
 ecoa sob a lua e o sereno
 perfumando a deusa vênus sem jamais sair do tom
 Marajó, Carajá, Bororó
 em cada canto um herdeiro de Luzia
 flautas de Chimus e Incas
 sopram pelas grimpas linda melodia
 a luz dourada do amanhecer
 as princesas deixam o jardim
 os portões se abrem pro lazer
 pipas ganham ares
 encontros populares
 decretam que a quinta é pra você

Gira coroa da majestade
 samba de verdade, identidade cultural
 Imperatriz é o relicário
 no bicentenário do Museu Nacional

Jorge Arthur, Maninho do Ponto, Julinho Maestro, Marcio Pessi e Piu das Casinhas.

Dentre as celebrações e festas que se mantem vivas nos rituais e mitos sociais brasileiros o Carnaval tem um espaço especial no campo das referências culturais populares e no tocante a construção de identidades e pertencimentos. Nos dias de folia aqueles que durante o decorrer dos dias ocupam o lugar de espectadores da vida cotidiana tornam-se protagonistas de um grande espetáculo ao assumirem a identidade de personagens que vão do fantástico ao satírico e ocupam os espaços públicos com cores e nuances distintas da regularidade dos dias. Ao

observador menos atento, ou insensível à importância dos ritos e festejos que se constituíram enquanto espaço de tradição na cultura brasileira, os dias de folia são interrupções desnecessárias à vida cotidiana, expressão hedônica máxima do hodierno; contudo, para os que se esmeram em observar os eventos para além do expresso e dito, há a possibilidade de encontrar naquele espaço uma matriz marcante de resistência, ou melhor: de sobrevivência. Anárquico, na mais positivas das concepções que o termo carrega, quebra as ordens hierárquicas existentes na sociedade e projeta, a partir da magia da personagem trajada, uma existência possível cercada de experiências antes limitadas pelas estratificações sociais; espaço de projeção de sonhos e fantasias que se tornam parte da paisagem das ruas e as colore com as matizes e nuances do inesperado, ao menos até a Quarta-Feira de Cinzas.

Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro é um dos principais palcos desse grande espetáculo popular. Não curiosamente foi em suas ruas, vielas e becos, que surgiu o estilo musical que se constituiria uma das principais expressões musicais caracteristicamente brasileiras: o samba. Simbiótico, plural, irreverente, o estilo saiu da zona de marginalização para o escopo dos interesses oficiais entre as décadas de 30 e 40 do século XX, tornando-se uma das mais reconhecidas expressões culturais do Brasil no exterior e alcançou o status de representante da cultura nacional. Sem o samba ainda assim existiria o Carnaval, mas seria indubitavelmente distinto do que se conhece hoje. Provavelmente, não ter-se-ia a oportunidade de conhecer um dos maiores espetáculos produzidos pela humanidade: os desfiles das escolas de samba.

A matriz carioca encontra semelhantes e congêneres no país, em São Paulo há a mesma organização de grêmios recreativos que também se intitulam escolas de samba e não se pode perder de vista o gigantesco festival do Boi e a rivalidade entre os que são Garantido e aqueles que defendem o estandarte do Caprichoso. Mas, indubitavelmente, não existe padrão de comparação no que diz respeito ao peso da expressão dos desfiles que cruzam a avenida Marquês de Sapucaí apresentando-se aos jurados e ao público dispostos no *sambódromo*. Nesses dois dias, a via que comumente vê-se abarrotada de automóveis no caótico trânsito da cidade é tomada de cores, ritmos, lágrimas e sorrisos durante a passagem das escolas de samba e da defesa de seus enredos.

Desde a oficialização dos desfiles, durante a Era Vargas, a apresentação de enredos que apresentam referências históricas é constante e a história pública ganha mais uma possibilidade de expressão e alcance do público. No ano de 2018, uma das mais tradicionais agremiações que participam desse grande espetáculo – a Imperatriz Leopoldinense – defenderá o enredo que

apresenta a história da mais antiga Instituição científica brasileira em atuação: o Museu Nacional¹.

O samba-enredo, de autoria de Jorge Arthur, Maninho do Ponto, Julinho Maestro, Marcio Pessi e Piu das Casinhas, apresenta elementos de duas trajetórias que se encontraram ao final do século XIX, no contexto da queda da monarquia, e que permanecem juntas até hoje: o Palácio de São Cristóvão e o MN. Criada em 1818 a Instituição fez parte das ações necessárias para promover a adaptação da América Portuguesa, e, em especial, a da nova Capital do império português, a sua nova realidade de centro político, econômico e cultural dos domínios lusos.

Espaço de promoção de práticas científicas imperiais, e que apresentava íntima ligação com o Estado monárquico, o Museu atravessou o século que marcou a independência do país enquanto especial espaço de constituição das ciências brasileiras. Com a queda da monarquia, e a ascensão do republicanismo, alteram-se os agentes, atores e projetos, colocando a Instituição científica no limbo dos interesses do governo republicano recém instaurado.

A tese que se apresenta tem como objetivo preencher esse vazio analítico e compreender como se deu tal processo, tanto de constituição das práticas científicas no país, enquanto brasileiras, quanto do entendimento de que graças ao centralismo imperial e aos laços de pertencimento aristocrático, o que significava projeção e destaque para um regime, pode levar ao esvaziamento e silenciamento no posterior.

A contribuição para o campo da história das instituições científicas no Brasil e para o das práticas científicas experimentadas no século XIX, justifica-se pela necessidade de compreensão da produção e dos alcances da ciência produzida no país, para além do alargamento dos trabalhos que se dedicam ao Museu Nacional e a consolidação e crise do regime monárquico no país. Contudo, para compreender a origem e formação dos questionamentos que tornaram possíveis a construção do trabalho que por hora se apresenta faz-se necessário remontar a trajetória das produções que antecederam essa.

Dessa forma, identificamos objetivos específicos que contribuem para apresentação da pesquisa: 1 – fortalecer o campo da História das Instituições Científicas do Brasil oitocentista;

¹ Não é a primeira vez que a Instituição é retratada nos desfiles de carnaval. Em 2008 a Escola de Samba Arrastão de Cascadura apresentou o enredo *Paço de São Cristóvão: do Palácio Real Ao Museu Nacional, 200 Anos de História* no desfile realizado na avenida Intendente Magalhães em 2008, no contexto das comemorações dos 200 anos da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil. Na ocasião, a historiadora Regina Dantas foi agraciada com a medalha de agradecimento da Escola, pela assessoria na pesquisa do tema junto ao Carnavalesco Ricardo Neto. Dez anos depois, a historiadora Regina Dantas encontra-se, de novo, acompanhando o desenvolvimento do tema e as ações da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, que conta com o Carnavalesco Cahê Rodrigues, para a apresentação do bicentenário do Museu Nacional no Sambódromo.

2 – discutir a formação dos quadros da cultura letrada no período monárquico; 3 – refletir sobre o Museu Nacional na transição entre regimes (Imperial e Republicano).

Utilizar-se-á o método histórico de natureza qualitativa, o foco estará na investigação de acontecimentos do passado, pois, conforme Lakatos e Marconi (2007, p. 107), “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.” Dessa forma, a articulação entre diferentes fontes bibliográficas e documentais primários irá revelar as questões apontadas como objeto da presente tese.

Diante da oportunidade de realização da escrita da tese, optou-se por iluminar a discussão do investigador em detrimento das citações diretas, que estarão registradas em notas de rodapé. Além disso, foram utilizados registros em *itálico* para apresentar títulos de obras e palavras destacadas com relevante significado.

Valendo-se de referenciais teóricos do campo da História das Ciências no Brasil, os autores irão aparecer paulatinamente nas discussões de cada capítulo. Cabe ressaltar, que a atuação do historiador também entrará, durante o transcorrer dos capítulos, como um narrador.

É próprio da oficina da história, assim como do ofício do historiador, o incômodo. Enquanto em áreas do saber o alívio, alcançado a partir da resolução dos problemas, é o resultante final esperado, para aquele que se dedica aos estudos históricos o aprendizado de que a questão, a lacuna, a incompreensão, são ferramentas indispensáveis ao seu trabalho. Mais do que resultados positivos ou comprovações, parte significativa desse ofício é constituída pelo desconforto. É ele que possibilita a atenção para os hiatos, que direciona o olhar e a observação para os silêncios, que faz perceber as quebras e discontinuidades, tão caras para a construção dos discursos que dá sentido ao passado e o nomeia enquanto história. Tem-se um cenário no qual mais importante do que o estabelecimento das respostas é a formulação das perguntas o grande diferencial desta disciplina: o desejo pelo problema. Ora, se todo trabalho produzido nesse escopo parte de um problema, de uma questão de um incômodo, de onde surgiram os que conduzem as reflexões dessa tese?

No ano de 2003 o autor, ainda na condição de estudante concluinte dos anos finais da educação básica, ingressou em um projeto, parceria entre o Colégio Pedro II e o Museu Nacional, conhecido como Programa de Iniciação Científica Jr., o PICjr., que oferece a adolescentes a oportunidade de experimentarem a vivência própria das pesquisas científicas ainda antes de ingressar no ensino superior e da convivência com os elementos próprios da academia.

Foi durante o período de dois anos, que antecederam o ingresso no curso de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se deu o contato inicial com uma rica documentação que estava sob guarda da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, a SEMEAR, responsável não somente pela preservação do acervo documental da Instituição, assim como pelo desenvolvimento de pesquisas que remetam à história das ciências no Brasil, assim como a do Palácio de São Cristóvão. Neste ambiente documental, sob a orientação da historiadora Regina Dantas, foram iniciados levantamentos para subsidiar as obras de restauração do Palácio de São Cristóvão.

As atividades foram marcadas, fundamentalmente, pelas novidades proporcionadas pela introdução/iniciação à pesquisa científica em história, sendo nesse momento afirmada a opção de estudo e carreira profissional, e que seria confirmada pelo ingresso no ano de 2005 no curso de graduação da referida Universidade. Inserido nesse espaço privilegiado, e ainda sob a orientação da historiadora Regina Dantas, deu-se início às pesquisas relativas à elaboração do projeto do *Guia do Acervo de D. Pedro II existente no Museu Nacional / UFRJ*, com o intuito de (re)descobrir os acervos históricos, científicos, artísticos e documentais que tratam da presença do monarca nesta instituição. Foi a partir daí que os incômodos ganharam espaço e começaram a condicionar às reflexões e questionamentos possíveis.

Diante dos anos de pesquisa, e dos mais diversos meandros que a operação historiográfica possibilitou, surgiram as inquietações que acabaram por dar origem ao projeto que aqui se apresenta. A documentação burocrática do MN, que em numa primeira observação remete a todo um exercício administrativo dos séculos passados, apresenta lacunas e indícios que possibilitaram o levantamento das questões que hoje aqui se apresentam: qual o papel de um museu de história nacional frente aos grandes projetos de Estado que se constituíram no país durante o período Imperial no Segundo Reinado?

Pormenorizando o trabalho, o segundo capítulo, *Atores de um novo tempo*, dedica-se à constituição do Museu Nacional no seio das transformações próprias da transmigração da Corte para o Brasil. Partindo da memória existente em torno da figura do filho de D. Maria I que acabaria por se tornar o único monarca europeu coroado nas Américas, traça-se uma leitura acerca da compreensão da criação do MN enquanto elemento de um grande projeto de adaptação do Brasil a sua nova função, inserido nos quadros de pertencimento ao Império Português.

Argumento que se constrói neste capítulo é que, apesar do trato jocoso com qual a personagem histórica foi tratada no século XX, no desencadeamento dos eventos que eram concernentes ao processo de *interiorização metropolitana* (DIAS, 2005), constituiu-se uma

importante experiência capaz de dotar determinados setores da sociedade colonial de uma experiência que acabaria por proporcionar a ruptura dos enlaces coloniais, e que acabaria por edificar uma sociedade aristocrática pós-independência que foi capaz de promover a ruptura com a metrópole sem grandes traumas sociais e com a manutenção das estruturas hierarquizadas existentes. É indispensável a compreensão de que o projeto que se construiu acabou por desaguar numa ordem de centralização e manutenção de vínculos e estruturas que marcariam toda a trajetória da monarquia no país.

Nesse sentido, é possível perceber uma ordem de continuidades que foi marcada pela atuação dos segmentos aristocráticos que protagonizaram o processo de ruptura colonial e de definição das bases, políticas, econômicas e jurídicas, que passariam a ditar a ordem constitucional brasileira. Percebe-se o peso do treinamento, e da formação comum – em especial experimentada pelos ares ilustrados da Universidade de Coimbra e da elite *coimbrã* que deixaria profundas marcas nas estruturas vigentes no Brasil pós-independência. Compreende-se, portanto, que a alma e as vocações que se constituíram no espírito que conduziu à fundação do Museu, permaneceu existente no pós-independência pois os programas e os protagonismos não se alteraram em linhas gerais. Apesar das quebras próprias de um processo de independência, que envolveu batalhas, negociações e indenizações, os continuísmos ditam a ordem do dia, daqueles que ocupam o lugar de elites – econômica e política – à família reinante, passando por elementos como a manutenção da escravocracia, do estado confessional, dentre tantos elementos que demonstram que o novo regime, constrói-se sobre as estruturas do anterior.

No terceiro capítulo, *Abram-se as cortinas*, a partir dos conturbados anos de transição entre o reinado de D. Pedro I e o de D. Pedro II é definido um novo quadro de significados para a Instituição no tocante da emergência do Segundo Reinado. Desde a abdicação do primeiro à ascensão do segundo, é construído um quadro analítico no qual se compreende as disputas pela educação do jovem monarca, enquanto um elemento próprio das disputas políticas que caracterizaram o interregno das regências antes de sua ascensão final ao trono. É interessante perceber que, diferente de seu pai, D. Pedro II recebeu uma formação muito mais plural e inclinada para o ofício que acabaria por exercer no futuro, traços que ficaram impressos em sua personalidade e que reverberaram nas práticas que acabaria de fomentar quando ocupou, em definitivo, o posto de chefe de Estado e de Governo, a partir do golpe que o conduziu ao trono em 1840.

Além disso, apresenta-se uma grande preocupação no sentido de apresentar uma reflexão na qual haja a problematização da figura de D. Pedro II. Segundo uma determinada

linha de pesquisadores que se dedicaram à produção de trabalhos e ao estudo e compreensão da vida e atuação do Velho Monarca, acabou por vencer uma percepção do Imperador enquanto mecenas das artes e ciências, governante esclarecido, rei-filósofo, monarca esclarecido. Percepção presente no imaginário popular a respeito do período monárquico, no qual o último reinante aparece como defensor de liberdades, promotor do desenvolvimento intelectual e artístico brasileiro, silencia o viés centralizador e conservador do homem que mais tempo esteve à frente do Estado brasileiro desde a Independência.

Como se pode perceber no decorrer do texto o Imperador ilustrado, constituiu-se, contudo, enquanto chefe político controlador que ao promover o patrocínio e o fomento ao que foi anteriormente citado, em verdade, expressava seus intentos de gestão conservadora que imprimia sobre os órgãos, agências, institutos e centros seu viés controlador. Viver sob patrocínio e tutela do último Bragança a reinar no país significava alcançar prestígio e viver sob atenção e ingerências constantes. Assim com o é perceptível em experiências nobiliárquicas congêneres os círculos de poder se constituíram ao redor da figura reinante e os elos de pertencimento às estruturas sociopolíticas concedia, simultaneamente, colocação e prestígio frente ao conjunto dos segmentos aristocráticos.

O cenário que se mostra a partir de então corresponde a melhor resolução de categorias programáticas que o regime monárquico conseguiu realizar no país. Os projetos que foram responsáveis pelo erguimento do estado monárquico no país foram desenhados por protagonismos representados por figuras que pertenciam aos dois lados desse Império que romper-se-ia, num quadro geral de falências que caracterizaria o fim dos arcaicos sistemas coloniais, que estavam em colapso assim como a ordem dinástica ainda reinante no Velho Mundo. Fazia-se necessário, para as gerações que sucederam aquelas responsáveis pela fratura do domínio luso, redesenhar seus espaços de pertencimento, seus lugares de fala, seus traços de identidade. É a partir desses indícios encontrados que se constitui um dos mais significativos e propositivos projetos que assumiriam a atenção do regime a partir de então: a questão nacional.

Uma das principais criações contemporâneas, a nação, é a expressão mais clara de uma criação do oitocentos responsável pela produção de identidades e pertencimentos em uma ordem de transposições e redefinições que caracterizavam a emergência das sociedades contemporâneas, sobretudo no Velho Continente. Experiência reproduzida no horizonte brasileiro contou com a simpatia e íntimo fomento por parte do Estado que procure encontrar junto aos movimentos literários, intelectuais e similares, um lugar de fala que pudesse ser capaz de produzir discursos acerca dos mitos de fundação eleitos para caracterizarem a nação

brasileira. Nesse cenário, assumem as ciências um papel importante no esforço de desvelar a natureza exuberante e tropical, assim como se dedicar aos estudos dos autóctones, que em simbiose com o elemento lusitano foram os responsáveis pela fundação imaginada da nação brasileira.

O afastamento e o isolamento do exílio, o estranhamento – do outro – que te faz estrangeiro, as nêspas, os matizes do céu, os calores, se para o movimento romântico estava aí a divisa que serviria de alimento ao âmago criativo, assim como a beleza e pureza ideal projetada nos índios, às ciências caberiam outros protagonismos. Fazia-se necessário desvelar os mistérios e exotismos que se entranhavam nos mais distintos biomas, das características dos mais distintos espécimes, das desconhecidas variedades animais, isso sem falar nas potencialidades da terra e de suas riquezas. Isso antes que algum esforço externo não o faça.

Seja capitaneada em espaços como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seja na vivência das mais distintas comissões e missões, ou ainda em laboratórios de pesquisa como os existentes no Museu Nacional, o Estado imperial apresentava grande preocupação, ou ainda ingerência, frente aos desafios que se mostravam à frente. Estar sob patrocínio, ou proteção, monárquica significavam privilégios e prestígio diante das estruturas da sociedade aristocrática brasileira. Outrossim, a marca da ingerência e centralismo que caracterizaram as agências de poder do segundo Imperador brasileiro. A face da ilustração e do amor às ciências é apenas um dos humores da personalidade política de D. Pedro II. A ascensão prematura ao poder não significara que padeceria da inanição dos reinantes controlados por seus conselheiros e similares, muito pelo contrário; compôs, no jovem Bragança de linhagem Habsburgo, a característica mais comum aos herdeiros da tradição dinástica europeia: o apreço pelo personalismo do poder real.

É em meio a esse leque de acontecimentos que se apresenta o quarto, e último capítulo, *A última trama*. No curso dos eventos que compuseram as atuações do teatro imperial, o clímax do texto antecede o seu desfecho dramático, ao menos para os que defendiam o regime no país. Pode-se considerar que alcançara certa consolidação e amadurecimento o governo instituído pelo Golpe da Maioridade em 1840, quando transformações econômicas, sociais e políticas provocaram uma aura de modernização presente em experiências que foram capitaneadas pela Geração de 1870. Em meio às disputas, próprias de todo sistema político, um projeto que combinava elementos inspirados nas noções de progresso alinhada às demandas da realidade brasileira, desenvolveu-se e reafirmou o espaço das ciências nos quadros monárquicos Imperiais, assim como o lugar de seus agentes.

É nesse contexto que as trajetórias do MN e do naturalista alagoano Ladislau Netto se cruzam e em certa dimensão fundem-se em expressões simbióticas. A ascensão e prestígio alcançados nos quadros aristocráticos levou-o à participação em espaços de produção científica que lhe conferiram reconhecimento e colocação suficientes para ocupar o cargo de Diretor do Museu Nacional. Sua gestão é reconhecida pela historiografia que trata do assunto como um momento próprio na trajetória da Instituição e seu momento de maior destaque no quadro dos projetos monárquicos.

Responsável pela condução do Museu entre a década de 70 e a de 90 do século XIX, Ladislau esteve atrelados a ações que ganhariam visibilidade e reconhecimento, tais como a reorganização prevista pelo Regulamento de 1876, a publicação do primeiro periódico científico da Instituição, a revista *Archivos do Museu Nacional*, pela organização da Exposição antropológica de 1882, assim como espaço de destaque em meio às delegações brasileiras que participaram das Exposições Universais, especialmente a de Paris de 1889. Dirigente centralizador, austero e personalista, conduziu a Instituição pelos anos de transição republicana até a realização de seu último grande esforço: a ocupação do Palácio de São Cristóvão e a aglutinação do Museu do Imperador às coleções do Museu Nacional.

Ponto central das reflexões e proposições analíticas do trabalho que é exposto nas páginas seguintes, apresenta um quadro no qual duas estratégias distintas se constituem: o desejo e apagamento e afastamento da memória monárquica, protagonizada pelo Regime Republicano recém instaurado à intenção de realocação e expansão que partiam da Direção do MN. A primeira tinha por objetivo tornar opaca, superada e distante qualquer marca mais expressiva que pudesse manter presente as reverberações da velha monarquia, que mesmo após a partida dos ex-monarcas e sua família, ainda vivia presente nos espaços, logradouros, instituições e símbolos, que paulatinamente seriam ressignificados; a segunda aproveitava a oportuna mudança de panorama político para resolver antigos problemas estruturais e limitações espaciais que atravessaram o oitocentos e que se colocavam dia a dia no cotidiano da Instituição. De fato, a mudança dá-se no ano de 1892, mas o custo não estava previsto somente em critérios orçamentários.

Desde a sua fundação, inserido no cenário de interiorização de uma metrópole em um cenário colonial, o Museu apresentava ligações íntimas não somente com os projetos ligados aos Estado Imperial, mas principalmente, aos agentes desse mesmo estado. Perceba-se que a matriz aristocrática que permeou e enraizou-se nas estruturas sociais que caracterizaram o Regime Monárquico no país espalhava-se pelos mais distintos espaços e em especial naqueles que ocupavam lugar de especial atenção de D. Pedro II. Essa proximidade, ou melhor,

pertencimento tornou-se uma marca profunda, incapaz de ser apagada com mudanças de quadros profissionais ou de localização. Ou seja, dentre as duas estratégias confluentes uma apresentava maior força contextual, ainda que as duas tenham convergido na ocupação do principal edifício da Quinta da Boa Vista. Como é comum aos regimes que se sucedem, a República viria a redesenhar o papel dos espaços ligados à Monarquia.

O Museu sobreviveria à transição republicana, mas não sem perdas e fraturas. O esfacelamento do corpo científico que o compunha, assim como as reduções e arrochos que acompanhariam as ações do Governo Provisório, e seguintes, atrelados aos desentendimentos e conflitos internos, muitas vezes ligados a um certo despotismo administrativo imposto pela Direção Geral, contribuiriam para o fim de um ciclo em sua trajetória. O isolamento no Palácio de São Cristóvão, aliado a construção de novos programas para as ciências, a partir de então pensada enquanto *republicana*, reorientaria os investimentos e protagonismos. A prancheta que continha os esboços que compuseram o quadro nacional, assim como foram responsáveis por um redescobrimento do Brasil – a terra, a gente, as riquezas – fazia-se necessário alcançar um novo oriente: o progresso.

Imperativo pragmático, ocuparia o espaço antes destinado para a o fantástico e místico que se erguia trajado de exótico, ímpar, tropical. O desenvolvimento das dinâmicas industriais exigia uma recomposição da matriz alimentar, e os produtores brasileiros conheciam o segredo do elixir do trabalho, o café. Os problemas ligados à lavoura, assim como aqueles que atrapalhassem os trabalhadores, pilares do processo produtivo, passariam a ocupar lugar central de atenção das práticas científicas, deixando de lado a observação idílica e romântica. A consolidação do médico-sanitarismo, nas décadas finais do oitocentos e início do novecentos, comporia esse cenário. Novos atores, novos agentes, um *novo script*. No teatro de Marianne, musa republicana, os velhos atores do espetáculo monárquico não teriam as mesmas falas.

Trabalho que se insere em um campo específico da história das ciências no Brasil, em especial a aquele que se constituiu na superação dos argumentos que apresentavam como marco da institucionalização da ciência no Brasil o advento da matriz universitária pós 1930, procura fortalecer o alargamento da compreensão da construção dos programas ligados ao desenvolvimento da história natural do país, enquanto elemento constitutivo dos projetos que emergiram em torno da questão nacional. Por outro lado, assumindo a proposição de compreensão das atividades desenvolvidas no Museu Nacional, também, enquanto reflexo das matrizes que compunham os elos e pertencimentos de uma sociedade que se estruturava em torno do centro de poder imperial, sendo simultaneamente, fomentada e controlada pelo mesmo.

2– Um museu, um oceano, um império.

2.1 Incomensurável Séquito

Legados de D. João VI

Quando veio para a nação que mais tarde o consagraria
 D. João VI no navio majestoso ao passar pela Bahia
 Instituiu novos textos abrindo os portos do Brasil
 Para o mercado universal
 Logo após seguiu o seu roteiro
 Com destino ao Rio de Janeiro
 Quando aqui chegou
 Desembarcou com toda a família real
 Incomensurável séquito
 Vulto de notável mérito
 O eminente príncipe regente
 Um ano depois sua alteza ordenou
 A invasão da Guiana Francesa e depois criou com sabedoria
 A Academia da Marinha, o Selo Nacional
 Escola de Belas-Artes, também o primeiro jornal
 Mais tarde o povo aclamou esta figura, de grande marca
 Unida em cores mil
 Viva o grande monarca regente do destino do Brasil
 Candeia, Waldir 59 e Picolino

É um desafio refletir sobre a história do Rio de Janeiro, em particular, e a do Brasil, em geral, sem passar por suas festas e símbolos populares, o que talvez não tenda a ser uma excepcionalidade antes de ser norma para qualquer reflexão sobre uma dada sociedade. Garantem não apenas uma apreensão da percepção coletiva dos fatos e eventos, assim como estabelecem projeções sobre o presente, o futuro, e, principalmente, sobre o passado. Esse é instrumento de significações múltiplas na leitura daquelas manifestações. As idealizações, narrativas fantásticas, a vitória do bem sobre o mal, os heróis ancestrais, nacionais ou da pátria, são aquarelados por diversos matizes e nuances quando se travestem da fala das calçadas, vielas, becos, praças e ruas. É preciso ir além do *samba* para compreender o *enredo*, mas se sem o segundo não se faz desfile, antes do primeiro já existia Carnaval.

A origem da festividade, desse lado do Atlântico, é diversa e remete à várias tradições. As contribuições centrais vieram a partir da contribuição da percepção católico-lusitana que engloba em sua composição desde ritos pré-cristãos como celebrações encontradas nas civilizações egípcia, hebraica, helênica e românica. A apreensão mais contemporânea do termo, cujo está relacionado à expressão latina *carnis levale*, que remete a práticas ancestrais do cristianismo como o jejum presente que era praticado entre o dia de reis e o início da Quaresma, no calendário gregoriano-ocidental. Momento de introspecção, abnegações e sacrifícios, era

comum a restrição à carne na dieta durante o período. Juntem-se a isso as alegorias rítmicas, representacional, pictórica que vieram dos elementos culturais dos povos autóctones americanos e pelas indiscutíveis heranças e contribuições dos povos oriundos do continente africano.

No século XIX a tônica das festas populares/coletivas era marcada pela vivência da religiosidade. Sendo o Estado Imperial confessional, ou seja, que apresentava uma religião oficial², não é curioso que os mais importantes festejos apresentassem roupagem religiosa. A festa do Divino Espírito Santo, realizada no Campo de Santana pela irmandade dedicada à santa homônima era uma das mais importantes comemorações do Segundo Reinado, ao lado de um vasto calendário que incluía a devoção a vários santos, como o Antônio, Pedro e Paulo, João, a de Nossa da Penha, dentre tantas outras. As relações sociais, as hierarquias, as permeabilidades, as permissibilidades, toda a estrutura social era projetada nesses espaços, assim como as afirmações de controle e normatização da sociedade, assim como afirma a Marta Abreu,

Dos “lundus” que confundiam os gêneros musicais e pessoas, aos batuques rasgados com indisfarçável marca africana, das estratégias de controle aos caminhos de convívio com antigas manifestações festivas e religiosas, desenvolveu-se longa e multifacetada história. Sem dúvida, uma história marcada por muitas lutas, grande parte dela travadas em movimentos nas ruas e praças; muitas outras envolvendo discussões sobre os desperdícios sociais e a moralidade pública, sobre a continuidade da tradição e o irresistível progresso dos costumes e dos divertimentos. (ABREU, 1999, p. 383)

Marcado pela ocupação do espaço por interações populares que mesclam o sagrado e o profano em uma vivência de exploração do público, o Carnaval tem sido marcado pela subversão da normalidade dos papéis sociais desempenhados cotidianamente, em uma inversão de lógicas nas quais por trás das fantasias os invisíveis podem ganhar visibilidade. Na raiz de tais subversões e ocupações situam-se duas práticas que remetem ao oitocentos: o entrudo e o zé pereira. A primeira, tradicionalmente realizada nos três dias que antecedem a Quaresma, é um momento de plena interação coletiva e popular caracterizada por uma brincadeira, na qual os envolvidos lançavam uns contra os outros baldes d’água, farinha, luvas com areia, limões de cheiro, sendo a brincadeira marcada pela eufórica quebra das relações cotidianas, pela

²A constituição de 1824, outorgada pelo imperador D. Pedro I, em seu 5º artigo estabelecia que a religião oficial *continuaria* sendo a católica. Ficando as práticas referentes a outros cultos liberadas, porém restritas aos círculos privados, sendo vedadas as manifestações exteriores aos templos. Percebe-se aí a influência política de instituições que tradicionalmente compunham o exercício das normatizações e regularizações do período colonial, apesar de o processo de independência ser marcado com rupturas, as continuidades são expressivas e deixam claro o viés conservador das amarras que compunham as estruturas políticas e sociais. A criação do poder moderador, que se tratava de um dispositivo do poder executivo de intervenção nos demais em situações de crise, mas que acabava representando uma concentração de poderes sob exercício do Imperador durante os governos de Pedro I (1822-1831) e o de Pedro II (1840-1889). As hierarquias políticas eram estruturadas hierarquicamente e verticalmente do pé direito ao trono, em todas as esferas de poder e definição.

instituição do diverso como a ordem do dia. Em meio a uma sociedade marcada pelo controle social e moral das mais diversas instituições de coerção e controle, um momento de horizontalidade, diversão, anarquia. A segunda, também de tradição lusa, mais costumeiramente percebida na segunda metade do século XIX, remetia a qualquer tipo de arruaça, bagunça, aglomerado de pessoas que seguiam em grupo com zabumba, tambores, e outros instrumentos de percussão. Estava cravado o paradigma mais contundente do festejo contemporâneo: a coletivização catártica do hodierno.

Com a emergência do samba, no início do século XX, em uma sociedade pós-escravista, essencialmente racista, patriarcal, oligárquica, conservadora e policial, a herança de 4 séculos de escravidão vivia entre a criminalização e resistência. Na capital da maior república ao sul do equador, amontoavam-se em habitações precárias os herdeiros de uma estrutura política que implodiu no último quartel do século XIX deixando raízes sociais profundas e marcantes, apesar de silenciadas. Assim como no processo de independência a mudança de contexto político era permeada por continuidades. Se a escravidão não era mais aparente, a situação social dos egressos da escravidão fora alterada de quadro político legal, mas o mesmo não se contempla nas abordagens de âmbito social ou de vivência da cidadania.

Foi na região da Praça XI, não mais existente desde os anos 40 do século passado devido a inauguração da Avenida Presidente Vargas, nos antigos casarões das *Tias* que surgiu o ritmo que viria a ser conhecido como *samba*. Figuras ilustres da região, notórias pelos saberes tradicionais e vinculação com práticas religiosas, respeitadas pelos mais diversos segmentos das hierarquias sociais existentes, como o exemplo de Tia Ciata, protegiam em suas casas e terreiros a tradição que se reinventaria de diversas maneiras nas décadas seguintes, não se deslocando mais das manifestações populares da cidade.

Não nos é de interesse adentrar pelos debates historiográficos, antropológicos ou mesmo sociológicos que demarcam esse campo de análise intelectual, contudo é indispensável pensar sua relação com a constituição da apreensão coletiva da relação entre passado e presente nos ritos que passam a compor a sociedade brasileira. O *samba* e o Carnaval, separados ou em conjunto, sintetizam percepções e leituras que devem ser analisados pelo prisma da criticidade, ou seja, são fontes imensuráveis para a reflexão histórica. São historicamente datáveis, complexas, plurais, polivalentes.

Da criminalização dos anos 10 à sua oficialização na Era Vargas, a relação entre *samba* e Carnaval assumiu maior complexidade. Do estado confessional imperial ficaram os ritos religiosos que salpicavam o calendário cívico junto com os desfiles militares, Instituídos no calendário nacional desde o final do século XIX, e passaram a conviver com os desfiles das

chamadas *escolas de samba*³. Essas agremiações passaram a compor parte da representação de grupos, que de socialmente excluídos passariam a obter um canal de fala e projeção de suas idiossincrasias e desejos. Foi durante o mandato do prefeito Pedro Ernesto que se institucionalizaram junto ao Estado ganhando a denominação de Grêmio Recreativo Escola de Samba – GRES. Sua organização, estrutura hierárquica, burocrática e financeira, cresceriam em tamanho, organização, conjunto envolvido e regulamentação.

Entre as décadas de 40 e 60 os desfiles cresceriam em público e estruturação ganhando arquibancada, jurados, sentido, e inclusive passando a ser um evento pago; primeira restrição sensível ao público menos abastado que passaria a aglomerar-se nas áreas de concentração e dispersão das escolas. Nesse período os enredos assumiriam narrativas que se dedicavam aos mais distintos temas ligados á história da pátria e da nação. Na década de 70, seriam ainda mais demarcados com a criação do “Regulamento específico dos desfiles de escola de samba”, instituído pela Riotur⁴, que apresentava no capítulo das proibições, logo como primeiro item a proibição de “enredos não baseados em motivos nacionais ou que tenham cunho comercial” (LEOPOLD, 2010, p. 82 e ss.).

O estabelecimento de normas, para além de critérios técnicos deveria apresentar valoração política, social, reafirmação de símbolos, de nomes, de eventos e percepções acerca da história, ainda constituída pela marca do *oficial*. Estabelecida em um espaço de fala contundente, a *história oficial*, seria remetida à reprodução nos enredos e desfiles⁵ que deveriam apresentar um espelho dessas interpretações. É-nos claro que quando tratados de tal *remessa* não se trata aqui de uma ordem hierárquica inquestionável, mas uma condição para existência, que não pode descartar as estratégias de sobrevivência/resistência dos atores envolvidos, nem mesmo silenciar o seu espaço de protagonismo.

Candeia, Waldir 59 e Picolino são respectivamente Antônio Candéia Filho, Waldir de Souza, Claudemiro José Rodrigues, seus nomes figuram dentre as principais referências de uma das mais vitoriosas campeãs do carnaval carioca, a Portela. A Escola de Oswaldo Cruz iniciaria em 1957 uma série de 4 carnavais que conquistaria: *Legados de D. João VI, Vultos e efemérides*

³ Para melhor compreensão da relação ritualística e simbólica existente nesse cenário consultar Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro do antropólogo Roberto Damatta (DAMATA, 1997).

⁴ Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. – criada pela Lei 2079 em 14 de julho de 1972 – sociedade de economia mista, é o órgão executivo da Secretaria Especial de Turismo e tem por objeto a implementação da política de turismo do Município do Rio de Janeiro, formulada pela Secretaria, em consonância com as diretrizes e os programas ditados pela Administração Municipal. (Adaptado de <http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/conheca-a-secretaria>. Acesso em 29 de agosto de 2015)

do Brasil (1958), *Brasil, Pantheon de glórias* (1959), *Rio, capital eterna do samba ou Rio, cidade eterna* (1960)⁶.

A primeira dessa tetra-conquista portelense é uma importante fonte a ser tratada. No plano nacional o presidente Juscelino Kubitschek dá continuidade ao ousado projeto desenvolvimentista, enquanto permanece vívido o cenário cultural carioca para além da transferência do Distrito Federal para a nova capital: Brasília. A composição é curta, se comparada aos das décadas seguintes, ou mesmo segundo os padrões atuais. Como a regulamentação dos desfiles ainda estava sendo definida, a apresentação e desenvolvimento das escolas na *avenida* apresentava uma cadência bem distinta da atual. Eram menores os quantitativos de componentes, alas, alegorias. A duração da apresentação, contudo, era maior do que a dos dias atuais, sendo entoado o samba-enredo, repetidas vezes, hino da agremiação.

A composição é fruto da interação de três personagens com biografias⁷ que se ligam diretamente ao crescimento da importância do carnaval para a cidade. Tiveram no samba um lastro de suas vivência desde a infância levando-o, assim, para a vida adulta, com protagonismo frente à comunidade que compunha à Escola. Nos versos, quatro primeiros versos da letra, há, apesar de algumas breves imprecisões no uso de certos termos/conceitos, a construção da figura de d. João enquanto figura altiva, de ações diretas, apreensão popular de um monarca que tem na figura central o papel da ação, daquele que exerce, de executivo. Simultaneamente, a relação afetiva constituída com aqueles que o *consagrariam* é expressa, marcando a identificação do povo, apresentado como *nação*, com o soberano. Em seguida, os versos dão início a apresentação da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, chamando a atenção para o cortejo real, seguindo para a exaltação de feitos e reafirmação final do monarca. Rio de Janeiro, feitos, monarca.

O resgate da figura de d. João VI (1767- 1826) é diverso. Apesar da exaltação presente na letra, a sua percepção enquanto bonachão é presente mesmo entre historiadores, e reforçada por produções ficcionais, cinematográficas, televisivas ou mesmo do mercado literário. A memória do único reinante europeu a ser coroado na América é muitas vezes resgatada enquanto esboço.

⁶ Disponíveis em <http://www.gresportela.org.br/Historia>. Acesso em 26 de agosto de 2015). É perceptível a presença de um discurso de autoelogio e de afirmação de seus personagens e marcos fundadores. Instrumental de construção e afirmação de identidade contemporâneos, as mídias identificadas como oficiais, ou seja, aquelas ligadas diretamente à instituição, órgão, agremiação ou congênere, são fontes úteis a serem analisadas em nosso contexto presente.

⁷Informações obtidas junto dicionário Ricardo Cravo Albim, fruto do trabalho do pesquisador homônimo Disponível em <http://dicionariompb.com.br/>. Acesso em 29 de agosto de 2015.

1972. Sesquicentenário da independência. O termo refere-se, apesar do desuso, a uma das mais marcantes celebrações vivenciadas no seio do Regime Civil-Militar Brasileiro. Os festejos iniciaram-se no dia 21 de abril, dia de Tiradentes, apresentado como patrono da Independência. Envolveram inúmeros eventos, tais como o traslado dos restos mortais de D. Pedro I (1798-1834), que percorreram os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ficando exposto nos salões do Palácio de São Cristóvão, sede do Museu Nacional. A inauguração de grandes obras marcaria a grandeza do momento cívico nacional, incluindo aí o exemplo da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É em tal contexto, de propagação ufanista, que é lançado o longa-metragem *Independência ou Morte*.⁸ A narrativa, com opacidade novelesca, traz como protagonista o ator Tarcísio Meira, que dividiria o protagonismo da trama com as atrizes Gloria Menezes, no papel da Marquesa de Santos (1797-1867) e Kate Hansen no papel da Imperatriz Leopoldina (1797-1826). Partindo da abdicação de D. Pedro ao trono em 1831 mergulha na construção do personagem desde a infância, apresentando a sua tórrida relação com sua amante, Domitila de Castro, como propulsor da crise que o levaria a deixar o país e partir para Portugal.

D. João, o comediante Manoel de Nobrega. A produção é até hoje uma das com maior público pagante, com 2.924.494⁹ de espectadores, e ampla reprodução em televisiva, em um período de consolidação desse modal de comunicação no mercado e sociedade brasileira. A imagem de jocoso, bonachão, desastrado, medroso, ficaria eternizada no resgate popular e reproduzida de geração em geração. Em 2002¹⁰ foi lançada pela rede Globo de televisão a minissérie. O enredo, centrado na transmigração da corte portuguesa para a América e posterior governo de D. Pedro I teve dentre os personagens Um dos maiores sucessos de recepção do público ficou a cargo do personagem de D. João VI. Interpretado por André Matos, comediante que manteve a tônica caricatural da personagem, caiu no gosto popular por causa de seus atributos cômicos, jargões, pela fragilidade frente à esposa, incapacidade, dependência de seus ministros. Mais uma vez, com ampla audiência, em um momento de expansão da internet, porém ainda de predomínio da cultura televisiva predominante. Seria o *incomensurável séquito* na verdade o cortejo a um herdeiro paspalhão? Estariam servindo os compositores de Oswaldo Cruz ao enaltecimento de um príncipe fujão?

⁸ *Independência ou Morte*. Dir.: Carlos Coimbra, 1972. 108 min. son. color

⁹ Disponível em http://www.ancine.gov.br/media/SAM/2011/filmes/por_ano_1.pdf. Acesso em 29/08/2015.

¹⁰ Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/o-quinto-dos-infernos/trama-principal.htm>. Acesso em 29 de agosto de 2015.

Além de ter sido marcado pelo tom ufanista do calendário de comemorações oficiais, o ano de 1972 também foi marcado por debates e disputas historiográficas. Afinal, estava em jogo a produção de perspectivas e leituras acerca de um passado tão exultado pelo presente, que parecia para muitos a justificativa para esse. É nessa seara que algumas produções acadêmicas destacam-se e, dentre essas, chamamos a atenção para a publicação organizada por Carlos Guilherme Mota *1822: Dimensões* (MOTA, 1972).

Obra coletiva é apontada como constitutiva de um novo estágio para as análises acerca do processo de fissura dos laços de dominação portuguesa, assim como de formação do Estado brasileiro pós-independência, organizado em dois níveis: “Das dependências” e “Das Independências”. No primeiro, com amplas indagações teóricas ficam indicados os mecanismos de transição entre o Antigo Sistema Colonial para o sistema mundial das dependências, discutindo os significados de 1822 para os dois lados do Atlântico. O segundo, de natureza mais específica, procura produzir compreensões acerca das nuances regionais a respeito da efetivação da independência em várias partes do país.

Destacamos, dentre os inúmeros artigos apresentados aquele produzido pela historiadora Maria Odilaa Leite da Silva, *A interiorização da Metrópole*¹¹ (DIAS in MOTTA, *op. cit.*, pp. 160-184). No artigo a autora propõe uma análise provocativa à historiografia tradicional acerca das heranças coloniais e a formação das elites luso-brasileiras ao propor um enfoque mais largo, inserindo-o no conjunto das dinâmicas do Império Ultramarino Português. O que para os historiadores contemporâneos constitui um lugar consolidado e de grande adesão¹², representava para os anos de 70 uma desafiadora perspectiva de análise.

Naquela década, a historiografia brasileira acerca do processo de emancipação estava colocando enquanto pedra angular da luta estabelecida entre metrópole e colônia e a posterior ruptura entre ambos. A primeira geração de escritores que se dedicaram à compreensão do processo de independência do Brasil liga-se à uma tradição oitocentista deixada por autores como Carl F. P. Von Matius (*Como se deve escrever a História do Brasil* monografia apresentada ao IHGB em 1845) e Francisco Aldof Varnhagen (*História Geral e do Brasil* (e 1854/70). Nesse primeiro conjunto de reflexões a respeito da história brasileira há a percepção da *fundação* do Brasil a partir do *descobrimento* e posterior colonização portuguesa, ficando a

¹¹ O texto foi publicado com outros dois artigos na forma de livro em 2005 sob o título de *A interiorização da Metrópole e outros estudos* (DIAS, 2005).

¹² Referimo-nos a obras como *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* organizados pelo historiador João Fragoso e pelas historiadoras Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouveia (FRAGOSO, BICALHO e GOUVEIA, 2001) e *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português de Juliana Furtado* também publicado em 2001 (FURTADO, 2001).

independência sagrada no protagonismo dos *patriarcas* e do primeiro monarca. Romântica, essa produção baseava-se no binômio *evento/figura histórica*, centrada na narrativa factual. Na passagem dos três primeiros quartéis do século XX autores como Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil Contemporâneo* lançado em 1944), Sérgio Buarque de Holanda (*A herança colonial – sua desagregação* lançada em 1961) e Emília Viotti da Costa (*Introdução ao estudo da emancipação política*, lançado em 1968) mudam o prisma de análise na oposição colonizado X colonizador frente às mais diversas matrizes de ligação teórica, de marxistas à webberianos. É interessante perceber a complexificação das análises do processo de independência assim como sua injeção nos quadros de tensões internacionais.

Dias apresenta um quadro no qual é possível conceber o processo de ruptura colonial para além da luta emancipacionista. Ou seja: o enfrentamento colonizado X colonizador não é suficiente para a compreensão da quebra das estruturas internas do império colonial português e de construção de um Estado autônomo nos trópicos americanos oitocentistas.

A transição do século XVIII para o seguinte, havia sido turbulenta para o contexto europeu. O Velho Mundo dinástico fora sacudido pelo calor das fábricas inglesas e pelo furor revolucionário burguês na França, que acabaria por desaguar no imperialismo bonapartista. D. João, regente luso, pressionado pelo antagonismo franco-britânico abandona o continente europeu, lança-se ao Atlântico, para fazer o caminho que cerca de 300 anos antes fizera o seu patricio Pedro Álvares Cabral. Narrativa, quase rocambolesca, que apresenta um cenário pouco simpático aos interesses lusos e que se sucederia geração após geração até o presente¹³.

Para além da factualidade que circunscreve o evento, a autora passa a compreendê-lo como indispensável para que a independência tenha ocorrido da forma como ocorreu. Diferente dos casos inglês (Independência das Treze Colônias 1776-1783), espanhol (a maior parte da América Espanhola fragmenta-se entre as décadas de 10 e 30 do século XIX) e congêneres, a separação da América Portuguesa de sua Metrópole dar-se-ia a partir da transferência do eixo central do império para aquele lado do Mar Português. Eis aqui a nossa primeira fronteira.

¹³ No ano de 2008, que marcava a efeméride da transmigração da corte portuguesa para o Brasil, um livro tornou-se best-seller naquele contexto de comemoração: 1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil, de autoria de Laurentino Gomes, pela editora Planeta, lançado em 2007. O jornalista apresenta mais uma vez a repetição, como o título sugere, da narrativa do príncipe incapaz. Anos depois completaria uma trilogia com os eventos de 1822 e 1889.

2.2 Regente do destino do Brasil

Mais que um Atlântico havia entre Portugal e sua parcela explorada na América. O Novo Mundo fora para os lusos antes saída à opção. A narrativa *oficial* apresentava o argumento da causalidade para o desembarque travado no dia 22 de abril de 1500. *Descobrimento* que só quase meio século depois seria oficializado. Em tempos de exploração asiática intensa o oceano entre esses mundos era somente caminho. Não tardaria, porém, para que a exploração ganhasse contornos mais nítidos nas terras além do Equador sul.

A empresa colonial portuguesa ganhou eficiência com o passar dos séculos e construiu uma sociedade hierarquizada, estratificada, patriarcal familiar e católica. Espelho da sociedade metropolitana, no referencial americano também se constitui uma *nobreza da terra* atrelada às estruturas do império, e às suas dinâmicas. Apesar desse espelhamento, as proximidades, quase, encerram-se aí. Some-se aos cinco adjetivos aferidos à sociedade colonial, um sexto, indiscutivelmente marcante, a escravidão. É na conjuntura brasileira, e na americana como um todo, perceptível os impactos da escravidão, assim como a importância da dinâmica mercantil atlântica¹⁴. Sem referente na vivência cotidiana europeia a escravatura era base angular nas estruturas ibero-americanas.

Não se pode deixar de lado, também, as amarras estabelecidas pelas lógicas da dominação metropolitana. Desde o século XVIII inúmeros movimentos de contestação da ordem colonial haviam ocorrido em importantes centros políticos e/ou econômicos coloniais. O arrocho seria perene e de ordem crescente, sobretudo no período de administração do Marquês do Pombal, nome fortemente identificado com a ilustração ibérica.

Sebastião José de Carvalho e Melo, foi ministro do rei D. José I entre 1750-1777 promovendo inúmeras reformas no Estado Português. Protagonista na recuperação de Lisboa após o terremoto de 1755 foi despótico na relação com a colônia promovendo a reunificação do Estado do Brasil ao do Maranhão, tornou-se a capital o Rio de Janeiro, foi impetuoso na questão fiscal e na censura à circulação de ideias. Impondo uma ordem laica que culminou com a expulsão da Cia. de Jesus dos domínios lusitanos, no ano de 1759, foi responsável pela reforma da Universidade de Coimbra em 1772, sendo aí um dos seus principais campos de ação (FALCON, 1993).

¹⁴ Desde os anos 80 uma corrente historiográfica dedica-se à compreensão das dinâmicas imperiais atlânticas marcadas pela ordem comerciais escravagistas. Nesse campo, a obra *O Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro c.1790-c. 1840* (FRAGOSO e FLORENTINO, 1993) é tido como um divisor de águas nas análises desenvolvidas nesse campo, sendo fundador de uma tradição que se consolidou na década de 90 do século passado e seguintes.

Mesmo após a *Viradeira*, ordem reacionária imposta pela ascensão de D. Maria I ao trono após a morte de D. José I, que impôs uma ordem conservadora (re)instaurando velhas práticas e desarticulando parte das reformas de Pombal, seu legado ousado controverso atravessaria as décadas seguintes na formação dos quadros do Estado lusitano.

Já não é novidade dentre os historiadores que tratam da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil que o projeto de mudança do eixo político do Império Português para os trópicos não era novidade¹⁵. D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobrinho do Marquês de Pombal, criado na corte de D. José I (1750 – 1777) e D. João VI (1816 – 1826), e que se tornou um dos mais influentes e ilustrados nomes da Coroa, é personagem central nesse enredo.

Bem colocado na ordem hierárquica e aristocrática portuguesa, colocou-se na carreira diplomática desde jovem, retornando para Portugal em 1796 para ocupar a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, adotando uma política de desenvolvimento das práticas de natureza agrária e mercantil, além daquelas relacionadas aos campos científicos, em especial interesse aqueles ligados à mineralogia e botânica. É percebido como fiel súdito da instituição monárquica, sendo suas contribuições significativas em termos financeiros e de interesse público (MALERBA, 2000, 255).

Quando, por ocasião dos acontecimentos relacionados à expansão napoleônica, Portugal manteve seu alinhamento político à Inglaterra o que levou à tomada de decisão de remoção da Família Real Portuguesa, e sua corte, para o Brasil. O tratado, firmado em convenção secreta na cidade de Londres em outubro de 1807 pelo plenipotenciário português, Domingo de Sousa Coutinho e por George, e Canning, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da coroa britânica¹⁶.

A viagem teria início tão logo possível e no mês seguinte já estava em curso. A cidade que os transmigrados encontrariam estaria bem distante da velha Lisboa. Não só por um oceano, pelos navios Ingleses e pelas tropas francesas. Salvar a coroa havia custado caro para a Monarquia lusa e ambientar-se numa cidade nos trópicos não foi tarefa que não tenha deixado registros. Muito pelo contrário, as referências são tantas que vivem no imaginário popular, nos

¹⁵ “Alias, essa solução de retirada da Corte para o Brasil não era nova. Foi alvitada no final do século XVI e, sobretudo, durante a regência de dona Luísa de Gusmão, quando o reino foi seriamente ameaçado pelos espanhóis, de perder outra vez a sua soberania. Foi retomada por dom Luís da Cunha, no quadro de um projeto geoestratégico ambicioso. Tinha sido, ainda, alvitada em 1803 por dom Rodrigo de Souza Coutinho, por se poder “criar no Brasil um poderoso império”. Mas só foi concretizada em novembro de 1897 com as tropas de Junot à vista” (OLIVEIRA e RICUPERO, 2007, p. 10)

¹⁶ A Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza os termos desse acordo, assim como inúmeras fontes através do site <http://purl.pt/index/livro/PT/index.html>. Acesso em 22 de abril 2016.

saberes escolares, nos debates acadêmicos. A interiorização metropolitana marcaria profundamente as trajetórias dos dois lados do Atlântico.

A experiência que aqui refletimos é única, claro que todo acontecimento é dotado de uma caracterização ímpar, mas a natureza dessa é distinta: desde o início da exploração dos povos europeus das riquezas americanas nenhum monarca daquele continente havia ousado emaranhar-se nas barbas de Netuno para vir pousar com os próprios olhos o que os cronistas e viajantes pintavam em aquarelas as cores quentes que matizam os trópicos. Nem o monarca, nem a sua família, tampouco seu *incomensurável séquito*. Até 1807.

A 8 de janeiro de 1808 a viagem seria completa pra a Família Real e o desembarque na cidade do Rio de Janeiro o início de uma nova ordem a ser estabelecida. Não eram apenas o conjunto de reinantes em Portugal que desembarcariam em terras do Atlântico Sul, mas toda uma ordem hierárquica e burocrática que acompanhavam a Rainha, o Regente e demais componentes da comitiva oficial. Os impactos de tal evento seriam imediatos e se estenderiam pelas décadas seguintes.

Apesar de ser uma das mais importantes praças de comércio dos domínios lusos, de desempenhar importante função nas relações mercantis ligadas às dinâmicas imperiais não se pode dizer que a cidade do Rio de Janeiro estava preparada para as funções que viria a desempenhar dali em diante. Marcada por inúmeros acidentes geográficos das mais distintas naturezas, espremida entre morros, rios, pântanos, alagadiços, sacos, lagoas e areais apresenta paisagem muito distinta daquela que observa o migrante que desembarca hoje em terras cariocas. Enquanto colapsavam todas as estruturas existentes anteriormente outras ocupariam o seu lugar. Esse é um momento de desagregação dos antigos laços de dominação e de construção de outros.

O exclusivo colonial metropolitano, construído desde a implantação do sistema colonial de exploração, seria esmaecido e tornar-se-ia cada vez menos operante. O episódio da *Abertura dos Portos* é demonstrativo disso e de que como a sequência dos acontecimentos levaria a um constante e perceptível ganho de autonomia, para além do atento e vigilante olhar da coroa. A Carta Régia de 28 de Janeiro 1808¹⁷ extinguiu o monopólio de comércio direto ao estrangeiro com exceção dos gêneros estancados. Abria-se o mercado brasileiro para entrada de produtos das mais distintas origens que permanecessem “amigas” de Portugal. A proeminência das mercadorias inglesas seria notável, ainda mais depois de uma série de acordos firmados em 1810 que garantiam maiores vantagens alfandegárias à Grã-Bretanha. Para além disso, foram

¹⁷ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 1-2.

criadas¹⁸ secretarias de Estado, Ministérios, instalada a *Mesa de desembargo do Paço*, a Intendência de Polícia, revogar-se-ia o alvará que proibia a instalação de fábricas e manufaturas, o Erário Régio e o Conselho de Fazenda, a Fábrica de Pólvora, a Imprensa Régia, alterando o quadro de censura à reprodução de textos predominante desde o século anterior. O Rio de Janeiro cosmopolizava-se. Uma onda de diplomatas, financistas, jornalistas, profissionais liberais, pintores, artistas, escritores, funcionários régios, passaram a integrar a paisagem da cidade que adquiria uma nova vivacidade, como se pode perceber em

é essa nova função atribuída à cidade do Rio de Janeiro que vai guiar as ações edilícias da Intendência de Polícia. Estas intervenções, ao procurar adequar o espaço urbano do Rio de Janeiro à sua função de Corte, tornavam a cidade mais civilizada, segundo a mentalidade dos homens do início do século XIX. Isso, apesar de haver, durante o período joanino relativamente pouco investimento na construção de imóveis para abrigar as novas instituições culturais de todo o aparato burocrático-administrativo do Império. Construções essas que poderíamos denominar de marcos físicos de poder e Civilização, e cuja presença no espaço urbano deveria refletir através de sua arquitetura e de sua função, a magnificência, poder e a Civilização do Império. Havia-os, como por exemplo, o Real Teatro de São João (situado no Largo do Rocio e inaugurado em 1813), a Casa da Moeda (situada na rua do Sacramento e concluída em 1814), o Quartel do Campo de Santana (concluído em 1818), que abrigava divisões da Guarda Real de Polícia e Regimento das Tropas de Linha, ou a nova Praça do Comércio (inaugurada em 1820). (BARRA, 2006, p.60-61)

É nesse quadro geral de inovações que remeteremos nossa análise para o final da segunda década do século XIX. Em 1815 a ameaça bonapartista fora definitivamente afastada, com a derrota de Napoleão frente às coligações monárquicas que haviam colocado um fim ao seu ímpeto expansionista. A construção do Sistema de Metternich, responsável pela reconstrução do equilíbrio monárquico no continente europeu, a partir do Congresso de Viena (1815) seria indispensável para o esforço dinástico de manter o *status quo* tal qual era vivenciado antes dos turbulentos acontecimentos de 1789.

No quadro do Império Português reinava a paz entre os Bragança. Afastados dos conflitos do Velho Continente D. João, ainda na condição de Príncipe Regente, articulava a elevação do Brasil à condição de Reino Unido à Portugal, participava do estabelecimento da ordem dinástica vienense, casara por contrato seu filho mais velho, Pedro, com uma princesa Habsburgo, e tornou-se o único monarca europeu a ser coroado em terras americanas, após a morte de sua mãe em 1816. Enfrentou movimentos rebeldes, como o vivenciado em Pernambuco em 1817, e ainda consolidou projetos expansionistas ao anexar a província da Cisplatina nesse mesmo ano, atual Uruguai, além da invasão a Caiena, capital da Guiana Francesa em 1809.

¹⁸ Todo o conjunto de alvarás, cartas régias e demais ordenanças encontram-se disponíveis no site <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica>.

É marcante a interpretação desse período como um momento geral de institucionalização quando aproximamos a lupa reflexiva acerca das tramas que constituem a relação entre presente e passado. Como já sugerido, seja na contemplação da, dita, *história oficial*, seja em seu reflexo nas manifestações populares, seja nos debates acadêmicos, sendo o evento da transmigração uma fuga ou a mais fantástica estratégia de sobrevivência, é mister tratar esse contexto como paradigmático para a trajetória brasileira. Com relação à história das ciências no Brasil não seria diferente.

2.3 Nos tempos do Rei

A passagem da década de 70 para a década de 80 seriam marcantes não apenas nas análises acerca da história do Brasil como já vimos, mas também é um período sintomático de transformações nos campos epistêmicos que moldam as ciências sociais e humanas em um quadro geral. Em *A escrita da história* Michel De Certeau (DE CERTEAU 1882) traça distintas matrizes para o ofício do historiador. Nessa obra argumenta o caráter *suis generis* da história que enquanto é disciplina é ainda prática escrita, narrativa, prática. E no seio dessa reflexão oferece-nos uma compreensão acerca da *Operação Histórica* na qual o maior dos silêncios eloquentes presentes na práxis histórica é exposto: o *não dito*.

Lançando mão de uma série de críticas à percepção positivista da história, dada como superada e vencida, para apresentar outro patamar para o fazer historiográfico. Em sua oficina o historiador utiliza uma série de ferramentas, sua experiência, seus erros e aproximações cognitivas que não estão com o leitor quando tem em suas mãos o texto limpo. Ali, apesar do silêncio, gritam as escolhas e as escolas a quem se vincula o autor, sussurros no texto final, componentes finais da prática, das competências daquele que se dedica à escrita da história. É indispensável, ao ler um texto, saber que por trás daquelas narrativas existem escolhas, que essas escolhas são fruto, parcial, dos ânimos e humores daquele que o produziu, seu suor contudo, não estará aparente nas folhas marcadas pela infundável, porém finita, sequência de palavras que forma o livro.

Shozo Motoyama é professor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, reconhecido historiador das ciências no Brasil. Membro de academias, institutos e sociedades das mais diversas naturezas, tem produção na área da história das ciências no Brasil, na história das técnicas, na história da imigração japonesa para o Brasil, história da Universidade de São Paulo dentre outras. Em seu currículo

disponibilizado pela plataforma *lattes*¹⁹ é possível ter acesso à sua produção²⁰, assim como sua pós-graduação na própria Instituição e os cursos de pós-doutorado realizados no exterior. Contudo, onde constam as informações relativas à sua graduação? Qual sua área de origem, quais suas bases epistemológicas de formação? Os indícios estão em sua produção.

No ano de 1974, que antecede o de seu doutoramento, publicou pela editora Saraiva, um livro sob sua organização intitulado *Física – Autoinstrutiva* (MOTOYAMA, 1974, v.1 – 6). O FAI foi uma iniciativa de professores egressos do curso de licenciatura da USP interessados no aprimoramento dos índices de aprendizagem em física dos alunos da rede estadual de ensino de São Paulo que formaram o *Grupo de Estudos em Tecnologia de Física* coordenado pelos professores Fuad Daher Saad, Paulo Yamamura e Kazuo Watanabe. Motoyama colaborou com o grupo e posteriormente seguiu formação na área de história social. Trajetória comum na formação da geração de pesquisadores que se dedicaram ao campo que se abria então no país.

Entre as décadas de 40 e 60, consolidou-se uma perspectiva acerca da história das ciências no Brasil que de tão intenso aceite e reprodução perpetua-se nos meios acadêmicos, ainda que pela crítica, até hoje. Fernando Azevedo, nome de vulto na história intelectual nacional do século XX, com vasta trajetória pública, política e acadêmica, centrada nas questões relativas à educação, ao problema social brasileiro, às ciências e técnicas. Em 1956 publica *As Ciências no Brasil* (AZEVEDO, 1956) que se tornaria um dos primeiros cânones acerca da história das ciências no Brasil.

Formava-se um paradigma, antes de tudo político e prático, que entendia que a institucionalização das ciências no país somente seria possível após a criação das primeiras universidades. A Universidade do Brasil, criada a cabo das reformas educacionais propostas pelo Ministro Gustavo Capanema, e a Universidade de São Paulo, criada no seio do revés do movimento rebelde constitucionalista ocorrido no estado em 1932, seriam, assim, os dois maiores expoentes da emergência das ciências brasileiras, vencendo um passado colonial de práticas pré-científicas, amadoras, experimentais ou pueris ao extremo, ao ponto de não constituírem objeto de estudo. Colocava-se no esquecimento seletivo toda uma trajetória, que ficaria no ostracismo, mas não por mais de três décadas.

¹⁹ A Plataforma Lattes é administrada CNPq, que integra as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações, nas áreas de Ciência e Tecnologia brasileira.

²⁰ Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788388U8>. Acesso em 27/11/2016.

A geração de Motoyama, ainda muito permeada pelo marco azevedista²¹, passaria a romper, gradualmente com tal tradição analítica e a apontar para outros horizontes de reflexão, que podem enxergar as práticas científicas para além dos mitos de fundação dos quartéis centrais do século XX, alargando o horizonte de atuação intelectual. É o caso da historiadora Maria Amélia Mascarenha Dantes.

Contemporânea de Shozo, percorreu trajetória similar²², com graduação em física, especialização em física nuclear, partindo então para o campo das ciências sociais, incluindo pós-doutoramento na França. Dedicou suas pesquisas e reflexões sobre a institucionalização das ciências no país, publicando em 2001 de *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*²³ (DANTES, 2001), obra que reunia uma série de trabalhos desenvolvidos a partir do lastro deixado pelas opções de interpretação possíveis a partir dos anos 80.

Naquela década, os professores que haviam migrado dos cursos de física e criado a pós-graduação em história das ciências na USP já influenciavam com sua proposição teórica e analítica que rompiam com tradições anteriores e vinculavam-se aos novos estudos sociais das ciências. Percebia-se que em diversos campos teóricos rupturas com os paradigmas vencedores até então se sucediam com a reorientação dos prismas de análise. A cada nova detenção de interlocutores os debates aprofundavam-se constituindo e solidificando uma abordagem *nova* com constituição estética e programática cada vez mais própria.

O diálogo com tais produções acadêmica torna perceptível que é mister considerar o advento da transmigração da Corte lusitana para o Brasil como um marco na transição que levaria a rupturas e quebras nas estruturas de domínio metropolitano a partir de um conjunto de ações que propiciaram treinamento e experiências próprias capazes de alargar o horizonte de possibilidades que conduziram aos eventos que se iniciaram em 1822. Desde o início da caracterização da América Portuguesa, e frisa-se mais uma vez: em especial o Rio de Janeiro,

²¹ Como salienta Dantes (DANTES, *op. cit.*, p. 16-17) sobre a produção em história das ciências no Brasil é importante consultar Formação da Comunidade Científica no Brasil (SCHWARTZTMANN, 1979), História das Ciências no Brasil (FERRI e MOTOYAMA, 1979-1981) e o livro *Beginnings of Brazilian Science* (STEPAN, 1975)

²² Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783109H0>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

²³ Moema Rezende Vergara destaca: Este, então, é um livro sobre as instituições científicas brasileiras de 1800 a 1930. A palavra “espaços” é representativa da forma que a historiografia nacional vem tratando o tema da ciência nos últimos anos. Simon Schwartzman, por exemplo, publicou pela Universidade da Pennsylvania, *A Space for Science. The Development of the Scientific Community in Brazil*, uma apresentação de seu famoso trabalho de 1979 *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*, para o público americano. Vale notar que a palavra espaço só é introduzida no título na edição ampliada e revisada de 1991. A metáfora espaço sugere a imagem de lugares restritos de saber em meio a uma sociedade alheia à atividade científica. Esta imagem pode ter suas raízes nos anos 50 com o trabalho de Fernando de Azevedo, que via em nosso passado colonial ibérico uma resistência ao novo espírito científico, o que contribuiria também para uma predominância das letras sobre a prática científica. (VERGARA, 2003, p. 78)

enquanto centro do Império Atlântico lusitano a sequência de instituições técnicas, de ensino, de pesquisa, ou mesmo de guarda, são significativas e sintomáticas do inédito papel que estava sendo oferecido um novo papel a região de mais intensa exploração no mundo colonial português.

Na trajetória das dinastias europeias não se apresentavam dias comuns. Não é interesse desse trabalho deter-se sobre a passagem do século XVIII para o seguinte no tocante à história política europeia, mas é indiscutível que o novo estava iniciando um despontar em meio ao coração do velho. É perceptível como há uma grande preocupação com a história francesa ao final do setecentos no Brasil. Não só pela marca francófila da historiografia brasileira, mas também pelo fato de que os eventos que se desencadeariam no biênio 1789/1790 teriam um impacto tão forte que atingiriam com desdobramentos diretamente as cinco décadas seguintes.

A sociedade francesa é interpretada como aquela que vivenciou de maneira abissal a experiência do chamado *Ancien Régime*²⁴, ou melhor, daquele conjunto de experiências de fortalecimento do poder real e de construção de redes de poder que se sintetizou na expressão *absolutisme*, que levaria nossa versão vernácula: absolutismo. A prática inspirava muitas experiências dinásticas na Europa, assim como a manutenção dos círculos aristocráticos de fundamentação das hierarquias existentes. E foi justamente isso que d. João e a Corte pretendiam preservar ao abandonar Lisboa. Era, portanto, necessário reergue-la do outro lado do Mar Oceano. Não só suas estruturas de funcionamento administrativo, como aquelas marcadas pelo simbolismo das representações dos agentes sociais na teatralização exigida na vivência cortesã.

A vida na Corte é um complexo emaranhado de relações que são compostas pela colocação interrelacional de indivíduos que agrupados das mais diversas formas espalham-se ao redor do centro de convergência do poder: a realeza. Objeto de estudo e projeção, é dotada de várias faces que ajudam a compreender as tranças que compunham, em outrora, as vigas e pilares de edificação social. Segundo Elias

Nesse tipo de "corte" havia centenas, muitas vezes milhares de indivíduos reunidos e associados num mesmo local para servir, aconselhar ou acompanhar reis que acreditavam governar seus países sem restrição alguma. Devido a obrigações peculiares de parte a parte, exercidas por eles e por forasteiros, o destino de todos esses homens, sua posição na escala social, sua ascensão ou decadência, seu divertimento dependiam em certa medida, e dentro de certos limites, da vontade do rei. Uma ordem hierárquica, que podia ser muito ou pouco rígida, e uma etiqueta

²⁴ Tornou-se clássico para análise dessa questão a contribuição do sociólogo Norbert Elias *A Sociedade de Corte Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte* (ELIAS, 2001). Publicada no Brasil nos anos 70, trouxe a tona no país um autor que muito contribuiria para as análises e inflexões na área das ciências humanas e sociais. No livro busca construir um quadro reflexivo acerca das relações meândricas que constituíam as relações hierárquicas de poder no seio da corte francesa.

rigorosa os ligavam entre si. A necessidade de se impor e de se manter dentro de tal figuração conferia a todos eles uma marca característica, justamente o cunho do cortesão. Qual era a estrutura do campo social em cujo centro uma tal figuração podia ser constituída? Qual era a distribuição de poderes, quais as exigências criadas socialmente, quais as relações de dependência em jogo para que os indivíduos desse campo social viessem a renovar ao longo de gerações sucessivas essa figuração, convivendo na corte, numa sociedade de corte? Que exigências eram transmitidas, a partir da construção da sociedade de corte, para aqueles que desejavam prosperar ou apenas manter-se dentro dela? Essas são, a grosso modo, algumas das questões que a forma (ELIAS, 2001, p. 39)

Para reorganizar o cenário daquele que seria, a partir de então, o novo centro político administrativo dos alcances do Império, inúmeras licenças, ordenanças, alvarás e decretos foram realizados já em 1808. Destaca-se a carta régia²⁵ que determinou mudanças nas relações comerciais estabelecidas com o Brasil, documento que ficou conhecido como *Abertura dos Portos*, é um indiscutível sintoma das alterações em função e estrutura que seriam verificadas. Abria-se o mercado brasileiro para entrada de produtos estrangeiros das nações que permanecessem *amigas* de Portugal. A proeminência das mercadorias inglesas seria notável, ainda mais depois de uma série de acordos firmados em 1810 que garantiam maiores vantagens alfandegárias à Inglaterra, porém marcaria uma nova orientação na atenção ao consumo na região, atendendo às novas demandas trazidas com a instalação da Corte.

Para além dos interesses lusos, ou luso-ingleses, era necessário enunciar novas funções o que demandaria a criação de instrumentos para tal exercício. Ministérios e secretarias de Estado, a instalação da Mesa de Desembargo do Paço, a instituição da Intendência de Polícia, a criação da Fábrica de Pólvora, do Erário Régio e Conselho de Fazenda, do Banco Nacional, além da revogação do alvará que proibia a manutenção de manufaturas nos trópicos²⁶, são medidas que marcam essa caracterização outra então vivenciada acompanhada por todo um corpo técnico que comporia esses novos espaços e funções²⁷. O sopro de transformações era tão diverso que práticas antes proibidas e criminalizadas passavam a fazer parte do novo

²⁵ Carta Régia - de 28 de janeiro 1808 – Abre os Portos do Brasil ao comércio direto estrangeiro com exceção dos gêneros estancados. (Coleção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 1-2).

²⁶ Todo o conjunto de alvarás, cartas régias e demais ordenanças encontram-se disponíveis no site <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica>.

²⁷ Assim, afirma Sérgio Hamilton da Silva Barra é essa nova função atribuída à cidade do Rio de Janeiro que vai guiar as ações edilícias da Intendência de Polícia. Estas intervenções, ao procurar adequar o espaço urbano do Rio de Janeiro à sua função de Corte, tornavam a cidade mais *civilizada*, segundo a mentalidade dos homens do início do século XIX. Isso, apesar de haver, durante o período joanino relativamente pouco investimento na construção de imóveis para abrigar as novas instituições culturais de todo o aparato burocrático-administrativo do Império. Construções essas que poderíamos denominar de *marcos físicos de poder e Civilização*, e cuja presença no espaço urbano deveria refletir através de sua arquitetura e de sua função, a magnificência, poder e a *Civilização* do Império. Havia-os, como por exemplo, o Real Teatro de São João (situado no Largo do Rocio e inaugurado em 1813), a Casa da Moeda (situada na rua do Sacramento e concluída em 1814), o Quartel do Campo de Santana (concluído em 1818), que abrigava divisões da Guarda Real de Polícia e Regimento das Tropas de Linha, ou a nova Praça do Comércio (inaugurada em 1820). (BARRA, 2006, 60-61)

cotidiano que se formava a reboque das normativas que eram então estabelecidas. A criação da *imprensa régia* é elemento singular e representativo de tal argumentação.

Outrora proibida pelos critérios de censura e controle que forma impostos e reiterados durante o século XVII, a possibilidade de reprodução de textos é um importante patamar na *inversão* que era vivenciada. Pelo alvará de 13 de maio de 1808, determinava

tendo-me constado, que os prélos que se acham nesta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; e attendendo á necessidade que ha da officina de impressão neste meus Estados; sou servido, que a casa, onde elles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração á mesma Secretaria D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as Instrucções e Ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao meu real serviço.

Palácio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1808.

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor²⁸.

O documento não colocava a introdução da imprensa no Brasil como algo extraordinário, mas sim como uma forma de atender as demandas administrativas necessárias para o estabelecimento da Corte em terras americanas (MEIRELLES, 2006, p. 55). Apesar dos esforços de inúmeros pesquisadores em precisar o que de fato fora produzido naqueles anos iniciais (até 1822) é difícil chegar a uma conclusão final devido à inexistência de documentos sistematizados e completos sobre o assunto. Prestar-se-ia, ainda, à impressão de todo tipo de escritos, obras que iriam das Belas-Letras à Medicina, do Direito à História e Teologia, além de periódicos e livros didáticos. Lançavam-se as bases para o desenvolvimento da disseminação mais facilitada das informações e ideias na nova capital do Império Português (ABREU, 2010, p.41-67).

O primeiro periódico, *A gazeta do Rio de Janeiro*²⁹ passaria a circular em 10 de setembro de 1808. Seu devir estava vinculado à divulgação de avisos e notícias vindos da Europa e sobre o Brasil, além dos atos e diplomas legais. Guardava semelhança com a *Gazeta de Lisboa*, seguindo os padrões dos jornais estrangeiros, sendo dividida e, duas partes seção noticiosa e anúncios. Tendo inicialmente tiragens aos sábados, passou posteriormente a ter edições nas quartas-feiras e nas ocasiões marcadas por critério de excepcionalidade. (MEIRELLES, 2006, p. 57 e ss.).

²⁸ Coleção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 29-30.

²⁹ A Biblioteca Nacional disponibiliza seu acervo de periódicos no portal <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> sendo possível acessar parte significativa dos documentos que marcam a história da imprensa no país.

O jornal *O Patriota* *Jornal Litterario, Político, mercantil, &c* apesar da curta vida (1813-1814) e contando com apenas 18 números, representou profunda interferência no mundo letrado brasileiro. Manoel Araújo Guimarães, seu editor, que depois viria a ocupar o mesmo cargo na *Gazeta do Rio de Janeiro*, teve como colaboradores: José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), Domingos Borges de Barros (1780-1855), futuro Visconde da Pedra Branca, Mariano Pereira da Fonseca (1773-1848), futuro Marquês de Maricá, Manoel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), dentre outros nomes, sempre ligados a uma intrincada rede de letrados luso-brasileiros com íntima ligação com o Estado. O público composto por assinantes da nobreza instalada nos trópicos tinha leitores como D. Carlota Joaquina (1775-1830), o Conde dos Arcos, o Conde da Palma, o Conde da Ponte, o Barão de Torres Novas, o Barão do Rio Seco, dentre outros. Com tiragens mensais, e posteriormente bimestrais, contava com edições que iam comumente das 110 às 130 páginas, dedicadas aos mais diversos temas, tais como: Artes, Agricultura, Medicina, Literatura, Gramática Filosófica, História, Política, Comércio, Química, Botânica, Geografia e Mineralogia, sendo os artigos traduções, que podem ser enquadradas nas lógicas do periodismo enciclopédico. Inserido no contexto literário que passava a reinterpretar as reverberações da ilustração, já impactada por decorrência das transformações políticas europeias - principalmente as que envolviam a Revolução Francesa e a emergência cada vez mais intensa das teorias, e práticas, liberais - pode ser caracterizado como o primeiro periódico *brasileiro* a apresentar um cunho “científico”³⁰.

Elementos que comporiam o novo cenário de exposição às práticas letradas seriam reafirmados com a chegada da Biblioteca Real. Trazida em lotes entre os anos de 1810 e 1811, ainda nas reverberações das intempéries causadas pela expansão napoleônica, era considerada parte do serviço da Casa Real Portuguesa, sendo assim justificada a hercúlea transposição de livros. Como aponta Schwarcz em um momento em que todos os caminhos levavam ao Brasil, sendo para as riquezas um estatuto de segurança que também abraçava as pessoas, que fugiam da crise que mergulhara Portugal nos últimos anos (SCHWARCZ, 2002, p. 264). Partiam a Biblioteca e seus funcionários para uma jornada que havia sido iniciada cerca de três anos antes.

Seu acervo remontava ao reinado de D. José I, que após o fatídico terremoto que atingiu a capital do império em 1755 deu início à reorganização da *Livraria del Rey*. Anteriormente instalada no Palácio da ajuda, a Biblioteca reunia livros sobre religião, história, belas-artes, filosofia, ciências naturais, além de cartas cartográficas, atlas, e todo o alcance de temas que

³⁰ Para maiores informações consultar *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813 – 1814)* (KURY, 2007).

pudessem engrandecer os tesouros da Coroa. Protegida pelo Atlântico e sob o véu pacificado do Novo Mundo, a biblioteca foi reorganizada em cinco classes principais: jurisprudência, teologia, ciências e artes, belas-artes e história. O acervo inicialmente transferido foi aumentado por obras e contribuições particulares que foram franqueadas ao público a partir do ano de 1814 (SCHWARCZ, 2002, p. 264).

A paisagem da cidade do Rio de Janeiro era alterada gradativamente, tanto nas terras próximas ao centro pulsante constituído ao redor do porto e das principais praças e largos, até as mais distantes terras que margeavam os maciços que compõem os traços de seu relevo. Distantes léguas dos burburinhos do Largo do Paço estavam as terras que pertenciam a Rodrigo de Freitas e que seriam desapropriadas e incorporadas aos bens da Coroa por decreto de 13 de junho de 1808. Nela seria instalada *uma fábrica de pólvora, onde se manufacture este tão necessario genero para a defesa dos meus Estados, e igualmente para o mesmo fim outra fabrica para a fundição*³¹. Justificada pela necessidade de proteção frente às inúmeras possibilidades de ataques dos turbulentos ventos que vinham da Europa, o Príncipe Regente ordena a desapropriação de terras contíguas a uma grande lagoa e aos pés do maciço da Tijuca. Ali também seria instalado um horto de aclimação, ou como se denomina na atualidade: jardim botânico.

Reflexo de práticas que se estendem desde o século XVI, atravessaria a idade moderna tendo a incumbência de coletar informações e promover estudos a respeito de botânica em geral e aplicada à agricultura, à medicina e todo um universo de informações que fossem possíveis de serem obtidas pela observação, reprodução e aclimação. Em Portugal o Jardim Botânico da Ajuda representava o melhor exemplo de implantação de uma política ilustrada espelhada em ações ligadas a atuação da Coroa. Sua atuação, juntamente com a reforma da Universidade de Coimbra em 1772 e a criação da Academia de Ciências em 1779 formariam um tripé responsável pelo aprimoramento e aperfeiçoamento de práticas e políticas desenvolvidas dentro das lógicas imperiais (BEDIAGA, 2007, p. 1134). Sanjad destaca que

“O governo português começou a estruturar uma rede para o cultivo de espécies vegetais a partir da década de 1760, quando foi criado o Jardim Botânico da Ajuda, com o fim explícito de coordenar a coleta e a classificação dos produtos naturais provenientes das colônias. Essa iniciativa estava vinculada a uma política de Estado fortemente influenciada por princípios fisiocráticos, e que também foi responsável pela reforma do ensino universitário, pela organização de expedições e pela criação de academias e de instituições científicas. Nesse contexto, coleções de produtos naturais e informações geográficas, expressas em mapas, desenhos, roteiros, relações

³¹ Decreto de 13 de junho de 1808. (Coleção das Leis do Império do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 52).

e memórias, ganharam importância estratégica para o conhecimento e gestão do território.” (SANJAD, 2010, p.20)

O do Rio de Janeiro, seguindo a tradição lusitana, teria suas atividades focadas na aclimação de espécimes, em especial daquelas consideradas, *especiarias*. D. Rodrigo de Souza Coutinho ficou responsável pelas atividades desenvolvidas, acumulando a função de também administrar a Fábrica de Pólvora. Uma diferença com relação ao seu espelho em Portugal ficaria então instalado distante da residência real, traço que pode ser atribuído à necessidade da proteção das atividades, que também incluíam no mesmo espaço a produção de peças de artilharia. Sua criação não seria, contudo, a única ação que partiria da Coroa dentro das ações voltadas para a investigação de flora, fauna e similares (DOMINGUES, 2001, p. 28 – 29).

Como retaliação à invasão francesa à Península Ibérica tropas portuguesas reuniram-se no Pará e atacaram a Guiana Francesa anexando-a em 1809. O jardim de Caiena seria, então, integrado a uma rede que começava a ser formada, incluindo aí os de Olinda e o recém-criado na nova Corte. A rede que seria formada, apesar de efêmera, constituiu uma das mais notáveis iniciativas da Coroa instalada no sudeste da América Portuguesa em responder e atender a demandas de institucionalização de práticas científicas que atendessem a lógicas próprias da constituição de um espaço ultramarino de domínios.

Além de atender as necessidades próprias das funções burocráticas e administrativas concernentes às atividades políticas e econômicas do Império, fazia-se necessário atender também as demandas geradas pelo deslocamento do significativo contingente populacional que desembarcou em 1808 e, como já citamos, nos anos seguintes. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos,

a sua população era de quase 43.376 habitantes em 1799, elevou-se para cerca de sessenta mil em 1808; em 1819 já era de aproximadamente oitenta mil pessoas, alcançando um total de 112.695 habitantes no ano do regresso da Família Real para Portugal. Parece-nos que tal crescimento não pode ser creditado apenas ao número de indivíduos desembarcados com D. João, e sim ao aprofundamento das funções que a cidade exercia [...] Como nova sede da monarquia portuguesa, a cidade ampliou suas funções de centro administrativo, além daquelas eminentemente mercantis.” (MATTOS, 1999, p. 48).

O Rio de Janeiro, apesar de já figurar enquanto centro político da América Portuguesa e de apresentar protagonismo no seio das atividades comerciais do Império não era uma cidade que se comparasse a qualquer cidade europeia. A experiência laboratorial que se daria representaria uma direta importação de hábitos e padrões europeus não pelo simples espelhamento, mas pela absorção direta pela convivência. Isso pode ser compreendido pela importação de padrões de convivência e de gestão e controle da ordem e demais normatizações. Na construção das vivências médicas tal cenário não só se confirmaria, mas com o passar das

décadas mostrar-se-ia cada vez mais enraizado e normatizado na sociedade que, então, adquiria novos moldes.

Devido ao caráter de imposição de controle às mais diversas práticas como já tratamos no caso da imprensa, o exercício da medicina era restrito, de limitado alcance e facultado somente a físicos e cirurgiões que fossem portadores de atestado que comprovasse habilitação e licenciamento do cirurgião-mor do Reino, de acordo com a regulamentação estabelecida em maio de 1800. Com atuação restrita, estava limitada à realização de sangrias, aplicação de ventosas, cura de feridas e de fraturas, não sendo permitida a administração de remédios internos, o que era resguardado a aqueles com formação em Coimbra (FERREIRA, FONSECA E EDLER, 2001, p. 63). Esse quadro seria alterado de maneira crescente a partir de 1808.

Naquele ano, seriam criadas as escolas médico-cirúrgicas das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. É perceptível que seu intento motivador estava ligado ao atendimento daqueles serviços que de compreensão pública viessem a necessitar de quadros qualificados para as alterações que estavam por vir. Rompiam-se laços de dominação e monopolização metropolitanos, impacto simbólico e prático que se abria espaço para o desenvolvimento de práticas antes restritas, que ainda atendiam ao serviço de círculos ainda mais restritos, mas condizentes, e pertencentes, às lógicas aristocráticas.

O contato entre imigrantes, colonos, escravos e os mais diversos segmentos que compunham a sociedade luso-brasileira naquele cenário poderia ser desastroso no ponto de vista médico, principalmente no tocante à dispersão e avanço, de doenças por vezes de maneira epidêmica, como era o caso da varíola. A doença que secularmente atingia a população europeia, e onde a mesma deitou presença, já fora utilizada até como instrumento em guerra, e é costumeiramente apontada como uma das responsáveis pela dizimação de inúmeros grupos populacionais indígenas americanos. Sua manifestação corpórea com a formulação de pústulas, principalmente no rosto, fazia dessa enfermidade uma das doenças mais temidas do período e das décadas vindouras, até a sua erradicação. O fator que gerava maior preocupação estava no fato da mesma não apresentar distinção social, plebeus e nobres, aristocratas ou homens comuns podiam ser atingidos pela mesma.

Tânia Maria Fernandes (FERNANDES, 2010) endossa tal argumentação ao tratar da criação da Junta Vacínica³² da Corte em 1811. Responsável pela vacinação antivariólica seguia os moldes e orientações assumidas em diversos países europeus, como era possível verificar na

³² Criada pelo decreto de 4 de abril de 1811, a Junta da Instituição Vacínica da Corte tinha por atribuição a propagação da vacina antivariólica.

Inglaterra, com a atuação do Instituto Vacínico Inglês, na França com o *Le Chambon*, ou mesmo com expressão portuguesa alcançada pela Academia de Ciências de Lisboa no seu esforço pela difusão da vacina. Representava, portanto, mais um passo dado no caminho da institucionalização das práticas médicas a partir da atuação, embora não monopólio, do Estado, mais uma vez atendendo às necessidades geradas pelo estabelecimento de fronteiras que estavam dentro das demandas cortesãs, assim como afirma Fernandes

A Academia Real de Ciências de Lisboa, referindo-se à criação da Junta Vacínica do Brasil, ressaltou a sensibilidade de D. João VI em relação à doença – por ter dois irmãos e um filho falecidos por agravamento de varíola, tornou-se um difusor da vacinação [...] De fato, essa deve ter sido uma importante justificativa para a criação da Junta Vacínica, bem devem ser destacados fatores econômicos e políticos, principalmente relacionados aos países europeus, bastante significativo para a política traçada por D. João VI (FERNANDES, 2010, p. 25).

Caso parta-se da compreensão de que a ciência é produto das ações humanas e como tal é constituída por disputas que são próprias das interações de poder que são constitutivas das estruturas sociais e que dão significado aos arranjos que possibilitarão a perpetuação de práticas e falas, será perceptível uma característica muito específica na tradição que estava se fundando. Nessa perspectiva analítica coloca-se uma divisa que acompanhará todo este trabalho: os intentos e elementos que tornaram possível a introdução e enraizamento de uma cultura científica na América luso-brasileira, apresentava caráter marcadamente aristocrático e é no seio de suas tensões e demandas que se constituiria aqui uma *comunidade científica*.³³

Esse grupo seria marcado por traços que são não só espelhos da sociedade, mas também peças para a compreensão de suas estruturas. É constituído por inter-relações que inicialmente refletiam lógicas de domínio luso e que gradativamente, na continuidade da corte no Brasil, e principalmente, pós-independência, se tornariam cada vez mais características e explícitas de uma sociedade marcada pelo binômio monarquia-escravidão. Um novo conjunto de especialistas, uma nova *comunidade* formar-se-ia, constituindo suas lógicas e regras internas.

O paradigma joanino é contundente e reproduzido com força na historiografia que se dedica à compreensão das rupturas que seriam vivenciadas no início do século XIX, assim como

³³ Tomamos aqui o termo utilizado por de Schwartzman, em sua obra *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil* “Em sentido lato, uma “comunidade científica pode ser entendida como um grupo de indivíduos que compartilham valores e atitudes científicas, e que se inter-relacionam por meio das instituições científicas a que pertencem. Diz-se que uma comunidade científica é formada por indivíduos que têm em comum habilitações, conhecimentos e premissas tácitas sobre algum campo específico do saber. Nessa comunidade, cada indivíduo conhece seu campo específico e algo das áreas adjacentes [...] a comunidade científica funciona como um grande mercado que estimula naturalmente o que é mais importante, e deixa de lado o que é menos significativo; caberia à sociedade como um todo financiá-la sem procurar influenciar o modo como esses fundos são utilizados. SCWARTZMAN, 2001, p. 23-24)”

suas continuidades na sociedade que se montava. No tocante à história das ciências, o marco é utilizado principalmente, para a compreensão da história das instituições e práticas científicas que ganhariam força de projeto e de tradição. Como afirma Bourdieu,

“...é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico, é um modo social e como tal faz imposições, solicitações, etc., que são no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo global que o envolve” (BOURDIEU, 2004, p. 4).

Na teoria do campo proposta por Bourdieu temo-o enquanto representação de um espaço simbólico na qual as disputas entre os agentes são determinantes na validação e legitimação das representações. É nessa seara que se estabelece o poder simbólico. Consegue, a partir da construção de seu *habitus*, impor um código normativo que é capaz de projetar significações, e impor símbolos, dotados de legitimidade e capacitados para serem reproduzidos. É assim com relação ao campo científico. O mesmo é definido pelo estado das relações de força, que se apresenta como base do mesmo, intermediado por estratégias como as de conservação ou de transformação.

Nesse sentido, quanto mais autônomo o campo mais refrativo, ou seja, resistente às pressões externas concernentes ao mesmo, torna-se, enquanto no oposto, verifica-se a maior suscetibilidade à imposição de questões que poderiam ser afastadas do mesmo, como os interesses de cunho político ou econômico. Porém, deve-se ressaltar que as adesões às influências externas podem ou não serem tratadas como não científicas ou mercantilizadas.

O autor concebe que o objeto analisado não é independente do ato de conhecimento e da própria ciência que o torna possível. O mesmo possui influência direta na sociedade, é capaz de atingir o que pode ser chamado de senso comum. É parte de sua ritualização.

Constituído ao redor de uma comunidade científica organizada a partir de relações político-nobiliárquicas e de fundamentação aristocrática, o campo científico no Brasil refletiu tais características na constituição das práticas e tradições que se afirmariam nas décadas seguintes e que atravessariam o período monárquico.

Perceba-se que o acesso às chaves que conduziam aos espaços de debate e interlocução científico-intelectual era restrito no período e assim permaneceria por todo o século XIX e meados do XX. Ter em mãos as ferramentas que eram próprias das oficinas e centros a quem foi creditada a legitimidade de fala e ação é, indiscutivelmente importante, mas por si só não explicará o sucesso ou derrota de teses ou projetos. Está em jogo, entre tais características, o capital científico. Segundo o mesmo autor (BOURDIEU, 2004, p. 23 e ss.) esse capital é uma forma muito específica do que o mesmo define enquanto *capital simbólico* constituído pelo

reconhecimento que é atribuído pelo conjunto de pares concorrentes no interior do campo científico.

Constituído por duas naturezas distintas, a de poder institucionalizado – próprio das hierarquias administrativas – e o prestígio alcançado – esse representado pelo acúmulo de reconhecimento perante os pares encontraria nesse cenário tão específico, caracterização ímpar. Os exemplos que antes tratamos, são exemplares no tocante ao atendimento das demandas imediatas geradas pela corte (imprensa, biblioteca, horto, escola médico-cirúrgica, junta vacínica), mas o que receberá maior atenção de nossa reflexão tanto pelos personagens que atuam na sua instituição, quanto pelo papel que lhe é atribuído, assim como pelo seu lugar de fala é criada em um cenário já bem distinto daquele dos turbulentos 1808 e seguintes.

Em 1815, o ímpeto despótico da expansão napoleônica sofreria seu último e duro golpe. Derrotado, expurgado de seu poderio político e militar, seria página virada forçosamente pelas agências absolutistas. Congregados na cidade de Viena, representantes das dinastias reinantes em Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra, Portugal, Espanha, França, entre outras, decidiriam sobre o futuro das relações políticas no Velho Continente. O *establishment* monárquico impunha-se sobre o sopro liberal que se iniciara em 1789. Norteados por princípios que propunham a legitimidade real, o equilíbrio entre as dinastias e as compensações causadas pela tormenta francesa marcaram o (re)início do século XIX. A força reacionária agia contra os agentes de contestação, e claro, contra seus *radicalismos*.

Nesse momento um novo quadro desenha-se nas relações estabelecidas entre o Brasil e sua posição frente o Império Português. Como condição para participar das decisões do Congresso de Viena a autoridade real portuguesa acabou por elevar a condição de Vice-Reino para Reino Unido a Portugal e Algarves. Tal ato representa um alargamento nas transformações iniciadas em 1808. As estruturas de dominação apresentavam cada vez uma frouxidão mais explícita, a chegada do comércio diretamente estabelecido com a Inglaterra, a chegada de um contingente burocrático, técnico, científico e administrativo eram cada vez mais marcantes na sociedade que se reorganizava na Corte instalada no Rio de Janeiro.

A elevação da condição política brasileira demonstra que se não havia interesse imediato no retorno à Portugal no período posterior à derrota de Bonaparte, as demonstrações de estabilidade da administração imperial ao sul do Atlântico conferiam aos Bragança uma segurança que certamente não encontrariam em território metropolitano. A situação lusa era complicada após anos de ocupação franco-inglesa. Os súditos da rainha esperavam pelo seu retorno imediato, assim como o de seu filho regente, o que não aconteceria nos próximos cinco anos. D. João seria coroado rei, artistas viriam retratar sua corte, seu *séquito incomensurável*

aumentava, enquanto sua presença nos trópicos era saudada como salutar para a América Portuguesa. É nesse cenário, quando se completava uma década de presença no atual reino unido, que um novo passo seria dado na construção dos quadros de constituição do campo científico no Brasil.

2.4 Às musas, o Atlântico Sul...

DECRETO – 6 de junho de 1818

Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Sant'Anna que manda comprar e incorporar aos proprios da Corôa.

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes do Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do commércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciaes de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça hum Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, machinas e gabinetes que já existem dispersos logares; ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear. E sendo-me presente que a morada de casas que no Campo de Santa Anna occupa o seu proprietário, João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e commodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendel-a pela quantia de 32:000\$000, por me fazer serviço: sou servido acceitar a referida offerta, e que se procedendo à competente escriptura de compra, para ser depois enviada ao Conselho da Fazenda, e incorporar-se a mesma casa nos próprios da Corôa, se entregue pelo Real Erario com toda a brevidade ao sobredito João Rodrigues a mencionada importância de 32:000\$000.

Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho de Estado,

Ministro, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino, encarregado da presidencia de mesmo Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1818. Com a rubrica de Sua Magestade³⁴.

A transição entre os anos 90 e os anos 2000 no tocante à produção da história das ciências no Brasil é de intensos debates e alargamento das reflexões que cada vez mais ganhava fôlego em apontar para objetos de estudo que fugissem do grande estatuto de análise que se construía desde os anos 50 do século passado, como aqui já alertamos. Nessa seara é publicada em 1997 a obra *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX* (LOPES, 1997) de autoria de Maria Margaret Lopes. Defendida quatro anos antes sob o título de *As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no século XIX*³⁵. (LOPES, 1993), a tese central da autora é uma plena desconstrução do argumento de que o desenvolvimento das

³⁴ Decreto de criação do Museu Nacional, 18 de junho de 1818, BR. MN. MN. DR, CO.AO 2.

³⁵ Lopes, foi orientanda de Maria Amélia Dantes, é geóloga com especialidade em geofísica, mestrado em educação e doutorado em história social pela USP Dados disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793564H8> (Acesso em 28 de novembro de 2016)

práticas científicas no país. Estava sendo desvelado outro campo analítico para a historiografia sobre as ciências no país.

Na análise da autora tem-se o tratamento da institucionalização de práticas científicas no país para além dos paradigmas estabelecidos por Fernando de Azevedo. Vai ao século XVIII para encontrar uma tradição luso-brasileira que se reafirmaria no seguinte com a transmigração da corte portuguesa para o Brasil em especial com a fundação de uma instituição que tomaria a atenção de boa parte de sua análise: o *Museu Real* (MR), posteriormente *Museu Nacional* (MN).

A dinâmica museal é inserida enquanto objeto de análise na demarcação daqueles que seriam identificados como *locus* das atividades científicas no oitocentos. Entende que em tal perspectiva tem-se no país uma capacidade seletiva e promotora, e não simplesmente reprodutora, de conceitos e projetos, normalmente integrantes das relações de constituição internas da ciência sob a tutela. A *descoberta das ciências* no país é apresentada a partir de marcos que passaram por um processo de resignificação profundo na historiografia brasileira. Inserida no quadro das transições da situação colonial para outra na qual a independência política seria conquistada e consolidada, a autora registra a criação da referida institucional como iniciadora de uma tradição que seria reproduzida nas décadas seguintes, a partir do lastro aberto em 1818³⁶. Situamo-nos, portanto, no seio de uma corrente que credita às práticas desenvolvidas entre os séculos XVIII e XIX validade e legitimidade e que se propõe a compreender a sua construção e perpetuação no horizonte luso-brasileiro. Assumimos aqui filiação a tal postura interpretativa e a ela damos eco.

As palavras são providas de sentido histórico e, portanto, são compreensíveis a partir do regime de historicidade na qual estão inseridas. Não é complicado percorrer o caminho que dá origem ao conceito de *museu*. Chegando à Antiguidade Clássica, em especial aquela que tem origem na civilização helênica, encontramos referência ao *espaço de culto as musas*³⁷, as nove deusas que presidiam as artes liberais, *Calíope* a eloquência, *Clio* a história, *Erato* a poesia lírica, *Euterpe* a música, *Melpômene* a tragédia, *Polímnia* a musica cerimonial, *Tália* a comédia, *Terpsícore* a dança, *Urânia* a astronomia. Filhas de *Mnemósine* - Filha de Urano (Céu) e Gaia

³⁶ No campo da cultura científica houve, de fato, um brusco salto de qualidade e quantidade. Esse aumento repentino das atividades científicas, com a criação de instituições, cursos de divulgação da Ciência, proporcionado pela excepcionalidade da instalação da corte real portuguesa em terras brasileiras, só eventualmente poderia se ajustar às condições objetivas existentes. [...] Houve de fato um pipocar de ocorrências na cultura científica, algumas de vida efêmera, outras duradouras. Porém, a análise desses dois conjuntos de ocorrências indica que as pretensões não só do governo, mas também da iniciativa privada, ultrapassaram as exigências da estrutura socioeconômica instalada no século anterior. (OLIVEIRA, 2005, p.301).

³⁷ *Museu*. Templo das musas, lugar destinado à reunião e exposição de obras de arte de peças e coleções científicas, ou de objetos antigos. Do latim *museum*, derivado do grego *mouseion* (de *mousa*, musa) Adaptado de CUNHA, 2010, p 443.

(Terra) é uma das Titanides, é a memória personificada - encantavam os homens, inebriando-os para criação, inspirando-os com seus sopros divinais. Com o avanço do monoteísmo cristão, as musas perderam sua capacidade de encantamento e o templo que outrora fora destinado ao seu culto ganharia nova conotação e semântica. Atravessando o medievo e atingindo a idade moderna ocidental, temos o desenvolvimento de práticas que acabariam por caracterizar o advento da atual concepção de museu.

Durante os séculos XVII e XVIII, o colecionismo ganhou especial espaço entre as dinastias europeias. Vivia-se um especial afã em torno de uma cultura material muito específica e de alcances significativos. Organizadas, para serem expostas ou não, apresentavam um intento que variava do didático ao explicativo. A coleta, organização, guarda e proteção dos objetos ganhavam conotação de distinção entre as nobrezas e gradativamente os gabinetes, em especial os de *curiosidades*³⁸, tornavam-se cada vez mais presentes. No universo lusitano não seria diferente.

Como anteriormente já sugerimos, na segunda metade do setecentos não seria abalada somente pelo terremoto de 1755, mas também pelos impactos das transformações introduzidas pela administração do Marquês do Pombal. Identificado como um dos principais responsáveis pelo enraizamento de uma cultura ilustrada em Portugal acabaria por deixar uma tradição que seria revisitada pelas gerações futuras. Segundo Kenneth Maxwell, “as reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1997, p.104).

Admitindo a dinâmica imperial como critério, houve o estímulo para a criação de redes que atingissem as mais diversas presenças do Império Lusitano, mas que atendessem em especial os interesses da metrópole. O esboço inicial traçado por Pombal encontraria em outros nomes da administração local, em especial com D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812). Homem de fulcral importância para o Estado português teve atuação, para além daquelas aqui já descritas, na *Tipografia do Arco do Cego* – criada em 1799 tinha por objetivo a produção de impressos que pudessem circular nos alcances do Reino e do Império, em especial em espaços como o Brasil, região na qual a reprodução de textos era proibida, mas que demandava por textos impressos pelas suas características político-econômicas, passando pelo *Jardim da*

³⁸ “O A partir do século XVI foram surgindo os Gabinetes de Curiosidades, que eram amplos salões destinados a abrigar as coleções de História Natural. Esses acervos pertenciam aos colecionadores, que eram, na maioria das vezes, membros da nobreza e os objetos eram oriundos das expedições ao Novo Mundo. Essa grande variedade de objetos por si só carregam uma linguagem a ser decifrada. Um acervo pode reconstruir para nós a história que os objetos guardados têm para contar com a sua presença nesses gabinetes. A partir do acúmulo desses “achados e guardados” nessas coleções de objetos curiosos, a compreensão do mundo realmente mudou e a História Natural pôde desenvolver-se como “ciência moderna” (PEREIRA, 2006, p. 1 e 2).

Ajuda, tendo como lente Domingos Vandelli (1735-1816), naturalista italiano apontado como um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de estudos relativos às ciências naturais em Portugal e junto à própria Academia de Ciências de Lisboa. Assim temos que

atração pelo universo da natureza é, de facto, detectável entre os colecionadores joaninos, tanto quanto entre os seus contemporâneos peninsulares europeus, tipificando bem valores culturais e aspirações colectivas em transito (do barroco às luzes) e ilustrando a irrupção de interrogações científicas de tipo novo (...) a aspiração à síntese (perseguida desde a Antiguidade), entre Arte e Natureza, conduz estes gabinetes de curiosidades (a wundrkammer alemã, ou a camera di meraviglie e o studiolo italianos) ao entesouramento extravagante de objectos raros e mosntruosos. A cultura da curiosidade neles revia as anomalias da natureza, explorando um efeito visual que exaltava o prodígio da Criação. (BRIGOLA, 2003, p. 69-70)

Desenvolvia-se naquelas terras uma percepção lógica dos saberes que pretendia propor uma nova organização para os complexos naturais e humanos, a partir dos modelos cognoscíveis desenvolvidos pelos mais diversos critérios de validação e de afirmação dos saberes, em especial o das ciências naturais. Dos jardins botânicos às coleções, promovia-se uma tentativa de reprodução da natureza em um ambiente que pudesse ser explorado pela ação humana e apresentado ao mundo a partir da sua classificação. Aos livros, reprodução bidimensional limitada da riqueza da materialidade tátil, o papel de levar ao leitor a aquele ambiente. Os espécimes, coligidos e organizados, representação máxima do real, e não sua imitação ou cópia, a coroação da atuação colecionista. Nome, número, localização, era possível catalogar a existência:

Às palavras e à iconografia dos livros, amassados em bibliotecas (fonte tradicional do conhecimento), juntava-se agora a exposição cênica das espécies, inventariadas e reconstituídas, sem lacunas, na grande cadeia dos seres. Utilizar, pois, a visibilidade de um objeto integrado numa coleção como prova científica de sua existência e das suas propriedades naturais, tornar-se-ia rotina (...) (BRIGOLA, 2003, p. 84)

É nesse contexto que é criada em 1784 na América Portuguesa a *Casa de História Natural, que ficaria mais popularmente conhecida como Casa dos Pássaros* (CP). Era o tempo do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos³⁹ e vivia o Rio de Janeiro um período único de sua

³⁹ “Nasceu em Lisboa, Portugal, em 1º de novembro de 1742. Formou-se bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra. Foi juiz e desembargador do Tribunal da Relação do Porto, da Casa da Suplicação e da Mesa do Desembargo do Paço; conselheiro de Estado, e vereador do Senado da Câmara de Lisboa. Foi o décimo segundo vice-rei do Brasil, e esteve no governo entre os anos de 1779 e 1790, tendo sucedido o marquês de Lavradio. Seu governo na colônia foi marcado pelo reformismo ilustrado que caracterizou Portugal nesse período, voltado para o fomento à economia, especialmente a agricultura, a melhoria da administração, o controle dos descaminhos, as obras públicas e o apoio às sociedades literárias e científicas. Apoiou o cultivo do cânhamo, do anil e a indústria da cochonilha. Realizou importantes intervenções urbanísticas, de melhoramentos e embelezamento, como o Passeio Público do Rio de Janeiro, primeiro jardim público do país, projetado em 1773 pelo Mestre Valentim, e inaugurado dez anos mais tarde. [...] Deu suporte às pesquisas botânicas do frei José Mariano Veloso, chefe de uma expedição científica pela província do Rio de Janeiro (1783-1790), que deu origem à publicação *Flora Fluminensis*. Criou ainda, em 1784, um gabinete de estudos de história natural, a chamada Casa dos Pássaros. Em 1786 aprovou a fundação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, dedicada à difusão das luzes, de temas

trajetória colonial. De campo batalha, entre franceses e lusos pelo domínio da Baía de Guanabara no século XVI, à praça de comércio no século seguinte, a cidade havia expandido sua importância a ponto de tornar-se capital da principal colônia portuguesa no século XVIII. O Brasil saía do *status* de colônia e passara a de Vice-Reino o que em termos práticos trazia mudanças que significavam uma maior presença do domínio lusitano, inclusive em forma de representação do Estado.

Segundo Lopes, durante mais de vinte anos a CP foi responsável pela coleta, organização, armazenamento e preparo de objetos, que iam de produtos naturais à adornos indígenas para serem enviados para Lisboa (LOPES, 2009, p. 26-27). Prática que seguiu durante as administrações seguintes, tornando-se prática costumeira o envio desses espécimes para a Metrópole (CARVALHO, p.30, 1977). São escassos os registros sobre a atuação da CP e muito do que se compreende de sua atuação vem sendo repetido pelos trabalhos acadêmicos sem grandes contribuições. Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o *Xavier dos Pássaros*, é apontado como o principal responsável pelo seu funcionamento. A sua tutela fora colocada a responsabilidade de coletar e preparar os itens que seriam enviados ao Reino, sendo ainda atribuída ao mesmo a responsabilidade de ensinar⁴⁰ as práticas próprias do ofício que desempenhava. É difícil apontar o início do funcionamento desse espaço, assim como qual o volume do que foi coletado, produzido e enviado a Portugal.

Os indícios apontam que durante a administração do Conde de Rezende⁴¹, o estabelecimento foi perdendo força e, principalmente, após o falecimento de Xavier dos Pássaros em 1810, quando assume o seu lugar o Luiz Antônio da Costa Barradas. Ainda segundo Lopes, o edifício que sediava a CP desapareceria entre esse ano e o seguinte, para dar lugar a um serviço de lapidação de diamantes, e depois ser derrubado para dar lugar ao Erário Real. A trajetória que se segue de inoperância leva ao fechamento em 20 de julho de 1813, quando manda extinguir o *Museu da Corte* (LOPES, 2009, p. 25). Os bens da antiga Casa, que iam de móveis a peles de animais, insetos e mamíferos, seriam transferidos posteriormente para o Arsenal de Guerra, por ordem do diretor da mesma - o Tenente Coronel Carlos Antonio

científicos e literários, e que seria fechada no fim de seu governo, em 1790". (Adaptado de <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=9040>. Acesso em 6/8/2016)

⁴⁰ Teve apenas dois discípulos durante o tempo que esteve à frente da Casa: Francisco Xavier de Matos e João de Deus Matos. Juntamente com esses dois, sua equipe era composta por três serventes e dois caçadores e de caboclos selecionados no Arsenal de Marinha (NETTO, 1870, p. 11-13).

⁴¹ Foi durante o seu período enquanto administrador que foram julgados os envolvidos na ocorrida em Minas Gerais em 1789, fechou-se a Academia Literária do Rio de Janeiro assim como foi responsável pela criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho em 1792. Foi Vice-Rei do Brasil entre 1790 e 1801. (Adaptado de http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/cmb20110320.htm, Acesso em 23/8/2016)

Napion (1757-1814), depois de passar cerca de um ano guardados em caixões sob a tutela de Costa Barradas (NETTO, 1870, p. 15).

Sob uma ótica objetiva de análise, não se pode afirmar que o abandono do projeto iniciado no século anterior com a fundação da CP tenha significado a sua dissolução frente aos interesses depositários da Coroa. A sua criação remonta um quadro que gradativamente foi sendo desmembrado e reconstruído em um curto espaço de tempo. Não seria de interesse de Portugal abandonar a exploração daquilo que lhe conferia imagem e tutela de riqueza em um século em que o continente americano seria *redescoberto* pelos naturalistas. O que percebemos é que nos (re)arranjos que eram necessários com o advento da invasão napoleônica levaram a medidas de caráter mais emergencial, para atender às demandas da Corte. Passado o epicentro da crise outros arranjos podem ser montados. Contudo, da crise emergiriam novas práticas que são importantes para o nosso intento.

A revolução de 1879 provocou abalos sistêmicos na ordem social e política imperante no Velho Mundo. E é justamente do velho que se molda o novo na erupção das revoluções burguesas que se estenderiam por todo o século XIX, coroando com a Grande Guerra a derrocada da ordem dinástica. Françoise Choay afirma que é nesse contexto que teve início o processo de organização dos instrumentais técnicos e jurídicos que levariam à proteção daquilo que passaria a ser considerado patrimônio, mas não um de qualquer natureza, aquele que pode ser identificado enquanto *patrimônio francês*.

Dois processos distintos seriam perceptíveis: o primeiro, referente à transferência dos bens do Clero e da Coroa para a *Nação*; já o segundo remete à destruição material do que simbolicamente estava sendo derrubado. Nessa seara, a defesa dos *bens nacionais* levaria à produção de métodos e inventários que teriam por função a descrição e salvaguarda dos registros que interessassem ao povo francês, assim como promover a proteção do que fosse relevante para o mesmo. Já os *bens móveis* seriam constituídos por coleções particulares que posteriormente seriam depositadas nos *museus*. Seria assim formado o museu dos monumentos da França pelo contínuo acúmulo de suas partes (CHOAY, 2001, p. 96-100). Essa nova concepção não ficaria restrita a aquele país e encorparia uma tradição que estava se constituindo.

A dinâmica que se afirmava sopraria pelo Velho Continente, transformando a criação de museus em um novo instrumento sociopolítico, cultural e científico. Nesse prisma, temos em 1808 a fundação do *Museu Real dos Países Baixos* na cidade de Amsterdã. Dois anos depois o *Altes Museum* em Berlim; em 1852 o *Museu Hermitage* na cidade de São Petersburgo. Todos antecedidos pelos já existentes *Museu Britânico* de 1753 e o *Museu de Belverde* em Viena

inaugurado em 1783 (SUANO, 1986, p.29). Os ventos que soprariam na Europa central também o fariam na Península Ibérica.

Na segunda metade do setecentos, a ilustração havia ganho força em Portugal. Como anteriormente indicamos, durante a administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, muitas transformações foram percebidas na organização do Estado português. O esboço inicial encontraria ecos em outras figuras, sendo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, a mais exemplar. Desde a implantação da Tipografia do Arco do Cego⁴², passando pela atuação junto ao Jardim Botânico da Ajuda, cujo principal lente era Domingos Vandelli (1735-1816)⁴³, assim como na sua atuação junto à própria Academia de Ciências, era um herdeiro da tradição pombalina de filiação a ilustração europeia. O desenvolvimento das ciências naturais em Portugal poderia representar um alargamento nas possibilidades de exploração do próprio Império. Serão constituídas estratégias de ordem imperial para a construção de redes para elaboração e distribuição dos saberes apreendidos. Figuraria a administração portuguesa próxima de modelos tidos como de maior alcance de desenvolvimento como o inglês e mesmo o francês: o que aproximava a administração lusa de outras como a inglesa, ou mesmo, a francesa (KURY, 2004, p 111). Passado o impacto e as reverberações de 1789, fazia-se possível colocar os planos gerais na ordem do dia.

Em sua *operação*, o historiador depara-se constantemente com documentos de tipologias, e lógicas, variadas. Aqueles que são parte do escopo *oficial*, tais quais as leis, determinações, registros de ofícios, atas, guardam em sua natureza características especiais. Um decreto é, antes de tudo, uma ordem, que responde a uma natureza hierárquica que emana de alguma instância ou representação superior. Ou seja, percebe-se que há a constituição de uma rede, um emaranhado de relações, que são encimadas pela figura do Rei, seguido das representações de seu conselho, até aqueles que serão designados e suas funções. Contudo, um documento apenas não encerra a questão.

⁴²A política editorial do Arco do Cego caracterizou um momento de transformação nas práticas portuguesas, que costumavam censurar tudo aquilo que pudesse fornecer às potências europeias informações sobre os produtos coloniais. Em 1800, Frei Veloso publicou trechos do livro ‘Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas’, do jesuíta Antonil (Giovanni Antonio Andreoni), que havia sido censurado em 1711, por conter informações sobre localização de riquezas e métodos de preparo do açúcar. Muitos outros títulos publicados pela editora dizem respeito direta ou indiretamente ao Brasil. (Adaptado de <https://www.bn.gov.br/explore/colecoes/tipografia-arco-cego> acesso em 21/8/2016)

⁴³ Como afirma João Carlos Birgola atração pelo universo da natureza é, de facto, detectável entre os colecionadores joaninos, tanto quanto entre os seus contemporâneos peninsulares europeus, tipificando bem valores culturais e aspirações colectivas em transito (do barroco às luzes) e ilustrando a irrupção de interrogações científicas de tipo novo (...) a aspiração à síntese (perseguida desde a Antiguidade), entre Arte e Natureza, conduz estes gabinetes de curiosidades (a wundrkammer alemã, ou a camera di meraviglie e o studiolo italianos) ao entesouramento extravagante de objectos raros e mosntruosos. A cultura da curiosidade neles revia as anomalias da natureza, explorando um efeito visual que exaltava o prodígio da Criação. (BRIGOLA, 2003, p. 69-70)

A sociedade luso-brasileira, tal qual aquelas que se constituíam em torno da vivência monárquica, apresentava sua hierarquização constituída por profundos traços de estruturação aristocrática. As relações de poder, as disputas políticas, as interposições intelectuais, as interpretações religiosas, apresentavam reflexos de tal estruturação. No caso da institucionalização de práticas científicas não seria diferente.

Seu texto é rico em elementos que caracterizariam a postura do Estado Português em assumir ali o fomento a uma instituição nos trópicos que deveria comportar-se como suas congêneres Europeias. Analisando-o, de maneira mais pormenorizada, percebemos três enunciações centrais em seu corpo. Na primeira, que corresponderia a apresentação do decreto, temos expressa a vocação da instituição: “*Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes do Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame*”, em consonância com os mecanismos que se difundiam no mundo lusitano desde o século XVIII, percebemos o alinhamento com a promoção de estudos no campo das ciências naturais, seguindo a tradição que se iniciara no século anterior. Ou seja, o ato de criação não é isolado, insere-se num quadro mais amplo, ao qual ao mesmo confere sentido.

Em sequência encontra-se o ponto mais central do documento: nele é descrita a finalidade dos estudos que seriam desenvolvidos. Ainda que apresente nuances que indicam que o devir principal estivesse ligado ao desvelar da natureza, a aplicação aos interesses lusos de exploração é claro e evidente: “*e que podem ser empregados em beneficio do commércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciaes de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça hum Museu Real*”. A terceira parte, de caráter mais imperativo, se estende pelo restante do conjunto do texto dando orientações sobre localização, funcionamento e pessoal, custos, entre outras determinações.⁴⁴

Thomaz Antonio de Villanova Portugal (1755-1839) era um importante nome do conselho de D. João e assumia cada vez mais um determinado protagonismo no centro do corpo burocrático lusitano. Nascido em Lisboa no ano de 1755, mesmo ano do fatídico terremoto, obteve titulação em direito pela Universidade de Coimbra, assumindo posteriormente cargos de magistratura, como corregedor na Vila Viçosa, de desembargador na Casa de Suplicação e posteriormente, assume o cargo de deputado na Junta de Comércio. Com a transmigração da

⁴⁴ Em março/2017, a museóloga Simone Figueiredo Bessa, concluiu sua dissertação pela UNIRIO de título: *Musealização e Ordenamento Jurídico do Museu no Brasil: Missão e Função (conceito e prática) no Museu Nacional - UFRJ (século XIX-XXI)*, cuja investigação analisa a função e missão do Museu Nacional, principalmente por seu decreto de criação, antes mesmo de obrigatoriedade dos termos pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.

Corte para o Rio de Janeiro, chegou a acumular funções ministeriais, como as de Reino, Erário Régio e Negócios Estrangeiros e da Guerra entre os anos de 1818 e 20.

Apesar de estar envolvido com a criação de uma instituição que se insere nas lógicas ilustradas, Vilanova Portugal, defendia uma percepção de Estado com inclinações mais centralizadoras, ou até mesmo, absolutistas. Apoiava, assim, a manutenção da Corte no Rio de Janeiro como opção para salvaguardar a Coroa do furor das ondas liberais que se alastravam a partir da França. Tal posicionamento acabaria lhe rendendo problemas futuros com as Cortes, que se instalariam a partir do movimento revolucionário que se iniciou na cidade do Porto a partir de 1820, que o proibiram de desembarcar em Portugal com o retorno de D. João VI em 1821.

Analisando o documento, e a figura do homem de Estado que o assina, poderíamos incorrer na inocente crença de que somente esses laços e essas relações explicariam o intento de fundação do MN. Contudo, análises mais contemporâneas têm apontado que na trama aristocrática, porém, devem-se incluir outras personagens no teatro do poder. A historiadora Regina Dantas defende que a figura de Leopoldina, silenciada pela própria composição patriarcal de compreensão dos agentes históricos envolvidos, deve receber maior atenção

torna-se necessário destacar a atuação da princesa Leopoldina, no processo de idealização do Museu Real. Inicialmente, devido ao seu consórcio com d. Pedro I (1817) trouxe, em sua comitiva nupcial, uma legião de naturalistas⁴⁵ (...) O fato de uma princesa austríaca estar casada com um príncipe do Novo Mundo despertava a curiosidade dos povos de língua. Sua atuação, enviando caixotes com minerais, plantas e animais para a Europa, de preferência para o Museu de História Natural de Viena, suscitou o interesse de cientistas e artistas em explorarem os territórios até então desconhecidos. A partir de então, os viajantes estrangeiros não se limitaram a desenvolver a pesquisa científica apenas nos países europeus. A curiosidade renascentista que imperava na exploração do Novo Mundo e no Oriente fortaleceu os atos de coleta e de preservação da cultura realizados em alta escala pelos viajantes estrangeiros, até meados do século XIX (DANTAS, 2008, p. 60).

Se a imagem caricatural das figuras que compunham a Família Real é comum, com relação à jovem princesa Habsburgo não seria diferente. É comum a sua apresentação a partir de uma descrição limitada – loira, feia, gorda – ou ainda a sombra da imagem do marido – esposa dedicada, cheia de filhos e condescendente com a vida desregrada e adúltera de D. Pedro. Contudo, nessa caracterização, não somente silencia-se o seu papel junto aos protagonismos políticos vivenciados naquele contexto tão específico.

Maria Leopoldina Josefa Carolina era segunda filha de Francisco I da Áustria. Nascida no seio de uma das mais poderosas dinastias europeias, foi educada em uma corte ilustrada com

⁴⁵ Os naturalistas em questão foram Rochus Schüch, Johann Natterer, Johann Emanuel Pohl, Giuseppe Raddi e Johann Christian Mikan (LISBOA, 1997, p. 21 *apud* DANTAS, *op. cit.*, p.60).

formação para exercício em qualquer quadro nobiliárquico do Velho Mundo. Sua educação incluiria leitura, escrita, aritmética, alemão, francês, italiano, dança, pintura, história, geografia, música, cravo. Posteriormente foram incluídos os estudos de física, latim, canto e trabalhos femininos, o que compunha um quadro de uma formação ampla e alinhada com os horizontes das luzes. Desenvolveu especial apreço por botânica, mineralogia e zoologia, incluindo diversos naturalistas dentre aqueles que tinham acesso ao seu universo de interesse mais particular.

Acabaria por se casar com o herdeiro do trono português, d. Pedro, por procuração em novembro de 1816, a partir dos acordos traçados entre seu pai e D. João no quadro dos acordos que marcavam a organização das forças dinásticas no imediato contexto pós-napoleônico. Deixou sua terra natal em direção ao Brasil com extensa bagagem, que continha além de seu enxoval e presentes para a família real portuguesa, sua biblioteca, suas coleções particulares, além da comitiva que incluía médicos, pintores, naturalistas, bibliotecários, demonstrando que pretendia seguir aqui os estudos que havia iniciado na Áustria. Para a percepção perspicaz da jovem a América poderia ser um grande *gabinete* para ser explorado, ou melhor, laboratório. Em janeiro de 1817, a Corte mais *suis generis* da Europa, a única instalada na América, recepcionaria com uma grande festa a princesa austríaca. Não só a ela, mas também a missão de notáveis cientistas, a quem destacamos as figuras de Johann Baptist Von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp Von Martius, (1794-1868) que acompanhariam dona Leopoldina que foram selecionados por Karl von Schreibers (1775-1852), diretor do Museu de História Natural em Viena, recebeu ordens do Chanceler Metternich (1773-1859).

Os impactos desse conjunto de especialistas que se dirigiam ao país são indiscutíveis. É um processo de aprofundamento das raízes nobiliárquico-aristocráticas de fundamentação das práticas científicas que se enraizavam ainda mais no Brasil. Perceba-se que uma tradição cada vez mais institucionalizada nos domínios austríacos estava se transferindo para a casa dos Bragança na figura de D. Leopoldina e de todo o seu aparato e instrumentais disponíveis. Manteve em sua rotina hábitos que já cultivava no hemisfério norte, só que agora com acesso direto a todo o material a ser estudado. Segundo Ribeiro,

A vida cotidiana da imperatriz no Palácio da Quinta da Boa Vista nos primeiros anos demonstra a sua educação e sua dedicação pela leitura. Lia todas as publicações novas no campo das ciências naturais, literatura, história, etc. que mandava vir por intermédio dos parentes ou do Marquês de Marialva. Pintava aquarelas, fazia descobertas com novas variedades de moluscos. Evidenciava grande paixão pelas orquídeas e pelas plantas florescentes, colecionando-as nos seus passeios diários na Floresta da Tijuca. [...] Na Fazenda Imperial de Santa Cruz criou um completo posto zootécnico onde, animais domésticos eram criados cuidadosamente. Organizou a Biblioteca, nas salas do Paço da Boa Vista, em que avultavam obras de Mineralogia

e Botânica adquiridas constantemente na Áustria, França e Inglaterra, como um gabinete (RIBEIRO, 2005, p. 6-5)

Dedicada à compreensão das exigências e tratos que compunham a vivência nos trópicos, passaria a conviver com os Bragança, aproximando-se dos círculos de decisão e intervenção política, traços próprios da estruturação de sociedades hierarquicamente organizadas de maneira aristocrática. Estenderia a influência dos Habsburgo, colaborando para a organização dos projetos para o desenvolvimento das práticas científicas no país.

Na trama da forma como se apresenta pode-se inferir que a relação entre os agentes que figuram na criação do MR é impar e responde a impulsos dos mais distintos que convergiram naquele cenário no decreto de criação da Instituição. Perceba-se que diferente dos outros exemplos aqui apresentados não respondia somente às demandas imediatas e nem posteriormente estabelecidas pela vivência da Corte em terras americanas, apesar de atender, em sua proposição, a interesses existentes nas lógicas imperiais atlânticas. A metrópole atingia um patamar ainda mais profundo de enraizamento refletindo o poder das relações interdinásticas existentes. O Velho Mundo transferia suas estruturas de funcionamento para a América, suas hierarquizações e modelos, e fazia erguer-se do outro lado do oceano uma experiência que não seria repetida em nenhum outro exemplo nem congênera nem distinto.

A tradição que fora iniciada no século anterior com a CP dava agora espaço a um novo projeto, mais alargado e com caráter mais autônomo, resumido na criação do MR. Enquanto o primeiro tinha em seu dever a inclinação da coleta e preparação para envio para a Metrópole, espaço no qual seria dotado de validade e legitimado pelos agentes legitimamente referenciados para tal, o segundo, reflexo de um contexto completamente próprio e de atores ligados à esfera de poderes mais alargados, figuraria como qualquer similar europeu, só que fincado no mais completo laboratório ao alcance direto do olhar.

É recorrente na historiografia sobre o tema apresentar uma relação de continuidade entre os dois. Como afirma Lopes, “o então extinto museu é identificado por todos os historiadores do Museu Nacional com a antiga “Casa de História Natural” (LOPES, 2009, p. 25). Contudo, nos parece que a continuidade é possível mais no tocante à existência de um projeto setecentista que se confirma no seguinte do que necessariamente por uma herança material. Das coleções que resistiram aos percalços da CP, poucas estavam em condições de serem aproveitadas, tanto pelo o esvaziamento das atividades depois da morte do Xavier dos Pássaros quanto pelo seu próprio mal acondicionamento.

Para compor as primeiras coleções do Museu foram coletados objetos de diversas naturezas, como as de origem indígena ou natural, dentre inúmeros estabelecimentos que se

encontravam espalhados pela Corte. (DANTAS, 2008, p. 61). O próprio monarca colaboraria de maneira direta com os acervos ao oferecer itens diversos como dois armários octaedros contendo 80 modelos de oficinas das profissões mais usuais no final do século XVIII, confeccionadas ainda á época de sua mãe, e que foram feitas para a educação de seu irmão, D. José. Um vaso de prata dourada representando a Batalha de Constantino⁴⁶, duas chaves, um pé de mármore com alparcata grega, uma arma de fogo marchetada de marfim, da idade média e uma coleção de quadros a óleo (NETTO, 1870, p. 22). A esses itens foi acrescida uma importante coleção mineralógica que levaria o nome do naturalista responsável pela sua organização: *Werner*.

Wilhelm Ludwig von Eschwege, também conhecido como Barão de Eschewege, engenheiro, mineralogista e militar, teve importante papel no desenvolvimento dos estudos geológicos no Brasil. Fora a convite do governo português para aquele país para realizar estudos acerca da mineralogia e acabou por acompanhar a Corte em sua transmigração à América Portuguesa. Conforme afirma Dantas, a coleção havia sido adquirida pela Coroa para a composição do *Gabinete de Minerais* do Real Museu de Lisboa. Antônio de Araújo Azevedo (1754-1817), Ministro dos Estrangeiros e de Guerra que havia estudado ciências e letras na Saxônia e fora, também, nomeado embaixador de Portugal em São Petersburgo, foi o responsável pela compra, que passaria agora a figurar no MR (DANTAS, *op.cit.*, p. 62).

Fora a coleção Werner, sob tutela do Departamento de Geologia e Paleontologia do MN, e da Taça da Batalha de Constantino⁴⁷, sob guarda da direção da própria instituição, quase nada do que hoje se vê em suas exposições, ou mesmo em suas reservas técnicas figuram no Museu. Mais importante do que os registros materiais que se perpetuariam seriam as dinâmicas e vivências das práticas científicas que ficariam como legado. Em um horizonte aristocraticamente organizado, os condicionantes de funcionamento da ciência são marcados pelos mesmos traços.

Para a função de primeiro diretor da instituição fora escolhido Fr. José da Costa Azevedo (1763-1822), cargo que acumularia, inicialmente, com a diretoria do Gabinete Mineralógico da Academia Real Militar. As exposições foram abertas ao público em 24 de outubro de 1821,

“às quintas-feiras de cada semana desde as dez da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim, estrangeiros ou

⁴⁶ Representa a Batalha de Constantino contra Maxênico, acontecida em 312. O vaso foi encontrado no cofre da direção durante a busca de objetos que pertenceram a D. Pedro II. Na listagem do cofre (datada de 1985) estava escrito apenas – taça em ouro decorada com dragões em bronze e espuma coral (DANTAS, *op. cit.*, p. 486).

⁴⁷ BR MN MN. DR, CO.AO.9.

nacionais, que fizeram dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades” .

Os passos iniciais são limitados e marcados por dificuldades, principalmente no que tange a esfera organizacional, principalmente quando se atinge o início da década de vinte do século XIX e tem-se início do processo de ruptura dos laços de dominação entre Brasil e Portugal. Nesse cenário, os enlances políticos sobrepõe-se a quaisquer demandas científicas, e a separação entre a antiga colônia e sua metrópole, somente seria resolvida em 1825. O Museu Real tornar-se-ia Nacional. Se não fosse o uso de um punhado de penas recolhidas para compor a murça⁴⁸ que faria parte da indumentária do futuro Imperador do novo país americano, nada teria para ser dito da instituição nesses anos.

É próprio da oficina da história a busca pelas permanências, e como salientamos desde o início dessa reflexão, são as permanências que buscamos para compreender o impacto das rupturas. O processo de transição que se verificaria, seria tensionado por enfrentamentos nos campos de batalha, marcado por disputas diplomáticas e por ingerências externas, mas é inquestionável para a historiografia contemporânea negar que a emergência da experiência luso-brasileira foi condicionante dos eventos da forma como se encadearam.

A partir dessa vivência de constituição de um campo, assim como de uma comunidade, científico marcado pelos valores nobiliárquicos e pelas condicionantes aristocráticas que buscaremos compreender o desenvolvimento das práticas científicas no Brasil pós-independência, em especial nos anos de administração de D. Pedro II. Compreendermos que os conturbados anos de reinado de seu pai, e o explosivo período das regências que antecedem a antecipação de sua maioridade, são anos de preparação e organização dos projetos que serão colocados em prática nos anos 40-50 e que se tornaram objeto de interesse na fase mais distinta da ciência monárquica. Daremos continuidade a essa discussão no próximo capítulo.

⁴⁸ Por portaria de José Bonifácio de Andrade e Silva, lavrada de próprio punho, temos que em 25 de novembro de 1822 “Manda Sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que o guarda do Museu Real entregue ao Barão de Santo Amaro todos os tucanos que tiverem papos bem amarelos; deixando de ficar somente dois para exemplares; cuja entrega será feita logo, que receber a presente Portaria. Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1822.” (*In*: CARVALHO, 1977, p. 32)

3 – Abram-se as cortinas.

3.1 – Interregnos

Carta de Despedida de d. Pedro I para seu filho D. Pedro II

"Meu querido filho, e meu imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler porque as lágrimas eram tantas que me impediam a ver; agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar-lhe que enquanto vida tiver as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem na sua educação, e conte que o mundo o há de admirar, e que me hei de encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho, receba a benção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver."

D. Pedro de Alcântara
Bordo da Nau Warspite
12 de abril de 1831

A história do Brasil pós-independência é marcada por um profundo cenário de indefinições. A ruptura dos laços que ligavam a América Portuguesa à sua Metrópole iniciou-se em 1822, perpetuou-se com os acordos mediados com a Inglaterra em 1825, e pouco tempo depois colocou-se em estado de atenção com a crise que levaria a abdicação do primeiro Imperador brasileiro em 7 de abril de 1831. A consolidação do Estado brasileiro ainda engatinhava quando a figura detentora do quarto poder abandona o Brasil para partir para sua terra natal disputar o trono deixado pelo pai e usurpado pelo irmão Miguel.

O período que se segue seria marcado por intensas disputas no panorama político brasileiro. A vacância real abriu espaço para vozes mais autonomistas que deslocavam da Corte para as províncias disputas políticas que se acirriavam evento a evento. Tão logo deu-se início o interregno instalou-se uma Regência Trina de caráter provisório, exigência prevista na Constituição outorgada de 1824, para caso não existissem parentes próximos ao ex-Imperador que preenchessem os requisitos necessários. Eleita pela Assembleia Geral, em 17 de junho de 1831, a Regência Permanente⁴⁹ tinha um importante desafio pela frente. Como seus poderes

⁴⁹ Compuseram a Regência Trina Provisória o brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, os senadores José Joaquim Carneiro de Campos, marquês e posteriormente visconde de Caravelas, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro sendo sucedidos por João Bráulio Muniz, deputado da região norte, e José da Costa Carvalho, juiz e político representante das regiões sudeste e sul, com a manutenção do brigadeiro Lima e Silva entre os regentes.

eram limitados, a Câmara tornou-se o principal centro de poder do país, palco das principais tensões relativas a disputa da direção do país.

O cenário político brasileiro encontraria pela frente uma das mais distintas experiências do período oitocentista. A onda repressora e de marca centralizadora protagonizada por D. Pedro I nos últimos anos de seu reinado, deu lugar a um sopro de medidas liberalizantes não antes presenciadas no cenário político nacional. O processo de emancipação brasileira, do modo como se deu, foi marcado por continuidades de matriz conservadora e aristocrática que manter-se-iam inalteráveis. A escravidão, por exemplo, era uma mácula da sociedade que nem de perto parecia sofrer algum tipo de questionamento mais profundo a ponto de ser debatida, de maneira pragmática, a sua extinção. O senado permaneceria vitalício, as eleições marcadas pelo voto censitário, o Estado confessional, mas não se pode dizer que um determinado espaço de flexibilização seria construído no período.

Três tendências políticas afirmavam-se naquele contexto como aquelas que assumiriam o protagonismo nas disputas, políticas e simbólicas, pelo poder: os moderados, também chamados de chimangos, os liberais exaltados, que podiam identificar-se como jacobinos, jurujubas ou farroupilhas e os restauradores, ou caramurus⁵⁰. É importante frisar que nessa fase da história independente do Brasil não existiam *partidos* políticos tal qual hoje o concebemos, mas com aproximação de posições frente a questões inseridas num quadro de interesses específicos, ou seja, por afinidade de conveniências.

Em um curto período de 5 anos, não muito menor do que o reinado do primeiro monarca, foram aprovadas medidas que trariam profundos impactos na política nacional. Com o enfraquecimento dos interesses que eram mais diretamente ligados ao centralismo político, os grupos ligados às tendências mais liberais assumiriam uma postura de imposição de pautas tanto no plano particular/regional quanto no alcance da política imperial. É inserida nessa seara que se dá a aprovação da reforma constitucional que ficaria conhecida pela expressão do Adicional de 1834. Marco responsável pelo desencadeamento de uma profunda discussão entre os que defendiam uma maior centralização e os que levantavam bandeiras pela descentralização do poder, por hora assentado na Corte. Em seus 32 artigos⁵¹, estabeleceu mudanças significativas, principalmente no que tange o capítulo V da Constituição então vigente. Foram extintos os Conselhos Gerais de Províncias, que foram substituídas por Assembleias Legislativas

⁵⁰ Como reflexo da introdução da imprensa nas primeiras décadas do século há nesse período um avanço das disputas políticas no campo jornalístico. Moderados encampavam-se na *Aurora Fluminense*, exaltados expressavam-se pelos jornais *Nova Luz Brasileira*, *O Republico* e *Sentinela da Liberdade*, enquanto restauradores tinham no *Caramuru* seu principal flanco na defesa de seus interesses (BASILE, 2010, p. 62 e ss.)

⁵¹Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm Acesso em 26 de Agosto de 2014.

Provinciais, com atribuições sobre a legislação sobre economia, justiça, educação, isso para citar os campos mais notórios. A cidade do Rio de Janeiro era transformada em município neutro, desmembrada então da Província do Rio de Janeiro, que passava a ter capital na cidade de Niterói.

Coroação do ganho de campo das causas ligadas aos anseios liberais foi a indicação para o cargo de Regente Uno a figura de Diogo Antônio Feijó. Nascido em São Paulo em 1774, o padre secular, teve expressiva passagem pela vida política brasileira, incluindo participação nos eventos que marcaram a independência do país, sendo inclusive um dos deputados que estiveram presentes nas reuniões das Cortes portuguesas no ano de 1822. Após o processo de emancipação, foi deputado por São Paulo nas legislaturas de 1826-1829 e 1830-1833.

Com o início da regência, assumiu a pasta do ministério da justiça, em julho de 1831, cargo ao qual renunciou no ano seguinte, assumindo em 1833 o cargo de senador. É apontado como um dos principais responsáveis pela criação da chamada Guarda Nacional, milícia reconhecida pelo Estado que existiria até os primeiros anos da República. Apesar da experiência adquirida em anos de vida política e pública, o Regente Feijó atravessou dificuldades severas em seu mandato. Dificuldades na composição das pastas ministeriais, desentendimentos com setores do legislativo, dura relação com a oposição, ocorrência de revoltas⁵², isolamento político, levaram à sua renúncia em setembro de 1837 (CALDEIRA, 1999).

Ao deixar o cargo, Feijó abriu espaço para os segmentos mais conservadores. Após a morte de D. Pedro I em 1834, que após derrotar as forças de seu irmão D. Miguel fora coroado D. Pedro IV de Portugal, os restauradores perderam sua razão de existência, assim como os maiores temores de uma recolonização. O emergente quadro de instabilidade política era crescente favorecendo falas mais centralistas e que dessem cabo da ordem mais liberalizante.

A chegada de Pedro de Araújo Lima⁵³, político de marca conservadora, traria uma guinada para os rumos da regência interrompendo a crescente onda política liberal que se iniciara com a abdicação de D. Pedro I. Note-se que durante o período em que foi regente que se combateu com violência as principais rebeliões do período, sendo esse o período de maior

⁵² Durante o exercício de governo de Feijó eclodiram as seguintes rebeliões: Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) iniciada em 1835 atravessaria o período regencial estendendo-se até 1845; Cabanagem (Grão-Pará), teve início em 1835 sendo debelada em 1840; Sabinada (Bahia), rebelião de curta duração, teve ocorrência entre 1837 e 1838; Balaiada (Maranhão), teve início em 1838 chegando ao ano de 1841. Também na Bahia no ano de 1835 uma conspiração de escravos islâmicos conhecida como Revolta dos Malês, completa esse cenário de grande instabilidade política.

⁵³ Político pernambucano descendente de uma família abastada da província, construiria vida pública após o seu retorno de Coimbra onde concluiu os estudos iniciados em Recife. Assim como seu antecessor, também fora figura nos capítulos da independência e primeiro reinado, ocupando diversos cargos eletivos e indicativos até chegar ao comando da Regência em 1837. Seguiu vida política figurando entre os homens fortes do Estado após D. Pedro II chegar ao trono até seu falecimento em 1870.

emprego de força contra revoltas, sobretudo as de marca mais popular. Constituiu um ministério com figuras emblemáticas, como a de Bernardo Pereira de Vasconcelos⁵⁴, marcante nome da política brasileira do período que de liberal assumiu uma retórica conservadora, sendo um dos principais protagonistas do regresso conservador que se verificava.

É marco desse processo a aprovação da lei de Interpretação do Ato Adicional, lei nº 105 promulgada em 12 de maio de 1840, com o objetivo central de interpretar alguns traços da emenda feita à constituição em 1834. É apontada pela produção historiográfica como marco de reação às posições de Estado conservadoras e centralistas que perdiam espaço desde o início da década de 1830. O *Código de 1840* avançava contra o alcance da autonomia provincial, promovendo um processo de retorno gradativo ao centralismo político⁵⁵.

Frente a esse quadro de crescente instabilidade e de disputas políticas constantes, uma crença passou a ganhar cada vez mais adeptos: a de que somente a ocupação do trono vago seria capaz de interromper as ações que colocariam em xeque a existência do próprio Império enquanto unidade política brasileira. Tanto entre os segmentos mais *partidarizados*, assim como nos segmentos *áulicos* – setores constitutivos da nobreza palaciana, liderados pela figura de Aureliano Coutinho, o Visconde de Sepetiba – crescia o desejo de antecipação da maioria do jovem Pedro de Alcântara como saída para os impasses políticos enfrentados.

A ideia de antecipar a maioria do jovem monarca não era nova e se estendia em debates desde 1835 (CARVALHO, 2007, p. 37 e SCHWARCZ, 1998, p. 67), ganhando corpo com a organização, inicialmente secreta e posteriormente pública da Sociedade Promotora da Maioridade, também chamada de Clube da Maioridade, cuja liderança coube ao progressista Antônio Carlos de Andrada e Silva. É notória a articulação dos segmentos liberais, junto a outros de natureza mais nobiliárquica, no sentido de promover um esvaziamento do capital político que havia sido constituído pelos setores a quem representavam oposição, desde a queda de Feijó e ascensão de Araújo Lima.

A campanha pela maioria ganhou os palácios, salões e as ruas, tanto por aqueles que defendiam a antecipação quanto por aqueles que se opunham a ela. Em 21 de julho de 1840 a proposta foi apresentada à Assembleia Geral, abrindo caminho para que o jovem Habsburgo

⁵⁴ Considerado uma das principais figuras do campo político conservador, assim como Feijó tinha origem nos segmentos liberais. É célebre a sua enunciação: “Fui Liberal; então a liberdade estava na aspiração de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal” (CARVALHO, 1999, p.9)

⁵⁵ Como verifica-se no artigo 8º “As leis provinciais, que forem opostas à interpretação dada nos artigos precedentes, não se entendem revogadas pela promulgação desta Lei sem que expressamente o sejam por atos do Poder Legislativo Geral.”. Tem-se que interpretações sobre as leis provinciais deveriam passar pela apreciação do Poder Legislativo Geral, ou seja, dos deputados e senadores do Império, instalados na Corte, uma clara medida de centralização. É possível contemplar os demais artigos em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM105.htm. Acesso em 26 de agosto de 2014.

assumisse a chefia de Estado e de governo no país. As interpretações acerca do desejo do herdeiro são conflitantes, como chama atenção Lilia Schwarcz

Resolvidos então os embates na Câmara e no Senado, constituiu-se uma comissão que se dirigiu ao Paço para solicitar formalmente a aquiescência do monarca, que contava à época com catorze anos. Alguns biógrafos alegam que D. Pedro, quando consultado, teria afirmado que o “negócio deveria ser realizado pelos Andrada e seus amigos”. [...] A versão de alguns biógrafos oficiais é, no entanto, bem diferente. Segundo cronistas do Império, D. Pedro encontrava-se pronto para assumir o cargo para o qual se preparara. Dizem que, quando consultado em 1840, teria dito “Quero Já”, revelando um lado missionário e mesmo uma maturidade emocional dificilmente inimaginável para sua pouca idade e experiência. (SCHWARCZ, op.cit., p. 68)

Em 18 de julho de 1841, com apenas 15 anos de idade, D. Pedro era sagrado o 2º imperador brasileiro, confirmando o golpe de estado que poria por fim o período regencial dando início ao longo mando de governo que seria finalizado por um outro golpe, o republicano em 1889. Enquanto monarca governou impetuosamente, impondo força e controle sobre os setores que compunham o quadro político brasileiro entre os anos que se seguiriam. Em seu reinado, o sistema aristocrático manteve-se em pleno funcionamento, assim como os demais elementos que alicerçavam o Estado brasileiro: seu caráter confessional, patriarcal e escravagista. Sua ascensão ao trono é considerada um dos principais elementos da continuidade do projeto unicista que havia sido constituído com a independência e que estava ameaçado com as disputas vivenciadas no interregno regencial, tendo-se que

[...] as incertezas e turbulências da Regência começaram a dar lugar a um esboço de sistema de dominação mais sólido, centrado na aliança entre, de um lado, o rei e alta magistratura, e, de outro, o grande comércio e grande propriedade, sobretudo a cafeicultura fluminense. (CARVALHO, 2010, p.229).

Governante impetuoso, centralizador, despótico. Apesar de sua atuação enquanto Chefe de Estado detentor de largos poderes, mesmo após a implantação do sistema parlamentarista em 1847, D. Pedro II é sempre retratado como um homem reconhecido por sua sapiência, um rei filósofo, um déspota esclarecido. É recorrente nas produções historiográficas, ainda mais nas de cunho biográfico, sobre o mesmo uma percepção intensificada de sua concepção enquanto mecenas das artes e ciências, frente à sua compreensão enquanto Imperador que, assim como o pai, detinha um quarto poder de intervenção, o Moderador, uma espécie de superexecutivo tropical.

A tradição de retratar o segundo reinante do Brasil no oitocentos nesses termos ganhou corpo, principalmente na passagem do segundo para o terceiro quartel do século passado. O resgate de sua figura enquanto altivo líder parecia servir às compreensões acerca do presente

vivenciado, período de estadistas de profundo impacto naquele presente e nas décadas seguintes⁵⁶.

Não é curioso o fato de que as produções que tornar-se-iam cânones da leitura sobre o neto de D. João VI sejam narrativas quase epopeicas. Pedro Calmon⁵⁷ (CALMON, 1975, 5 volumes) e Heitor Lyra (LYRA, 1977, 3 volumes)⁵⁸ produziram extensos trabalhos quase simultâneos, e também quase devotados, do personagem estudado. Em um cenário de repressão, silenciamento político e subtração de liberdades, a compreensão idealizada do passado, e sua constituição enquanto história, assim como a construção do panteão dos fundadores da nação. Trabalhos mais recentes como, os já citados, de Lilia Schwarcz (SCHWARCZ, 1998) e José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2007) corroboram a imagem auspiciosa do ilustrado, que encontra ecos mesmo entre autores estrangeiros, como Roderick J. Barmam, brasileiro que publicou um extenso estudo publicado com o título de *Imperador Cidadão*⁵⁹ (BARMAM, 2012). Sobre tal seara, ressalta Alda Heizer que

⁵⁶ É notória a disputa pela *memória* monárquica, em especial, pela figura de D. Pedro II. Enquanto estadista sua figura seria revisitada em inúmeros períodos da história republicana, em especial durante o Estado Novo. Na batalha contra os vestígios simbólicos da Primeira República (1889-1930) era necessário encontrar uma fundação histórica. Se Joaquim José da Silva Xavier fora eleito para figurar como primeiro herói do regime republicano, o segundo Imperador do Brasil seria resgatado por Getúlio Vargas enquanto seu elo com a história dos estadistas brasileiros. As efemérides pululavam na passagem da década de 30, do século passado, para a seguinte. Em um curto espaço de tempo comemorar-se-iam os 50 anos de implantação do regime republicano, o centenário do início do Segundo Reinado e os 50 anos do falecimento do último monarca. As batalhas simbólicas pela memória tomariam corpo em espaços muito específicos que passariam por uma profunda resignificação na constituição de um lugar de memória, como nos termos propostos por Pierre Nora (Nora, 1993). Ilustra Schwarcz “[...] em 5 de dezembro de 1939, com a presença do presidente Getúlio Vargas, que se inaugurou a capela mortuária em Petrópolis. Sobre o túmulo esculpido por Leão Veloso estendiam-se os corpos de d. Pedro II e da imperatriz, feitos em mármore. À frente, os vitrais (segundo desenho de Carlos Oswald) representavam a ascensão e queda do reinado. Mais ao lado o poema-lamento de d. Pedro, o qual pede ‘a justiça de Deus na voz da História’. Nesse cenário, ideal para o teatro de consagração, eis que d. Pedro, pelas mãos de um presidente forte como Getúlio Vargas, volta como um rei popular, um herói nacional, que como tal não tem nem data, nem local, nem condição”

⁵⁷ Em 1938 Calmon publicou a biografia *O rei filósofo: a vida de D. Pedro II* (Calmon, 1938) que pelo seu título traz indícios da lógica que guiaria toda a narrativa: a construção da imagem de um monarca ilustrado e detentor de qualidades admiráveis, sobretudo as que referir-se-iam a sua intelectualidade e capacidade de comando.

⁵⁸ A obra de Lyra apresenta, segundo sua estrutura, uma intenção de relacionar a vida do biografado aos eventos da história, assim compreendida, nacional: volume 1 *Ascensão*, volume 2 *Fastígio*, volume 3 *Declínio*, tornando-se um cânone, inclusive, na educação básica, divisão que até hoje pode ser encontrada em livros didáticos.

⁵⁹ O autor segue a linha que tornar-se-ia clássica em autores como Calmon e Lyra numa leitura quase romanesca da história, em especial do biografado. Apesar de estudos densos de história política, que colocam as relações de poder em um quadro de disputas e tensões, a narrativa de Barman, em certos momentos beira à idealização. Quando trata do golpe que pôs fim ao período de maior avanço das pautas de cunho liberal durante a primeira metade do século XIX, aponta “A declaração da maioria de D. Pedro II provocou uma euforia geral. Um sentimento de libertação e renovação uniu os brasileiros. Pela primeira vez, desde meados de 1820, o governo nacional no Rio de Janeiro contava com aceitação geral [...] a posição de governo nacional era imensamente fortalecida pela extinção do regime de regência. Em seu lugar, existia uma autoridade única, dotada de uma legitimidade herdada, exaltada por seus deveres cerimoniais, posicionada acima de interesses partidários e pessoais e detentora de poderes constitucionais suficientes para solucionar os conflitos políticos. Essa era a visão do monarca e de seu papel eram plenamente compartilhados pelo próprio imperador.” (BARMAN, op. cit., p. 119.) É relevante citar que na dedicatória da obra o autor a dedica a D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, tataraneto de D. Pedro II.

(...) fica evidente o tratamento dado à figura do imperador, viabilizador da ordem, pacificador, amante das artes e das ciências. O historiador e crítico literário Hélio Vianna, por exemplo, em artigo publicado na revista *Cultura Política* em 1940, afirmava que “ao lado do homem de letras, é inseparável, em D. Pedro II, o amigo das Ciências” (p.58). Segundo ele, o imperador teria sido a figura mais impressionante da História do Brasil. O próprio Viana organizou um importante levantamento da doação da biblioteca de D. Pedro II, situando as instituições que receberam objetos, mapas, livros, entre outros. Este perfil resultou em parte da divulgação pela imprensa nacional e pela imprensa estrangeira, na segunda metade do século XIX, não só da atuação do imperador frente ao governo, como também sua relação com artistas e cientistas europeus. Mesmo o segmento da imprensa que ironizou as predileções do imperador pela astronomia, como foi o caso da *Revista Ilustrada*, acabou por reforçar a construção de um mito. No mínimo, o imperador era diferente. A produção historiográfica sobre sua vida dos anos 1820, 30 e 40 reafirma a vocação de homem sábio e pacificador. (HEIZER, 2005, p. 126)

É parte da natureza do ofício do historiador, lembrando que o presente é a sua oficina, seu espaço de enunciação, o afastamento do objeto analisado. Os trabalhos supracitados não são desqualificados ou descartáveis, muito pelo contrário, são pilares a serem compreendidos também em seus regimes de historicidade⁶⁰. É posição inquestionável, para esta análise, que uma figura que esteve durante quase meio século a frente das estruturas políticas brasileiras imprimiu marcas de inclinação subjetiva nos espaços que estavam inscritos em sua atuação, direta ou indireta, seja no campo político, econômico ou no das ideias. O que procurar-se-á compreender, a partir desse ponto, é como a articulação das estruturas de uma sociedade marcadamente hierarquizada e aristocrática, combinadas com um exercício de poder centralizado e de marca conservadora, não no sentido das identidades políticas, mas no sentido da conservação/manutenção dos arcabouços sociopolíticos e econômicos existentes, imprimiram as práticas que determinariam os alcances e as interpretações realizadas no citado período.

3.1.1 – Um monarca à forja

Para além das percepções mais personalistas, ou romanceadas, da história brasileira é preciso registrar que, para além das marcas próprias da personalidade daquele que assumiu o trono em 1840, há o reflexo de uma sociedade marcada pelos elementos hierárquicos e aristocráticos, em especial pelas lógicas da Corte. O país apresentava os estigmas de uma sociedade escravista e com riqueza e poder altamente concentrados o que se refletia na construção e edificação dos papéis a serem desempenhados na sociedade.

⁶⁰ Tomamos aqui o conceito à luz das reflexões propostas e condensadas pelo escritor François Hartog. Em publicação de 2004, e que recentemente foi traduzida para o português, o autor constrói um cenário no qual as relações entre passado, presente e futuro são configuradoras dos jogos histórico-temporais, sobretudo na edificação do que o autor chama de *presentismo*, neologismo possível na constituição do hodierno enquanto lugar de enunciação histórica. Ou seja, trata-se da forma como uma sociedade trata o seu passado no fluxo de relações com o presente e com o futuro (HARTOG, 2014).

Na interpretação proposta por José Murilo de Carvalho o país era uma formado por uma elite que se constituía enquanto uma *ilha de letrados* em um *mar de analfabetos*, sendo a educação superior um importante elo de unificação ideológica, no caso a constituição de toda uma geração⁶¹ influenciada pela formação, em especial, na Universidade de Coimbra. Após a independência, tal quadro modifica-se sensivelmente com a formação também possível em território brasileiro com a criação de faculdades em quatro capitais, ou em duas, caso se leve em consideração, apenas, a formação jurídica (CARVALHO, 2010, p. 65 e ss.). Essa constituição fazia com que o acesso aos espaços de formação, os espaços de produção dos saberes, ou mesmo os de decisão e atuação política eram restritos e divididos entre os segmentos que compunham a elite político/econômica/intelectual nacional. Uma homogeneidade de origens, interesses, formações que reduzia ainda mais o contingente de figuras que ocupavam os cargos de direção e comando tanto da vida política, quanto dos espaços destinados aos saberes e as ciências.

Como se pode perceber, havia um quadro geral de domínio aristocrático que pouco foi alterado com o processo de emancipação e que se manteve mesmo durante os períodos de maior instabilidade, quando a própria unidade territorial e política nacional estiveram ameaçadas. Enquanto moldava-se o caráter e os valores do futuro imperador, feito a partir de disputas por programas e projetos bem específicos, consolidavam-se os alicerces que manteriam a sociedade brasileira com, praticamente, as mesmas estruturas até a década de 80 do século XIX. É importante, contudo, colocar que mesmo nesse cenário geral de homogeneidade as disputas existiam, como já tratamos mais anteriormente, principalmente nesse momento de ausência do poder imperial instituído, desse interregno.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon nasceu no dia 2 de dezembro de 1825 (e faleceu em 5 de dezembro de 1891), quarto filho de D. Pedro I com a Arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria, único homem a sobreviver à primeira infância. Sua ascendência paterna o ligava às linhagens dos Bragança de Portugal e aos Bourbon da Espanha, enquanto a linhagem herdada pelos laços maternos o ligavam à poderosa dinastia Habsburgo, tendo, assim como o pai seu nome sagrado como homenagem à São Pedro de Alcântara, santo hispânico de tradição franciscana que viveu entre os séculos XV e XVI.

Tanto pai quanto filho cresceriam em contextos complexos em termos políticos e também em termos simbólicos. O primeiro imperador do Brasil contava com nove anos de

⁶¹ No próximo capítulo discutiremos de maneira mais analítica os debates existentes acerca do conceito de geração.

idade, nos finais de 1807, quando as tropas francesas ameaçavam o território francês levando a transmigração da Corte lusitana para a América Portuguesa. O segundo, nasce em meio a graves tensões internas e externas.

No correr da década de seu nascimento, seu pai D. Pedro I (1798-1834) outorgara uma constituição em 1824, enfrentara as crescentes oposições dos setores que até pouco tempo viam nele um auspicioso aliado, além de lidar com o estopim da guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata, a Guerra da Cisplatina, que acabaria por levar, três anos depois, à independência do Uruguai (1828); sua mãe, a Imperatriz Leopoldina (1797-1826), faleceria poucos dias depois de seu aniversário de um ano, em 11 de dezembro de 1826. Em pouco tempo a sucessão dos eventos levaria para Portugal seu pai, sua madrasta – a segunda Imperatriz do Brasil, D^a Amélia de Leuchtenberg (1812-1873), e todas as possibilidades de contato mais direto com sua ancestralidade direta. O pequeno Pedro era espelho do contexto da abdicação do pai: abandonado, o órfão da nação (SCHWARCZ, 1998, 47) teria sua criação disputada como eram os quadros da política brasileira, afinal a formação do herdeiro imperial era parte de um projeto de Estado, ou melhor: parte dos embates que marcam as disputas por projetos e pelas expressões de poder.

A educação de príncipes e princesas ganhara contornos de importância no Velho Continente durante a Idade Moderna. Os segmentos nobiliárquicos, que outrora eram representantes das armas e da guerra, no decorrer dos séculos XVI a XVIII passaram por uma importa transição e ressignificação de suas funções. Tal fato reflete-se na intelectualização desse segmento que chega ao setecentos como principal espaço de promoção e fomento de pensadores e intelectuais. É inquestionável a forma como os moldes aristocráticos foram determinantes para o movimento iluminista por exemplo, por mais que algumas teses/bandeiras tenham sido utilizadas no arcabouço teórico de movimentos rebeldes e revoluções que passariam a questionar, ou mesmo combater, a composição hierarquizada da sociedade do Antigo Regime.

O sociólogo Norbert Elias, em sua obra *Processo Civilizador* (ELIAS, 1990), dedica-se à compreensão da emergência da ideia de *civilisation* no século XVIII tendo como cenário a sociedade francesa à época dos luíses. O conceito denota a expressão de um auto entendimento dos setores mais abastados da sociedade, em especial a aristocracia tradicional em afirmação frente os segmentos sociais menos privilegiados. Contudo, como indica o autor, nos dois quartos finais do setecentos, um determinado setor letrado, de fundação burguesa, mesmo que já tendo internalizado valores do universo aristocrático, passam a questionar a compreensão estabelecida em torno da ideia do *homme civilisé*, opondo, em perspectiva, a falsa da autêntica

civilização. A reverberação do ideário próprio da ilustração colocava a necessidade de elencar críticas aos modelos de corte, sem necessariamente, defender uma quebra paradigmática profunda, que pudesse levar a um modelo humano que se mostrasse, em síntese, radicalmente diferente dos modelos experimentados.

A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir. Este é o novo elemento manifesto no termo civilisation. Ele absorve muito do que sempre fez a corte acreditar ser [...] um tipo mais elevado de sociedade: a idéia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes. Nas mãos da classe média em ascensão, na boca do movimento reformista, é ampliada a ideia sobre o que é necessário para tornar civilizada uma sociedade. O processo de civilização do Estado, a Constituição, a educação e, por conseguinte, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de tudo o que era bárbaro ou irracional nas condições vigentes, fossem as penalidades legais, as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio – este processo civilizador devia seguir-se ao refinamento de maneiras e à pacificação interna do país pelos reis. (ELIAS, 1990, p. 62)

A disputa pela educação do infante carregaria marcas próprias, reverberações do quadro político no qual estava inserido o país no período. Ao redor do império um grande número de movimentos haviam rompido os laços da dominação colonial forma mais abrupta do que verificado no processo relativo a América Portuguesa, e com um agravante próprio: na maioria dos casos o espírito republicano havia tomado forma nos países recém independentes, incluindo aí o caso da ex-província da Cisplatina; além de movimentos como a Confederação do Equador (1824), ou mesmo as Conjurações Mineira (1789), Baiana (1798) e a Insurreição Pernambucana (1817), todas apresentando algum fator separatista. Além do crescimento das falas que se levantavam contra a manutenção do sistema escravista, tal qual era conhecido, ainda mais quando se toma o tema da emancipação haitiana, a única no continente americano a ser conduzida por populações negras e escravas, tomava a ordem do dia: o temor do *haitianismo*⁶² era um fantasma constante nas elites escravistas brasileiras.

Fazia-se necessário, para a manutenção do *status quo* vigente que a educação do herdeiro do trono refletisse as aspirações aristocráticas e o entendimento elitista de estruturação da sociedade, porém, seguindo os padrões de formação existentes no Velho Mundo, inseridos

⁶² Em 1791 irrompeu no Haiti um processo de quebra das estruturas de enlace colonial, que somente seriam completas no ano de 1804, em um cenário geral de especificidades: enquanto a maior parte dos movimentos de libertação americana guardariam ligação com segmentos de elites, no caso haitiano coube o protagonismo para agência escrava sob liderança de figuras como Toussaint L'Ouverture (1742-1803) e Jean-Jacques Dessalines (1758-1806). A reverberação dos eventos, apesar dos limites da comunicação impostas pelo contexto de época, fora arrebatadora. Em quase todos os cantos do Atlântico a notícia espalhava-se com velocidade e alarde, principalmente nos espaços com maior dependência da atividade escravista, como eram os casos do recém independente EUA, que completara a primeira fase de sua independência em 1783, e, em especial, o caso brasileiro – que mesmo pós-independência seguia sendo o país com maior presença da escravatura nas Américas. O termo *haitianismo* passou, então, a referenciar rebeliões de caráter negro/escravo, e o temor de sua expansão alarmava as elites brasileiras. (GOMES e SOARES, 2002, p. 131 e ss.)

na ordem dinástica. A formação do futuro imperador deveria ser moldada para que o mesmo fosse capaz de cumprir o papel de chefe de Estado, e de governo, amparado pelas matrizes do pensamento ilustrado, afastado dos despotismos e das formulações tirânicas, mas que respondesse aos desejos de centralização.

Desde que nasceu, Pedro de Alcântara viveu isolado no Palácio de São Cristóvão. Devido a sua saúde frágil, e ao alto índice de mortalidade na primeira infância o que fez com que apenas a sua irmã mais velha – D^a Maria da Glória (1819-1853), Maria II de Portugal – além de suas irmãs mais novas – Januária (1822-1901), Paula Mariana (1823-1833) e Francisca (1824-1898) – em um total de sete filhos do casamento entre D. Pedro I e a Arquiduquesa da Áustria. Os acontecimentos de 1831 mudariam por completo a vida do menino, que da madrugada para o dia do 7 de abril tornou-se o detentor por direito ao trono, apesar de não poder ocupa-lo imediatamente por fatores legais.

Ao abdicar do trono brasileiro, para disputar o de Portugal enfrentando seu irmão D. Miguel (1802-1866), D. Pedro I fez questão de assegurar que a educação de seu filho estivesse sob o comando de personas de sua confiança e estima. O primeiro tutor escolhido foi nada menos do que aquele que receberia a alcunha de *Patriarca da Independência*: José Bonifácio de Andrada e Silva. Apesar de sua imagem ser resgatada pelos totens da *memória* nacional como um dos *pais fundadores* do Brasil independente, figurando aí junto a seus irmãos, ao Senador Vergueiro, ao Regente Feijó, dentre outros, desempenhou durante boa parte de sua vida pública funções ligadas às ciências e letras⁶³ no universo luso americano. Apesar dos adjetivos que o qualificavam para o exercício da educação do jovem monarca, em pouco tempo seria afastado dessa função, em 1833, ao envolver-se junto ao grupo que desejava a retorno do ex-imperador para sua função frente ao trono brasileiro.

A nova tutoria coube a Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, futuro Marques de Itanhaém. Nascido na Fazenda Marapicu, atualmente um bairro do município de

⁶³ Bonifácio é um claro representante da reverberação das reformas do período Pombalino. Nascido em 1763 em Santos teve suas primeiras letras introduzidas com familiares, transferindo-se depois para São Paulo onde completou os estudos mínimos que seriam necessários para seu ingresso na Universidade de Coimbra, em Portugal. Em 1780 vai pra Portugal com o objetivo de dar continuidade à sua formação na referida universidade, matriculando-se nos cursos de direito canônico e filosofia natural. Nesse ambiente, receberia a mesma formação dos membros da elite metropolitana. A partir daí sua trajetória o levou à Academia Real de Ciências de Lisboa, que fora criada em 1779, de onde partiu para uma viagem científica juntamente com Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e Joaquim Pedro Fragoso. Essa experiência única fez com que adquirisse uma formação única a partir do contato com os principais nomes ligados à filosofia e história natural setecentista do Velho Continente. Afirmou-se enquanto estudioso dedicado à química e mineralogia, dedicando-se em especial à segunda. Retornaria ao Brasil em 1819, que como já vimos vivia uma situação bem distinta daquele que deixara 36 anos antes, já consagrado e reconhecido como homem de ciências no Reino para tornar-se uma figura de influência política no novo centro do Império Português que pouco tempo depois emancipar-se-ia. (VARELA, LOPES e FONSECA, 2004 e DOLHKINOFF, 2012)

Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro, propriedade de seu pai um brigadeiro do exército português, percorreu carreira militar e política, na qual alcançou os cargos de general e juiz. Após a prisão de Bonifácio, passaria, em 1834 a ser responsável pela educação de D. Pedro, função que seria dividida em especial com aia D. Mariana Carlota Verna de Magalhães, futura Condessa de Belmonte, que partilhava do contato íntimo com os membros da família real e imperial desde o Primeiro Reinado, ocupando o cargo de Camareira-Mor. Apesar de sua biografia ainda conter lacunas a serem preenchidas, é apontada como uma figura imponente na criação, e formação, dos filhos de D. Pedro I, sendo, inclusive, protagonista nas disputas que envolveram o afastamento de José Bonifácio do seu cargo de tutor. Barman, aponta que:

No âmbito da corte, José Bonifácio não tolerava qualquer desafio à sua onipotência como tutor. Ele rapidamente guardava ressentimento daqueles que tentasse disputar suas prerrogativas ou questionar seus poderes, e sua atitude ditatorial ameaçava fortes interesses da corte. Ele se indispôs particularmente com D. Mariana de Verna Magalhães, que, como primeira dama dos aposentos do Imperador e apoiada por inúmeros parentes, há vários anos exercia considerável influência nos assuntos da corte. No início de 1832, o tutor nomeou uma aliada, a Condessa de Itapagipe, para o posto de primeira dama, mas D. Mariana e seus aliados preservaram outros cargos. Em consequência a vida na Corte tornava-se cada vez mais inquietante e tomada por facções. (BARMAN, 2012, p. 65-66)

Ultrapassando as disputas internas pela educação, e claro pelo exercício de influência e poder sobre o futuro monarca e família reinante, a educação seguiu uma rotina criteriosa, monástico militar, que incluíam escrita, aritmética, geografia, desenho, francês, inglês, além das lições e indicações de ordem moral e ética, as de natureza religiosa e os de ordem física. É perene dentre os autores, já citados⁶⁴, a ideia de que foi a partir dessa formação amalgamada que o segundo imperador brasileiro imprimiu durante seu reinado a inclinação à promoção das ciências, das artes, mecenas, inquestionável, dos principais institutos e instituições que nos firmaram sua atuação na transição entre a primeira e a segunda metade do oitocentos.

Apesar de ser considerado um período malogrado, uma transição traumática e perigosa para os interesses nacionais, os anos 1831-1840 foram fundamentais para a constituição do Brasil como se mostraria nas décadas seguintes. A grande liberalização, mais desejada – ou disputada – do que vivenciada, parece ter sido sadia para o amadurecimento de inúmeras questões. A divisão das elites regionais fez com que afirmasse suas identidades frente aos projetos mais unicistas, e a própria questão do federalismo, projeto colocado na ordem do dia com o Ato Adicional de 1834, aparentemente mostra-se não como um projeto derrotado por completo, visto mesmo com a Lei Interpretativa do Ato Adicional, marco claro de uma reação mais centralizadora.

⁶⁴ Calmon (1975), Lyra (1977), Schwarcz (1998), Carvalho (2007) e Barman (op. cit.).

Afastando-se de uma historiografia mais *tradicional*, e também menos referenciada na interpretação daqueles que durante esses anos transitórios enxergavam-no enquanto um período de anarquia e desordem, posição sustentada pelos mais conservadores como o Visconde de Uruguai, Pereira da Silva, Moreira de Azevedo, Joaquim Nabuco e Bernardo Pereira de Vasconcelos, filiamo-nos aos argumentos de historiadores como Marcello Basile, que entende o período como um importante período de experimentações, testes e disputas, um laboratório para o que constituir-se-ia no futuro como nação

O mosaico regencial não se reduz, portanto, a mera fase de transição, tampouco a uma aberração histórica anárquica, nem mesmo a simples “experiência republicana”. A crise profunda produzida, primeiro pela oposição a D. Pedro I e depois na disputa pelo poder regencial, aliada à vacância do trono e à falta de unidade até então observada da elite política imperial, ensejou a formação de facções distintas, portadoras de diferentes projetos. Possibilitou também a entrada em cena de novos atores políticos e de camadas sociais até então excluídas de qualquer participação ativa. (BASILE, 2010 p. 97)

Laboratório das experiências que seriam verificadas nas décadas seguintes, período de interlocução e disputas, momento de expansão de tensões e de fricções de projetos também foi um período para afirmação das práticas científicas. Partindo da espacialidade da Corte, centro político e intelectual do país de onde partiam boa parte dos projetos que ganhariam a expressão *nacional*, traçaremos uma visão da institucionalização da ciência no país a partir daquele que se configurou, ao menos até os anos 70 do século XIX, como uma das principais instituições de cunho científico do contexto brasileiro: o Museu Nacional.

3.1.2 – A consolidação de uma instituição nos quadros aristocráticos

Nomear é, na forma como podemos compreender os quadros simbólicos ocidentais e de matriz cristã, um ato de criação. Um objeto, um lugar, uma instituição são todos alvos das intenções nominativas: ainda que o nome não seja em si o objeto, é nele que reside em parte os seus sentidos. Assim que foi criado, em 1818 como vimos no capítulo anterior, deu-se a aquela instituição formada para propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil⁶⁵ o nome de *Museu Real*.

Levando em consideração que cada regime que se instaura, ou a cada reviravolta profunda das estruturas políticas, os nomes e os espaços tendem a receberem novas denominações, a alcunha de real duraria pouco tempo, em termos práticos, menos de quatro anos. Viriam os acontecimentos de 1822, a separação dos laços que uniam a antiga metrópole

⁶⁵ Decreto de criação do Museu Nacional, 18 de junho de 1818, BR. MN. MN. DR, CO.AO 2.

à seu vice-reino mais pujante, e a coroação de que a alcunha de *real* não caberia mais na caracterização da instituição. A mudança de sua denominação para Museu Imperial, e posteriormente, Museu Imperial Nacional não são desprovidas de material simbólico. Para além do império afirmar-se-ia o nacional, contudo, a mudança de regimes não parece ter sido, categoricamente, uma guinada na vida da instituição. Pelo menos não até que se construísse um projeto/programa que lhe conferisse novo sentido.

Tabela 8: Denominações do Museu Nacional

1818 - 1824	MUSEU REAL
1824 -1889	MUSEU IMPERIAL NACIONAL
1889 - Atual	MUSEU NACIONAL
Apesar da denominação oficial conter a palavra <i>Imperial</i> a mesma caiu em desuso já na década de 50 sendo suprimida em grande parte dos exemplos consultados.	

Fonte: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

Desde sua instalação inicial, a instituição enfrentava problemas de ordem organizacional. Seus primeiros anos foram marcados por desafios perceptíveis no que toca a questão administrativa, financeira e de instalação, algo que seria objeto de disputas e tensões durante toda a existência da instituição, problema notável até os dias de hoje. Dantas chama a atenção para o fato de que as dificuldades que eram atravessadas, pela primeira direção do Museu, iam da falta de verbas à conquista das naturezas da terra de maneira efetiva. (DANTAS, 2008, p. 64). Inicialmente instalado de maneira precária em uma residência adquirida do futuro Barão de Ubá, João Rodrigues Pereira de Almeida, entre as ruas Nova do Conde e dos Ciganos, que hoje recebem o nome de rua da Constituição e rua da Relação⁶⁶ então próximo dos principais aparelhos urbanos que compunham a cidade do Rio de Janeiro à época.

O orçamento, que fora já fixado em maio de 1819, era de era de 2:880\$000, sendo sua estrutura de pessoal dividida entre um porteiro, um ajudante para preparações zoológicas, um escriturário e um escrivão de receita e despesa. (LACERDA, 1905, p. 4 -5 e NETTO, 1870, p. 24) O cargo de primeiro diretor coube ao naturalista frei José da Costa Azevedo. Brasileiro, pertencia a Ordem terceira de São Francisco e era correspondente da Real Academia de Ciências de Lisboa, era lente de mineralogia da Real Academia Militar. Figura componente da *elite coimbrã*, frequentou naquela universidade as aulas de filosofia natural, além de ter lecionado cursos de teologia em Lisboa. Também foi professor do seminário de Olinda, sendo

⁶⁶ Seria esse seu endereço até a queda da monarquia brasileira e sua mudança para o Palácio de São Cristóvão em 1892.

professor régio de filosofia racional, moral e experimental, além dos cursos de história natural e química (LOPES, 2009, p. 48-49).

Perceba-se que há aqui a inclusão de uma figura, para ficar a testa do Museu, que estava inserida nas lógicas do Império luso-brasileiro, representante de uma elite de formação comum e que tinha em Coimbra o seu núcleo central. Em um universo de quadros com essa composição comum, que como já aqui indicamos, reflete uma projeção ideológica amalgamada em torno de compreensões da realidade a partir de um constructo bem registro, de um elo ideológico comum. A reverberação de Coimbra estender-se-ia, pelo menos, até a década de 50, quando novos projetos seriam desenhados.

Apesar da denominação que fora dada e digamos, toda a intencionalidade inscrita na criação da instituição, é notório que toda a lógica que estava sustentando o seu surgimento ficava mais no campo teórico do que no prático. A precariedade, e talvez, incapacidade de estabelecimento de rigor na produção das pesquisas e trabalhos eram uma presença e que comporia um determinado quadro de desorganização, pelo menos, até os anos 30. No próprio século XIX, quando foram desenhadas as primeiras leituras sobre a trajetória da instituição, falas com tom crítico já desenhavam um cenário bastante instável. Lacerda, diretor da instituição na passagem do oitocentos para o século seguinte, interpreta, da seguinte maneira a administração de Freire de Azevedo

acreditava em milagres Fr. José mas não os sabia fazer. O que haviam posto sob sua guarda bem longe estava de merecer o título de Museu Real; quando muito podia-se ver ali o embrião de um museu colonial, cujo desenvolvimento iria se dando, pelo curso dos anos adiante, si lhe não faltassem a benevolência dos particulares e a proteção dos governos. E porque esta era a perspectiva que diante dos olhos tinha então o director do Museu, julgou ele que não havia outra cousa melhor a fazer do que resignar-se com essa situação, que ele de boamente acceitara para servir ao Rei e ao Ministro. (LACERDA, 1905, p. 7).

É necessário que se compreenda que Lacerda não é apenas um observador/analista da história da instituição. É um diretor, com lugar de fala bem delineado, que afirmava sua percepção acerca da trajetória do museu de um espaço privilegiado no futuro de onde as críticas poderiam muito mais afirmar questões do presente do que necessariamente do passado, contudo suas palavras não são dispensáveis, para além das marcas de sua posição. Havia um esforço de organização/sistematização de atividades, mas seu alcance era limitado. As exposições, por exemplo, foram abertas ao público somente em 1821⁶⁷, contando o espaço destinado à visitação com quatro salas com inúmeros espécimes e objetos, desde aqueles que foram doados por D.

⁶⁷ “...às quintas-feiras de cada semana desde as dez da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim, estrangeiros ou nacionais, que fizerem dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades” (BR MN.MN.DR.CO.AO.9)

João, passando por aves, insetos, aos que se somariam um conjunto exposto de *machinas industriaes*⁶⁸, respondendo ao um pedido de Ignacio Alves Pinto d'Almeida, um dos principais responsáveis pela criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (NETTO, 1870, p. 27).

A situação da instituição mudaria sensivelmente após um ano. O início do processo de independência levaria a transições em todas as esferas da sociedade, mesmo diante de um quadro de continuidades. No caso do MR, a troca de nome seria apenas um traço das marcas de um regime que se pretende afirmar sobre o outro. Em lugar à alusão ao reino, entrariam os termos Imperial e Nacional. Um em referência ao novo modelo do Estado, ao qual estava ligado por laços institucionais, o outro em referência ao povo que se afirmava frente aos antigos elos de dominação.

A transição verificar-se-ia sobretudo no campo simbólico frente ao das práticas desenvolvidas, algo que não se verificaria da mesma forma em mudanças de quadros futuros, como aquele entre regime monárquico e republicano. Lembremos que na compreensão das rupturas e continuidades, tal como analisamos no capítulo 1, há um contexto de longa duração que atravessaria décadas, no processo de interiorização metropolitana que reverberaria nos anos posteriores, já pós-emancipação.

A participação do Museu na emancipação foi dada por um capítulo curioso na edificação do novo regime. Era necessário construir para D. Pedro – agora I – toda uma ritualística que afirmasse no campo dos signos a autoridade imperial e sua ligação com a terra e com o povo, que se não eram de sua identidade dada pelo nascimento, passariam a ser por função e escolha, ao ficar ao lado dos movimentos que desenharam a libertação da dominação lusitana. Segundo José Cândido de Carvalho, José Bonifácio, em portaria lavrada em 25 de novembro de 1822, indicaria que

manda Sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que o guarda do Museu Real entregue ao Barão de Santo Amaro todos os tucanos que tiverem papos bem amarelos; deixando de ficar somente dois para exemplares; cuja entrega será feita logo, que receber a presente Portaria. Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1822. (*Apud* CARVALHO, 1977, 32).

Em 1 de dezembro de 1822 seria coroado como Imperador do Brasil o herdeiro do trono português. O manto utilizado na cerimônia era composto pelas penas dos tucanos, preparadas

⁶⁸ “Portaria 16 de Agosto de 1821. Manda que se recolhão no Museu as Machinas que Ignacio Pinto de Almeida tem comprado e for comprando para servirem ao interesse público”. BR MN MN.DR, CO.AO.7.

por João de Deus Matos⁶⁹ – discípulo de “Xavier dos Pássaros” – e entregues ao governo imperial. Matos, inclusive, a época da cerimônia ocupava o lugar de diretor, cargo que assumira após a morte de Frei José Batista da Costa Azevedo, ainda em novembro daquele ano.

Até o final da década de 1820 a instituição caminharia em passos lentos com relação à sua organização interna, das práticas científicas e de gestão administrativa. Matos faleceria em 1823 dando lugar à João da Silveira Caldeira⁷⁰ que ficaria no cargo até 1827. É apenas com o naturalista Frei Custódio Alves Serrão⁷¹ que a instituição ganharia contornos mais específicos incluindo aí seu primeiro regimento interno. Da sua gestação durante o Primeiro Reinado à sua lactação durante a Regência, a instituição chegaria ao seu primeiro momento de maturidade junto com o início do mando de D. Pedro II. Essa marca, mostrar-se-ia indelével em sua trajetória.

O período de administração de Serrão mudaria profundamente as estruturas e atividades da instituição, assim como a sua trajetória futura. Apesar dos elementos e intenções que cercam a criação da Instituição, e sua inserção nas lógicas imperiais luso-brasileiras ainda sob a tutela joanina, é partir desse significativo período que se avolumam os trabalhos e pesquisas realizadas, assim como o reconhecimento e legitimidade do Museu no cenário intelectual brasileiro. É importante salientar que para se inserir nos quadros científicos fora do país fazia-se necessário maior organicidade e divisão das atividades, e dos resultados das mesmas, algo em 22 anos de experiência ainda não se fazia plenamente presente. Foi pelo regulamento de número 123, de 3 de fevereiro de 1842⁷², que ganhou a instituição a sua primeira estrutura mais

⁶⁹ Matos antes de tornar-se diretor da instituição acumulou na gestão anterior a função de preparador, porteiro e guarda.

⁷⁰ Doutor em medicina pela Universidade de Edimburgo, na Escócia, dedicou-se aos estudos na área de química. Durante sua juventude, estudou na França tendo contato com renomados nomes da área como os químicos Louis Nicolas Vauquelin (1763-1829) e André Laugier (1770-1832) e o mineralogista René Just Haüy (1743-1822). Durante sua gestão enquanto diretor foi instalado o Laboratório Químico do Museu, o primeiro dessa natureza a ser criado no país. Também em seu período como diretor a instituição ganhou caráter consultivo, sendo espaço de recepção e interlocução de naturalistas estrangeiros, tais como o austríaco Joahann Natterer (1787-1843), o botânico alemão Friedrich Sellow (1789-1831) e o médico alemão, naturalizado russo, Georg Heinrich Langsdorff (1774-1852). Foi também em sua gestão que teve início a formação do acervo de egiptologia e o de etnografia com espécimes que eram oriundos do Pará e de ilhas do Oceano Pacífico. Sua morte, por suicídio, acontece após a sua transferência, por parte do governo, para a Casa da Moeda no ano de 1827.

⁷¹ Serrão é mais um dos exemplos da constituição das elites intelectuais brasileiras a partir da experiência comum em Coimbra. Nascido em 1799 no interior do Maranhão, na localidade então chamada de Alcântara, tornou-se aos 12 anos de idade aprendiz dos religiosos carmelitas. Ingressa em 1817 na Universidade de Coimbra, na qual dedicou-se aos estudos de Ciências Naturais, na qual obteve titulação para atuar enquanto professor das cadeiras de física e química. Ao retornar para o Brasil ocupou lugar na Imperial Academia Militar, assumindo as funções de lente de zoologia e botânica. Após a transferência de João da Silveira Caldeira (assumiu o cargo da direção do Museu, função que exerceu até o ano de 1847, sendo a figura que atravessou todo o Período Regencial e o início do Segundo Reinado enquanto gestor.

⁷² Tal regulamento estava previsto na lei nº 164 de 26 de setembro de 1840 que previa os orçamentos para os anos de 1841- 42. Disponíveis em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=83802> e <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82141>. Acesso em 26 de agosto de 2014.

bem definida e organizada. Novas funções, práticas, cargos e atuações marcariam as próximas décadas que seriam significativamente refletidas nas atividades desenvolvidas.

Passaria a partir de então a contar com uma organização que daria novas atribuições aos naturalistas e demais funcionários dividindo-os em quatro sessões: *Anatomia Comparada e Zoologia* – primeira sessão, *Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas* – segunda sessão, *Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas* – terceira sessão, *numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas* – quarta sessão⁷³.

Cada uma das sessões seria confiada a um diretor especial, a quem ficaria a incumbência do desenvolvimento das atividades e práticas científicas, como a classificação e sistematização dos objetos e espécimes sob sua tutela, criação de um catálogo que constasse de todo o material existente em sua respectiva sessão, indicação as possibilidades de permuta, além das escolhas dos práticos e adjuntos que o serviriam enquanto auxiliares. Havia, também, a previsão da criação de um Conselho Administrativo⁷⁴, formado pelos chefes de cada sessão, com poder deliberativo, e seus adjuntos, com voto consultivo, que ficariam a cargo das decisões de gestão geral da instituição. A escolha do presidente do Conselho, que receberia o título de Diretor do Museu, assim com a autorização do voto deliberativo aos adjuntos, em caso de ausência dos diretores, cabia expressamente ao Governo. Sobre o diretor do Museu recairiam as responsabilidades relativas à toda a administração, a convocação do conselho a cada período de três meses, a nomeação de serventes, a autorização de gastos e despesas e demais incumbências administrativas.

Estruturava-se assim um complexo administrativo marcado por hierarquias e pela construção de um sistema interpessoal de constituição de capital científico, político e de legitimidade junto ao Governo Imperial⁷⁵. No campo institucional criava-se uma série de círculos de atuação e deliberação que iam dos funcionários responsáveis pelo funcionamento direto e burocrático, como porteiros, preparadores, guardas, escrivães e tesoureiros, passando pelos adjuntos, diretores de sessão, conselho administrativo e centrado no diretor do Museu, sobre quem recaia um caráter de grande representação, não somente no ponto de vista

⁷³ No lugar de primeiros diretores ficaram, respectivamente: primeira sessão Emilio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), segunda sessão Ludwig Riedel (1790-1861), e acumulando os cargos da terceira e quarta sessões o próprio Serrão, sendo que a partir do ano seguinte, quando Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) assumiu a direção da última sessão. (LOPES, 2009, p. 86)

⁷⁴ A primeira reunião do Conselho Administrativo deu-se em primeiro de março de 1842 sob direção de Serrão e contando com a presença dos demais arrolados pelas determinações do recém aprovado regulamento. Suas disposições, basicamente, restringiram-se às disposições colocadas pelas novas atribuições, dotações e demais processos administrativos BR. MN. MN. DR.CD 1 f. 1.

⁷⁵ Quando criado em 1822 a Instituição esteve vinculada a Secretaria dos Negócios do Reino que após a Independência passaria a chamar-se Ministério dos Negócios do Império, vinculação que seria mantida até 1868.

administrativo, mas, e sobretudo, sob o prisma de orientação das práticas científicas que norteariam a atuação da própria instituição. Serrão, sob a vigência das atribuições que passaria a desempenhar, assim entendia a reforma institucional interna

(...) a utilidade do nosso Museu ainda não está perfeitamente sentida no seio da Representação Nacional, nem grande parte de nossos administradores tem reconhecido a benéfica influência de semelhantes estabelecimentos. Entretanto que as nações europeias vão mudando com enormes sacrifícios seus sábios perlustrem este riquíssimo Império, vamos nós amesquinhando esta criação dos tempos coloniais! Com mágoa vê o Conselho transporem as nossas praias de objetos de suma importância, que os tira o estrangeiro sem que deixem entre nós o menor vestígio de sua existência e, quando mais esclarecido de seus interesses, quiser o país conhecer a história de seus tempos primitivos, terá de dirigir-se às grandes capitais da Europa para aí estudar esses preciosos documentos⁷⁶.

Assumia o Museu, ainda que nos alcances do discurso, um papel importante no campo científico brasileiro: o de salvaguarda das riquezas nacionais que eram exploradas pelas incursões estrangeiras. É notório que o termo *nacional* já aparece como marca e elemento de distanciamento do passado colonial. O afastamento, necessário nos alcances simbólicos, de um passado tão recente era necessário para apagar as marcas de uma experiência já vencida, para avançar em direção a uma atuação mais autônoma e revestida da singular responsabilidade de ser a leitura de uma natureza *brasileira* que estava então sendo desvelada, identificada e transcrita, agora de maneira mais sistematizada.

Tabela 9: Seções do Museu Nacional - Regulamento de 1842

1ª. SEÇÃO	ANATOMIA COMPARADA E ZOOLOGIA
2ª. SEÇÃO	BOTÂNICA, AGRICULTURA E ARTES MECÂNICAS
3ª. SEÇÃO	MINERALOGIA, GEOLOGIA E CIÊNCIAS FÍSICAS
4ª. SEÇÃO	NUMISMÁTICA, ARTES LIBERAIS, ARQUEOLOGIA, USOS E COSTUMES DAS NAÇÕES ANTIGAS E MODERNAS

Fonte: LACERDA, 1905.

A divisão das sessões, da forma como se apresentou, é expressão da forma como era possível sistematizar as atividades de uma instituição de cunho científico ligada aos estudos das ciências naturais nos trópicos: zoologia, botânica, mineralogia, numismática e arqueologia, sintetizariam os espaços de pesquisa e práticas de sistematização da natureza, das ações do homem e de seus vestígios, objetos do interesse de um museu dedicado à história natural. A natureza, grande objeto do interesse far-se-ia compreensível pelo alcance da sua flora, pelo exotismo de sua fauna, pelas cores e texturas dos ambientes e pelos vestígios materiais criados

⁷⁶ BR MN MN.DR.CO, RA.2/111, f.41v-46v

ou deixados por aqueles representariam os homens e mulheres da terra, inseridos no mesmo quadro do fantástico particular descoberto a cada incursão no interior, passagem pelo sertão, tateio da floresta.

A construção de um ideal nacional passaria pela ciência, em especial por aquela que se dedicasse à compreensão dos elementos constitutivos dessa terra, e de sua gente, que passara a entender-se já a duas décadas enquanto independente e que passaria, também, a delimitar os alcances de suas marcas identitárias. Todas essas prerrogativas não garantiriam, perenemente, o desenvolvimento das atividades, tampouco que os orçamentos cobririam todas as necessidades existentes.

O desafio de aumentar e qualificar as coleções existentes não seria um desafio qualquer. Note-se que, nos apontamentos feitos, em 1838 contava a instituição com a seguinte composição em sua coleção: 4964 produtos zoológicos, 1600 botânicos, 4516 amostras mineralógicas, excetuando-se 117 diamantes e de natureza aurífera, 1105 medalhas, 62 quadros, 30 modelos de máquinas industriais, 5181 instrumentos de física e cerca de 500 peças de arqueologia e etnologia⁷⁷, o que pode ser considerado de pouca expressão caso se leve em consideração que se tratava de uma instituição com duas décadas de existência e com colaborações constantes. Parte desse quadro deve-se à colaboração constante que já desempenhava, sobretudo, com instituições congêneres da Corte, como a Academia de Medicina, para a Academia Militar e para o recém-criado Colégio Pedro II⁷⁸.

Outra arte encontra explicação nas dificuldades orçamentárias e de acomodação que seriam uma constante na história da Instituição desde a sua criação. Nos relatórios ministeriais são constantes as referências às necessidades existentes e os empecilhos existentes à administração do Museu. Pela natureza dessa tipologia documental deve-se salientar que faz parte das contas prestadas junto ao ministério e era uma composição de escrita construída segundo o decoro e exigências das comunicações oficiais. No relatório apresentado no ano de 1842, aquele que passou a figurar no Museu o novo regulamento, encontra-se registrado:

No relatório antecedente fostes informados da nova organização dada ao Museu Nacional; e sendo desta organização, na parte científica, a mais apropriada, que se podia dar a aquele Estabelecimento, o Governo intenta conserva-la intacta: mas procurará reduzir as despesas de maneira, que se limitem à quantia anteriormente consignada. A obra da continuação do edificio foi a pouco suspensa, por poder deferir-se para quando em melhores circunstâncias se acharem as nossas finanças. (...) Depois da apresentação do referido relatório, foi aquele estabelecimento enriquecido com documentos, de que o Governo do Estado de Massachusset fez presente ao deste Império sobre Geologia, Agricultura, História Natural, Escolas e caminhos de ferro do mesmo Estado; a que o Governo Imperial retribuiu com o presente de um exemplar

⁷⁷ BR MN MN.DR.CO, RA.2/111, f 154.

⁷⁸ Mais adiante trataremos da criação dessa instituição e dos alcances de tal intento.

da Flora Fluminense. Outro exemplar dessa obra se mandou ao Instituto Literário de Washington⁷⁹.

Compreenda-se que o estabelecimento de uma instituição científica, ou sua maior atenção junto aos órgãos responsáveis pela sua regulação nem sempre deixam dividendos positivos ou que atendam as mais diversas demandas. Quando se pensa a constituição do referido campo são muitas variáveis que condicionam as práticas que envolvem, tangenciam e perpassam a ciência, inclusive as dotações orçamentárias. Porém, mais importante do que a percepção de que cortes no fomento de atividades, esse relatório oferece-nos um elemento de grande importância analítica: a permuta de publicações, espécimes e coleções.

A *Flora Fluminensis* é resultado de um esforço de pesquisa e incursão protagonizado pelo Frei José Mariano da Conceição Velloso. Natural da freguesia de Santo Antônio, comarca do Rio Grande das Mortes, interior de Minas Gerais, foi batizado com o nome de José Vellozo Xavier, vindo a ser primo de Joaquim José da Silva Xavier que viria a ser perpetuado na história brasileira como Tiradentes. Antes dos vinte anos ingressou no convento da ordem franciscana de São Boa Ventura de Macacu em Nova Friburgo, sendo ordenado aos 24 anos no Rio de Janeiro após ter sido aluno de filosofia e teologia no Convento de Santo Antônio. Teria a partir daí uma longa trajetória como professor de geometria e retórica, até tornar-se naturalista autodidata, transformando sua cela do Convento em herbário.

Durante a gestão do Vice-Rei Luís Vasconcelos de Souza foi chefe de uma expedição botânica que percorreu grande parte da província do Rio de Janeiro com o objetivo de identificar e descrever a flora fluminense. Faz-se necessário (re)afirmar que tal esforço faz parte de uma dinâmica que se construía nos alcances do Império Atlântico lusitano e que se consolidava deste lado do Atlântico, tendo no trabalho de Velloso um significativo exemplo de tal constituição de reprodução dos alcances da ilustração portuguesa (KURY, 2004).

O resultado⁸⁰ é um grande trabalho contendo a descrição de 1639 espécimes botânicos em latim, com suas correspondentes ilustrações, representadas em 11 volumes in-folio, esforço hercúleo ainda que no presente. Para além de seu volume, os estudiosos que se dedicaram a compreendê-la chamam a atenção para o método descritivo que se enquadra nas descrições propostas pela nomenclatura botânica de Carl von Linné (1707-1778)⁸¹.

⁷⁹ Relatório do Ministério dos Negócios do Império – 1842. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1713/000006.html>. Acesso em 28 de agosto de 2014.

⁸⁰ O resultado como um todo não se restringe somente a *Flora Fluminensis* mas uma série de espécimes animais, amostras minerais, de madeiras e de outras naturezas que teriam como lugar de fim a Casa dos Pássaros e o Jardim Botânico de Lisboa, reforçando a lógica de produção que se insere em quadros mais largos do que aquele restrito à realidade colonial, naquele momento inserida nos mecanismos de funcionamento do Império Português.

⁸¹ Lineu, na sua forma em português, é apontado como um dos principais responsáveis pela sintetização das expressões descritivas no século XVIII, criando a chamada nomenclatura binominal. É também ligado aos seus

Apesar de toda a complexidade do trabalho, de sua construção segundo os critérios mais contemporâneos no setecentos e de todo o aparato existente que oferecia o suporte institucional, Velloso não chegaria a ver seus estudos publicados em vida. Após dar fim ao seu trabalho no ano de 1790, dirige-se, juntamente com o Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, para Portugal com o intento principal de revisar, editar e imprimir seu volumoso estudo. O desafio não era pequeno: cerca de duas mil pranchas, para além das análises e descrições, exigiam um aparato técnico de grande expressividade e especialidade. A questão é que tal tecnologia e expertise não eram ainda existentes em Portugal. Parte dos originais e cópias foram enviados à Veneza, sob os auspícios da Coroa, porém a tarefa não foi cumprida por um todo devido a questões que iam desde os entraves burocráticos existentes, passando pela oposição e desdém dos naturalistas portugueses pelo trabalho realizado e organizado por uma figura do universo colonial, completando-se com as questões concernentes à invasão protagonizadas pelas tropas francesas lideradas por Junot (BEDIAGA e LIMA, 2015, p. 98).

Velloso retornaria ao Brasil em 1809, devido aos acontecimentos relativos à política externa portuguesa, trazendo consigo os originais que foram levados à Lisboa. Voltou a viver enclausurado no Convento de Santo Antônio, já com sua saúde bastante fragilizada, reflexo, também de sua idade bastante avançada para a época: 68 anos. Perderia a vida dois anos depois, em 1811, ficando parte dos suas coleções e estudos sob posse dos franciscanos, que posteriormente os transfeririam para a Biblioteca Real, posteriormente Nacional (BORGMEIER, 1961).

No segundo tomo da recém-criada, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Ferreira Lagos, em seu “Elogio histórico do padre mestre fr. José Mariano da Conceição Velloso”, assim sintetiza uma leitura, idealizada, sobre o naturalista

Desde os primeiros anos até os últimos dias, cuidou incessantemente em engrandecer a espera de seus companheiros, quer nas Belas-artes, quer nas ciências naturais, numa palavra em todos os ramos em que o saber podia aproveitar mas a seus concidadãos. Sua morte foi uma grande perda para o Brasil e para a ciência. Milhares de homens fenecem, e são logo substituídos por outros; mas a morte de um homem de gênio deixa após de si um vácuo imenso no Universo, e a natureza em luto gasta às vezes séculos para enche-lo. Por sua não vulgar literatura e avantajado saber sempre será o padre Velloso tão respeitado de todos os que o lerem os seus escritos, com as suas amáveis

trabalhos o desenvolvimento da moderna taxonomia, ao integrar todos os organismos em um sistema de classificação hierárquica baseado em suas características observáveis. Bediaga e Lima salientam que “O instrumental lineano proporcionou grande avanço nos estudos de inventário e descrição de plantas, com especial influência na produção de floras regionais. Neste contexto, o modelo de flora que predominava na segunda metade do século XVIII, época da conclusão dos manuscritos da “Flora Fluminensis”, era uma relação de espécies inventariadas em uma certa região, descritas de acordo com a classificação e a nomenclatura proposta por Lineu. As espécies eram listadas pelo nome científico, via de regra ordenadas por gênero e agrupadas em classes, acompanhadas de descrições diagnósticas sumárias, às vezes acrescidas de descrições gerais e observações sobre o nome vernacular, habitat e local de ocorrência, em latim” (BEDIAGA e LIMA, *op.cit.*, p. 88)

qualidades o tornarão estimável e caro a todos os que o conhecerão. Mas tal é o destino humano, que basta um só momento para passar do seio da amizade, e do acúmulo das horas e das aclamações, à solidão e ao silêncio do tumulto. (LAGOS, 1840, p. 621)

Deve-se notar o tratamento que ganha o naturalista colonial na *homenagem* preparada por Lagos. Seus trabalhos que se inseriam nas lógicas de um império europeu passam a ser representativo dos alcances de um ideal, ou mesmo um vislumbre, de Brasil. De lado ficam as lógicas imperiais lusitanas, dentro do espírito das ciências naturais setecentistas, e surgem as aspirações de afirmação de uma identidade brasileira. E, percebe-se, isso não acontece somente com o homem, autor, mas também com seus trabalhos. Curiosamente, quando o relatório de 1842 do MN é apresentado a publicação completa da *Flora Fluminensis* ainda não havia acontecido⁸². Ainda assim, os compêndios já impressos serviam como importante moeda de troca e diálogo com instituições nacionais e internacionais, figurando a Instituição como mediadora e representante da produção nacional, ainda que dentro das limitações que trata o relatório, e as demais problemáticas atravessadas.

A transição entre as décadas de 40 a 60 seriam permeadas por esse quadro duplamente constitutivo: de um lado as constantes reclamações e pedidos de melhorias e verbas, de outro o crescimento de importância e reconhecimento em âmbitos nacional e estrangeiro, figurando enquanto centro promotor de investigações e trabalhos, diálogos e formação inseridos no campo das ciências e interligados a construção de relações construídas pelos laços aristocráticos. As práticas científicas seguiam os mesmos modelos colocados pelas relações políticas, sociais, culturais e econômicas: politicamente centralizadas, economicamente dependentes dos caminhos construídos ao redor da centralidade administrativa e socialmente construídas a partir de relações dos quadros interpessoais de constituição do poder.

3.2 Um novo ato

O período compreendido entre os anos 50 e 70 do oitocentos seria marcado por grandes transformações, tanto no tocante à história do Império Brasileiro, quanto no que se refere ao desenvolvimento das práticas científicas vivenciadas nas instituições que, gradativamente, assumiam protagonismo em âmbito nacional, em especial o MN. A historiografia que se

⁸² O mesmo só aconteceria no ano de 1881 no periódico *Archivos do Museu Nacional* durante a administração de Ladislau Netto, da qual trataremos mais a diante.

construiu sobre o período no século passado⁸³ o entendeu enquanto um momento de transição entre o ápice e o declínio do Segundo Reinado.

A passagem do final da década de 1840 para a seguinte é entendido como um momento de consolidação para o reinado de D. Pedro II. Enquanto desenhavam-se os traços iniciais do movimento romântico, e neles eram delineados os esboços de um projeto de nação, em um período de organização de instituições que se dedicariam à formação de discursos a respeito de uma determinada compreensão de Brasil, o jovem imperador encontrava seu lugar enquanto monarca.

Os ecos das rebeliões regenciais ainda foram ouvidos naquela década mas silenciaram-se com a aproximação dos anos 50⁸⁴. No campo político a centralização política que partia da Corte, a cidade do Rio de Janeiro, era crescente mesmo após a instalação do sistema parlamentarista, no ano de 1847. A imagem do príncipe assustado, abandonado e órfão ficava cada vez mais esquecida, enquanto se consolidavam as bases que sustentariam todo o seu reinado.

As disputas entre os grupos políticos que atingiram a sua acidez máxima ao final dos anos 30 vinha cada vez mais se apascentando e encontrando lugar na gerência do Imperador. Dois blocos destacar-se-iam em alcance e importância: tratam-se dos conservadores e liberais⁸⁵. Saquaremas e luzias, alcunha pela qual também eram conhecidos, ocupavam os espaços possíveis nas disputas políticas do Segundo Reinado. A estabilidade seria alcançada com uma profunda centralização política que acabaria por traduzir na conciliação no interior dos gabinetes ministeriais⁸⁶ encontraria reflexo no campo econômico.

Apesar do cenário crítico que se abateu na economia brasileira nos primeiros anos pós-independência, em especial ao final da década de 1820 – reflexo da decadência da mineração e dos limites da produção açucareira, as décadas seguintes mostraram-se mais prósperas, principalmente após o início da expansão da cafeicultura. As primeiras mudas chegaram ao país

⁸³ Tratamos aqui em especial das produções que se dedicaram em especial à compreensão do Segundo Reinado e à questão do Imperador enquanto problema, como anteriormente tratamos neste capítulo.

⁸⁴ A última rebelião que ainda apresentava características ligadas às questões que efervesceram durante o período do interregno encontra-se aquela que foi nomeada enquanto Revolução Praieira que ocorreu em Pernambuco no ano de 1848.

⁸⁵ Dentre os inúmeros autores, dois tornaram-se fundamentais: Ilmar Rohloff de Mattos em sua obra, *O Tempo Saquarema* (MATTOS, 1994) e José Murilo de Carvalho, e suas obras: *Construção da Ordem e Teatro das Sombras* (CARVALHO, 2010), são obras básicas para o assunto em estudo.

⁸⁶ Diferente de outras experiências parlamentares a brasileira seria marcada por uma grande ingerência do monarca na expressão do governo. Era D. Pedro II quem escolhia o Presidente de seu Conselho de Ministros (1º Ministro) restava a aprovação dos parlamentares da Câmara dos Deputados. Dispondo do Poder Moderador, o imperador detinha a prerrogativa de dissolver os gabinetes ministeriais como condição para formação de outro ministério, dependendo do contexto e da conjuntura política.

pelo Norte, mas a produção consolidou-se na região sudeste, inicialmente instalado no vale do rio Paraíba do Sul e, posteriormente, expandindo-se para São Paulo, principalmente na região conhecida como Oeste Paulista, e, também, para o sudoeste de Minas Gerais.

Gradativamente a produção ganhava importância na balança de exportações brasileiras tornando-se, em pouco tempo, o principal produto da pauta comercial nacional, no tocante ao mercado externo. A produção cafeeira colaborou, outrossim, para o desenvolvimento de outras atividades econômica ligadas ao beneficiamento, ao processamento, ao transporte e à venda. Os produtores tornavam-se acionistas de empresas e a capitalização da economia propiciava o desenvolvimento de práticas e funções cada vez mais ligadas ao desenvolvimento da produção. Apesar disso, desse tom modernizante, a escravidão mantinha-se, mesmo com as limitações colocadas ao tráfico atlântico⁸⁷.

Há nesse momento um, incipiente, esforço modernizante na sociedade brasileira. As regiões atingidas pelo esplendor da produção cafeeira, em especial as províncias do Sudeste, viram os reflexos desse esplendor econômico mudarem o aspecto de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e ainda como Campinas e Sorocaba. Um dos principais símbolos desse período é a introdução dos transportes ferroviários no Brasil, espelho maior do progresso e desenvolvimento do século XIX. A primeira linha férrea, inaugurada em 1854, ligava a Corte à cidade Imperial, Petrópolis. Contudo, seria junto à produção cafeeira, em especial a paulista, que a malha ferroviária viria a dinamizar o transporte, facilitando a ligação com litoral, em especial, no caso de São Paulo, à cidade de Santos, como chama a atenção Barman

No início da década de 50, tivera início um período de tranquilidade na vida pública do Imperador, uma tranquilidade que se equiparava à estabilidade e prosperidade que o próprio Brasil vivia, e até certo ponto delas resultavam. A extinção do comércio de escravos e a deposição de Juan Manuel Rosas⁸⁸deram prova da força e capacidade do país tanto nas questões internas quanto externas. O capital liberado do comércio escravagista foi canalizado para investimentos internos, enquanto a economia se beneficiava da crescente demanda estrangeira por café. As províncias do Rio de Janeiro e São Paulo passavam por um *boom* econômico. Novos meios de comunicação, ferrovia, navio à vapor e telégrafo elétrico proporcionavam uma perspectiva de integração entre as províncias brasileiras, enfim reunidas de forma coesa. Um clima de otimismo e boa vontade prevalecia. (BARMAN, 2012, p. 235)

⁸⁷ No ano de 1850 foi aprovada a Lei Euzébio de Queiróz que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm Acesso em 18 de agosto de 2014. O comércio interprovincial seria mantido até o ano de 1888 com a abolição total das práticas escravistas.

⁸⁸ Juan Manuel Rosas era um estancieiro e militar argentino. Governador despótico, foi o chefe político da Província de Buenos Aires entre os anos de 1829 e 1832, quando renunciou ao cargo devido a questões internas da política porteña, apesar de manter-se como Comandante em Chefe do exército do país. EM 1835 elege-se para mais um quinquênio, assumindo um audacioso projeto: reunificar os antigos territórios que compunham o Vice-Reino do Prata. Governante autoritário, logrou esforços na manutenção da estabilidade política interna e favorecimento do crescimento econômico, contudo devido à sua proposta expansionista e centralizadora, foi derrubado após uma guerra capitaneada pelos governos brasileiro e de Montevideu.

Tais transformações trariam novos ares no contexto brasileiro que reverberariam para além dos campos da economia e da política. Novos projetos seriam encampados e tonar-se-iam possíveis outras projeções que ainda não haviam ganhado corpo ou mesmo assumido um programa. Nos campos intelectuais e científicos constituir-se-ia, gradativamente, uma intencionalidade de compreensão do *problema* brasileiro. Fazia-se necessário definir, ou ainda redesenhar, as imagens existentes acerca do jovem império, de suas constituintes naturais e humanas. Era preciso (re)descobrir o Brasil. Não mais, simplesmente, pelo olhar do observador externo que chega à terra, mas pelos olhos desse novo sujeito que passaria, cada vez mais, a tentar compreender o seu lugar no universo de sentidos existentes, o seu devir no mundo. Qual seria as especificidades que comporiam esse novo ser, *o brasileiro*? O que o distingue, o que o caracteriza, quais os seus constituintes, quais as suas aspirações? Questões que não seriam facilmente respondidas, questões que cresceriam, paulatinamente. Tempos de novos atos.

3.2.1 Desvelar a natureza, construir a nação

É um esforço analítico intenso definir o que venha a ser propriamente dito o *ideal nacional*. Das invenções próprias do oitocentos nenhuma mostra-se tão sólida do que a nação. Compreender o seu desenvolvimento enquanto prática política e elemento de constituição do imaginário, coletivo, social exige um afastamento da ideia de que a mesma esteve sempre posta como se apresenta ou como se projeta. Para além dos esforços que tentam descrever suas estruturas enquanto um constructo afirmativo, faz-se necessário salientar que mais do que afirmação a identidade nacional é um ato de negação. Mais importante do que a ideia do que *somos* é indispensável o delineamento do que *não queremos ser*, ou seja: delimitar o espaço, o hiato, existente entre o *eu* e o *outro*. O que, na atualidade, apresenta-se enquanto elemento constitutivo *natural* da constituição dos povos é, na verdade, uma batalha sempre inconclusa na qual tensões e disputas dão a tônica das trajetórias e dos quadros a serem observados.

Ao procurar-se a raiz etimológica da palavra encontra-se que a mesma encontra gênese a expressão latina *natio*, que por sua vez origina-se de *natus* – nascido. Segundo o dicionário etimológico de Antônio Geraldo da Cunha, a expressão também “se documenta em vocábulos formados no próprio grego como étnico, e em vários outros introduzidos na linguagem científica internacional a partir do século XX.” (CUNHA, 1966, p. 275). Dentro desse mesmo campo semântico é possível encontrar palavras como *nationen*, cujo significado estende-se às modernas concepções de raça ou casta, que não deixam de acompanhar o quadro de sentidos no qual se insere a ideia de *nação*. É interessante notar que as expressões derivadas em língua

portuguesa, tais como nacional ou nacionalismo, encontram referência em expressões que se forjaram na língua francesa como *national e naticionalisme*. É curioso que para além de inaugurarem, de forma simbólica, as experiências políticas que marcariam a fundação da idade contemporânea, também são marcos linguísticos desse *novo tempo*.

O desmantelamento do Estado Absolutista não se daria do dia para a noite, assim como a imposição das lógicas liberais-republicanas, contudo é mister para a historiografia ocidental que a partir da Revolução Francesa as transformações acelerar-se-iam a ponto de um século ser o suficiente para que as monarquias não mais ditassem a ordem do dia, apesar de todo o esforço de conservação e regresso que havia sido imposto pela ordem estabelecida pelo sistema proposto por Metternich (1773-1859).

Após a vitória sobre Napoleão Bonaparte as principais dinastias do velho Continente precisavam rearranjar a ordem política para afastar novos ventos revolucionários que colocassem a tradição monárquica⁸⁹ em risco. Reunidos no afamado Congresso de Viena traçariam os caminhos que impediriam a emergência de impulsos ou identidades que colocassem o *status quo* em risco. Mas como os acontecimentos futuros iriam apresentar que todo esse esforço seria válido, mas não por mais de cem anos, como o tiro a queima roupa desferido contra o arquiduque Francisco Ferdinando iria demonstrar em 1914.

O fenômeno do nacionalismo mostrou-se profundamente liberal e antidinástico. A afirmação das identidades nacionais, nos mais diversos exemplos ocidentais, mostrou-se um duelo entre uma ordem reinante baseada em alicerces aristocráticos contra uma ruptura que encontrava nas expressões do individualismo burguês sua melhor face. Mas, como para promover a derrubada dos antigos reis era necessário um amalgama que impelisse as forças transformadoras contra as égides do Antigo Regime o ideal nacional apareceu como caminho possível, constituição de um pertencimento que seria capaz de unir forças frente ao inimigo que, se não mais parecia intransponível, ainda se mostrava detentor dos meios políticos de dominação, dos econômicos de ordenação e dos de controle social. A construção da ideia de nação seria, nos mais diversos casos, incrustadas por ritos e práticas de ordem imaginativa para que fosse possível a construção narrativa que desse conta da identidade a qual se desejava apontar, em antagonismo às velhas marcas de dominação e controle, seja na Europa ou no Novo Mundo. Nesse sentido chama a atenção Benedict Anderson, pois

⁸⁹ Como apresentado no primeiro capítulo o casamento entre D. Pedro I e D^a Leopoldina é fruto dos acordos traçados nos encontros dinásticos de Viena. Um enlace como esse insere-se não só como exemplo mas também como comprovação do ímpeto conservador que se (re)construía na capital austríaca: antes uma união política do que afetiva o casamento entre herdeiros era uma forma de garantir aliados e de reproduzir a ordem estabelecida, e assim perpetuá-la.

o final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa. Se considerarmos o caráter desses novos nacionalismos que entre, 1820 e 1920, mudaram a face do Velho Mundo, dois traços notáveis os diferenciavam dos precedentes. Em primeiro lugar, em quase todos eles as “línguas impressas nacionais” foram de fundamental importância ideológica e política, ao passo que o espanhol e o inglês nunca foram questões relevantes nas Américas Revolucionárias. Em segundo lugar, todos eles podiam funcionar a partir de modelos visíveis, oferecidos pelos seus antecedentes distantes e, após as convulsões da Revolução Francesa, nem tão distantes. Assim, desde logo a “nação” se tornou objeto de aspiração consciente, e não uma perspectiva de mundo que ganhava foco aos poucos. (ANDERSON, 2008, p.107).

O continente americano não ficaria inaudito frente à tal fenômeno e inserir-se-ia em tal quadro a partir das marcas das lutas de afirmação anticolonial que efervesceram no mesmo contexto de transição do setecentos para o século seguinte. A partir da experiência das 13 Colônias que sagraria não somente a vitória sobre sua antiga metrópole e, de quebra, ainda inauguraria a dupla experiência republicana-federalista no continente, inúmeros casos iriam marcar a crise do Antigo Sistema Colonial. Ainda nas reflexões de Anderson encontramos que

“Do tumulto americano brotaram essas realidades imaginadas: estados nacionais, instituições republicanas, cidadania universal, soberania popular, bandeiras, hinos nacionais, etc. e o fim dos seus opostos conceituais: impérios dinásticos, instituições monárquicas, absolutismos, vassalagens, nobrezas hereditárias, servidões, guetos e assim por diante” (ANDERSON, 2008, p. 125)

É, portanto, a partir do delírio criativo e propositivo, dos intentos deliberados ditos e inauditos que elemento a elemento, símbolo a símbolo, referência a referência que seriam erguidas tais *comunidades imaginadas*: servindo a fins específicos, mas nem sempre explícitos. Imaginadas pois seus membros, apesar das diferenças visíveis, das lacunas inquestionavelmente existentes, e dos mais diversos afastamentos, ainda se sentem como pertencentes a um grupo que o representa e do qual é, outrossim, representante. Nesse sentido é indispensável que sejam construídos os elementos, e ritos, de fundação. São eles que servem de referencial teórico, e muitas vezes estético, para a intencionalidade nacional. São necessários recortes e escolhas, a afirmação do possível e do impossível, do pertencente e do não pertencente, do *eu* e do *outro* como alertamos no início dessa reflexão. E para tanto, olhar para o passado, eleger alicerces, criar o que será tido como perene é um esforço que não pode ser deixado de lado.

Eric Hobsbawm para definir tal esforço deu forma à ideia de *invenção de tradições*⁹⁰

⁹⁰ Uma leitura das propostas dessa linha reflexiva, em especial a expressão cunhada por Hobsbawm, foi colocada pelo historiador Peter Burke. Em pequeno artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* uma locução que pode ser, até, tomada como um outro conceito, a *Bricolagem das Tradições*. Defende Burke: Gostem disso ou não, as pessoas estão sempre cercadas de tradições e, mesmo quando decidem abolir uma, têm de aceitar outras, pelo menos provisoriamente. Elas são moldadas por contingências culturais, assim como sociais e materiais. Por isso fosse talvez melhor falar em “reconstrução” das tradições, em vez de invenção, já o que ocorre não é tanto a criação a partir do nada quanto uma tentativa de bricolagem, de dar novos usos a materiais antigos ou a fazer novas

por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inclinar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do parlamento britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da Câmara partindo do mesmo plano básico anterior. O passado histórico no qual a nova tradição é inserido não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo (HOBSBAWM, 1984, p. 9-10).

A relação constitutiva com o passado é o que garante a legitimidade para as tradições inventadas. É nele a que se encontram os elementos responsáveis pela direção a ser seguida, para a orientação dos discursos propagados no presente que, por mais que se dediquem aos tempos de outrora, justificam e revalidam o presente; é nesse espaço que serão eleitos os signos que comporão a narrativa e a justificarão. Trata-se de uma relação vivenciada na interação entre as personagens enunciativas, o espaço e o tempo, que possibilitam a construção de discursos que se perpetuarão nos referenciais subsidiados pelas referências pretéritas.

A incômoda distância entre o presente e o passado, esse espaço permeado por lacunas e vazios, há de ser silenciada pelas narrativas de fundação e pelas escolhas simbólicas que permearão as tradições. E para tanto, uma área do conhecimento era necessária, uma que, autonomamente, fosse capaz de promover o preenchimento dos hiatos, de organizar os acontecimentos, dispondo-os de uma forma que tudo parecesse orientado em certa direção e que, de maneira inquestionável, o que fosse vivenciado naquele agora fosse resultado imediato das ações do ontem. Não curiosamente, é nesse cenário que emerge a história enquanto disciplina.

Sagrada como panteão dos grandes nomes e de seus feitos e para justificar o ímpeto nacional, apresentava-se em uma concepção muito distinta daquela que se origina na Antiguidade Ocidental. Passava a ser forjada enquanto sujeito, capaz de enunciar e decidir, julgar e escolher, quase que de maneira antropomorfa. Dotada de espírito e de alma, apresentava um devir bem específico: ser mestra da vida.

Historia Magistra Vitae é uma expressão latina derivada dos diálogos de Cícero⁹¹, na qual há a sugestão de que a história teria uma função clara de ser *professora* da existência. O

declarações com palavras antigas. Alguns cosmólogos falam na “criação” do Universo. O mundo cultural também pode ser considerado um processo de criação contínua, ou recriação, como uma espécie de canteiro de obras onde os andaimes nunca são desmontados porque a construção cultural nunca termina. (BURKE, 2001).

⁹¹ Marco Túlio Cícero (106–43 a.C). Natural de Arpino, cidade ao sul de Roma, era membro de uma rica família equestre, com grande influência política na capital da República. É reconhecido como um dos mais famosos oradores, escritores de prosa, filósofos e juristas do período da vida pública romana, com grande influência na literatura latina.

estudo e a compreensão do passado deveriam servir como uma lição para o futuro, motivada no sentido de afastar as inquietantes possibilidades de erros futuro. Saliente-se que na concepção cicereana a história guardaria uma íntima ligação com a oratória, na qual o orador não seria apenas um agente de fala, um debulhador de palavras e de eventos, mas um interceptador que dá assenta, destila e depura os fatos, dando sentido aos mesmos. Em síntese: é a fundação da lógica na qual a história tratar do passado, possibilita compreensão do presente e na projeção do futuro.

Resgatada no século XIX a expressão, ressignificada, ganha novas dimensões ao servir para a fundação da *nova* disciplina. Com as novas experiências advindas do desmantelamento, progressivo, dos regimes absolutistas ganhariam corpo novos lugares de fundação e referência que necessitavam de marcos próprios, que servisse não mais ao intuito dinástico de justificação de seus espaços, mas de caracterização dos agentes que então se constituíam, das projeções que tentavam dar conta do espectro nacional. Assim temos que

Qualquer que seja o ensinamento que subjaz à nossa fórmula, há algo que sua utilização indica de modo inegável. Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. (...) A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível. (KOSSELLECK, 2006, p. 43)

A lógica da repetibilidade instituíam-se, mais uma vez, como norte: o passado seria o lugar de fundação, o presente uma continuidade e o por vir um programa possível. A escrita tornaria tais projetos factíveis e os historiadores teriam nesse espaço, justamente, a formação de sua oficina. Seria a partir da delimitação de um horizonte que possibilitariam que a história tivesse sentido em si mesma, já desgarrada da filosofia e com estruturas de fundação distintas das demais áreas constitutivas do saber válido, e portanto

foi finalmente a “história em si” [die Geschichte selbst] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [Geschichte] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo. (KOSSELLECK, 2006, p. 49)

É indubitável que para a constituição deste novo campo era necessária a atuação de agentes que estivessem imbuídos desse novo *espírito* que passaria a nortear a sua produção enquanto trabalho intelectual, a partir de uma prática que encontrava na escrita o seu resultado. Destacam-se nomes como o de Leopold von Ranke. Historiador alemão,⁹² de grande vulto no

⁹² É importante lembrar que o que se trata aqui como Alemanha é produto de um processo de unificação política vivenciado no universo germânico na segunda metade do oitocentos, consagrado com a coroação de Guilherme I como Kaiser após a derrota dos franceses na Guerra Franco-Prussiana em 1871. Para a compreensão dos elementos de constituição, ou invenção, alemã destaca-se o trabalho do sociólogo Nbert Elias – *Os Alemães: a luta pelo*

oitocentos é apontado como um dos principais responsáveis pela sistematização metodológica da nova disciplina⁹³, atuava em torno da crença de que a história seguiria uma lógica na qual seria perceptível que o encadeamento dos eventos e das experiências particulares levariam à uma compreensão geral mais alargada, ou seja, que partindo das contingências era possível desenhar um quadro universal.

Era de seu interesse a interpretação das características de seu jovem país a partir dos elos culturais e não dos limites impostos pelas fronteiras físicas, dos geografias. A cultura alemã, segundo seu entendimento, não estaria descrita pela sua territorialidade, mas sim pela expressão de uma cultura de natureza essencialmente germânica. É munido dessa premissa que passa a sistematizar suas reflexões e produzir narrativas que seriam resultado do cotejamento das fontes documentais, ponte que ligava o presente no qual estava inserido ao pretérito analisado, caminho indispensável para a sua reconstituição objetiva. O trabalho do historiador deveria ser calcado em cuidados para que sua subjetividade não permeasse a interpretação dos documentos e a reprodução do passado.

Para além da intenção de preencher lacunas, ocupar o vazio deixado, que são deixadas pelo passado enquanto torna-se presente, a história disciplinar deveria ter um caráter didático, prático, palatável. Inserida em um cenário no qual as verdades de natureza científica tomavam o espaço do místico e religioso na produção de entendimento da realidade deveria constituir-se, sistemática e metodologicamente, enquanto análise objetiva focada na representação do passado tal qual foi distanciado da fala e das percepções subjetivadas.

O desafio de Hanke não seria o mesmo daqueles que se dedicassem a escrever a história do Brasil e assim contribuir para invenção da nação brasileira. Como grande parte dos países americanos sua independência era recente, a constituição da autonomia política um desafio e a da econômica ainda se mostrava como um devaneio. Os acontecimentos vivenciados no período de interregnos quase colocaram em risco a manutenção da ordem política instituída e a antecipação da maioria do jovem monarca chave para os impasses e ameaças vivenciadas. Ficava a questão: depois de inventado o Brasil enquanto Estado como inventá-lo enquanto Nação?

poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX, que trata da formação de tal identidade em torno da questão nacional e de sua plasticidade segundo os interesses dos setores que estão à frente da unificação (ELIAS, 1997).

⁹³ "Foi ele quem criou para os estudos históricos o sistema dos seminários, que aos poucos iriam proliferar em outros países. Ao mesmo tempo desenvolveu recursos de pesquisa e crítica das fontes, adaptando para isso, à História, processos já em uso, antes dele, entre filólogos e exegetas da Bíblia". (HOLANDA, 1979, 16)

3.2.2 As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá

Canção do Exílio
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá;
 As aves, que aqui gorjeiam,
 Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
 Nossas várzeas têm mais flores,
 Nossos bosques têm mais vida,
 Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
 Mais prazer eu encontro lá;
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
 Que tais não encontro eu cá;
 Em cismar sozinho, à noite
 Mais prazer eu encontro lá;
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
 Sem que eu volte para lá;
 Sem que disfrute os primores
 Que não encontro por cá;
 Sem qu'inda aviste as palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.

Canção do Exílio, assim é nomeado um dos poemas mais famosos das obras de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864). Em seus 24 versos o autor constrói uma antítese entre a terra habitada e aquela desejada, a de seu nascimento, a natal. A distância, elemento de intensificação das nuances da falta que fatiga o eu-lírico, é projeção que dá forma às imagens que são criadas em suas espacialidades, “aqui” e “lá”. Apesar de reter-se a esses elementos adverbiais denotativos de lugar, e não em construções ou locuções adjetivas em suas redondilhas menores e rimas oxítonas, constrói um quadro de idealizações no qual aves, bosques, estrelas, permeiam um ambiente com cores, sabores e texturas que o levam ao conflito com sua realidade enfrentada, a do personagem exilado.

O poema que é parte componente da obra lírica *Primeiros Cantos*, publicada originalmente em 1846, revela a face de um escritor que colocará na pena a expressão de suas idiossincrasias e demais subjetividades. Maranhense nascido no ano de 1823, ou seja, em meio aos eventos que levariam, no ano seguinte, ao início do processo de independência, partiu ao final da década de 30 para Portugal. Acabaria ingressando na Faculdade de Direito de Coimbra, que ainda era o destino de parte significativa da intelligentsia brasileira.

É no ano em que completaria duas décadas de existência que compoem os versos que o fariam um dos escritores mais conhecidos da primeira denteção do romantismo no Brasil, sobretudo quando se trata de escritores que se dedicaram à poesia e não à prosa. Dias, contudo, não seria o único⁹⁴. O afastamento, os quilômetros, as léguas e tantas unidades de medida são elementos para a composição de um painel de representações identitárias. A falta fez saltar à pele os pertencimentos e negações nos poetas. É de *fora* que se inicia a leitura e descrição do que passaria a definir e justificar o de *dentro*.

No processo de construção do imaginário nacional a literatura assumiria um decisivo papel. Apesar de os índices de alfabetização serem baixos e a imagem da *ilha de letrados* bastante contundente, foi pela expressão literária que a consolidação de uma primeira proposição que desse conta dos elementos a serem aglutinados. Desde o início da ocupação da América Portuguesa os vultos em torno da descrição de seus aspectos naturais são explorados.

Afinal de contas, o universo aberto pela entrada do Novo Mundo nos círculos de exploração colonial ibérica possibilitou que os povos navegantes pudessem defrontar-se com uma natureza rica, heterogênea e desconhecida, e o intento na descrição de suas cores, cheiros, paladares e demais sentidos são perceptíveis desde o texto de Pero Vaz de Caminha, assim como a crença na sua prosperidade na terra em que “se plantando tudo dá”. É sobre as marcas do fantástico horizonte místico tropical que serão erguidas as bases, e posteriormente as estruturas, do primeiro enquadramento das leituras acerca da identidade nacional brasileira, sendo o primeiro movimento a identificar-se de maneira militante com essa tarefa aquele que identificamos como *romantismo*.

Movimento estético e intelectual de concepções marcadamente plurais, foi uma das mais significativas expressões artísticas, que podem ser identificadas enquanto brasileiras, no século XIX. Percebido no continente europeu no curso das transformações que acompanhariam a transição do setecentos para o século seguinte, é reflexo da emergência de questões fulcrais nas dinâmicas de afirmação do indivíduo enquanto problema e, para o desdobramento, de seus conflitos, suas incompletudes e de seus desejos.

No Brasil, após o início do processo de ruptura com Portugal, os primeiros desejos de autodeterminação identitária começam a afirmar-se. É compreensível que a procura que respondessem aos desejos de determinar o que o “daqui” seria marcadamente distinto do de

⁹⁴ Casimiro de Abreu (1839-1860) também se dedicou à produção de sua *Canção do Exílio*. Nela, além dos elementos trazidos por Dias, os elementos geográficos, também são perceptíveis traços de sua infância, sobretudo a ligação com a figura materna. Apesar de serem, de certa forma, contemporâneos Abreu é mais identificado com a segunda geração romântica, a ultrarromântica, enquanto o primeiro é identificado como membro da geração indianista.

“lá” e isso passa a ser uma questão crescente. Dá-se início ao trilhar de um caminho que encontraria questões mais amadurecidas apenas duas décadas depois⁹⁵, já no início do Segundo Reinado. Expresso o desejo de rompimento, necessidade explícita de reconhecimento dos traços do novo em detrimento do velho, ou seja, o pretérito de domínio metropolitano, era necessário determinar as balizes que validariam e legitimariam as escolhas realizadas e exemplos não faltariam para o movimento brasileiro. Segundo Schwarcz:

Modelos não faltavam, mas havia originalidade na cópia. O romantismo aparecia como caminho favorável à expressão própria da nação recém fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar a universalidade, mas também o particularismo, e portanto a identidade, em contraste com a metrópole, mais associada nesse contexto com a tradição clássica. O Gênero vinha ao encontro, dessa maneira, do desejo de manifestar na literatura uma espacialidade do jovem país, em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria, sem deixar de lado a feição oficial e palaciana do movimento.
” (SCHWARCZ, 1998, p. 128)

Na década de 1830, em Paris, um grupo de jovens brasileiros que viviam sob a tutela e acolhimento do *Institut Historique*⁹⁶, reuniram suas questões e anseios em debates e reflexões que resultaram na publicação de um periódico, indiscutivelmente, relevante apesar de sua curta vida – apenas duas edições no ano de 1836 – a revista *Niterói*. Para além dos debates em torno do seu papel na vanguarda do romantismo brasileiro, essa publicação reuniu nomes que comporiam os quadros da elite intelectual e política brasileiras em um futuro muito breve. São eles Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Francisco Sales Torres Homem (1812-1876).

O primeiro buscava aulas de filosofia eclética e economia política enquanto Torres Homem cursava direito na Universidade de Paris. Esse, inclusive, ainda muito jovem envolveu-se com o jornal *Aurora Fluminense*⁹⁷, identificado com a causa dos moderados que estavam no

⁹⁵ Segundo Cândido, ainda se tem que “um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. Então, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e, portanto, a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica. Assim surgiu algo novo: a noção de que no Brasil havia uma produção literária com características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual”. (CANDIDO, 2002, p.20) Nessa década já é possível encontrar um intento literário dessa magnitude nas atuações de escritores Ferdinand Dias e Almeida Garret que começam a chamar a atenção para as necessidades de uma escrita que substituíssem as antigas referências e convenções clássicas e dessem forma a esse desejado *novo* (SCHWARCZ, 1998, p. 128-129 e CANDIDO, *op. cit.*, p. 20-25).

⁹⁶Com a escalada de importância e alcance que a disciplina história alcança no século XIX, assim como sua importância em dar sentido/justificar o presente foi criado, no ano de 1833, o Instituto Histórico de Paris. Segundo o intento de seus fundadores ocuparia o lugar de encorajamento, direção e propagação dos estudos históricos na França e no estrangeiro, desempenhando a importante missão de ser o responsável da enunciação da história francesa. Seu modelo de organização, assim como o modo de produção de conhecimento impetrado em seus estudos, serviria de modelo para inúmeros congêneres ocidentais, como é o caso do exemplar brasileiro – o IHGB.

⁹⁷A recém estabelecida imprensa no Brasil vivia uma fase de embates quando foi criado o jornal *Aurora Fluminense*, em 1827. O período, que já era marcado pela crise que levaria a abdicação de D. Pedro I, teria na imprensa e em figuras com o jornalista Evaristo da Veiga – personagem de pena ácida em defesa do liberalismo moderado contra o despotismo do primeiro Imperador brasileiro – que comporiam um quadro de embates e

centro do poder nos primeiros anos do Período Regencial e ainda com Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, da qual foi vice-presidente. Em sua viagem para a Europa fora auxiliado financeiramente por Evaristo da Veiga e pelo seu prestígio alcançado ainda conseguiu junto ao secretário da Legação Brasileira em Paris auxílio para sua permanência. Gonçalves de Magalhães por sua vez arranjava-se enquanto preceptor do filho de um comerciante brasileiro até conseguir, também o auxílio da Legação. Araújo Porto Alegre foi igualmente ajudado por Evaristo da Veiga (1799-1837) e José Joaquim da Rocha (1737-180) em sua viagem e estadia e, a despeito das dificuldades financeiras que relatava em sua correspondência, teve a oportunidade de estudar pintura e arquitetura com renomados professores e artistas. (ANDRADE, 2009, p. 421).

É com o ímpeto daqueles que se lançam às intempéries do outro lado do Atlântico que os três propuseram manifestadamente um desejo de fomento ao amor à literatura, às ciências e às artes como um todo, influenciado pelo contato dos redatores com as tendências intelectuais presentes no contexto francês conjuntamente com uma postura que passava do amor à nação e exaltação da pátria. O lema “Tudo pelo Brasil” explicitava o seu posicionamento militante de pertencimento em um tom enaltecido de espectro ufanista. O afastamento das questões vivenciadas no país deixado para trás não é tomado como elemento de deslegitimação de seu discurso e sim de afirmação do mesmo. Dedicariam seus esforços em exposições sobre ciências, letras e artes, e seguindo o caminho traçado pelas suas antecessoras europeias, pretendiam também lançar postulados sobre a constituição dos elementos sociais brasileiros, aquarelados pela sua capacidade de observação aquarelada pela experiência do afastamento, o exílio dos versos de Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu.

Frente às questões expostas era latente a necessidade de um elo, de um elemento que pudesse aproximar as fundações míticas, do passado a que se pretende superar e com o presente, futuro desse, que se desenha e deseja compreender. Aí encontrar-se-iam as divisas, aí afirmar-se-ia o digno de ser alcunhado de *nacional*. Desenvolver-se-ia, portanto, as narrativas que apresentariam a questão que ficaria conhecida como *nativista*.⁹⁸ Estava assim aberto o caminho para a construção de um dos elementos da mitologia nacional mais expressivos: o indianismo. Apresentado nos moldes de compreensão rousseauianos o índio corresponderia ao elemento

disputas nas páginas dos periódicos que refletiam as tensões do cenário político nacional. O jornal atuou até 1835 quando deixou de ser publicado.

⁹⁸ Mas o título indígena, *Niteroy*, equivalia a um programa nativista, e no primeiro número Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) publicou, retomando Denis, o “Ensaio sobre a história da literatura brasileira”, no qual traçava o programa renovador, completado pelo do prefácio do livro que publicou no mesmo ano, Suspiros poéticos e saudades, considerado pelos contemporâneos o ponto de partida da transformação literária e iniciador da literatura propriamente brasileira. (CÂNDIDO, *op.cit.*, p. 26)

de contribuição matricial para a cultura, que no seu contato com os lusitanos deu origem aos índices que compõem um certo ideal de brasilidade.

É necessário frisar que para a composição do quadro tal como se deu foram necessárias influências de várias matizes e origens diversas, afinal era necessário criar uma percepção acerca do *ser brasileiro*, mas as regras eram estabelecidas por aqueles que experimentavam a existência junto a verdadeira civilização, a mãe e gênese, a europeia. No centro do programa exposto por Magalhães há uma exposta influência do escritor Friedrich Schlegel (1772-1829), que é tomado como um dos pais do romantismo alemão. Esse cunhou a teoria das *duas literaturas*, segundo a qual existiriam em cada nação ocidental duas literaturas: uma proveniente das matrizes clássicas, ou seja, da tradição greco-latina e outra de natureza romântica que floresceria de maneira independente, resultando em nomes como Shakespeare (1564-1616), Dante (1265-1321) e Calderón (1600-1681).

A alma moderna seria marcada pelo rompimento com as tradições clássicas para a emergência do novo, autoral-autônomo, que levariam ao triunfo da nação frente ao retrógrado, o arcaico, o derrotado (CANDIDO, 2002, 28). No caso dos escritos brasileiros fazia-se necessário construir ao correr da pena, com toda a expressão de todo lirismo disponível, e, defesa da voz e do corpo que se ergueria o moderno nacional – indígena e tropical – que seriam capazes de dar sentido a um projeto de nação. Gradativamente os projetos e programa em torno da questão nacional constituir-se-iam nos mais diversos espaços de significação.

É necessário frisar que os limites entre as idealizações e as produções científicas eram permeáveis e adaptáveis. O elemento de composição social que mais apontava-se como responsável pela degeneração na sociedade brasileira era indubitavelmente o negro. A escravidão, então não entendida como prática questionável e de importância basilar para as relações político-econômicas que orientavam os principais debates travados nos espaços de poder no Brasil, não era a gênese do problema e sim o tipo que a mesma introduzia pelos seus mecanismos na sociedade.

Os estudos acerca da questão cultural indígena estavam conquistando cada vez mais espaço nas produções do século XIX, sobretudo quando se avança em direção aos seus dois últimos quartos. No século da emergência da antropologia e etnologia, voltar-se para a humanidade e justificar as ações do presente a partir do passado usando o próprio ser, o humano, como suporte não podia apresentar-se com menor brilho. A emergência das teorias raciais que buscavam orientar e hierarquizar os povos humanos, a partir da rubrica da pesquisa e do vaticínio da ciência, ganhava adeptos no ocidente em grandeza e escalar, e como apontam as

pesquisas, em especial as que se estendem do final da década de 80 até agora⁹⁹, o racismo no Brasil edificou-se com características próprias, em um jogo de apropriações e (re)invenções que resultaram no seu enraizamento nos principais espaços de ciência oitocentista.

Na primeira geração romântica dedicou-se a construção de uma percepção do indígena dentro de um quadro de idealizações que tornariam eufêmicas as conclusões possíveis a partir dos trabalhos científicos da época. Se no século XVII teorias como a do “bom selvagem”-cunhada por Jean Jacques Rousseau – tratavam dos autóctones americanos, por exemplo, como seres simples, de bondade inata, as teorias do seguinte apresentariam um quadro distinto, apontando para ignorância, barbárie e incivilidade. Nas linhas em prosa e verso, nas pinceladas à óleo ou aquarela, o que se percebe é um outro quadro. Vence o idealismo estético e histórico, tornam-se os silvícolas, a fundação mítica da nação. A *ciência*, contudo, não seria deslegitimada e nem perderia seus lugares de enunciação, muito pelo contrário.

Nesse cenário constituir-se-ia uma das principais instituições de natureza aristocrática do período imperial brasileiro: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criado no ano de 1838¹⁰⁰ apresentava-se enquanto detentor de um devir relacionado à construção de uma escrita a respeito da história do jovem país, assim como determinar seus alcances, as manifestações de sua gente, o desenhar de uma nação: do homem que observa às palmeiras da terra.

Rapidamente colocado como espaço de fala nos debates acerca da questão da narrativa da história brasileira, ganharia desde sua gênese a tutela e proteção imperial. D. Pedro II, desde sua juventude, acompanhou a trajetória do Instituto sendo a ele intimamente ligado, o que lhe

⁹⁹ Destacamos aqui a importância da publicação de Lilia Schwarcz da obra “O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930 (SCHWARCZ, 1993). O livro dedica-se em seus seis capítulos à compreensão da construção do racismo científico no Brasil a partir da sua ocupação em espaços bem específicos de constituição e validação de práticas políticas e sociais, como os institutos históricos, as faculdades de medicina e direito e demais espaços ocupados pelos homens de ciências. A autora recorre à interlocução com o pensamento social do período, como Silvio Romero e João Batista Lacerda, para construir um quadro no qual o racismo no Brasil edificou-se a partir de apropriações e reverberações próprias na construção do tecido social que organizavam as relações sociais do período.

¹⁰⁰ Sua fundação encontra ligação à atuação de um outro núcleo: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A SAIN ocupou lugar de relevância na propagação de saberes e técnicas no Brasil. Sua criação remete à atuação de Inácio Alvares Pinto de Almeida, que na transição da década de 10 para a seguinte atuou incansavelmente para a aprovação e início de atividades da Sociedade. Em seus quadros encontravam-se homens de Estado, comerciantes, produtores agrícolas, naturalistas, que objetivavam o progresso material brasileiro. No seu discurso de instalação, em 1828, Almeida assim proferia em seu discurso de apresentação (...) auxiliar a indústria, mormente pelo que se respeita a aquisição de maquinismos, que, expostos às vistas do público, façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos agricultores, e dos nossos artistas: para que por meio delas consigam minorar os trabalhos da mão de obra, obtendo ao mesmo tempo com mais facilidade, perfeição, e menos despesas com maior soma de produtos (ALMEIDA, 1828, p. 3). Posteriormente, acabou por assumir a função de *locus* do fomento da modernização das técnicas produtivas, em especial a da agricultura, no sentido de que fossem substituídas as técnicas de plantio mais rudimentares por outras de aspecto mais avançado frente a tecnologia produtiva de época. Sobre SAIN, ver: Patrícia. R. C. Barreto. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em novembro de 2009.

garantia algum alcance de influência, dado o quadro de sua composição sempre composta de figuras que pertenciam aos mais distintos círculos aristocráticos. Foram 27 os membros sócios fundadores: Alexandre Maria de Mariz Sarmiento (1791-1870), chefe da Contadoria Geral do Tesouro, Antônio Alves da Silva Pinto (1793-1855), advogado, Antônio José de Paiva Guedes de Andrada (?-1850), chefe da Secretaria dos Negócios do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (1800-1855), depois visconde de Sepetiba, Bento da Silva Lisboa (1793-1864), mais tarde barão de Cairú, Caetano Maria Lopes GaTomé Maria da Fonseca e Silva (1795-1864), administrador da Recebedoria do Município, depois visconde de Maranguape, Cândido José de Araújo Viana (1793-1875), depois marquês de Sapucaí, Conrado Jacob de Niemeyer (1831-1905), militar e geógrafo, Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), professor do Colégio Pedro II, Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim (1775-1856), visconde de Jerumirim, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (1794-1870), depois visconde de Jequitinhonha, Inácio Alves Pinto de Almeida, Secretário da Junta de Comércio, Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), cônego, João Fernandes Tavares (1795-1874), mais tarde visconde da Ponte Ferreira, Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), professor do Colégio Pedro II, Joaquim Francisco Viana (1803-1864), bacharel em matemática, José Antônio Lisboa (1777-1850), deputado da Junta de Comércio, José Antônio da Silva Maia (1789-1853), político e procurador da Coroa, José Clemente Pereira (1787-1854), político, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), visconde de São Leopoldo, José Lino de Moura, contador da Caixa de Amortização, José Marcelino da Rocha Cabral (1806-1849), advogado, José Silvestre Rebelo, negociante, Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864), militar, diretor da Academia Militar, Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), marechal de campo, Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855), desembargador e diplomata, Tomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município¹⁰¹.

A essa geração foi colocado o desafio de apresentar os projetos, programas e metodologias que viriam a delinear os caminhos a serem seguidos, assim como os elementos formais de como poderia ser proposta uma escrita acerca da história do Brasil, assim como a delimitação dos elementos que seriam necessários para a composição do panteão nacional, a

¹⁰¹ Note-se que a maior parte dos componentes do quadro inicial era ligado a atuação do Estado, seja pelo fato de ocuparem espaços de poder ou por serem membros do quadro de funcionários estatais. Guimarães salienta que “(...) chama a atenção o fato de que a maioria dos fundadores exercia sua atividade profissional no serviço público: ou seja, na magistratura, na carreira pública de nível superior, no caso dos portadores de diploma de formação em faculdades jurídicas, ou ainda como militares ou funcionários públicos, que, mesmo sem a conclusão de um curso superior, conseguiram qualificação no exercício profissional. Além disso, uma vez que o Estado no Brasil do século XIX detinha o poder do *padroado* sobre a Igreja e, além disso a Constituição declarava o Catolicismo como a religião oficial do Império, é possível ainda incluir os religiosos no conjunto dos servidores públicos” (GUIMARÃES, 2010, p.91)

eleição dos heróis e mártires. Das atividades que mais marcariam sua atuação encontra-se a produção de um de um periódico que ganharia notoriedade em meio às publicações do século XIX: a Revista do IHGB¹⁰².

Tais elementos encontram eco num texto publicado no primeiro número da publicação, reprodução do discurso proferido pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa na cerimônia de fundação do IHGB. Eloquente e rebitado de proposições acerca dos caminhos para a escrita da história brasileira. São nove itens que delinearão os caminhos que deveriam ser seguidos pelo Instituto. Logo em seu início evoca Cícero e sua *magistra vitae*, em consonância com o espírito da disciplina no oitocentos, salientando que a missão posta deveria ser a de “eternizar a história dos fatos memoráveis da pátria” (BARBOSA, 1939, p. 12). Sobre o mesmo, aponta Guimarães

o discurso de Januário da Cunha Barbosa, para além de marcar uma fundação, a possibilidade de uma escrita nacional, igualmente define o sentido político dessa mesma escrita para uma nação em gestação: o conhecimento do passado, agora organizado segundo os princípios de uma ciência, deveria estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada. (GUIMARÃES, 2007, p. 103)

Constituído enquanto um dos principais propagadores do programa do Instituto, a Revista passou a ser um dos principais espaços de debate intelectual e analítico acerca das questões que se identificavam com os interesses de seus membros, assim como os colaboradores externos, sempre circundando questões consideradas relevantes no delineamento dos referenciais históricos e geográficos do país. Em suas linhas traçar-se-iam elementos constituidores da cultura do povo, da história da gente, de seus filhos ilustres e a riqueza e exotismo de sua terra e do que a mesma oferta, eis a divisa de sua atenção.

Nos primeiros números do periódico não é possível perceber elementos de uma organicidade interna que possa ser apontada como estrutura. Contudo, é possível perceber a presença de análises de documentos apontados como históricos, que normalmente remetiam ao período da experiência colonial, aqueles que se dedicavam às memórias e as atas das seções ordinárias e assembleias, além de esboços e textos biográficos das figuras consideradas de *vulto* nacional. A partir de seus artigos é possível identificar a presença de referências que tratam de uma determinada história regional que se une à *história nacional* a partir das escolhas enunciativas dos autores que refletiam um determinado monopólio teórico do campo historiográfico brasileiro.

¹⁰² A Revista do IHGB está em circulação desde 1839 e é uma das mais longevas publicações do gênero no Brasil. Dedicar-se à divulgação das produções dos associados e demais contribuições. Foi, durante o oitocentos, um dos principais canais de propagação e diálogo do Instituto com outros congêneres e similares no Brasil e no exterior.

Aqueles que tivessem acesso às suas páginas, seja como escritores sejam como leitores, o que inicialmente pode-se inferir não ser um público tão numeroso e heterogêneo dará a tiragem de 500 exemplares do primeiro número da Revista, comporiam um grupo seletivo de figuras a quem se garantiria lugar de fala e apreciação. Como se pode perceber constituir-se-ia, paulatinamente, uma seleta elite letrada de natureza aristocrática ao redor dos espaços que iam se constituindo enquanto lugares de afirmação das teses que se propunham a refletir sobre a constituição das questões que seriam capazes de desvelar o Brasil revelando sua natureza, sua gente e seus traços de excentricidade. É a partir dessas questões que se ergueriam as questões que ganhariam corpo nas décadas seguintes. É nesse quadro de afirmação de uma aristocracia dirigente letrada que outra instituição ganharia corpo e importância no cenário nacional, em especial o da Corte. Trata-se da criação do Imperial Colégio de Pedro II.

Fundado em 2 de dezembro de 1837, que fora oficializado em 20 de dezembro do mesmo ano¹⁰³, a instituição surgia a partir da reorganização do seminário de São Joaquim, proposta que fora apresentada pelo Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos ao Governo Regencial. O nome, assim como a sua data de criação, são homenagens ao jovem príncipe que em, muito, breve assumiria o trono brasileiro. Sua primeira unidade foi instalada no edifício do antigo seminário, edifício localizado hoje na Av. Marechal Floriano – na área central da Corte. Inaugurado com a presença do futuro monarca, de suas irmãs – as princesas imperiais – todo o ministério do governo regencial e demais dignitários do Império, tornar-se-ia mais um dos espaços de significação aristocrática no Brasil,

Ao assumir a instrução pública como um elemento de construção da nação, o Estado Imperial quebrou o monopólio do saber religioso e do ensino clerical, possibilitando a emergência de intelectuais formados pela e para a sociedade civil, laica e pretensamente científica, em direção ao progresso, embora não dissociada do conservadorismo religioso. (ANDREADE, 1999, p.6)

Primeira instituição de instrução secundária criada no Brasil apresentava um programa de ensino que pretendia oferecer à aristocracia brasileira formação para a composição dos futuros quadros que seriam protagonistas na organização do Império. Colocava-se, então, mais um marco no programa nacional, compreendido enquanto elemento no quadro civilizador que como projeto no período. Apresentava em seu currículo elementos de base clássica, seguindo os modelos das principais instituições congêneres europeias, em especial a do *Lycée Henri IV*¹⁰⁴, de Paris. Segundo a historiadora Vera Cabana, temos que:

¹⁰³ Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html. Acesso em 28 de outubro de 2014.

¹⁰⁴ O *Lycée Henri IV* é considerada a instituição de ensino básico mais tradicional da capital francesa. Suas *gênesis* remonta ao século VI e que durante o século XIX ganhou as características modernas após as reformas napoleônicas.

“A produção de uma cultura escolar própria correlacionada à sua natureza institucional singular foi legitimada pelo papel desempenhado pelo Colégio no projeto civilizador do Império, como instrumento de consolidação do Estado e construção da Nação” (ANDRADE, 1999, p.96).

Receberia especial atenção do governo central, afinal fora colocada enquanto *locus* de qualificação da elite dirigente do país. Com um ensino que apresentava foco nas humanidades, procurava-se tonar sólido na instituição a delimitação dos elementos indispensáveis, e os indesejáveis, que seriam oferecidos aos filhos da *boa sociedade* imperial. Perceba-se, portanto, um intento de controle de formação, dado pelo fato de que ao assumir o processo de formação-instrução o governo imperial deslocava da família para o Estado a responsabilidade da eleição dos elementos constitutivos da formação, assim como aponta Beatriz Boclin Santos:

As disciplinas ou – como se dizia no século XIX – as “cadeiras” que compunham os programas de ensino do Colégio Pedro II eram estabelecidas pelo governo imperial, em consonância com as propostas que fundamentavam o projeto do Estado de formar uma elite capacitada a gerir o projeto de nação que se objetivava concretizar. Apesar disso, o conteúdo das disciplinas estava a cargo dos catedráticos – os professores do Colégio responsáveis pelas cadeiras, em sua maioria autores dos livros didáticos ali adotado (SANTOS, p. 67, 2009)

O primeiro corpo docente foi nomeado diretamente pelo Ministro Bernardo de Vasconcelos, com anuência do governo. Anos depois seriam instituídos os concursos para ingresso de catedráticos, que passavam por uma rigorosa avaliação de uma comissão composta pelo corpo de professores do CPII. Em geral, eram escolhidas profissionais que apresentassem destaque na sociedade letrada da época, apresentando formações distintas como advogados, médicos e escritores, em sua grande parte com formação fora do país, na Europa em especial. Os estudantes para ingressarem na instituição passavam por um rigoroso processo seletivo, que não os isentava do pagamento das taxas de matrícula anuais e das taxas trimestrais, caracterizando sua marca exclusivamente elitista.

Apesar de já apresentar uma trajetória e ser bem mais consolidada o MN também seria espaço de implantação dos projetos que se colocavam como foco de atenção das ações Imperiais na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX. Suas estruturas e práticas científicas seriam voltadas para o projeto nacional e vivenciaria, a instituição, nas décadas seguintes o momento de maior produção e alcance do oitocentos. No próximo capítulo trataremos dessa trajetória e de sua interrupção pelo golpe republicano.

4 – A última trama.

Prólogo

Aqueles que estabeleceram os mitos de fundação da cultura ocidental escolheram que fora na Grécia Clássica, e as posteriores sociedades helênica e romana, que emergiu toda a sorte de elementos que marcariam a trajetória dos povos do Leste. Seja na ritualização política das democracias contemporâneas que advogam raiz nas experiências vivenciadas em espaços como o da Atenas Clássica, seja nos ideais belicistas e conflituosos que exaltam à bravura, plástica e cinematográfica dos espartanos, ou nas sociedades idealizadas por uma aristocracia agrária escravista, cujos elementos gritam silenciosamente nos sulcos que a tinta deixa no papel ao correr de cada palavra de textos como a República, cuja autoria atribui-se à Platão. Lá também ter-se-iam formado a maior gama de sentidos originais que trariam as palavras que tecemos nas linhas discursivas do hodierno. É desse espaço, justificado pelas tradições narrativas que é creditado o advento da expressão prólogo.

Quaisquer dicionários que se consultem aproximarão da palavra outras de campos semânticos, tais como prefácio, preâmbulo, próêmio ou prelúdio. Contudo não é nessa direção que norteamos o seu uso. Antes de estar aprisionada aos grilhões das apresentações de textos sem alcance ou brilho que entopem as prateleiras das livrarias, isso para não dizer de bibliotecas e demais estabelecimento de guarda de livros e similares, a expressão era utilizada nas experiências vivenciadas nas tragédias gregas para designar o momento que antecedia o desenrolar das tramas.

Crê-se que foi das celebrações realizadas em louvor à Dioniso, deus dos ciclos vitais, das festas, da insânia, que surgiu a prática representativa que ficaria conhecida como teatro, repartida em dois gêneros: a comédia e a tragédia. Nelas dividir-se-iam histórias de homens e deuses, com objetivos e sentidos distintos. Uma carregada de elementos permeados pelo sarcasmo e a ironia, a outra imbuída de um espírito catártico que levassem ao público reflexões, um intento educativo-didático. Era na saturação dessas apresentações que se colocava o prólogo: antes do coro dar sua entrada, no momento que antecedia a narrativa apresentada, vinham as falas explicativas, que dotavam o público das informações necessárias para compreender o enredo, conhecer as personagens, e o início do enlace dos acontecimentos que se desenrolaria a partir daí.

A reflexão a que esse capítulo se dedica envolve o despontar do fim de uma experiência, da redefinição de trajetórias, da construção de novos agentes e personagens, de rupturas e continuidades de uma instituição que atravessaria, não sem marcas, a transição entre dois regimes políticos e que assistiria à recolocação de seu próprio espaço. Desde o início do reinado de D. Pedro II, o Museu Nacional entrara em uma nova ordem de funcionamento e de desempenho de papéis junto aos projetos que passariam a assumir espaço de importância daquilo que se pretendia empreender para colocar o país junto à *marcha da civilização* que se colocava em curso. Capitaneada por um conjunto de espaços que apresentavam íntima ligação com os setores mais privilegiados da sociedade imperial¹⁰⁵, tanto no tocante socioeconômico, quanto no acesso à participação política e letramento, a projeção de um futuro mais pródigo dependia não somente da prosperidade econômica, já experimentada com o crescimento do volume das exportações que visavam o mercado interno alimentado pelos grandes cinturões agrícolas marcados pela monocultura, mas também do desvelar das possibilidades de exploração do território nacional, ainda marcado pelo mistério.

Fazia-se necessário a combinação de esforços que dotassem o Império do Brasil de elementos que oferecessem uma leitura de suas riquezas, dentro de uma projeção de grandeza e opulência, que fosse condizente com a dimensão territorial do maior estado sul-americano independente. É o caso da formação de comissões de exploração como a Imperial Comissão Científica de Exploração (1859-1861), a Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878) e a Comissão Geológica do Império (1875-1877). As três empreitadas, que podem ser entendidas como uma síntese do programa nacional atreladas ao Estado brasileiro, trariam sensíveis contribuições para desenvolvimento das práticas científicas e técnicas brasileiras, a primeira e última com especial atenção a aquelas realizadas junto ao MN. A era de ouro do projeto científico no Brasil oitocentista encontrava nos enlaces constituídos nos meandros do mundo aristocrático o seu lugar de fundação e perpetuação, ou seja, é no espaço das relações interpessoais desenvolvidas, em especial, no seio da Corte que consolidar-se-iam as práticas científicas imperiais.

A Imperial Comissão Científica de Exploração - ICCE é apontada pela historiografia como a primeira viagem científica composta exclusivamente por brasileiros. Oficialmente

¹⁰⁵ A rede de instituições que protagonizariam esse papel de *guardas da marcha da civilização* especificava-se durante o amadurecimento do governo de D. Pedro II e passava a ser composta por representantes dos mundos artístico, das ciências naturais e letras, que além do Museu Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II - espaços que gozavam de especial atenção do governo imperial como tratamos no capítulo anterior - podem somar-se os exemplos da Academia Imperial de Belas Artes, a Faculdade de Medicina, e a Faculdade de Direito, o Observatório Imperial tratando aqui dos exemplos instalados no Rio de Janeiro, Corte Imperial.

formada desde 1856, desembarcaria em Fortaleza três anos depois para dar início a sua empreitada principal: apresentar aos demais países que compunham a aura da civilização ocidental que Brasil também apresentaria potência para o desenvolvimento das ciências. Uma expedição de natureza nacional, vislumbre que atravessara o *locus* de parte da elite letrada intelectual e que apresentava um projeto que cada vez mais configurava-se como possível: apresentar uma ciência brasileira que fosse capaz de trazer explicações sobre o país, além de uma feição unicista e pacificadora: desde a instalação da Corte de D. João em 1808 a relação estabelecida entre o “sul” e o “norte” do país era complexa; quando se trata das províncias dessa região é complicado, inclusive, dissertar sobre a independência do Brasil; o mais correto seria tratar de uma complexa e contínua adesão ao movimento que era encabeçado entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Durante o Primeiro Reinado e, sobretudo, no Período Regencial a instabilidade política atingiu níveis que colocaram em xeque a própria unidade territorial e política. Fazia-se o tempo da reconstrução de laços e de elaboração de novas amálgamas que possibilitasse a pacificação nacional após a conturbada década de 40. A *conciliação* viria não somente dos Gabinetes, mas, também, das representações que conjugassem a apresentação de uma trajetória histórica comum associada a uma leitura científica de discurso único. No exposto não dito o desejo de construção de teias que alavancassem o progresso e desenvolvimento a partir de um marco institucional que revelasse um Brasil desconhecido aos *outros* brasileiros, o inaudito, o exótico, o mistério, finalmente desvelado.

Francisco Freire Allemão de Cisneiros (1797-1874), botânico de renome nas ciências naturais luso-brasileiras, seria o responsável por chefiar a Comissão e o de coordenar a Seção de Botânica, com quem trabalharia auxiliado por seu sobrinho Manoel Freire Allemão. Antônio Gonçalves Dias, que a esse momento já alcançara notoriedade frente ao impacto que o movimento romântico de tônica indianista produzira, lideraria os trabalhos a frente da Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem, auxiliado por Francisco de Assis Azevedo Guimarães. O romancista também colaboraria com Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908), ilustre figura aristocrática, conhecido pela sua categoria enquanto articulador, desempenharia a função de chefe da Sessão de Mineralogia, auxiliado por João Martins da Silva Coutinho (1843-1889), figura que também acompanharia Louis Agassiz (1807-1873) na sua expedição ao Amazonas. A Seção Astronômica e Geográfica ficou sob tutela de Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872), auxiliado pelo Capitão Agostinho Víctor de Borja Castro e os Primeiros Tenentes Antônio Alves dos Santos Sousa, Francisco Carlos Lassance Cunha, João Soares Pinto, Caetano de Brito

de Sousa Gaioso e Basílio Antônio de Siqueira Barbedo, representando a mais numerosa de toda a expedição.

O intento e os ânimos que cercavam a comissão não eram compartilhados por todos os setores competentes e tampouco da opinião pública, como salienta Teixeira

(...) evidencia-se uma compreensão extremada do fazer científico; por um subestimado pela “inutilidade” diante de outras urgências, e por outro exagerando a capacidade de a comissão, por si só, equiparar o Brasil às demais nações civilizadas. Não se levava em conta que o historiador natural era guiado por demandas distintas de conquistadores e comerciantes — embora várias vezes tenha se associado a estes para alcançar regiões mais remotas e atuado como agente da expansão imperialista. Sua área de atuação era precisamente o sertão; e os conteúdos dessas massas de terra a água, cuja pujança e diversidade se impunham como verdadeiras barreiras naturais, quase intransponíveis, seu objeto de estudo. No meio de densas florestas ou entocada em áreas de caatinga poderia muito bem haver eldorados ou vestígios de civilizações tão antigas quanto os astecas, incas e maias, das quais os indígenas seriam “descendentes degenerados”. Ou, como destacara Manoel Ferreira Lagos em seu argumento a favor da Científica, a descoberta de uma simples folha ou animal que abrisse novos mercados ou rivalizasse com os existentes era justificativa mais que suficiente para o investimento em viagens científicas. (TEIXEIRA, 2015, p. 50)

Em trabalhos que passariam a lastrear o campo de análise sobre o assunto, como nas produções de Lopes (LOPES, 2010) e Braga (BRAGA, 1962), é possível perceber que há uma determinada ênfase em apresentar episódios que seriam dotados de traços menos comuns ao universo científico, ou mesmo de natureza jocosa ou pitoresca. É recorrente a presença de narrativas que trariam cenários em que haveria a demonstração certa incapacidade técnica, como o caso do naufrágio do Iate Palpite que trazia todo o material coletado pela Sessão Geológica, os que despertam certa surpresa, como a importação de 14 camelos da Argélia para servirem de animais de carga, ou ainda os presentes relatos que envolveriam Capanema e Gonçalves Dias em cenas de desordem e galanteios nos quais a imprensa, tanto no Ceará quanto na Corte, teria assumido ativo papel de narrador -personagem. Ou como encontramos em “(...) mal falada, de reputação duvidosa, [sendo que] alguns chegaram a referir-se a ela como comissão defloradora (...). Seu principal apelido foi, no entanto, Comissão das Borboletas, o que desvia a crítica da moralidade para a inutilidade da empreitada” (KURY, 2001, p. 29).

Caso tenham fracassado alguns dos esforços centrais da expedição, nenhuma grande publicação sintetizou os resultados da ICCE, é indubitável que os produtos trazidos à Corte foram responsáveis pelo aumento e incremento das coleções existentes no MN, assim como foram objeto de inúmeras exposições, como por exemplo a mostra de produtos nacionais que foram enviadas para compor a Exposição Universal de Londres, realizada no ano de 1862. Portanto,

Se as sonhadas jazidas de ouro e metais não passavam de miragem ou se não foi possível catalogar e publicar os resultados da expedição, a Científica foi uma iniciativa marcante num movimento de reforma e consolidação das ciências naturais no Brasil, protagonizada pelo então Museu Imperial (atualmente Museu Nacional). Se o IHGB centrou seu papel nas diretrizes a orientar o projeto de uma exploração nacional feita por nacionais, o objetivo primeiro da iniciativa, explicitada na proposta de Lagos, é a formação de coleções para o Museu, feita por naturalistas com fortes laços com a instituição. Tanto que as espécies coletadas, a biblioteca, os instrumentos e materiais utilizados na viagem ao Ceará foram incorporados pelo Museu, implicando num salto qualitativo nas coleções e atividades do Museu Nacional dali em diante (TEIXEIRA, 2013, p. 63).

O avanço nos projetos que aprestavam preocupação com a causa geral de reconhecimento da extensão e multiplicidade nacional encontrava especial espaço nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878) – CCGI. A instalação da Comissão revelava preocupações de ordem político-administrativa relacionadas ao programa nacional que assumiam inúmeras empreitadas fomentadas pelo Estado naquela conjuntura. Por um lado, fazia-se necessário um estudo que descrevesse as dimensões territoriais do Império, incluindo aí a emergente demarcação de limites e fronteiras.

Desde o período de dominação lusitana a questão dos limites territoriais esteve em voga nas tensões territoriais do cone sul do continente americano. Ainda no século XIX foram firmados tratados que estabeleceram os alcances da presença portuguesa, de norte a sul e centro-oeste: o mapa do *Brasil* setecentista é um mosaico em contínua construção. As tensões nas fronteiras, a questão da navegação do Amazonas, as possíveis ameaças que seriam reverberações das questões de política interna dos vizinhos exigiam um trabalho conclusivo de demarcação territorial. Com o início do oitocentos, e sobretudo após a vinda da corte para o Brasil, a produção cartográfica foi protagonizada por agentes e institutos militares, fato que não se comprova com a CCGI. Seu surgimento esteve vinculado ao fomento do Ministério da Agricultura, do Comércio, e da Obras Públicas e a atuação do Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro; ambas seriam dotadas de profissionais competentes para o exercício da comissão, tanto o quadro de engenheiros do Ministério quanto aqueles que seriam responsáveis pelas análises de astronomia e geodésia, inerentes a práxis cartográfica (CAPILÉ e VERGARA, 2011, p.5).

Ainda assim não seriam facilitados os trabalhos dessa comissão: condições adversas de trabalho, dificuldades técnicas, limitações na produção de cálculos, dificuldade de diálogo com as representações das províncias, além da limitada quantidade de material que pudesse apresentar alguma utilidade para servir de base para as compilações necessárias. Isso além do fato de que, dado o tamanho quase continental do território brasileiro o trabalho a ser executado seria digno de um Hércules.

Sob essas condições de trabalho, e com as necessidades expressas de apresentação das conclusões obtidas, após quase 10 anos de trabalho, a meta inicial seria reduzida à 10% do previsto. Ao invés das 42 folhas de mapas confeccionados foram apresentadas 4 folhas, com 1:3.710.220 de proporção, metade do que inicialmente tinha sido proposto para o trabalho (CAPILE e VERGARA, 2011, p. 56). Contudo, não se pode dizer que os resultados alcançados não são impressionantes.

A CCGI foi capaz de produzir uma leitura dotada de elementos que demonstrassem a preocupação com a linguagem técnico-científica predominante na época, produzindo um trabalho dotado de rigor e precisão, dentro do quadro de possibilidades que se colocavam à época. Silêncios e lacunas são perceptíveis, o que pode ser interpretado como sintoma das limitações técnicas, humanas e materiais, mas que não traduziriam o esforço da década de trabalho em um resultado negativo por não ter atingido as metas originalmente estabelecidas. O projeto de desvelamento da realidade nacional, de sua extensão, abundância e potencialidades estava agora exposto em um mapa¹⁰⁶ monocromático, com informações sobre relevo, bacias hidrográficas, territórios indígenas, e os respectivos grupos que os ocupavam, estradas de ferro construídas e por construir (CAPILE e VERGARA, p. 57-58, *op.cit*), retrato possível do Brasil oitocentista. Porém não o único.

Em 1875 teria início uma nova expedição que guardava tanto similaridades quanto diferenças das duas que a antecederam, mas que certamente, apresentaria contribuições para o desenvolvimento das ciências naturais em geral, e da geologia e mineralogia e especial: a Comissão Geológica do Império - CGI. É importante salientar que apesar dos esforços significativos que representaram os intentos anteriormente apresentados, as regiões mais distantes da Corte ainda eram constituídas por gigantescas lacunas de desconhecimento que não pareciam diminuir. Isso, saliente-se, independente do sucesso das ações empreendidas. As dimensões territoriais alargadas somadas a uma ocupação dispersa e de maior concentração no litoral, fazia com que os estudos produzidos fossem limitados e não somente restritos às ações ligadas diretamente aos empreendimentos nacionais.

No desenvolvimento desta tese já foram citados exemplos de incursões estrangeiras em solo brasileiro¹⁰⁷ mesmo antes, ou ainda depois, do processo de independência. Com a

¹⁰⁶ Encontra-se disponível no endereço <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273143> Acesso em 24 de agosto de 2015.

¹⁰⁷ Gradativamente o campo que se dedica à reflexão das viagens de naturalistas, brasileiros ou estrangeiros, durante o século XIX tem se consolidado cada vez mais e alargado o número de trabalhos produzidos. Nesse sentido, acerca do tema, sugerimos a consulta de Ana Maria Beluzzo *O Brasil dos Viajantes* (BELUZZO, 2000), Marcus Vinícius Freitas com *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II* e Hartt: *Expedições pelo Brasil Imperial – 1865-1878* (FREITAS, 2002 e FREITAS, 2001), Lorelay Kury com *A sereia amazônica de*

emergência do governo de D. Pedro II as teias que se montavam ao redor da exploração científica brasileira alargaram-se e ganharam novos contornos, incluindo aí a agregação de personalidades estrangeiras às iniciativas fomentadas pelo Império, como é o caso da CGI, cuja atuação esteve intimamente ligada à figura de Charles Frederick Hartt (1840-1878).

Canadense, natural de Fredericton, Nova Brunswick, compunha, já na década de 60 do século XIX, quando contava com pouco mais de 20 anos, a equipe do renomado naturalista Louiz Agassiz, sendo seu assistente e aluno no Museu de Zoologia comparada da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Foi acompanhando o notável geólogo suíço que esteve no Brasil pela primeira vez, entre 1865 e 1866, como membro da *Expedição Thayer*. A iniciativa estadunidense tinha por objetivo a documentação da fauna, flora e dos tipos humanos presentes na pluralidade e diversidade de um país tropical.

Agassiz, que era criacionista e adepto dos modelos poligenista e catastrofista¹⁰⁸ buscava encontrar argumentos que comprovassem junto à opinião pública e à comunidade científica provas que não pudessem ser refutadas a respeito da diversidade das origens humanas, das hierarquias existentes entre as raças, assim como os perigos da miscigenação e da degeneração humana, tendo o Brasil como laboratório para comprovação de suas hipóteses frente às teses defendidas pelos evolucionistas como Charles Darwin (RATTES, 2010, p. 21 e ss.). Ao final da expedição Hartt retorna aos EUA, contudo, a vinda ao Brasil seria um divisor de águas em sua trajetória pessoal e acadêmica.

Ao retornar ao norte do continente o naturalista canadense rompeu com os pressupostos teóricos e a inclinação de seu mestre e passou a dedicar seus estudos e intenções científicas às reflexões de cunho darwinista. Retornaria ao Brasil no início da década de 70 a bordo da Expedição Morgan¹⁰⁹ que selaria definitivamente os interesses do naturalista pelos estudos a respeito da geologia brasileira. Com alunos da Cornell University realizou duas incursões pela região amazônica, produzindo uma fina leitura dos aspectos naturais brasileiros, quando pode

Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil e As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. (KURY, 2001 e KURY, 2008), *Ilka Boaventura Leite em Antropologia da Viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX* (LEITE, 1996) e *Herculano Mathias com Rugendas e a viagem pitoresca e histórica através do Brasil* (MATHIAS, 1968).

¹⁰⁸ Dentre as teorias que buscam dar conta do surgimento da humanidade as poligenista defendem a postulação de diferentes linhagens para as raças humanas, opondo-se, dessa maneira, às teses monogenistas que defendiam a crença de que os seres humanos derivam de um único ancestral comum. Já a teoria catastrofista, ou ainda das revoluções, é atrelada a obra do naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), que buscava compreender a extinção de espécimes da flora ou fauna a partir de elementos inusitados ou cataclísmicos, que seriam capazes de explicar o desaparecimento ou surgimento de novas espécies. Dentro dessa lógica, crenças bíblicas como o Dilúvio de Noé seriam comprováveis pelo rigor científico oitocentista.

¹⁰⁹ Ambas receberam o nome de seus financiadores.

reavaliar as teses de Agassiz e decididamente refutá-las. Definitivamente, uma nova página na vida científica do naturalista abria-se então.

A partir das redes que construíra a partir de sua presença em território brasileiro, assim como pela repercussão dos resultados obtidos por seus estudos, propôs ao governo brasileiro a criação de uma nova comissão que teria como objetivo o aprofundamento dos estudos acerca dos aspectos geológicos brasileiros. Inserido nos círculos que compunham as características aristocráticas do campo científico nacional, Hartt reuniu as condições necessárias para a organização da Comissão Geológica do Império, em 1875.

A CGI é apontada por parte da historiografia que se dedica sobre o assunto como a primeira expedição a apresentar uma ação institucional de abrangência nacional no tocante aos estudos geológicos¹¹⁰ e similares. Subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, objetivava o reconhecimento do território visando sua melhora em termos de infraestrutura, de estradas de ferro, armazéns e portos, por exemplo, assim como ao atendimento das necessidades voltadas para a agricultura e exploração sistemática do território (FIGUEROA, 1997, p. 150-151). Criada inicialmente com sete integrantes, incluindo o renomado fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923), percorreu boa parte do território brasileiro, realizando exaustivas coletas e levantamentos iconográficos e fotográficos.

Apesar das expectativas criadas com a sua criação, e com o ânimo de certos setores da sociedade com a sua realização, em especial do próprio Imperador, apontado como um dos principais entusiastas de Hartt e de suas propostas de exploração, após três anos de existência a CGI é extinta. Sua dissolução é controversa e os reais motivos de seu encerramento estendem-se até os debates historiográficos contemporâneos. Os trabalhos mais recentes, como o já citado de Marcus Vinícius Freitas, (FREITAS, 2001 e FREITAS, 2002) apontam que o afastamento de D. Pedro II em viagem internacional, assim como a troca de gabinetes em 1878 teriam contribuído para seu fim, mas, indubitavelmente, a precoce morte do geólogo canadense três meses após a desarticulação da Comissão, é elemento mais significativo do encerramento de suas atividades, que poderiam ter sido retomadas com um rearranjo institucional posterior.

O avanço das práticas científicas no Brasil constituía-se em torno de uma específica teia de pertencimentos institucionais que se articulavam ao redor do poder Imperial. A ingerência

¹¹⁰ A questão dos estudos geológicos ganhou na década de 1870 novos contornos no tocante a atuação do Estado Imperial brasileiro, afinal além da CGI é criada em 1876 a Escola de Minas de Ouro Preto. Fundada pelo mineralogista francês Claude Henri Gorceix (1842-1919) sob tutela de D. Pedro II. Iniciar-se-ia um novo capítulo na história de tal campo de atuação e saber no Brasil que ganhavam, cada vez mais, contornos de projeto de Estado. Para mais informações consultar José Murilo de Carvalho: CARVALHO, José Murilo. A Escola de Minas de Ouro Preto: O peso da glória. (CARVALHO, 2010).

do governo central, muitas vezes lida como patrocínio, mas que pode ser compreendida como uma profunda relação de fomento/dependência, incentivo/ controle, encontravam na cidade do Rio de Janeiro seu principal espaço. Era nessa Corte tropical que se afirmava, cada vez mais, o protagonismo do MN junto aos programas científicos nacionais.

4.1 Atores, plateia, palco: um novo teatro para ciências

Quando surgiu enquanto disciplina no século XIX a *história* servia aos intentos de edificação dos ideais nacionais, assim como assumia o lugar de fundação dos mitos de origem e da construção de heróis; o que chegou ao século XX como *história oficial* era caracterizado por um latente esforço de coleção de fatos: organizados a partir das fontes válidas, que não curiosamente receberiam a definição de oficiais, eram lugar de guarda e proteção dos eventos das intempéries do tempo. É dessa forma de se pensar a construção da história enquanto campo do saber que emergiu a chamada *história dos grandes homens*. Não se comportando, necessariamente, enquanto subgrupo ou tipologia da anterior, mas como parte, indissociavelmente, explícita e que a dotava a primeira de humanidade, alma e personalidade, esse tipo de produção de conhecimento histórico procurava compreender os eventos em um quadro de dependência direta de tais personagens, e claro, de seu poder de influência e projeção no grande panteão das trajetórias individuais. Essa tradição perdeu força durante as transições teóricas vivenciadas no século passado, nas mais diversas escolas existentes, contudo é ainda presente o seu vulto, mesmo nos mais distintos campos da historiografia contemporânea.

Quando se debruça sobre as obras que são tratadas como cânones no tocante ao desenvolvimento das ciências no século XIX, e em especial quando o assunto se inscreve nas temáticas relativas à história do Museu, um nome tem destaque na produção acadêmica contemporânea: Ladislau de Souza Mello (1838-1894). Maria Margaret Lopes, em obra já citada nesse trabalho (LOPES, 2009) ao utilizar a denominação que havia sido proposta por João Batista de Lacerda (LACERDA, 1905) para referir-se ao período de gestão do último diretor do MN durante o período imperial: uma *época de ouro*. Ainda que não estejamos mais inseridos no tempo de compreensão da história possível, apenas, a partir das gerências individuais é indispensável tentar compreender sua figura enquanto problema. Ou seja, o que explica que dentre tantos nomes marcantes para o período oitocentista sua figura seja tão projetada e revisitada? A resposta para esta questão pode se encontrar não só no homem, mas na rede que o projetou aos espaços de decisão e autoridade, construídos no seio de uma sociedade marcadamente aristocrática.

Após a reorganização de 1842¹¹¹, que se deu durante o período de gerência do Frei Custódio Alves Serrão, que dirigiu a instituição até 1847, dois nomes estiveram à frente do MN até a gestão de Ladislau: Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (1803-1886), responsável pela gestão entre o fim da administração anterior até 1866, e Francisco Freire Allemão Cysneiros (1797-1874), responsável pela direção do Museu até 1873. O primeiro, quando assumiu o cargo de diretor, exercia o cargo de professor de mineralogia e geologia da Escola Militar do Rio de Janeiro, já tendo servido como porteiro, preparador, além de colaborador dos trabalhos do naturalista Orville Adelberty Derby (1851-1915), durante seus ofícios desenvolvidos junto à, então chamada, terceira sessão – a de ciências físicas, mineralogia, geologia e paleontologia.

Sua gestão atravessa o período de consolidação do governo de D. Pedro II que atingiria não somente a maioria legal, mas também alcançaria sua estabilidade política e econômica que, de certa forma, reverberariam nas atividades e estruturas institucionais. É válido lembrar que foi durante essa gestão que se organizou a ICCE, assim como, também, se verificam as ampliações que ganhariam lugar com a aquisição de novos edifícios contíguos a edificação do Museu em 1856 que se refletiriam na ampliação de novas alas dois anos depois. É sintomática a questão espacial e aquela relativa à acomodação das coleções, que cada vez mais se alargavam devido as contribuições internas e externas, como os cerca de 2000 itens, presentes em uma coleção de animais marinhos, que fora ofertada pelo antigo diretor João de Deus Matos.

Freire Allemão dá continuidade à gestão anterior assumindo o comando da direção do MN a partir de 1866, mantendo-se na função até o início da década seguinte. Quando passou ao lugar de chefe da instituição, que gradativamente ia consolidando o seu papel junto à promoção das práticas científicas no Brasil, já possuía reconhecimento e prestígio para o desempenho das funções para as quais fora destinado. Figura de trajetória iniciada no país e com passagens pelo exterior, foi aluno da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e posteriormente da Université de Paris – quando teve a oportunidade de ser aluno do renomado químico Jean Baptiste Dumas (1800-1884)¹¹² e do naturalista Georges Leopold Chrétien Frederic Dagobert (1769-1832), o Barão Cuvier¹¹³. Defenderia sua tese em 1831 sob o título de

¹¹¹ Os elementos que circunscrevem o regulamento que levou à reorganização do MN em 1842 foram discutidos no Capítulo 2 desta tese.

¹¹² Político conservador moderado, acadêmico e químico, Dumas é ligado a consolidação desse campo do conhecimento científico no século XIX com inúmeras contribuições para a compreensão dos processos de síntese orgânica, na determinação dos pesos atômicos e nos estudos referentes à densidade dos gases. Nesse sentido dedicou parte significativa e sua trajetória profissional na classificação de substâncias químicas. Foi responsável pela criação de sistemas classificatórios abrangentes para os compostos orgânicos e da química de elementos.

¹¹³ Cuvier é apontado como um dos principais nomes ligados ao desenvolvimento das ciências naturais, em especial do pensamento teórico biológico, durante o oitocentos. Seus estudos foram responsáveis pelo crescimento e consolidação do campo das teorias catastróficas – oferecendo elementos palatáveis para a compreensão de fenômenos como os processos de extinção e de suas reconstituições paleontológicas – em tempos pré-darwinianos.

Dissertation sur le goitre, um estudo sobre o bócio e dos resultados positivos alcançados com o uso de iodo no controle e eliminação da doença, retornando ao Brasil tão logo tomou posse de seus documentos comprobatórios de sua titulação (DAMASCENO, 1961, p. 17). Em 1832, retornando à terra natal buscou lugar na Corte, espaço distinto de colocação profissional, mesmo em um cenário de intempéries políticas como os que caracterizaram o conturbado interregno que precedeu a ascensão de D. Pedro II ao trono. Eleito Membro Titular da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, atuaria também como Presidente da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro no terceiro trimestre de daquele ano e da Academia Imperial de Medicina de 1838 a 1839.

Não curiosamente seria no mesmo ano em que ocorreria o golpe que promoveria a antecipação da maioria do jovem Bragança que a trajetória dos dois cruzar-se-ia e uma alteração nos arranjos institucionais promoveria a ascensão de Freire Allemão de maneira a colocá-lo em espaço de destaque nos quadros aristocráticos. Os registros presentes nas narrativas mais recorrentes sobre o tema dão conta que pelos idos de 1840 caíra subitamente adoecido o herdeiro do trono imperial brasileiro e para preocupação de todos não se encontrava presente o médico que servia à Casa Imperial. Tratou-se de convocar, de imediato, o lente que estivesse disponível na Escola de Medicina e quem se encontrava no posto era, justamente, Freire Allemão que passaria daí à ser nomeado médico da câmara imperial. Três anos depois, gozava de grande circulação entre os membros da elite imperial ao fazer parte da comitiva encarregada de conduzir a consorte do jovem Imperador, a princesa siciliana Tereza Cristina (DAMASCENO, 1961, p. 18).

As relações que se estabeleciam em torno da saúde e estabilidade eram crescentes. Assim como tratado no capítulo anterior, as relações de poder e disputas que se colocavam em torno dos projetos que envolviam a sucessão imperial não estavam restritos às cadeiras do senado ou aos corredores do Paço da Cidade, estendiam-se até os caminhos que conduziam ao Palácio de São Cristóvão, invadindo os salões e quartos da propriedade que já estava na terceira geração de ocupantes. É no entremeio das relações mais íntimas que se constituíam as tramas que sustentavam as estruturas de poder, mesmo em tempos de contestação da ordem centralista e de ataque a desequilíbrio das tensões políticas nacionais.

Sua contribuição, indubitavelmente valorosa para os estudos posteriores, foram fundamentais em pelo menos três grandes áreas: o da anatomia comparada, o da taxonomia, e como não poderia ser diferente, o da paleontologia. No programa que desenvolvera, a integração dessas três áreas possibilitaria a compreensão de um objeto cognoscível único – o entendimento das complexas organizações dos seres vivos já extintos a partir de métodos de classificação natural fundamentado nas formas como os seres vivos coordenavam e interagem com suas funções (FARIA, 2010).

A entrada em tais círculos criou espaços para que o acadêmico desse desenvolvimento aos estudos possibilitados pelos interesses intrínsecos que carregava e pela garantia que o prestígio alcançado pelo médico conferia. Ao final da década de 50 já chefiava a ICCE que seguiria para o Ceará, e depois Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte e de onde partiriam as mais profícuas anotações que fariam parte das reflexões do botânico que cada vez mais se afirmava na personalidade do naturalista. O resultado dessa incursão ficaria marcado nos mais de 20 mil itens que passariam a integrar as coleções do MN. O crescente reconhecimento alcançado pela sua figura fez com que fosse membro de diversas sociedades e organizações¹¹⁴, que estreitavam as redes de pertencimento e influência tão caras ao jogo aristocrático e tão marcantes para o desenvolvimento de projetos dos mais diversos, inclusive os de alçada científica. É inquestionável que nesse momento o grande programa nacional que se desenvolvia constituía-se em torno de espaços nobiliárquicos bastante específicos¹¹⁵.

É nessa condição que preside junto a Ladislau Netto e Custódio Alves Serrão a comissão responsável pela organização do Pavilhão Brasileiro que comporia a Exposição Universal de Paris de 1866. Vitrines construtoras da imagem do progresso alcançado pelo desenvolvimento material e tecnológico, alicerces da representação das novidades permeadas pelo novo universo predominante nas paisagens da civilização ocidental – o mundo burguês e urbano – essas exposições tornar-se-iam, gradativamente grandes eventos de promoção de um ideal de progresso e civilidade. O governo imperial promovia mobilizações no sentido de oferecer apoio material e logístico para a organização das exposições provinciais que antecederiam a nacional – ensaio geral para a grande apresentação no exterior.

O status alcançado junto as elites imperiais, junto ao governo imperial, e em especial, junto ao Imperador D. Pedro II conferiria a Freire Allemão o posto de diretor do Museu Nacional. Naquele momento, mais do que uma instituição que gozava de atenção especial Imperial, o Museu ganhava espaço, dentre outras instituições, ao alcançar destaque junto aos

¹¹⁴ Pode-se citar o IHGB, a SAIN, a *Sociedade Philomatica* – fundada em 1858 por “alguns sócios desejosos do cultivo das letras (...) todos jovens, em cuja veias borbulha o sangue aquecido pelo sol dos trópicos, prometem um futuro brilhante” como enunciam no primeiro número da revista da associação (Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/758744/per758744_1859_00001.pdf.a Acesso em 07/09/2016, o *Imperial Instituto Médico Fluminense* e a *Sociedade Velosiana de Ciências Naturais*, agremiação de cientistas brasileiros fundada na Corte em 1850 e que homenageava o autor da *Flora Fluminensis* Frei José Mariano da Conceição Veloso. Estruturava-se em permanentes comissões, de mineralogia, de zoologia, de língua indígena, e de botânica, na qual figurava Freire Allemão. Seus membros circundavam os mais distintos espaços da vida política e nacional e viviam sob a proteção e patrocínios constantes do Imperador D. Pedro II.

¹¹⁵ Freire Allemão foi membro do Conselho de Sua Majestade, Comendador da Ordem da Rosa, Comendador da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem de Francisco I do Reino de Nápoles, só para citar os títulos alcançados junto às estruturas nobiliárquicas.

maiores projetos empreendidos pelo Estado e que poderiam ser descritos como intentos envolvidos com os propósitos e vocações *nacionais*.

Perceba-se que, desde a sua fundação até os anos 60 do século XIX a Instituição crescera em representação e alcance, protagonista em um momento de transições no tocante ao desenvolvimento das ciências no Brasil. Se na fundação dos alicerces que sustentariam a vida intelectual no país, os principais personagens – político e científico – estiveram ligados à *elite coimbrã*, identificada como aquela que assumiria o timão e disputariam elementos do teatro político nos anos que cercam a independência e os seguintes, nesse momento já é possível perceber a consolidação de uma *nova* geração de agentes; um grupo que teve a oportunidade de ingressar nos centros criados no período de transição entre o domínio dos Bragança de Portugal para a regência dos Bragança do Brasil passariam a assumir os papéis de direção e gerência que dariam o tom dos projetos e programas disputados e implementados. É nesse contexto que emerge uma figura do último diretor do MN no período Imperial.

4.1.1 A construção de um personagem

Aqueles que hoje procuram informações a respeito da personagem a quem nos dedicaremos, no caso a de Ladislau Netto, encontram na enciclopédia do século XXI, que doravante talvez seja o único modelo possível para o hodierno – o sítio *Wikipédia*¹¹⁶ – encontra em meia página, a versão em língua inglesa¹¹⁷ é mais detalhada, as principais informações disponíveis a respeito do cientista brasileiro: *botânico e diretor do Museu Nacional*. Ao contrário de outros perfis de naturalistas e cientistas brasileiros, incluindo aí os ex-diretores do MN, que apresentam inúmeras informações e dados que alegam e avivam o trabalho de qualquer pesquisador, um presente silêncio marca a figura de Ladislau: apesar da reconhecida importância exaltada para as produções feitas no campo da historiografia das ciências brasileira das últimas duas décadas, pouco se encontra a respeito de sua biografia, de seus percursos, dos itinerários que o levaram até a instituição. Esse *silêncio*, contudo, mas demonstra do que esconde: o *apagamento* de sua figura, ou ainda da *memória* não é isolado e tampouco deve ser entendido como gratuito: o *esquecimento* é uma ferramenta prática para projetos que se sobrepõem¹¹⁸.

¹¹⁶ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ladislau_Netto Acesso em 9 de setembro 2016.

¹¹⁷ Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Ladislau_de_Souza_Mello_Netto Acesso em 9 de setembro 2016.

¹¹⁸ Dois trabalhos, indispensáveis, a respeito da biografia do naturalista são: o *Diccionario bibliographico brasileiro*, obra de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake e publicado entre 1883 e 1902 (BLAKE, 1902) e a biografia produzida por Abelardo Duarte e publicada pela Imprensa Oficial de Alagoas (DUARTE, 1950).

Nascido em Maceió no 27 de junho de 1838, dois anos antes do golpe que levaria o jovem Pedro de Alcântara ao trono, Netto era descendente de portugueses, que se dedicavam ao comércio de *secos e molhados* na capital Alagoana. Sua educação foi iniciada na região de Piranhas, que após 1939 passou a chamar-se Marechal Floriano, sob a tutela do literato, militante político e padre João Cordeiro Barbosa. Sua notoriedade pública inicia-se aos 21 anos, em 1859, quando fez parte da Comissão Astronômica e Hidrográfica do Litoral Pernambucano, incumbida de realizar um estudo sobre as características e potencialidades do litoral da província. Qualificava-o a passagem pela Imperial Academia de Belas Artes, na qual ingressara a revelia de sua família no ano de 1857, três anos após ter partido para a Corte, na qual pode desenvolver estudos nas áreas de matemática e história natural.

Suas capacidades técnicas acabaram levando-o não só para a comissão pernambucana, mas para patamares mais elevados: era inequívoco desenhista, trabalhara como tipógrafo na Corte antes de ingressar na IABA, e assim sendo, no ano de 1862, em Minas Gerais, acompanhou o célebre naturalista Emmanuel Liais¹¹⁹ na expedição governamental exploração do rio São Francisco. Engenheiro, botânico, geólogo e explorador que chegara ao país em 1858 para observação de um eclipse solar e que permaneceria no Brasil por pelo menos um quarto de século. Lias teria sido a figura que mais teria influenciado Netto na sua inclinação pela pesquisa científica, em especial pela botânica e arqueologia. O trânsito, entre figuras políticas e do campo das ciências, isso é: se é possível distinguir os dois campos no tocante às práticas científicas desenvolvidas durante o período imperial, garantiu ao jovem botânico brasileiro acesso à importantes espaços de pertencimento¹²⁰ que lhe garantiriam ocupar posições cada vez mais importantes, no tocante aos projetos de Estado, e também, em seus projetos particulares.

Em 1864 partiria, como bolsista do Governo Imperial, para a França para ser aluno da renomada universidade de Sourbonne. Na capital francesa pode circular por institutos que gozavam de grande reconhecimento interno e externo, como a Sociedade Botânica da França e o centro de estudos do *Jardin des Plantes*.

Relacionou-se com os mais célebres botânicos, como o professor Duchartre, que muitas vezes chamando-o de sábio, o cita em seu trabalho de botânica; o sábio Decoisne; o célebre Brageviardt, decano da academia e professor de botânica do jardim das plantas que lhe reservou no seu laboratório um local onde ele trabalhasse, e o propôs membro da Sociedade de Botânica; o professor H. Baillon, da Faculdade

¹¹⁹ Longevo cientista, nos anos que esteve no Brasil atuou, em boa parte do tempo, como diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

¹²⁰ Uma das figuras que fizeram parte desse *locus* aristocrático e com quem Ladislau desenvolveu relações de amizade e compadrio foi a de Machado de Assis. Em suas correspondências há referências ao naturalista alagoano e no Segundo Tomo é possível encontrar significativa correspondência entre os dois. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academia.org.br/> - Acesso em 19 de setembro 2016.

de Medicina de Paris, que lhe dedicou um gênero novo de plantas da Nova Zelândia, que intitulou *Nettea*, das *Bixaceas* (DRAKE, 1902, p. 282)

Dois anos depois de partir para o Velho Continente o botânico, já formado, retornaria ao país como doutor em Ciências Naturais. O prestígio do jovem botânico o levaria a conquistar um espaço de destaque junto às figuras que compunham o panteão dos agentes e protagonistas das práticas científicas desenvolvidas no Brasil. Por isso, não curiosamente, antes de retornar às terras ao sul do Equador, já havia sido traçado aqui o seu destino, segundo os interesses imperiais: seu ingresso na sessão de botânica do Museu Nacional.

Ladislau ingressa no corpo de naturalistas do Museu no mesmo ano em que assume a direção da instituição Francisco Freire Allemão Cysneiros, que como visto anteriormente, chega à chefia da instituição após a morte de seu antecessor, Frederico Leopoldo Cesar Burlamqui que estava no cargo desde 1847. Indubitavelmente, tratava-se de um período de transições e a chegada dos novos nomes à instituição promovia redirecionamentos nas práticas desenvolvidas no interior da instituição, assim como se redirecionam os projetos desenvolvidos pelo MN.

Gradativamente a figura de Ladislau ganharia projeção dentro do mandato do, então, diretor – reflexo da comunhão de ideias e simpatias que os dois passariam a comungar – o que marcaria profundamente, tanto à trajetória do botânico quanto da própria instituição. Tornar-se-ia o principal assistente no tocante à administração do Museu (ALMEIDA, 2017, p. 85) A feição imperiosa e pragmática iria ganhando forma na personalidade administrativa do homem que cada vez mais assumia posição de liderança dentro da Instituição e reconhecimento fora dela.

Em meio as relações que marcavam a teia de pertencimentos da sociedade imperial brasileira, em especial na Corte, proporcionaram que adquirisse prestígio e reconhecimento, nacional e internacionalmente, o que lhe conferia a possibilidade de transitar por diversos espaços marcados pela intelectualidade e pela expressão e domínio aristocráticos. Nobert Elias, sociólogo alemão de origem polonesa que ganhou maior notoriedade acadêmica nos dois últimos quartéis do século XX, em sua obra *A sociedade de Corte* (ELIAS, 1995) projetou seu prisma de análise sobre sociedades dinásticas europeias, em especial à francesa, para compreender como se deu o processo de consolidação das hierarquias sociais e políticas que caracterizaram o absolutismo moderno.

Nesse modelo, compreende-se que as estruturas que compõem a sociedade são orientadas e verticalizadas em direção ao poder central que se constitui em torno da figura real. Estratificações concêntricas distribuem-se em torno do monarca e de seu séquito particular em

direção aos mais diversos nichos de pertencimento aristocrático: emergia uma sociedade marcada pela construção de uma rede de interdependências dos grupos que a compunham. A construção de símbolos, a demarcação de espaços, a formação de ritos e de uma liturgia própria que caracterizariam a sua existência.

Por mais que não se possa pensar a sociedade que se constituía em torno da regência de D. Pedro II como uma sociedade barroca, pré-liberal e pré-romântica – características próprias no reinado dos monarcas franceses pré-revolução de 1789, mas ainda assim é perceptível que reverberações desse modelo estivessem presentes nas estruturas imperiais. Transitar pelos mais distintos espaços aristocráticos, construir diálogo com personagens que desempenhassem protagonismo frente aos papéis de atuação intelectual, artística ou científica, expandir o pertencimento e representação junto a instituições, centros, sociedades, e demais modalidades de agremiação, fazia parte de todo o teatro de representações do poder cortesão vivenciados na corte instalada ao sul do equador no calor dos trópicos. E nessa seara, Ladislau Netto seguiu constante na construção de sua atuação profissional, de seus posicionamentos públicos e políticos, assim como na consolidação de sua figura enquanto homem das práticas científicas e letradas. Sua trajetória pública mostrou-se rapidamente ascendente e levou-o a ocupar inúmeros espaços de distinção.

Não curiosamente, durante toda sua trajetória enquanto naturalista, conquistou espaço junto à American Geology Society, da Sociedade Antropológica de Washington, da Société Botanique de France, da Sociedade Linneana de Paris, da Sociedade de História Natural de Gherburgo e Ratisbona, da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto de Botânica do Grão-Ducado de Luxemburgo, da Sociedade Velosiana do Rio de Janeiro e do IHGA e do IHGB, além da SAIN. Além disso, recebera a condecoração da Ordem da Rosa, fora Comendador da Ordem Portuguesa da Conceição de Villa Viçosa, Oficial da Ordem Francesa da Legião de Honra, Oficial de Instrução Pública da Academia de França, recebeu Medalha Honorífica do Imperador da Alemanha, além de ter composto o próprio Conselho do imperador D. Pedro II (DRAKE, 1899, p. 283-284). Contudo, nenhuma outra atuação, pertencimento, ou ocupação seriam mais marcantes do que o papel que desempenharia à frente do Museu Nacional.

O início da década de 70 mostrou-se complicado para Freire Allemão. As dificuldades que emergiam frente à perda da sua saúde eram latentes e cada vez mais sua presença à frente da direção da Instituição; gradativamente iria assumindo novas prerrogativas e funções administrativas, tornando-se mais do que um auxiliar do diretor, mas uma figura que conquistaria seu espaço, seja pelas capacidades e habilidades, seja pelas teias de relações que constituía que o levava não somente ao contato com seus pares, como maior ou menor grau de

distinção, mas o colocava bem próximo das esferas do poder imperial. Como na Pasárgada¹²¹ de Bandeira estava mais claro que se tratava de um *amigo do rei*, o que numa sociedade nobiliárquica, estratificada e aristocrática significaria muito, ou quase tudo; ao menos enquanto o monarca não perdesse sua majestade. Com o aprofundamento dos problemas de saúde de Freire Allemão, Ladislau Netto passou a exercer de maneira interina o cargo de diretor do Museu desde 1870. A transição entre as administrações não se mostraria como uma simples alteração de nomes, mas sim como uma sucessão geracional.

Amplamente discutido nas ciências humanas desde o oitocentos, o conceito de geração tornou-se um objeto de importante reflexão para a compreensão das dinâmicas históricas. Entendemos aqui o seu alcance a partir das reflexões de dois prismas que se constituíram desde a segunda metade do século passado: o primeiro presente na formulação sociológica de Mannheim (MANNHEIM, 1952) e o segundo, possível a partir desse, nas análises e formulações do sociólogo inglês Philip Abrams (ABRAMS, 1982).

Judeu nascido na Hungria no final do século XIX, Karl Mannheim acabou por se tornar um divisor de fronteiras na concepção e análise do conceito de *geração*. Em suas formulações rompeu com os paradigmas introduzidos pela análise *positivista* de Augusto Comte que, de maneira simplificada, atrelava aquele objeto a uma concepção mecânica e exteriorizada, marcada pelas suas relações com as dimensões do tempo. Ou seja, a expressão de uma geração poderia ser compreendida a partir, e unicamente, de elementos quantitativos e pragmáticos que trariam como marcos principais os elementos temporais-numéricos.

Para a perspectiva positivista que busca a compreensão da noção de progresso a partir de uma chave linear e teleológica, uma geração seria dada pela expressão temporal de três décadas. Além disso, postava-se em oposição a concepção *histórico-romântica*, presente na análise historicista de pensadores como o de Wilhelm Dilthey (1833-1911) que passou a dotar o conceito de geração que consistiria em um conjunto de pessoas que podem compartilhar de um conjunto de experiências comuns, baseada na concretude da temporalidade possível a partir da constituição de experiências compartilhadas.

Nas formulações teóricas do sociólogo húngaro não é possível compreender o conceito de geração pelas sucessões biológicas, ou seja, não há padrão temporal que seja capaz de medir ou prognosticar o ritmo de formação das identidades geracionais. Nesse sentido, a compreensão conceitual passaria pela identificação do fato de que o que forma uma geração não é uma data de gênese comum, mas sim a parte de processos históricos que indivíduos de uma mesma faixa

¹²¹ Antiga cidade Persa, atualmente um sítio arqueológico da província de Fars no Irã, imortalizada em um poema de Manuel Bandeira.

etária – classe partilham entre si. É interessante perceber que esse processo é gerado por quebras e descontinuidades históricas, potentemente capazes de produzir alterações nos quadros sociais a partir do choque entre as dimensões biológicas e históricas do tempo. Dentro desses quadros, há dois componentes que devem ser levados em consideração para a formação dos *laços geracionais*: a presença dos eventos responsáveis pelas rupturas históricas e demarcadores do que se constitui como *antes e depois* na vida coletiva e as particularidades restritas à experiência desses grupos etários na efetivação de suas vivências coletivas iniciais, demarcando o que o autor encara como as primeiras impressões, ou ainda, experiências juvenis. Os resultantes da *unidade geracional*, por sua vez, seriam responsáveis pela elaboração de laços de diferentes aspectos e formas de acordo com os grupos concretos aos quais os seus membros pertencem, permitindo que o conceito se estruture ao longo dos tempos históricos, contudo fixados em relação aos tempos da existência humana e entrançados com os câmbios sociais.

Philip Abrams alarga as possibilidades de compreensão da ideia de geração tal qual foi compreendida por Mannheim ao relacioná-la às questões de composição da *identidade*. Para o autor existe uma relação íntima constituída entre o tempo individual e o social, marcada pela sua filiação à cadencia dos acontecimentos históricos. Por outro lado, faz-se necessário compreender que tanto a ideia de sociedade quanto a de individualidade são construções históricas demarcadas por certos elementos que possibilitam interconexões e, de maneira simultânea no correr das teias do tempo. A identidade, portanto, seria fruto do entrelaçamento das dimensões individuais e sociais da história. Nesses termos, sociologicamente a demarcação da geração não se daria por elementos presentes nas sucessões biológicas, mas nas dimensões possíveis a partir da relação entre indivíduos, complexos sociais, experiências coletivas e processos históricos que seriam dotados da capacidade de gerarem quebras e continuidades.

Inserido nesse aporte teórico, compreendemos que na transição entre os anos 50 e 70 do oitocentos uma nova expressão geracional começou a promover transformações no interior da sociedade imperial brasileira, e em especial no centro de tomada de decisões políticas – a Corte, que reverberariam numa onda de rupturas e continuidades que ganhariam especial corpo no último quartel daquele século. São constantes as referências à um quadro geral de inovações, de práticas e ideias, que acompanhariam os *círculos de novos homens*, expressão cunhada por José de Alencar (NABUCO, 1975, p. 41 e ss.) para representar a nova ordem que se colocava no dia com o amadurecimento das novas ideias que circundavam a intelectualidade e os agentes sociais e políticos do período. Sintetizada em uma expressão bastante recorrente nas obras que tangem o assunto, tratava-se de um *esvoaçar de novas ideias*, frase atribuída a Silvo Romero para caracterizar a filiação às novas ideias que circulavam nas calçadas, cafés, clubes, institutos,

associações e demais congêneres em que se enraizavam horizontes burgueses, positivistas, evolucionistas, abolicionistas, entre as gamas de vertentes ideológico-intelectuais que se colocavam naquele contexto.

O amadurecimento político das referências de poder durante o exercício de poder de D. Pedro II, tal como debatido no capítulo anterior, encontrou na reverberação de novos posicionamentos intelectuais seu lugar de fundação. Mudanças na sociedade brasileira eram perceptíveis desde o final dos anos 40, a partir de questões de ordem econômico-social – como é o caso dos reflexos da aprovação de medidas como as Tarifas Alves Branco¹²² e a lei Euzébio de Queiroz¹²³, do avanço da produção cafeeira sobre o Vale do Rio Paraíba do Sul em direção ao, como ficaria conhecido, Oeste Paulista e de um determinado perfil modernizador que se fazia cada vez mais presente no tocante à vida urbana, sobretudo nas capitais das províncias e no Rio de Janeiro, em especial.

Esse processo de transição foi especialmente percebido por Ângela Maria Alonso em sua obra *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império* (ALONSO, 2002). Filiada à ordem sociológica iniciada por Mannheim, Alonso procura constituir uma sociologia do pensamento dedicando-se ao movimento intelectual que se consagrara naquela década, apoiada em um lastro argumentativo triplamente constituído: Comunidade de experiência, repertório e estrutura de oportunidades políticas. Marcada por nomes como os de Joaquim Nabuco (1849-1910), Alberto Salles (1857-1904), Sílvio Romero (1851-1914), Lopes Trovão (1848-1925), isso só para situar em qual campo está sendo inserida tal análise, a autora percorreu um caminho argumentativo no qual pertente demonstrar que as atividades intelectuais e políticas dos grupos que compunham tal grupo eram indissociáveis e que suas reflexões

¹²² No ano de 1844 o então ministro da fazenda Manuel Alves Branco elaborou um novo sistema tarifário para o serviço de alfândega brasileiro, estabelecendo um novo regime para a importação de cerca de três mil itens em taxas que poderiam variar de 20 a 60%. Na prática representava um rompimento de uma certa ordem de exercício de poder econômico inglês no mercado brasileiro que se colocava desde os tratados de 1810 que estabeleciam amplas vantagens para os britânicos no mercado brasileiro. O objetivo era fomentar o desenvolvimento da produção de manufaturados que atendessem as demandas locais. As reverberações foram as mais distintas possíveis, inclusive com a aprovação no ano seguinte do *Bill Aberdeen*, legislação que fora discutida no parlamento da Inglaterra e que concedia aos almirantes ingleses o poder de aprisionar barcos que se dirigissem ao continente americano com origem no continente africano com carga humana.

¹²³ A Lei Euzébio de Queiróz foi uma modificação que aconteceu na legislação brasileira no ano de 1850 e que marcava o fim do tráfico atlântico intercontinental de escravos. Previstos desde o período joanino a interrupção oficial do traslado de escravos para o Brasil foi pauta em inúmeros acordos firmados com a Inglaterra, em especial os termos que envolveram as negociações com Portugal pelo reconhecimento do processo de independência que fora intermediado pelos britânicos e confirmados em 1825. Esse conjunto legal nunca cumprido passou a figurar no vocabulário popular enquanto *leis para inglês ver*; contudo, com a lei aprovada naquele ano as coisas mudariam sensivelmente: a diminuição da entrada de escravos, no século que representou o período de maior injeção de mão de obra compulsória no cenário produtivo, provocaria câmbios nas políticas produtivas, elevação no preço dos cativos, intensificação do tráfico interprovincial e o aprofundamento dos debates e discussões acerca da transição do uso da mão de obra escrava no país.

devem ser compreendidas no arco que se dirigiu ao processo de colapso da monarquia no país. Inserida nessa lógica dá conta de que já um verdadeiro mosaico de projetos marcadamente distintos, republicanos, federalistas, positivistas, evolucionistas, abolicionistas, dentre tantas outras correntes que apesar de suas mais diversas origens experimentavam uma ordem marginal comum, e que encontrariam na crítica ao *status quo* imperial¹²⁴, ou ao menos, a determinados elementos de sua estrutura o furor de suas motivações. Ainda assim, apesar da diferença de seus pontos de vista, assim como as diversas formas de metabolização dos elementos que compunham o quadro doutrinário, e por vezes dogmático, de cada grupo, além claro das polêmicas que poderiam emergir, o seu substrato geracional será expresso e sintetizado em suas ações

(...) a nova estrutura de oportunidades políticas, portanto, constituiu um espaço público, ampliou o número de seus participantes potenciais e delineou uma nova agenda de temas e problemas. Nesse cenário, grupos sem acesso à instituições políticas imperiais puderam exprimir seus dissensos. Vários deles escreveram panfletos e artigos de jornais e fizeram comícios e transformações a partir de finais da década de 1870 (...) Os membros do movimento da geração 1870 distribuem-se em círculos concêntricos, de distanciamento progressivo em relação a um ou ambos os centros de poder do império: o poder social da sociedade de corte, cujo núcleo era o imperador, e o poder político, o controle das instituições de comando do regime sob hegemonia do partido conservador” (ALONSO, 2009, p. 90).

Para compreender como essa geração entrou em cena é indispensável correlacionar dois distintos eventos que ganhariam forma no final da década de 60 e início da seguinte, em especial, o encerramento da Guerra da Tríplice Aliança e a nomeação do Gabinete Rio Branco. Mais conhecida como Guerra do Paraguai¹²⁵, ou como Grande Guerra no caso específico dos Paraguaiois, o conflito no qual o Império Brasileiro esteve envolvido é considerado um dos maiores do continente americano durante o século XIX. Ainda que não seja interesse desta análise aprofundar-se na temática, é inegável que o conflito é um divisor de águas no tocante à perpetuação da monarquia no Brasil¹²⁶. Iniciado em 1864 o conflito estendeu-se até março de

¹²⁴ Faz-se necessário marcar aqui que a *ordem* central questionada, criticada e enfrentada por essa geração era o consolidado *conservadorismo Saquarema*. Ilmar Rohloff de Mattos em seu livro *O tempo Saquarema* (MATTOS, 1994) apresentou uma paradigmática síntese sobre a longa duração da expressão de uma tônica conservadora na política brasileira após os anos 40. O regresso conservador experimentado com o Golpe da Maioridade aprofundou as raízes desse grupo político que se faria presente de maneira expressiva no legislativo, e nas suas pressões e reverberações sobre o executivo, mesmo na era das conciliações, trazidas pelo gabinete instalado em 1853.

¹²⁵ Dentre as produções que se consolidaram nas últimas décadas e que pretendem analisar o conflito de acordo com as margens teóricas que se estruturaram após os anos 80 indica-se a obra produzida por Francisco Doratioto chamada *Maldita Guerra* (DORATIOTO, 2002) publicada no ano de 2002.

¹²⁶ “No início da década de 60 a popularidade de D. Pedro II estava em plena expansão. Eventos que envolveram uma forte posição do monarca e de seu corpo diplomático cativavam os ânimos populares. Exemplo foi o desentendimento diplomático entre o Brasil e a Inglaterra que desse hemisfério do Atlântico ficou conhecido como Questão Christie. Em 1862 abriu-se um litígio entre os dois estados alimentado por ataques feitos pelo representante inglês no Brasil Willian Dougall Christie. Depois de inúmeras ações agressivas tomadas pelo lado britânico a questão foi julgada pelo rei da Bélgica Leopoldo I da casa dos Saxe-Coburgo- Gota que deu ganho de causa ao Brasil. Diante da negativa do governo inglês de acatar a decisão o Imperador brasileiro rompeu os laços

1870 com a morte de uma das principais personagens do conflito: o líder paraguaio Francisco Solano Lopes (1827-1870). A vitória sobre Lopes evidenciou a postura imperialista brasileira, assim como sua reverberação nas políticas da Argentina e Uruguai, deixou um lastro de destruição, de sangue e de alteração na autopercepção de certos grupos e instituições, assim como apresentou-se como um importante elemento de desgaste da monarquia. A animação e apoio popular que marcavam o início do conflito foram substituídos por crescentes críticas e no mesmo ano em percorreriam nas ruas do centro da Corte as tropas que voltaram com a vitória sobre os paraguaios também correriam as notícias de publicação do Manifesto Republicano. Assinado por diversos personagens que circundavam a ordem imperial, acabou por se transformar em um dos mais importantes elementos de compreensão das transformações das dinâmicas imperiais. José Murilo de Carvalho chama a atenção para o fato de que

O Manifesto do Partido Republicano de 1870, publicado no Rio de Janeiro, refletia o pensamento liberal clássico mais do que qualquer outra coisa. Sem dúvida, o Manifesto também pedia o federalismo, como claramente o indica sua famosa dicotomia: “centralização-fragmentação; descentralização-unidade”. Mas que todo o Manifesto era dedicado ao ataque aos desvios do governo representativo por parte do sistema político brasileiro. Verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais eram os pontos fundamentais do Manifesto. O fato não surpreende, pois muitos dos signatários vinham de fileiras radicais, inclusive Cristiano Ottoni, irmão de Teófilo Ottoni. (CARVALHO, 2010, p. 208).

Como expressão do crescimento das tendências republicanas tem-se que três anos depois desse evento há a formação do Partido Republicano Paulista, o PRP. Formado em um período de marcante instabilidade, gerada pelos impactos da Lei do Ventre Livre de 1871 e pelo fechamento do jornal *A República*, em fevereiro de 1873, apresentava uma grande heterogeneidade de representantes da emergente burguesia cafeeira que se consolidava em São Paulo e que não necessariamente alinhava-se aos padrões centralistas da autoridade imperial, passou a representar, gradativamente, um dos grupos políticos mais organizados no cenário político nacional; organizavam-se, principalmente, em torno de expressões federalistas e de aspiração liberal, sendo um importante marco no desenvolvimento das tensões políticas que circundavam as estruturas da monarquia¹²⁷.

diplomáticos com aquele país. As relações só foram reatadas dois anos depois quando D. Pedro II estava em Uruguaiana, durante a Guerra com o Paraguai, e um representante do governo inglês reconheceu a culpa de seu governo em toda a querela”. (SILVA, 2012, p. 82)

¹²⁷ “Os paulistas não se deram ao trabalho de publicar manifestos, dedicando-se antes a criar uma sólida estrutura organizacional com base em células municipais. Na primeira convenção do partido, realizada em Itu em 1873, 17 municípios se achavam representados, e no primeiro congresso, reunido neste mesmo ano na capital, o número de municípios que enviaram delegações subiu a 29. Nesse congresso foi eleito um Comitê Executivo permanente para coordenar as atividades das células municipais. A consequência de tudo isso foi que, ao final do Império, os republicanos paulistas constituíam o único grupo político civil organizado, num claro contraste com os republicanos do Rio de Janeiro, que nunca conseguiram formar um partido sólido.” (CARVALHO, op. cit., p. 208-209)

Coloque-se, nessa conjuntura, as transformações advindas das reformas implantadas, e bem-sucedidas, do Gabinete conservador de Rio Branco (1871–1875) que se esmerou em colocar em prática uma série de mudanças estruturais, inseridas em um quadro de alterações que apesar de moderadas produziram efeitos marcantes. Pode-se citar a transferência do poder de polícia para os juízes de direito, a criação da Comissão do Registro Geral de Estatística das Terras Públicas e Possuídas¹²⁸, a abolição do recrutamento militar forçado, uma parca tentativa laicização das instituições de ensino imperiais assim como a polêmica aprovação da, já citada, Lei do Ventre Livre.

Também conhecida como Lei Rio Branco¹²⁹ é um dos mais importantes marcos institucionais acerca dos debates que envolviam a questão escrava no país. Em seu primeiro artigo enunciava que “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre” o que marcaria profundamente o processo de emancipação escrava/abolição das práticas escravistas, o que ecoou de maneira distinta entre as diversas elites imperiais provocando uma fratura na ordem estabelecida e que mais posteriormente levaria a uma cisão ainda maior das elites. Mesmo que sejam entendidas, ou apontadas, como medidas de caracterização moderada e ainda que não fossem aplicadas de imediato ou de maneira total, esse conjunto de ações acabaria por deflagrar um duplo efeito que pode ser compreendido no que Alonso determinou como uma modernização incompleta e a gênese de um embate intra-elites que acabaria por levar à erosão dos alicerces de sustentação do Império (ALONSO, 2002, p. 86).

Apesar de tal lastro de compreensão e de sustentação argumentativa, é necessário frisar que nem todo o programa da geração de 70 iria ao encontro dos projetos que poderiam colocar-se no seio das dinâmicas de poder imperial. Ainda que se afastando da ordem estabelecida os projetos que vinham se constituindo em inúmeras áreas, e em especial no tocante ao desenvolvimento das práticas científicas, ganhariam novo corpo, colocariam novos objetos de alcance e manter-se-iam sob a égide aristocrática. O reverberar de tais reorientações atingiriam, outrossim, os mais distintos níveis das vivências institucionais, incluindo aí as agências

¹²⁸ Criada pela instrução do aviso n. 9, de 30 de março de 1870 da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Presidida pelo conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, e composta por cinco engenheiros e dois praticantes, tinha por objetivo a criação de uma organização dos serviços de registro e estatísticas fundiárias regulamentadas pelas diretrizes da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, e do decreto n. 1.301, de 30 de janeiro de 1854, que a regulamentou. Ficava definido que a principal forma de acesso a terras devolutas no Império seria a partir da compra, processo de modernização conservadora que aprofundava a concentração fundiária, assim como dificultaria a grupos emancipados ou mesmo imigrantes à terem acesso à terra no país.

¹²⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.html Acesso em 25 de outubro de 2016.

particulares, as de cunho estatal e as que conjugavam projetos e os que conjugavam elementos pertencentes aos dois universos.

4.2 Um novo diretor em cena

Figura de importância e distinção no campo da dramaturgia e interpretação o *diretor* é, indubitavelmente, uma personagem indispensável ao universo do teatro. Presente em todos os momentos, da montagem a execução final, a ele cabe a ligação entre o cenário e o texto, entre os atores e os músicos, orquestra, sonorização que acompanha a trama. Ao seu redor estruturam-se círculos concêntricos de responsabilidade que pulsam vivamente ao sabor da batuta do maestro que tudo acompanha na penumbra das coxias. Ali, silencioso, muitas vezes inerte e ativo nas ações direcionadas com o olhar, a ele só caberá aparição ao final, para sua glória enquanto comandante e orientador, ou para o amargor das críticas do público ao seu trabalho.

É pouco provável que, durante o século XIX, outro nome tenha alcançado tanto peso na produção acerca da história das instituições científicas oitocentista, ou ainda das práticas científicas no Brasil pós-1850, que não convirja para o nome do último diretor do MN durante o período imperial. Ora apresentado como despótico administrador, ora apresentado como obstinado burocrata, sua imagem reincidentemente é revisitada enquanto símbolo de poder e influência no cosmos da corte tropical do Atlântico Sul. Com a morte do antigo diretor a ascensão de Ladislau Netto ao cargo foi, não só natural, como imediata: afinal, já exercia de maneira interina o cargo nos inúmeros hiatos na presença de seu antecessor, mas também pelo prestígio que alcançara junto aos centros de poder e de decisão existentes junto à matriz hierárquica burocrática do Estado brasileiro.

No campo de inserção aristocrática, Ladislau já alcançara o respeito e a confiabilidade necessária para assumir o timão daquela que seria, sob sua gestão, a principal instituição no tocante aos programas científicos que podem ser qualificados pela alcunha de *brasileiros*. Aquele que procura, contudo, saber como se tornaram possíveis a edificação de novos alicerces para as práticas que se desenvolveriam no seio do MN capitaneadas pelo último naturalista a ser nomeado Diretor da instituição pelo Governo Imperial deve olhar antes para o prenúncio de tais quadros que se iniciaram na década anterior.

Sendo assim, faz-se necessário, chamar a atenção para um significativo quadro no qual se inseria o Museu Nacional no passar da década de 60 do século XIX: apesar de ser apontado como seu devir, desde a sua criação em 1818 sob os auspícios das lógicas científicas de matriz luso-brasileira instituída no seio das transformações setecentistas sob égide das reformas de

matriz ilustrada, o fomento ao desenvolvimento da ciências e a colaboração para o progresso da indústria, a sua realidade estrutural, financeira e administrativa não espelhava o status e prestígio que alcançara. Desde a sua criação era notória a marca do improvisado. Das instalações às nomeações, das expansões às exposições, a presença de elementos de adaptação acompanhou a trajetória da instituição¹³⁰. Exemplo que pode ser citado é que a primeira proposta de organização administrativa de marca mais sistemática só ganharia corpo na década de 40, daquele século, quase três décadas após a sua criação.

A década de 60 mostrou-se limitada, para utilizar termos eufêmicos, no tocante à questão financeira e de manutenção da instituição. Tal quadro reflete um cenário geral que se inseria o Estado brasileiro vivenciando as reverberações das alterações de quadro econômico da década anterior e mergulhando nos gastos e despesas provenientes de um perdulário conflito militar internacional, da magnitude da Guerra da Tríplice Aliança.

Não é gratuita, portanto, a mudança da inserção do MN nos quadros ministeriais em 1868: ganharia lugar no *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* – o MACOP¹³¹ – deixando de ficar sob a tutela do Ministério do Interior – o MI. Essa pode ser compreendida enquanto evidência das expectativas que se nutriam em torno do Museu no tocante ao papel que o mesmo poderia desempenhar no desenvolvimento da agricultura, em especial na produção cafeeira, e na promoção das atividades fabris e têxteis (GUALTIERI, 2008, p. 32), por parte do Estado brasileiro. No relatório ministerial daquele ano na parte dedicada ao Museu é possível encontrar um importante elemento dessa recolocação de espaço junto à distribuição das funções administrativas desempenhadas pelas agências estatais

¹³⁰Chama, assim, a atenção Maria Margaret Lopes “...embora as coleções do Museu se ampliassem, entre os anos de 1840 e 1850, apesar de toda a situação adversa de falta de salários, pessoal e espaço para as coleções, quando Hermann Burmeister – o naturalista alemão que a partir de 1862 seria o diretor do Museu de História Natural de Buenos Aires – o visitou pela primeira vez em 1850, parece que as exposições não haviam experimentado ainda consideráveis alterações. As salas abertas ao público continuavam sendo oito, e Burmesier, de modo contraditório vai considerar, de um lado, que o Museu é um “instituto científico de valor” e, de outro, que não havia “método científico”, nem “coleções completas de obras indígenas ou do país”. Os pássaros, em sua maioria europeus, continuavam mal preparados, embora alguns fossem de grande valor por sua raridade. A coleção de minerais continuava, sem dúvida, também na sua opinião, a parte mais importante e preciosa de todas. Burmesier ainda menciona a sala dos sarcófagos de múmias e a sala dos mamíferos, onde os macacos predominavam. Mas seu principal interesse – a Zoologia Comparada dos grandes mamíferos quaternários, que ele encontraria na Argentina e que, no Brasil, apenas Lund pesquisava em Lagoa Santa – apenas começava a se instituir, não existindo ainda, de fato exemplares montados no Museu” (LOPES, op. cit., p. 289)

¹³¹ A criação do MACOP, em 1860, está ligada a um ímpeto de modernização que percorria as esferas administrativas do Império naquele cenário de profundas transições. Assumia inúmeras funções, e atuações, que antes estavam ligadas às atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e da Justiça. Administrativamente, apresentava uma estrutura de gestão que cobria assuntos referentes à iluminação pública, à telegrafia, às atividades relativas ao comércio, indústria, agricultura e mineração, transporte, imigração, atuação dos bombeiros, dentre outras tantas outras funções que, então, assumia. O foco de sua atuação, contudo, estava direcionado para o incremento das atividades ligadas ao modelo agroexportador brasileiro frente as alterações relacionadas ao modal de trabalho e às crises na produção de cana-de-açúcar e café.

o Museu Nacional no estado em que se acha, não pode prestar o serviço e auxílio, que as sciencias e as artes deve. Com um pequeno sacrificio, durante alguns annos, pode-se eleva-lo á altura de sua missão, sendo para isto tão somente necessária a aquisição de collecções dos nossos três reinos naturaes, que, dotando-o de tudo quanto respeita á historia natural, igualmente o habilitem a obter productos estrangeiros por meio de troca com estabelecimentos analogos de outros paizes, avidos de manterem com ele este mutuo commercio.¹³²

Caso tomemos as considerações do representante do MACOP como um importante sintoma no tocante as transições que se verificariam daí em diante, chamam ainda mais a atenção as suas considerações acerca do MN no relatório do ano seguinte, o de 1869. Nele há um dedicado, e quase merencório, no qual um quadro agonizante se apresentava e que exigiria intervenções imediatas. Segue salientando sobre as necessidades de ampliação da estrutura física disponível para a instituição e dos melhoramentos necessários. Tece, no sentido contrário ao cenário crítico apresentado, ao chefe da sessão de Botânica. A Ladislau são dirigidas palavras elogiosas e aludem a importância de seu trabalho no aumento das coleções da sessão. Anuncia, inclusive, que será publicada sob tutela do Diário Oficial um trabalho de pesquisa sobre a história do MN produzido pelo mesmo que seriam de grande importância, para além de seus trabalhos científicos já produzidos ou publicados¹³³.

O texto, ao qual fez referência o dirigente do Ministério da Agricultura acabou sendo intitulado *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro* (NETTO, 1870). Publicado em 1870 é um elemento paradigmático para quem se debruça sobre a história do MN. É importante aqui que se saliente que nenhum outro trabalho produzido no século XIX tinha se dedicado de maneira tão indistintamente atenta aos fatores que teriam conduzido à formação do Museu enquanto instituição científica, além de ser uma enunciação ímpar, por ser feita em um momento no qual ainda é possível conviver com as narrativas dos naturalistas *fundadores* ao mesmo tempo em que sua presença se torna cada vez menos intensa.

¹³² Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1868. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1953/000021.html> Acesso em 1/3/2017. No decorrer do relatório destaca-se a preocupação do então ministro para o cenário material do Museu Nacional, em especial no que diz respeito às condições físicas de alocação da instituição, colocando em foco as estruturas existentes para as atividades de pesquisa e ensino, para além da parte dedicada às exposições.

¹³³ “O apreço que os povos civilizados têm com os Museus contrasta sensivelmente com o quasi abandono em que tem estado o unico, por assim dizer, que possui o Imperio. Entretanto é fato averiguado que, sobre prestarem poderoso auxilio ao estudo das sciencias, exercem influencia decidida no desenvolvimento da industria. Apesar da variedade e importância de suas riquezas naturaes, o Brasil possui um Museu pobríssimo de collecções de productos nacionaes, commummente reunidos em outros estabelecimentos semelhantes. (...) Peço-vos que attendendo a este assumpto de incontraversa importância, habiliteis o ministerio a meu cargo a dar-lhe o desenvolvimento compatível com as nossas circunstancias e com a missão civilisadora que deve preencher” Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1869.

Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1955/000090.html> Acesso em 1 de março 2017.

Tabela 3: Vinculações externas do Museu Nacional

1818-1822	MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DO REINO
1822-1868	MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DO REINO
1868-1890	MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS
1890-1892	MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS, INSTRUÇÃO PÚBLICA CORREIOS E TELÉGRAFOS
1892-1909	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, NEGÓCIOS E INTERIORES
1909-1930	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1930-1937	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
1937-1942	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
1946 – Atual	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (foi integrado por decreto nº 21.321 de 18 de julho de 1946 à Universidade do Brasil que posteriormente recebeu o nome de UFRJ)

Fonte: DANTAS, 2007 e SILVA, 2010.

É justamente nesse espaço, entre os que pronunciam memórias possibilitadas pela autopsia – pela testemunha ocular – e aqueles que assumem o lugar de produtores de narrativas que se constroem os campos de disputa pela história. Organizado em duas partes – a primeira dividida em 9 capítulos e dedicada à história do Museu da sua fundação até o presente de sua publicação e a segunda dedicada aos aspectos aparentes do edifício assim como para a descrição (dedicadas e minuciosas) das coleções e exposições. É necessário salientar que antecedendo as partes constituídas enquanto corpo principal da obra Netto dedicou-se a um prólogo, uma apresentação, a qual deu o nome de *Ao Leitor*: dirigindo-se ao possível público que pudesse ter acesso àquela narrativa. Netto esforça-se em transpirar seu conjunto de expectativas e elucubrações em um ácido estilo de argumentação, marcada por referências que chegavam à Antiguidade Clássica, citando Cícero, por exemplo.

O que as palavras que eram costuradas sobre o passado para dar-lhe sentido de história não deixam claras é que era constante a aparente situação que se apresentava como calamitosa para MN e estava colocando em xeque a qualidade e alcance dos trabalhos desenvolvidos, o que era mais grave, para os órgãos a quem respondia o museu e de onde partiam as decisões mais significativas que poderiam, ou não, mudar a trajetória da Instituição.

Anos antes, quando estava responsável pelo MACOP, Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, um dos membros do Gabinete 7 de março de 1871 – protagonista nas reformas supracitadas, como é o caso do conjunto de ações responsáveis pela aprovação da Lei do Ventre Livre, assim via a situação do Museu Nacional

coube-lhes a missão de auxiliar a instrução do povo, habilitando-o a conhecer, por meio de prelecções publicas a seu alcance, os recursos que o commercio, a industria e as artes podem tirar de nossos vegetaes e mineraes que admiram pela profusão e variedade, os homens mais doutos do mundo. Pelo regulamento actual são os directores do Museu Nacional obrigados a taes prelecções, mas quer a escassez das remunerações que percebem dos cofres publicos os obrigue a procurar recursos para a subsistencia por outros meios, e assim não lhes sobre tempo para aquelle fim, ou militem em outras causas que ignoro o certo é que não se tem realizado essas prelecções. Solicito que no orçamento respectivo consigneis uma verba razoável para que o governo possa incubir algum dos directores do Museu de explorações sem aparato official por certos e determinados pontos do paiz em proveito desse estabelecimento de sciencia. Homens aptos pela especialidade a que se tem dedicado só terão em vista ligar seus nomes ás descobertas e estudos que fizerem. As commissões apparatusas, quase sempre mallogradas entre nós, aconselham a renuncia desse systema. Escolhemos homens hábeis e profissionais em certos e determinados ramos, auxiliemol-os com meios materiaes de que necessitam, e os resultados não se farão esperar.¹³⁴

A convergência de pressões indicava uma expressa necessidade de reformas que fossem capazes de transformar a situação do Museu, assim como salvaguardar suas condições de funcionamento dentro dos quadros de exigência dos quadros aristocráticos de poder e de definição dos programas nacionais. A posição do ministro Cândido Borges Monteiro em 1871 é definitiva

Cresce todos os dias a necessidade de reforma radical nesse estabelecimento que, embora já importante por suas riquezas, não está em condições correspondentes ao fim de sua instituição. Realmente é para estranhar que a capital do Imperio Brasileiro, tão oponente de productos naturaes, o Museu Nacional conte proporcionalmente tão pequeno numero de objectos da historia natural do paiz, sendo-lhe, no emtanto, facil possuíl-os em tão grande cópia, que pudesse pela permuta obter os que faltam de outros paizes.¹³⁵

Encerra seu relatório com um pedido curto e direto às autoridades competentes: “Convém que autorizeis a reforma do Museu, arbitrando aos seus directores vencimentos que lhe assegurem meios de decente subsistência.”¹³⁶ Nos relatórios referentes ao ano posterior, quando José Fernandes da Costa Pereira Junior estava à frente da pasta no MACOP, os pedidos de reforma nas solicitações prestadas ao Governo Imperial seguem presentes, assim como a questão das coleções. Em sua grande parte das vezes entendidas como elo entre o universo

¹³⁴ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1869. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1956/000070.html>. Acesso em 5/3/2017.

¹³⁵ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1871. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1956/000070.html>. Acessado em 5/3/2017.

¹³⁶ Idem.

estudado e o público a quem se dirigir as coletas, sejam os especialistas sejam os leigos, são a representação mais didática de construção do discurso científico, sendo, para além dos textos e publicações, a forma de interação mais dinâmica e direta. O então ministro dá atenção às iniciativas próprias da instituição no sentido de alargarem seus espécimes em coleção, contudo salienta que o alcance de tais iniciativas é restrito.

Considera emergente a necessidade do estabelecimento de canais de comunicação com congêneres no exterior e no próprio país, sendo “Uma das medidas que mais exigem as conveniências do Museu Nacional consiste em tornar conhecidos de outros institutos estrangeiros da mesma especie os tesouros que já possuiu”.¹³⁷ As reformas viriam, a médio prazo, na transição entre 1875 e 1876, ano esse que pode ser considerado um divisor de águas tanto para a história da Instituição quanto para a trajetória de Ladislau Netto enquanto naturalista e administrador: nele fora efetivada a reforma do Museu e deu-se início à publicação do periódico que seria uma das principais publicações feitas pelo MN – a revista *Archivos do Museu Nacional*.

4.2.1 Quero e quero já

Prevista pelo artigo 20 da lei 2640 de 22 de setembro de 1875 e confirmado pelo decreto 6116 de 9 de fevereiro de 1876¹³⁸ deu-se início à reorganização mais significativa do oitocentos¹³⁹. Dividido em 5 capítulos e 40 artigos o decreto assinado por Thomaz José Coelho de Almeida – então secretário e ministro do MACOP – o documento prevê o funcionamento, regula as atividades e determina de maneira sucinta o devir e as funções da Instituição perante a sociedade. Nele é possível identificar que o Museu é entendido enquanto um espaço de práticas científicas destinadas à promoção do desenvolvimento da história natural, em particular aquela vinculada ao caso brasileiro, assim como sendo, também, responsável pelo ensino das ciências físicas e naturais; especialmente as que possam ser relacionadas à aplicação na

¹³⁷ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1872. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1959/000036.html>. Acessado em 5/3/ 2012.

¹³⁸ “usando da autorização a que se refere o art. 20 da Lei nº 2640 de 22 de Setembro do anno proximo findo, Hei por bem Reorganizar o Museu Nacional, nos termos do Regulamento, que com este baixa, assignado por Thomaz José Coelho de Almeida, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Fevereiro de mil oitocentos setenta e seis, quinquagesimo quinto da Independencia e do Imperio. Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876” Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 205 Vol. 1 pt. II. Também disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6116-9-fevereiro-1876-549080-publicacaooriginal-64413-pe.html>. Acesso em 27/10/2017.

¹³⁹ Outras duas reformas administrativas seriam realizadas durante a gestão de Ladislau Netto: uma em 1888 e outra em 1890. Apesar de alterarem estruturas administrativas, capitais científicos e lugares de fala específicos, não provocaram impacto comparável com a prevista pelo Regulamento de 1876.

agricultura, na indústria e nas artes. Devido a isso, havia o entendimento que, por conseguinte era legada a responsabilidade na guarda e conservação de produtos naturais e industriais que servissem a essas finalidades.

Tabela 5: Ex-Diretores do Museu Nacional (Século XIX)

FREI JOSÉ BATISTA DA COSTA AZEVEDO	1818-1822
JOÃO DE DEUS E MATTOS	1822-1823
JOÃO DA SILVEIRA CALDEIRA	1823-1827
FREI CUSTÓDIO ALVES SERRÃO	1828-1847
JOÃO DE DEUS E MATTOSINTERINO	1835-1837
EMÍLIO JOAQUIM DA SILVA MAIA	INTERINO,1845-1846 E 1846-1847
FREDERICO LEOPOLDO CESAR BURLAMAQUI	1847-1866
FRANCISCO FREIRE ALLEMÃO	1866-1874
LADISLAU DE SOUZA MELLO E NETTO INTERINO	1870-1875
LADISLAU DE SOUZA MELLO E NETTO	1875-1892
AMARO FERREIRA DAS NEVES ARMOND	INTERINO,1892-1893
DOMINGOS JOSÉ FREIRE JUNIOR	INTERINO,1891-1895
JOÃO BAPTISTA DE LACERDA	1895-1915

Fonte: OS DIRETORES DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro, Sessão de Museologia, 2008.

Pode-se perceber pelo teor do documento é que frente as transições pelas quais atravessa o Império naquele momento à reformulação administrativa do MN deveria refletir o quadro de demandas que haviam se constituído desde a sua fundação e que se afirmava, então, naquele contexto. Às ciências era dado um papel dentro da construção dos projetos de marca nacional que se colocavam em curso. Mais do que uma lógica de pragmatismos e utilitarismos, as ciências deveriam carregar a marca da capacidade e desenvolvimentos alcançado no país. Isso tornava o Museu mais do que um simples espaço de guarda e exposição de espécimes, mas um espaço de fundação e progresso: uma reanimação para as práticas desenvolvidas em seu seio¹⁴⁰.

¹⁴⁰ João batista de Lacerda em 1905 afirmava, sobre tal cenário, que a nova reforma começara bem auspiciada: sentia-se que havia um certo entusiasmo no trabalho, o desejo de erguer alto a reputação do Museu, e faz-lo estimado ao publico e do governo da nação. Trabalhava-se com afínco nos laboratórios e gabinetes; reviam-se as collecções, substituindo-se os velhos especimes estragados, por outros recentemente preparados; enchiam-se os

Efetivamente, as mudanças propostas superaram os simples câmbios funcionais e administrativos nas sessões e comissões: distinguiam-se por marcarem uma nova orientação das convenções e estruturas científicas que balizaram as atividades do Museu até então. A divisão administrativa, que antes se apresentava em quatro sessões foram reduzidas a três - a 1ª de zoologia geral e aplicada, e paleontologia vegetal; a 2ª de botânica geral e aplicada, e paleontologia geral; a 3ª das ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral – acrescentando-se um campo anexo, sob responsabilidade direta do diretor que ficaria com a batuta nos assuntos relacionados à arqueologia, etnografia e numismática, previsto que tal cenário estender-se-ia até a criação de um espaço competente para o desenvolvimento das atividades relacionadas.

Responsáveis pelas atividades desenvolvidas, estariam agora, o Diretor Geral, um Diretor e um Subdiretor para cada sessão¹⁴¹. A esses somem-se um secretário, um amanuense, um bibliotecário, um porteiro, um contínuo, seis praticantes, três preparadores e naturalistas viajantes, que seriam definidos e dotados em número fixado pelo MACOP e que também comporiam o corpo científico e administrativo do Museu. Aos Diretores de Sessão caberiam as atribuições relativas à classificação dos objetos, de regência frente às matérias pertinentes à cada área, além do atendimento às demandas colocadas pelo próprio Diretor Geral. Aos subdiretores ficava a responsabilidade de auxílio aos seus superiores nas atividades desenvolvidas, além de possíveis substituições quando necessários¹⁴². Fora esses cargos todos os outros ficariam subordinados

Tabela 4: Seções do Museu Nacional - Regulamento de 1876

1ª. SEÇÃO	ANTROPOLOGIA, ZOOLOGIA GERAL E APLICADA, ANATOMIA COMPARADA E PALEONTOLOGIA ANIMAL;
2ª. SEÇÃO	BOTÂNICA GERAL E APLICADA E PALEONTOLOGIA VEGETAL;
3ª. SEÇÃO	CIÊNCIAS FÍSICAS: MINERALOGIA, GEOLOGIA E PALEONTOLOGIA GERAL.

aramarios; reuniam-se os ossos esparsos para compor os esqueletos; aproveitavam-se as pelles; dava-se uma aparência esthetica ás colecções expostas; pregavam-se novos rótulos, e substituíam-se as denominações genericas antigas por outras modernamente adoptadas.” (LACERDA, 1905, p. 44 – 45)

¹⁴¹ Aos Diretores de Sessão caberiam as atribuições relativas à classificação dos objetos, de regência frente às matérias pertinentes à cada área, além do atendimento às demandas colocadas pelo próprio Diretor Geral. Aos subdiretores caberiam as funções de auxílio aos seus superiores e substituição quando necessário. Todos os outros cargos não apresentavam funções diretivas e estavam subordinados à Ladislau.

¹⁴² Não há no Regulamento a descrição das atividades que seriam desempenhadas pelos praticantes e preparadores que só foram delineadas pelo Regimento Interno de 1879, o qual especificava que ficariam sob a responsabilidade e atuação de cada um dos outros cargos existentes.

OS ESTUDOS DE NUMISMÁTICA, ETNOGRAFIA E
ARQUEOLOGIA FICAVAM POR ESSE REGULAMENTO ATIVAS
DE MANEIRA ANEXA ÀS ATIVIDADES DAS SEÇÕES DO MUSEU.

Fonte: LARMERT, Almanak. Typographia Laemert, 1844-1899.

Toda alteração nas estruturas de gestão e administração provoca mudanças nas estruturas centrais e práticas de uma instituição, incluindo as que apresentam caráter ou cunho científico. A alteração dos regimentos que orientavam as atividades desenvolvidas no Museu Nacional acabaria de representar, a partir de então, uma transição centralizadora que projetava as esferas decisórias e de orientação das vocações, fundadoras e presentes, desempenhadas pelo MN. Compreende-se, assim, que dentre os projetos institucionais que norteavam a atuação das instâncias de poder que tutelavam a atuação do Museu existia um ímpeto de controle que acabariam por gerar um quadro de profunda verticalização: de papéis hierárquicos, de atuação científica, de prestígio e de decisão. Some-se a isso as idiossincrasias dos personagens que atuariam nesse complexo teatro e a atuação, em particular, de um personagem que por todos esses eventos ganharia cada vez mais projeção, o próprio diretor Ladislau Netto.

Inserido nesse contexto, deve-se notar, que no tocante as atribuições caberiam à Instituição, para além das atividades relacionadas às pesquisas científicas nos campos da história natural aos quais se dedicariam as sessões do Museu, encontra-se à atribuição da responsabilidade de realização de Cursos Públicos. No Capítulo III, Art. 16, tem-se que

O ensino científico, a que é destinado o Museu Nacional, será dado em cursos publicos e gratuitos por meio de prelecções, que serão feitas pelos Directores de secção e Sub-Directores. Estas prelecções, que se effectuarão á noite nos salões do edificio, começarão a 1 de Março e terminarão a 31 de Outubro. Cada materia será professada em uma lição semanal, pelo menos¹⁴³.

Os Cursos Públicos tiveram início seis meses antes da aprovação do Regulamento que reorganizou o Museu Nacional¹⁴⁴; pode-se inferir que se tratava de uma estratégia de criação de um canal de diálogo entre o corpo de especialistas que compunham a Instituição e o público geral, que por não ser detentor da linguagem ou dos instrumentos necessários para a

¹⁴³ Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876” Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 205 Vol. 1 pt. II. Também disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6116-9-fevereiro-1876-549080-publicacaooriginal-64413-pe.html>. Acesso em 27/10/2017.

¹⁴⁴ Em 10 de março daquele ano, anunciava o Jornal do Comércio que os cursos públicos, recém-autorizados pelas reformas do Museu Nacional iniciar-se-iam às 7 da noite daquele dia. Abrangendo as disciplinas de Botânica, Agricultura, Geologia, Mineralogia e Antropologia, sendo ministrados por aqueles que compunham cada seção. O curso de botânica ficou a cargo de Ladislau Netto, o de antropologia por João Batista de Lacerda, o de Mineralogia por Carlos Luiz de Saules Junior, o de Geologia ficou a cargo de Charles Frederick Hartt. (SILVA, 2012, p. 97)

compreensão das atividades que se realizam no MN. João Batista Lacerda chama a atenção para o funcionamento das aulas

as conferencias realizadas á noite, attrahiam ao salão do Museu uma sociedade distincta e escolhida, sendo raro que ali faltasse com a sua presença e animação o Imperador D. Pedro II. Professores, deputados, senadores, altos funcionarios publicos, damas da alta sociedade, lá iam nos dias marcados ouvir, sobre diferentes ramos das sciencias naturaes, uma lição succulenta e proveitosa, illustrada com desenhos e estampas muraes, e com amostras dos objectos, aos quaes tinha de referir-se o prelector. Assumptos de zoologia, de botanica, de geologia, de biologia, de agricultura, de anthropologia, eram tratados sob uma forma synthetica, de sorte a dar o prelector aos seus ouvintes uma resenha de factos e conclusões facil de reter e de assimilar (LACERDA, 1905, p. 45).

A previsão da realização dos Cursos pelo Regulamento viria a reforçar esse perfil de atuação da Museu, cada vez mais ligado ao protagonismo já exercido pelo Diretor Geral. No relatório apresentado pelo MACOP para o ano de 1877 não são poupados elogios para o período vivenciado e para conjunto de ações da nova gestão pelo ministro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o Visconde de Sinimbu

Não foram infundadas as esperanças depositadas na reorganização, por que ultimamente passou este importante estabelecimento. De mero repositório que até então fora de riquezas naturaes, constituiu-se o Museu Nacional, já pela palavra, já pela imprensa, útil propagador das sciências naturaes: papel que ha desempenhado, na medida dos meios postos a sua disposição, de modo honroso para o pessoal docente, nomeadamente para o seu illustrado director geral que reúne a aptidão e o zelo pelo progresso do estabelecimento. Tem continuado com regularidade os cursos nocturnos de sciencias naturaes, revelando a frequencia do publico quão proveitosa e semelhante a instituição. (...) Nos seus laboratorios executam-se trabalhos e experiencias scientificas de valor, cuidando-se incessantemente na preparação e conservação das colleções. O augmento do edificio para o desenvolvimento das galerias e dos gabinetes de trabalho, a construção de um anphiteatro para os cursos públicos e a fundação de um jardim experimental, destinado ao estudo physiologico das plantas e animaes, com que tanto terá de aproveitar a biologia industrial, são necessidades a que se convirá atender, em permitindo-o as circunstancias financeiras.¹⁴⁵

É facilmente observável a diferença na forma como a Instituição é tratada nos relatórios que antecedem e os que sucedem a reorganização¹⁴⁶. Deparando-se com tal documentação é

¹⁴⁵ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1877. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1964/000198.html>. Acesso em 15/06/2017.

¹⁴⁶¹⁴⁶ A projeção de Ladislau era ratificada na imprensa do período “No relatorio que o Sr. Dr. Ladislau Netto, digno director geral do nosso Museu, apresentou este anno o Sr. ministro da agricultura, de que nos foi offerecido um exemplar, encontramos alguns trechos que nos causaram o maior prazer, pois fica - quanto, sob a direcção d'aquelle infatigavel brasileiro. tem sido vigoroso o impulso tomado por este estabelecimento, enquanto deve-se esperar ainda dos illustres professores do Museu, que, á peria, parecem querer provar que tanto aqui como nos climas frios é possível o mais aturado e o mais elevado trabalho intellectual. Um dos mais sansiveis melhoramentos apresentados pelo Museu é o augmento de espaço nos commodos do edificio, augmento que o Sr. Dr. Ladislau Netto calcula no duplo do que possuia ha dois annos aquelle estabelecimento. Ao que fica exposto no referido relatorio acrescentaremos que em um dos novos e bellissimos salões que occupão todo o andar terreo do lado da rua da Constituição, acham-se já collocadas a vasta colleção numismatica do Museu e as bellas estantuas do andar superiores entre as quaes tres do nosso applaudido patricio Candido Reis que as offereceu ao Museu. N'este mesmo salão consta-nos que será tambem collocada toda a colleção archeologica brasileira, de que é organisador o mesmo Sr. Ladislau Netto. de quem é de esperar o maior augmento a tão curiosa e interessante colleção. O pequeno

fácil deixar-se levar pela crença de que a realidade do MN se alterou de um quando de dificuldades e limitações para uma realidade de abonação e prosperidade devido a uma proposta de nova organização. Há, nas motivações que envolvem a produção do texto a necessidade de se marcar a natureza positiva das alterações que eram sustentadas em torno da nova direção dentro dos projetos custeados pelo MACOP. Nesse sentido, construiu Ladislau Netto uma importante rede de reconhecimento dentro do campo científico e aristocrático¹⁴⁷, que conferia ao mesmo prestígio e legitimidade para orientar os trabalhos de um dos principais atores do cenário científico nacional. Elemento que pode ser utilizado enquanto fato que comprova essa afirmação é o que definia o Capítulo III do novo Regulamento: o que trata dos Concursos Públicos para os cargos de Diretor e Subdiretor de sessão e praticantes.

Eventos de seleção nos quais um determinado grupo de pares estabelece critérios para que outros possam juntar-se ao grupo e adquirirem o papel de igual, os Concursos Públicos são uma forma de eleição que é baseada na capacidade de colocação específica dentro de um campo de disputas que, invariavelmente, será marcado por elementos de hierarquia e distinção, Havia em curso um processo de enraizamento institucional que garantiria, cada vez mais, autonomia possível para o exercício das atividades científicas naquele cenário imperial-aristocrático

DOS CURSOS PÚBLICOS

Art. 16. O ensino científico, a que é destinado o Museu Nacional, será dado em cursos publicos e gratuitos por meio de prelecções, que serão feitas pelos Directores

pateo que havia antigamente no museu, e que era occupado por uns cazebres arruinados e de ruim aspecto acha-se agora rodeado por duas ordens de salões e de vastos gabinetes, sendo elle mesmo coberto por um vasto tecto de vidro tornando-se d'esta arte uma das melhores e mais vastas salas do muzeu. Imformam-nos que será este salão, um dos mais altos d'esta côrte, destinado á collecção de modellos em gesso dos mais notaveis representantes do mundo paleontologico. Oxalá continue o governo a aproveitar se da intelligencia e da energia de um tão util auxiliar qual reconhecemos ser o Sr. Dr. Ladislau Netto, em pról da sciencia e do estudo da natureza maravilhosamente ecunda d'esta terra. Quanto a nós que de coração applaudimos tudo quanto tende a engrandecer-nos aos olhos dos estrangeiros, teremos muito prazer em voltar mais de uma vez a fallar de uma instituição que já começa a honrar o nome brasileiro nas academias mais sabias da Europa.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 9 de Março de 1877) Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> -Acesso em 13/03/2017.

¹⁴⁷ Um documento importante para a compreensão de Netto e sua gestão são as narrativas produzidas por João Batista de Lacerda em seu trabalho intitulado *Fastos do Museu Nacional* publicados no ano de 1905, mais de uma década depois de Ladislau deixar a direção do Museu, tempo suficiente para a fundação de uma nova enunciação acerca do passado do Museu, ou como preferimos, tempo o suficiente para estabelecer uma batalha narrativa a respeito da história da Instituição. As referências ao cientista, todavia, não poupam adjetivos para caracterizar sua atuação “Este com a pertinacia e o entusiasmo dos homens que querem sobresahir, multiplicava seus esforços e empenhava toda a sua fria energia para aumentar, cada vez mais, o brilho da sua administração. Elle tinha, ás vezes, severidades que magoavam e levava as suas exigencias ambiciosas ao ponto de sujeitar todo o movimento científico e administrativo do Museu ao dominio exclusivo de sua vontade. Não é offender a sua memoria, aliás por muitos titulos digna de respeito, dizer que no intimo de sua consciencia, elle paraphraseou o dito celebre de Luiz XIV– O Museu sou eu. (...)Estas tendencias de seu carater para o governo autocratico, que podiam ter um lado útil e favorável aos interesses da instituição, não deixaram todavia de levantar surdos clamores e de acirrar antipathias e desconfianças entre os seus subordinados e os seus collaboradores. Foi dahi que nasceram e foram, a pouco e pouco, augmentando os pequeninos conflictos de attribuições e de preponderancia, por virtude dos quaes se viu o Museu, alguns annos depois, em situação anarchica.” (LACERDA, 1905, p. 46).

de secção e Sub-Directores. Estas prelecções, que se effectuarão á noite nos salões do edificio, começarão a 1 de Março e terminarão a 31 de Outubro. Cada materia será professada em uma lição semanal, pelo menos. O objecto de cada prelecção será anunciado no Diario Official. Art. 17. As materias do ensino serão distribuidas em cadeiras, para as quaes o Conselho Director designará annualmente os Directores de secção e Sub-Directores. Art. 18. O regimento interno providenciará ácerca das relações entre os Professores e ouvintes, e dos meios de manter a ordem nos cursos publicos do Museu Nacional¹⁴⁸.

Nos artigos 24 e 25 há a definição dos requisitos estabelecidos para os possíveis candidatos aos cargos públicos oferecidos pela Instituição. Aos que desejassem a candidatura ao cargo de diretor e subdiretor de sessão era exigida a maioria legal, ser brasileiro, moralidade e capacidade profissional. Para o cargo de praticante havia, ainda, as exigências de: submissão a provas de língua nacional, latina e francesa, além de geografia, geometria e aritmética, com acesso permitido aos que fossem maiores de 18 anos¹⁴⁹. Na sequência das normativas fica, também, estipulada que a nomeação dos Diretores dar-se-ia a partir dos nomes dos subdiretores e esses, por sua vez, seriam escolhidos dentre os preparadores. Procurava-se, assim, manter uma linha de atuação hierárquica e com possibilidades de ascensão nos próprios quadros institucionais¹⁵⁰. Os termos não previstos no Regulamento ficaram estabelecidos pelo Regimento Interno de 1879 que se dedicou a prever todos os estágios do processo seletivo e avaliativo, possíveis dispensas, assim como o estabelecimento das provas de dissertação escrita, oral e práticas para os dois principais cargos de cada sessão. Ao final, caberia ao Conselho Diretor todo o processo burocrático de comunicação às instâncias competentes, além da apresentação dos candidatos selecionados¹⁵¹. Considerando-se todo o alcance no tocante às transformações vivenciadas no MN em decorrência da gestão de Netto e toda a onda de reformas que acompanhava a sua geração, nenhum outro símbolo é mais significativo do que a entrada em circulação do primeiro periódico produzido pela Instituição, a revista *Archivos do Museu Nacional*.

¹⁴⁸ Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876” Coleção de Leis do Império do Brasil - 1876, Página 205 Vol. 1 pt. II. Também disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6116-9-fevereiro-1876-549080-publicacaooriginal-64413-pe.html>. Acesso em 27/10/2017.

¹⁴⁹ O mesmo regulamento previa a possibilidade de dispensa das exigências citadas aqueles que comprovassem formação universitária, em faculdade ou escola situada no Brasil ou no estrangeiro. É importante notar que as exigências colocadas comprovam uma preocupação expressa com a qualificação e formação daqueles que viessem a ocupar cargos na Instituição. Gradativamente os critérios de validade de conhecimento e atuação iam se solidificando e contribuindo para uma determinada profissionalização das atividades desenvolvidas no seio do MN.

¹⁵⁰ Estabelecia, outrossim, o Art. 27 O Director Geral participará immediatamente ao Ministro a existencia de qualquer vaga, para que este delibere si deve effectuar-se o concurso, ou a nomeação nos termos do artigo antecedente, ou contractar-se pessoa habilitada, a juizo do Conselho Director, nacional ou estrangeira.

¹⁵¹ O primeiro concurso realizado aconteceu no ano de 1882. A vaga para subdiretor da sessão de Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral, sendo preenchida por Francisco José de Freitas; após dois anos novo concurso: para subdiretor da 2ª Sessão. (AGOSTINHO, 2014, p. 27)

Apesar de apresentar protagonismo, junto a seus congêneres nacionais, no tocante ao desenvolvimento das práticas científicas no cenário brasileiro, o Museu apresentava, ainda, inúmeras carências na comparação de seus congêneres internacionais: um resultado próprio e prático dos trabalhos desenvolvidos pelos seus naturalistas ou cientistas, ou ligados à história natural brasileira. O texto, escrito e impresso desde os tempos de Johannes Gutenberg (1398-1468), foi uma batalha pela libertação das amarras da dominação colonial no oitocentos, revertida em concessão durante a administração joanina, que desde então havia ganho espaço e penetração nos segmentos letrados nacionais, em especial quando se pensa o cenário específico da Corte.

Superando as limitações próprias de uma sociedade aristocrática escravagista e que os segmentos que tinham acesso ao letramento ficavam quase que restritos, somente, à elite política e econômica, deter a força de enunciação dissertativa impressa carregava um simbolismo próprio. Jornais, pasquins e publicações amadoras corriam as ruas das capitais das províncias, agora, a literatura especializada estava restrita a círculos, concêntricos, nas hierarquias próprias de uma sociedade cortesã, ainda que a única tropical e estabelecida no Atlântico Sul. A revista é identificada pela historiografia que trata do tema¹⁵² como um dos mais importantes elementos na construção de canais de comunicação, colaboração e interação das mais diversas naturezas entre o Museu Nacional e instituições das mais diversas naturezas no Brasil e no exterior. Era latente a necessidade da criação de um meio que pudesse proporcionar a Instituição a materialização do seu trabalho segundo os padrões estabelecidos pelas práticas científicas desenvolvidas pelos principais centros estabelecidos no Velho Mundo e nos outros espaços que ganhavam visibilidade na produção de trabalhos e teses científicas, como nos centros estadunidenses.

Junto aos projetos que emergiam e eram colocados em prática pela geração de 1870, esse apresenta-se com especial atenção. Previsto pelas ordenanças e determinações que levaram ao novo Regulamento que entrou em exercício junto com a nomeação de Ladislau para assumir em definitivo o timão do MN. A partir da publicação é possível remontar as redes de

¹⁵² Dois trabalhos resultaram na última década na produção de dissertações sobre o assunto. Defendida em 2012 com o título *Nas páginas o que está escrito: o Arquivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no Brasil no oitocentos* (SILVA, 2012) por Paulo Vinícius Aprígio da Silva e a defendida por Michele de Barcelos Agostinho sob o título de *O Museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional* (AGOSTINHO, 2014) são exemplos de reflexões acerca da importância do periódico, em especial para a atuação do MN durante o século XIX. Nessas duas recentes produções é possível identificar um esforço num duplo sentido: primeiro no apontamento do espaço ocupado pelo Museu Nacional frente à produção científica oitocentista e 2º identificar o papel que caberia à Instituição no seio dos projetos estatais e geracionais que se colocaram em curso no penúltimo quartel do século XIX. Faz-se necessário salientar que em ambas é possível perceber a influência da geração de autoras e autores que abriram novas perspectivas para o campo de análises acerca da história das ciências no Brasil, como tratado nos capítulos anteriores.

circulação e recepção dos trabalhos publicados e que levariam a etiqueta de brasileiros, autênticos representantes da ciência nacional, imperial e oitocentista. É possível inseri-lo em um contexto maior, que remete aos grandes programas de projeção nacional, que tomavam a atenção dos órgãos competentes ligados à atuação estatal, como aquela exercida pelo MACOP e que refletia na vivência prática do Museu. Como afirma Silva,

O periódico, *Archivos do Museu Nacional*, cumpriu um importantíssimo papel para a Instituição: ser um canal de diálogo com outras congêneres, constituindo-se como moeda de troca e barganha por espécimes, coleções e exemplares naturais, tanto no Brasil como no exterior. Deve-se salientar que apesar de não cumprir a exigência da periodicidade trimestral inicialmente colocada, rapidamente o *Archivos* ocupou lugar de destaque dentre os esforços do Museu Nacional. Entre 1876 e 1889 foram sete números contendo trabalhos dos renomados cientistas de cada seção do Museu, tendo espaço para a publicação da Flora Brasiliense do Frei Veloso e uma reunião de trabalhos de Frederich Hartt publicados postumamente. Na última grande exposição do século XIX, a Universal de Paris, o Museu Nacional foi premiado pelo conjunto publicado em seu periódico até então. (SILVA, 2012, p. 17)

Primeiro periódico científico da Instituição e primeiro no país a dedicar-se exclusivamente à história natural, foi até início do século XX a publicação mais antiga em circulação no Brasil; sem números desde então não apresenta profissionais, na Instituição, que se disponham a assumir a sua publicação e manutenção de sua periodicidade. Se hoje não ocupa tanto prestígio, o mesmo não se pode dizer no contexto de sua criação. No mesmo relatório que são tecidos inúmeros elogios e considerações a respeito do protagonismo de Ladislau Netto, no relatório do MACOP apresentado no ano seguinte a sua nomeação oficial enquanto diretor do Museu, assim relatava o Visconde de Sinimbu, então responsável por aquela pasta ministerial

Da revista trimestral, creada com a denominação de *Archivos do Museu Nacional* pelo Decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876, acha-se publicado o 1º volume que captou o mais vivo acolhimento dentro do país e no seio de numerosas corporações sabias estrangeiras, devendo o 2º e o 3º ser em breve dados a estampa. Para manter a publicação da estima que grangeon da parte dos entendidos, organizou o diretor geral um serviço de trabalhos graphics, anexo ao estabelecimento: medida de cuja utilidade dão testemunho o bem-acabado dos desenhos, que devem de acompanhar os dous volumes a serem publicados, e a modicidade do preço por que foram obtidos¹⁵³.

Em pouco tempo a revista tornar-se-ia um importante instrumento Institucional: moeda de barganha, veículo de diálogo, meio de troca, todas as funções que poderiam assumir um periódico científico foram assumidas pelo *Archivos* durante o Império. Apesar de não ser capaz de cumprir *stricto sensu* as normativas que estavam presentes nas determinações colocadas nas diretrizes apontadas pelo novo regulamento – tais como a periodicidade, maior dificuldade em sua manutenção em toda a sua trajetória – assumia o corpo de representante e síntese do programa que se constituía em torno de Ladislau Netto, de sua geração e que se enraizava nas

¹⁵³ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1877. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1964/000198.html>. Acesso em 15/06/2017.

lógicas aristocráticas que faziam parte do cenário político Imperial. Contudo, não ocuparia o palco isolado, outros projetos ganhariam espaço nesse teatro.

4.2.2 O progresso enquanto narrativa¹⁵⁴

Analisar as expressões existentes no século XIX no tocante às percepções sobre a relação passado – presente – futuro constitui-se num esforço de reconstrução de um quebra cabeça de sentidos que se constituiu desde as proposições teóricas às experiências práticas inúmeras são as demonstrações da vitória de uma percepção linear teleológica da existência humana, com o futuro descortinando-se dia a dia no presente vivido, e as projeções, fantásticas ou verossímeis, serpenteando entre ciência e a fábula para embasar suas argumentações. Um período marcado por quebras paradigmáticas e de construção de novos horizontes que se apresentavam em uma constante disputa por inovação e progresso.

Vitrines da civilização, aparatos da marcha do progresso, as exposições universais foram eventos realizados de maneira a apresentarem uma postura sintética frente ao conceito de modernidade. A conjugação do progresso alcançado nas técnicas, nas ciências e na atividade industrial alimentava a crença de que o desenvolvimento humano encontrava o seu melhor espaço nos ambientes urbanos que fervilhavam nos grandes centros, espalhados pelo Velho e Novo Mundo; os espaços escolhidos para as suas realizações – cidades como Paris, Chicago, Filadélfia ou Londres – eram, então, identificados enquanto dínamos propulsores da novidade, celeiros da inovação, chaves de acesso a um futuro certo e alcançável. Nesse sentido, as exposições procuravam ser um local de apresentação desse cenário de avanços e lugar de disputas nos campos constitutivos dos saberes humanos. Em resumo, o alcançável fantástico do presente, o imaginável horizonte de expectativas frente a um futuro excepcional.

Constituíam-se, também, como espaços de reafirmação do domínio e superioridade do ocidente. Os saberes que não fossem pelas expressões normativas oferecidas pela medicina, criminologia, etnologia, antropologia e reafirmadas pela engenharia, arquitetura, dentre outras, que procuravam dar reincidentes demonstrações da evolução acentuada do homem branco, frente aos seus congêneres: sempre inferiores, bárbaros, incivilizados, retardatários na marcha da civilização.

¹⁵⁴ Na historiografia das ciências as referências feitas às Exposições, invariavelmente, remetem a um aspecto de grandiosidade, de glorificação. São exemplos os termos, “Vitrines do Progresso” (NEVES, 1986), “Era do Espetáculo” (TURAZZI, 1995), “Espetáculos da Modernidade” (PESAVENTO, 1997) “Festas Didáticas” (KUHLMANN, 2001)

A primeira das exposições universais foi realizada no ano de 1851, na cidade de Londres, Inglaterra. Inaugurada em 1 de maio daquele ano, a *Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações*, contou com a presença da Rainha Vitória em sua abertura e daria início a uma era de exposições que se estenderiam até o século XXI¹⁵⁵.

O Brasil participaria desde a 3ª, realizada também em Londres, porém no ano de 1862¹⁵⁶. Desde então, as delegações brasileiras cresceriam em número e participação, entrando esse evento para o hall das preocupações da agência do Estado brasileiro, afinal interesses de matriz econômica, política e diplomática circundavam os pavilhões e corredores das exposições. Sobre a participação brasileira na 3ª Exposição Universal, realizada em Viena¹⁵⁷, então capital do Império Áustro-Húngaro, considerava o então ministro José Fernandes da Costa Pereira Junior do MACOP

(...) colhidos nas Exposições Universais de Londres e Paris, realizadas aquella em 1862 e esta em 1867, foram poderoso incentivo para o Governo Imperial aceitar o convite que lhe dirigiu o de S. M. o Imperador da Áustria. Nessas pacíficas lutas da intelligencia e atividade humana, o Brasil lucrou grande vantagem de patentear a variedade e riqueza dos productos naturaes do seu solo, a excellencia dos seus generos agricolas, o adiantamento e progresso de alguns ramos de nossa nascente industria. Espera o Governo que os mesmos ou ainda melhores resultados colha o Imperio na Exposição Universal de Vienna, na qual daremos irrecusavel testemunho do florescimento da industria nacional, aproveitando a lição e experiencia dos povos mais adiantados com o exame e comparação das similares, ou das que podem ser naturalizadas entre nos.¹⁵⁸

Projetava-se no cenário exterior buscando espaço dentre as mais distintas *nações* e dentre os mais diversos signos que o ligassem à ideia de desenvolvimento, evolução e progresso, porém a marca do exótico tropical, das excentricidades naturais, permaneceria perenemente. Destaca Marta de Almeida

A realização de congressos e exposições científicas é uma tradição do século XIX que se manteve nos dias de hoje nas mais diversas áreas do conhecimento. Debruçar-se sobre a diversidade material produzida nesses eventos possibilita ver conexões

¹⁵⁵ Segundo a interpretação de Werner Plum: “O valor pedagógico e a significação ideológica destas mostras espetaculares na época da incipiente sociedade industrial eram de um nível extraordinariamente elevado. Não por casualidade efetuaram-se, com breves intervalos, numerosas exposições mundiais, precisamente naquela fase, em que a burguesia industrial estava empenhada em chegar a dominar o mundo e, inclusive, a criar um mundo à sua imagem e semelhança.” (PLUM, 1979, p. 10).

¹⁵⁶ A segunda Exposição Universal foi realizada em Paris no ano de 1855.

¹⁵⁷ Nessa exposição a delegação brasileira fora chefiada pelo Duque de Saxe e contando com os nomes do Barão do Porto Seguro, o Barão de Carapebús, o Barão de Nioac, Manoel de Araújo Porto-Alegre, Consul Geral do Brasil em Lisboa.

¹⁵⁸ Relatório do Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1872. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1959/000036.html>. Acessado em 17 de junho 2017. Acrescentava ainda o ministro argumentos sobre a necessidade de distribuição gratuita de exemplares da Corografia do Brasil, e da monografia da cultura do cafeeiro e do seu consumo, que tinham sido produzidas por Joaquim Manoel de Macedo e Nicolau Joaquim Moreira. No anexo G desse relatório há uma de indicações de como deveriam portar-se os membros adjuntos da comitiva brasileira, cabendo a cada um dos nomes uma atribuição específica.

institucionais ou pessoais no campo científico nacional e internacional pouco destacadas ou não perceptíveis em outras fontes. (ALMEIDA, 2010, p. 197).

A preocupação com a participação brasileira nesses eventos cresceria, assim como cresceria, também, o protagonismo do MN durante a sua última gestão imperial. Nesse período o Museu apresentou protagonismo nas duas Exposições Nacionais, realizadas nos anos 1875 e de 1888, a Antropológica, realizada no ano de 1882 e três Exposições Universais: a da Filadélfia em 1876, a de Antuérpia em 1885 e a última grande exposição do século XIX, a de Paris, no ano de 1889.

As Exposições Nacionais apresentavam caráter preparativo para aquelas realizadas no exterior. Nelas seriam escolhidos os produtos, espécimes e toda a sorte de itens que fossem escolhidos para comporem a representação brasileira no exterior. Procurava-se, portanto, uma reprodução possível do que seria realizado no exterior, desde seus aspectos estruturais até a forma de sua composição: cada província levaria representações para o evento central, tal qual os países o faziam nas reuniões internacionais. Gradativamente cresceriam em alcance e volume, tanto na perspectiva de cooptação de participantes, quanto no referencial de participação da agência do Estado.

Deve-se ressaltar que, apesar da inclinação ao cosmopolitismo de matriz fabril e urbana presentes na alma que orientava a organização de tais eventos, a participação brasileira durante o Império esteve, invariavelmente, ligada à matriz agrário-exportadora, entendida como vocação nacional, como está presente no Relatório Geral da Exposição Nacional de 1861

Não convém cahir-se no systema de que se quer à força e prematuramente introduzir, como por invasão, no Brasil as fabricas e manufacturas da Europa, que pressuppõe superabundante acumulação de capital, braços e engenhos que não podem achar emprego na agricultura e antes com ella mais proximamente conexas e para que o paiz tem mais naturaes proporções. Está dada a liberdade da indústria, isto nos basta. Já se viram as vãs tentativas feitas para força da introdução de algumas fabricas imitativas das Europa: quasi todos os especuladores só teem achado preda de causa de suas preposterias emprezas. Por ora a agricultura é a nossa máxima manufactureira. Assim pensa também o jury especial. Rio de janeiro, 15 de abril de 1862. Luiz Cypriano Pinheiro de Andrade¹⁵⁹.

Assim como a sua constituição natural, riqueza específica, que protegida sob a égide do Estado Nacional não recairia sobre as nações expansionistas, marca tão presente na segunda metade do século XIX, momento caracterizado por uma intensa expansão de matriz econômica, territorial, militar e cultural, que se sintetizou no conceito de *imperialismo*. Na construção da soberania, par além do prático o simbólico ganharia o seu lugar nas narrativas científicas produzidas e organizadas para tal fim. O ato de expor, intento próprio de uma exposição, é visto

¹⁵⁹ Relatório Geral da Exposição Nacional de 1861. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22502>. Acesso em 22/8/2017.

assim como uma construção de enunciações que preveem no diálogo as conclusões esperadas: “aspirava-se ao progresso, postulava-se o livre-cambismo, admirava-se e reivindicava-se o avanço técnico, mas o país era ainda escravista e prioritariamente voltado para a agro-exportação” (PESAVENTO, 1997, p. 102).

Dentre os eventos supracitados dois terão maior atenção desta análise: a Exposição Antropológica de 1882 e a Exposição Universal de Paris de 1889. Dentre todos os eventos supracitados que contarão com a presença efetiva do Museu Nacional, nenhum comparar-se-á aos dois a que se fez referência: são exemplos não só de protagonismo da Instituição, mas também dos projetos que perpassavam os interesses particulares do diretor Ladislau Netto. Apesar de formação e qualificação na área de botânica, o Diretor do MN gradativamente verteu sua intenção analítica para as questões concernentes à antropologia.

Em um período marcado pelo avanço das teorias raciais e pelas hierarquizações analíticas, como já tratado anteriormente, a organização de uma exposição dessa ordem ingressava no grande programa colocado como desafio à produção científica nacional: desvelar o desconhecido das riquezas do grande Império envolveria não somente qualificar os seus aspectos naturais, fazia-se necessário entender a origem da nação, dos povos primitivos, colocados enquanto mito de fundação – primeiros habitantes do Brasil, e sua colocação nas classificações evolutivas.

Com duração de três meses, inaugurada em julho daquele ano, apresentou ao público visitante artefatos indígenas (dentre machados, flechas, vasos, cocares, urnas funerárias, múmias naturais, sambaquis e outros itens representativos de cotidiano¹⁶⁰), fotografias, pinturas, documentos, livros, além de esqueletos, crânios dentre outros exemplos que serviam para o estudo da etnologia e antropologia. Como afirma Silva

continha representações de todos os cantos do país que haviam sido enviadas como elementos que representassem a formação antropológica brasileira. De institutos, como o Museu Goeldi, a coleções particulares, como a do próprio Imperador, compuseram os oito salões de que se ocupou a exposição. Cada salão, ricamente ornamentado, recebeu o nome de um naturalista, ou missionário, com ligação à história do Brasil: como Pero Vaz de Caminha, Jean de Léry, Gabriel Soares de Sousa, José de Anchieta, Alexandre Rodrigues Ferreira, Martius, Hartt e Lund. (SILVA, 2012, p. 110)

¹⁶⁰ Segundo a historiadora Regina Dantas (DANTAS, 2012) parte dos artigos que compuseram essa exposição foram anexados às coleções do Museu Nacional, figurando, inclusive, na grande Exposição Universal de Paris de 1889, parte permanecendo junto ao acervo do MN até hoje.

Por volta de oito centenas de objetos foram divididos e organizados por área de conhecimento, dentre arqueologia, antropologia e etnologia, espalhados em oito salões¹⁶¹ que ficavam à disposição dos visitantes. Nesses espaços eram montados os cenários que reproduziam o ambiente selvagem, então chamados de dioramas, a partir dos quais o transeunte da Corte poderia conhecer e ter acesso às experiências e vivências que não eram comuns ao ambiente urbano, como era o caso da cidade do Rio de Janeiro, palco de realização da exposição. Atingindo em grande parte as expectativas erguidas em torno da atividade, o evento atraiu uma grande atenção da Corte, tanto de especialistas, imprensa e órgãos oficiais, quanto a das pessoas comuns que podiam ter acesso à Instituição; a atração maior circundava um grupo de índios formado por Botocudos provenientes do Espírito Santo e Xerentes provenientes de Minas Gerais: aos olhos daqueles que compunham o ambiente da Corte, eram os mais claros representantes do mundo bárbaro, do homem primitivo. Inúmeras personalidades estiveram presentes, como o próprio Imperador D. Pedro II, que não poderia deixar de ligar a sua imagem a um evento de tal magnitude. As reverberações obtidas como sucesso do evento alcançaram o *Archivos do Museu Nacional*: o sexto volume do periódico, publicado em 1885, foi todo dedicado à Exposição Antropológica. Ainda segundo Silva,

Netto apresentou o argumento de que somente o catálogo da exposição não fora suficiente para demonstrar sua magnitude e que uma edição do *Archivos* deveria dedicar-se a cumprir o papel de divulgação do grande evento. A pressão do Diretor foi bem sucedida: em 1885 era publicado o sexto volume do periódico laureando a Exposição, e por sua vez, o trabalho de Ladislau Netto, sendo dividida da seguinte forma: primeiro capítulo – Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas; segundo capítulo – O homem dos sambaquis: contribuição para a anthropologia do Brazil; terceiro capítulo – Novos estudos craneometricos sobre os Botocudos e o quarto, e mais extenso, capítulo – Investigações sobre a Archeologia Brasileira. (SILVA, 2012, p. 111)

Dantas aponta para o fato de que essa edição da revista teve o propósito de complementar a exposição, ou seja, pode ser entendido como uma extensão possível para uma exposição baseada na observação de cenários e de objetos tridimensionais (DANTAS, 2012, p. 129). É necessário chamar a atenção para a forma como Ladislau opera os espaços de atuação de maneira centralizadora, apontando a gerência dos projetos institucionais de acordo com a inclinação de seus interesses e idiossincrasias. Nesse sentido, nenhum outro evento guarda significado tão especial, quanto a Exposição Universal de Paris de 1889.

Das inúmeras invenções do século XIX, uma das mais especiais é a noção de centenário; efeméride nata, em tempos de compreensão teleológica da história, parecia ser o período para

¹⁶¹ De acordo com o Guia da Exposição Antropológica, as coleções e artefatos foram distribuídas entre os salões que carregavam nomes que remetiam a naturalistas e figuras ligadas ao passado colonial e independente brasileiro, tais como Vaz de Caminha, Lery, Rodrigues Ferreira, Hartt, Lund, Martius, Gabriel Soares e Anchieta.

que as transformações observadas, fruto das ações do homem sob o vetor das transições históricas, alimentadas pela dinâmica das rebeliões e revoluções, que encontravam no protagonismo burguês o seu melhor lugar de fala.

Em 1876, por exemplo, na Exposição Universal realizada na Filadélfia, comemorou-se o centenário da Independência das 13 Colônias – sacramentada por toda a opulência patriótica concernente ao expansionismo ianque, amálgama possível após a Guerra Civil que quase levou à separação do país na década anterior – que contou com a presença do Imperador D. Pedro II, que em viagem pelos EUA foi convidado por Grant para participar da abertura e a célebre interação com Alexander Graham Bell, e a apresentação pública do seu principal invento: o telefone. Apesar de não ser dotada do ineditismo, a versão francesa carregaria elementos próprios de inspiração que a dotariam de características especiais, seja levando em consideração a sua monumentalidade, sua notória expressão numérica, o conjunto de participantes e as especificidades e excentricidades apresentadas, isso sem deixar de lado um dos seus principais símbolos: a grandiosidade da obra de Gustave Eiffel – uma torre que de arquitetura provisória tornar-se-ia um dos principais monumentos franceses.

O campo da historiografia das ciências no Brasil que se dedica à reflexão da participação brasileira nesse tipo de evento tem crescido e os trabalhos ganhado, cada vez mais, uma maior consistência teórica e analítica¹⁶²; parte desses trabalhos é conclusivo na preocupação da participação brasileira segundo interesses múltiplos que permeavam a atuação do Estado; não o fez de maneira formal, ou seja como delegação de Estado, mas como uma delegação de representantes de intelectuais, jornalistas, empresários, entre outros que formaram o Comitê Franco-Brasileiro¹⁶³

¹⁶² Em sua tese defendida em 2012, intitulada *Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia? A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de 1889 em Paris* e defendida junto ao PPG HCTE a historiadora Regina Dantas, mais do que contribuir para o campo dos estudos em história das ciências preocupados com a participação e projeção brasileiras em exposições universais, traçou uma precisa definição dos pares que constituíram esse território analítico: “Em seu primeiro capítulo de título “Imagens do Progresso” (HEIZER, 2005, p.15-38), a autora elencou obras que se tornaram referências para a temática e que proporcionou um diálogo entre essas pesquisas, tais como, o historiador Almir Pita (1986), com estudos sobre instrumentos científicos; Margarida de Souza Neves e o caráter regional dos estudos do Rio como sede das exposições (NEVES, 1986); o trabalho de Foot Hardmann desperta a atenção para a ação do otimismo progressista junto à burguesia em formação (1988); a dissertação de Marcos Olender e a análise da modernidade e a prática burguesa (1992); Maria Inez Turazzi e a fotografia nas exposições (1995); Sandra Pesavento e as mostras universais do século XIX como espetáculos da modernidade (1997); a tese de Luís Werneck da Silva e as exposições na ótica capitalista (1992); Lilia Schwarcz e o capítulo dedicado aos eventos universais (1998); Heloísa Barbuy e a dimensão visual no certame de 1889 (1999); Heloisa Bertol Domingues e seu artigo sobre o intercâmbio científico e a participação do Brasil nos eventos (1999); Ana Maria Daou colocando a Amazônia no cenário da exposição de 1876 (2000); Kuhlmann e a abordagem sobre a questão pedagógica nas exposições (2001). Além disso, Heizer acrescentou informações sobre a participação do Ceará na exposição de Chicago (OLIVEIRA, 2003).” (DANTAS, 2012, p. 35 e 36)

¹⁶³ Formavam o Comitê Franco-Brasileiro: Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Cavalcant), Eduardo da Silva Prado, E. Lourdelet, Amédée Prince, Bacio de Albuquerque, Carlos Ferreira de Almeida, Eduardo Ferreira Cardozo, R. de Souza Dantas, Barão de Estrella, Raymond Benoist d'Etiveaud, Visconde de Figueiredo, A.

Os organizadores desses eventos eram membros de sociedades da indústria, do comércio, políticos e intelectuais que, através de comissões organizadas, idealizavam a participação de seus países, selecionando o que e como o material escolhido deveria ser exposto. Além disso, havia, como no caso brasileiro, as Secretarias de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1860; a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; o Museu Nacional, instituições que, por intermédio dos membros que integravam as comissões, tiveram um papel fundamental na organização desses eventos. (HEIZER, 2005, p. 28).

Figurando dentre os nomes que gozavam de prestígio e influência para participar das instâncias de decisão e deliberação que levariam à organização do pavilhão e da legação brasileira em Paris figurava o de Ladislau Netto. O reconhecimento alcançado na juventude e que o levou à direção do Museu, o conduziria, também, a um espaço de destaque dentre os responsáveis pela representação brasileira na Cidade Luz: tanto para a participação no Pavilhão do Brasil, quanto na Casa Inca. Em sua tese de doutorado a historiadora Regina Dantas dedicou-se à análise da participação do Museu Nacional na Exposição de 1889 e partindo dos indícios existentes tanto na historiografia sobre o assunto quanto pelos vestígios presentes no acervo da Instituição, pode reconstruir a trajetória dessa atuação. Sua contribuição ao campo, assim como o lugar de fala que assume frente a historiografia, reside no fato de que percebe que a extensão da atuação do Museu extrapolou a representação nacional e estendeu-se à contribuição dos artefatos que compuseram o Pavilhão da Amazônia¹⁶⁴ – também referenciado em toda documentação francesa como *Casa Inca* (DANTAS, 2012). O espaço alcançado no plano internacional, assim como a figuração dentre os congêneres americanos e do Velho Continente, referendava e legitimava a produção da Instituição, assim como o seu crivo de científica. Ao mundo contemporâneo, se faltava ao país o desenvolvimento da tecnologia fabril e o progresso era entendido como o desenvolvimento das lógicas agroexportadora, a natureza selvagem, o exotismo natural, a pluralidade de matizes, cores, texturas, sabores e a singularidade dos autóctones, seria a expressão o desenvolvimento possível; a concretização de uma fala projetada sobre o passado na edificação de um presente de idealizações.

Assim sendo, sob determinado prisma de análise, pode-se inferir que tanto a atuação do MN quanto a performance de Ladislau Netto são expressões do esboço que vinha sendo escrito desde o início da década de 70 quando assumiu, ainda que interinamente, a Instituição e que

Klingelhofer, E. Pector, Charles Pra, Frederico José de Santa-Anna Nery, Manoel Augusto Teixeira, Louis Dauvergne. Havia, ainda, uma Comissão Brasileira de Estudos, que contava com membros como o Barão do Rio Branco e Ladislau Netto, além das Comissões de Construção, de Publicidade, de Finanças e de Instalação. (BARBUY, 1996, p. 213)

¹⁶⁴ Tais artefatos compunham o acervo do Museu Nacional e de outras instituições brasileiras como o Museu Paraense. Em recente trabalho Nelson Sanjad dedica um capítulo de seu livro (Confisco do acervo do Museu Paraense pelo Museu Nacional) para tratar da apropriação feita por Ladislau aos acervos que pertenciam à Instituição do Pará e que após empréstimo ao MN não retornaram a sua origem (SANJAD, 2010).

ganhou corpo com as reformas iniciadas naquela década. O botânico por especialização entregava-se à antropologia e essa passava a figurar como grande expressão da atuação do Museu ao final do oitocentos¹⁶⁵. Contudo, as transformações vividas no cenário político brasileiro alterariam a trajetória das práticas científicas desenvolvidas no país.

4.3 O Imperador está nu

A nova roupa do Imperador é o nome dado à versão latina do conto do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen (publicado originalmente em 1837), narra a história de um malfeitor que fugindo de outro reino resolveu esconder-se em novas terras passando-se por alfaiate; conquista a confiança de todos, até a do próprio Rei, a ponto de enganá-lo. A história sintetizada por Andersen é uma plena alegoria das dinastias que atravessaram a era das insurreições burguesas que levaram à construção do mundo republicano ocidental do novecentos: ao sabor das revoluções a aura de sua ostentação beirava o escárnio. Afinal, o que proclamavam as grandes Exposições para além do progresso teleológico amalgamado ao republicanismo? Apesar de possível simbiose em experiências próprias, como é o caso britânico no qual o liberalismo moldou a monarquia, reservando-lhes o distinto espaço de alegoria perdulária. Na era dos regicídios, os fins dos domínios dinásticos apresentariam contornos bem próprios.

¹⁶⁵ Um exemplo que ilustra tal inclinação envolve o caso dos *Dragão do Mar*: antes da abolição final da escravatura a província do Ceará libertou os escravos em 1884. Tal fato deveu-se ao protagonismo exercido pelos jangadeiro que se negaram a realizar o transporte de cativos para o continente sobre a liderança de Francisco José do Nascimento, popularmente conhecido como Chico da Matilde. A embarcação do *Dragão do Mar, trasladada ao Rio de Janeiro*, foi oferecida pela Confederação Abolicionista ao Museu Nacional. Em meio a um quiproquó que envolvia o MACOP e o Arsenal de Guerra, declarou o então diretor do Museu “a razão em que me baseou com verdadeira satisfação receber semelhante presente (...) é a seguinte: A jangada brasileira, que muito se aproxima da balsa dos índios primitivos de Guayaquil, e de alguns dos afluentes do Alto Amazonas, ou ainda dos Caraíbas, era a única embarcação de que podiam se servir aos índios que habitavam o litoral brasileiro compreendido entre abrolhos e o Cabo de S. Roque E o motivo disso é que toda aquela extensa seção da nossa costa tem como antemural pelo lado do mar e nalguns pontos, a muitas milhas dos largos e extensos limites de recifes que nenhuma outra embarcação permitiriam lhes singrasse as cercanias (...) É verdade que trazia o aludido batel a particularidade de haver iniciado um movimento mais célere na causa da emancipação do elemento que serviu no Brasil, e que a este feliz acontecimento me referi na carta que pouco antes havia escrito ao presidente da Sociedade Abolicionista Cearense e entreguei como resposta as palavras que a frente de mais de duas mil pessoas me dirigiu aquele cavalheiro (...) No que diz respeito a jangada continuo a pensar que o duplo interesse, que a ela assim se prende, tresdobra-lhe o valor, motivo pelo qual ainda que não haja no Museu espaço onde me seja possível guarda-la entendo que é objeto de alta importância para a etnografia e mais tarde para a história do país” Registro de Avisos e Ofícios livro nº 8. Ofício dando as razões em que se baseou a Diretoria Geral para aceitar a jangada trazida a esta corte pelo cearense Francisco do Nascimento. 20 de maio de 1884, folhas 125 verso e 126. Busca Netto legitimidade para sua argumentação no registro das práticas, e registra seu domínio e conhecimento das mesmas, para convencer as estâncias burocráticas superiores que seu gesto não estava marcado por uma ou outra posição política ou simpatia pela causa abolicionista, mas que deveria aproveitar aquele momento para engrossar as coleções do Museu Nacional, que deveria ser o lugar de guarda daquele objetivo enquanto registro para as futuras gerações.

Como discutido anteriormente, o processo de ruptura dos enlaces republicanos foi antes um projeto de manutenções e continuidades do que de quebras e inversões paradigmáticos. Frente a propostas mais liberalizantes, federalizantes e de marca constitucional venceu o modelo centralista expresso pela Constituição de 1824 e seus elementos de conservação. Seja durante o reinado do primeiro Pedro, assim com o do Segundo, as marcas do tradicionalismo aristocrático fizeram-se presentes e esforçaram-se na manutenção dos alicerces que mantinham vivas as suas estruturas. A tríade escravidão, estado confessional e agroexportação mantinham unidas as expressões do domínio tradicional das elites. Bem, ao menos é que se pode observar até os anos sessenta do século XIX. Como aqui já, também, foi discutido, a emergência da década de 70 fez com que proposta modernizadoras e reformistas estendem-se seus alcances para o cenário político brasileiro. Da Corte brotavam novidades, da rua do Ouvidor – seu epicentro cultural – as mais recentes novidades francesas, inglesas, germânicas, ditavam os ares de modernidade que conviviam com aspirações emancipacionistas, republicanas e revolucionárias.

As ondas modernizantes que acompanharam a ascensão da geração de 1870 acabaram por acarretar profundas alterações no quadro institucional brasileiro. O avanço das ideias republicanas, federalistas e emancipacionistas acompanhavam o curso dos projetos que ainda se entrelaçavam profundamente com as estruturas aristocráticas. Percorrendo a trajetória dos eventos anteriormente elucidados, da construção de periódicos à organização e participação em exposições nacionais e internacionais, acumulara a Direção do MN inúmeros elementos que a projetavam, em legitimidade e reconhecimento, nos planos nacionais e internacionais, e alcançavam no campo científico e político visibilidade. Um singular momento na história Institucional: a curva de maior projeção alcançada em sua trajetória encontra o ocaso das estruturas que possibilitaram tal realidade: os quadros aristocráticos do Império.

monarca: ludibria-o ao oferecer um tecido que somente as pessoas inteligentes poderiam ver. Frente ao monarca absolutamente nu, todos do reino, sobretudo os da nobreza, passaram de pronto a elogiar as sutilezas dos contornos e formas de tão única beleza. Tudo isso até que uma criança, embebida de toda a sua pureza e indiscrição, rompeu a atenção de todos, apontando para o fato do monarca apresentar-se em pelo – a risada contagia

O ano do centenário da Revolução Francesa seria marcado não somente pelos eventos que caracterizariam as comemorações de tal efeméride: do outro lado do Atlântico eventos políticos acabariam por destronar o último dos monarcas americanos. Os movimentos que levaram ao 15 de novembro de 1889, monumento eleito como símbolo de fundação do golpe que instituiu o regime republicano no Brasil, foram protagonizados por grupos e instituições

que gradativamente foram afastando-se do epicentro de controle de poder político exercido pela força constituída pelos entes fundadores da monarquia no país: um íntimo desejo das classes dirigentes de promoverem rearranjos nos quadros gerais sem alterações dos quadros sociopolíticos e econômicos.

A abolição da escravatura em 1888¹⁶⁶ fez ranger por completo os alicerces que sustentam os Bragança no poder enquanto alguns segmentos já costuravam os acordos que floresceriam tão logo o velho Habsburgo não estivesse mais em atuação. Apesar das articulações monarquistas, mesmo as que articulavam nomes para além do da herdeira direta, a força da resignação crescente no Exército desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança, combinado com as republicanas mais liberais protagonizadas pela burguesia cafeeira paulista, além, obviamente, do ressentimento dos proprietários afetados pelo 13 de maio, tornaram possível o sucesso da quartelada, cuja liderança entregue ao fantasma da guerra – Deodoro da Fonseca, asfixiou o regime monárquico no país, como tem-se em

Em novembro de 1889 o monarca perdia a coroa, o cetro e o trono. Entorpecido pelos acontecimentos poucos pedidos foram feitos pelo último dos Bragança a governar o Brasil, após aceitar a inviabilidade de conter o movimento republicano. Dentre o pequeno espaço que ainda restava para exigências encontram-se os pedidos de distribuição de suas coleções particulares entre os institutos, que escolhera D. Pedro II, com o nome de Coleção Teresa Cristina, a, então, ex-Imperatriz. Em parcialidade tal pedido foi cumprido e o IHGB, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e outros congêneres foram agraciados com essa última benfeitoria imperial. Outro pedido, o de junto com a sua família, de não deixarem o Brasil às escuras, podendo parecer uma fuga não foi atendido. O governo provisório não poderia dar atenção a devaneios do antigo governante. Na madrugada do dia 17 de novembro uma lancha do arsenal da Marinha levava a família e o ex-Imperador a bordo do cruzador Parnaíba de onde prosseguiram até Ilha Grande para embarcarem no vapor Alagoas. (SILVA, 2012, p. 114)

Com a partida de D. Pedro II e da Família Imperial para o exílio,¹⁶⁷ rompiam-se os laços que durante quase 7 décadas ditaram a vida política e administrativa brasileira. Não se pode, contudo, alimentar a impressão de que com o afastamento do já senil governante toda a estrutura administrativa ruiria por completo, mas é necessário compreender que diante quadros de

¹⁶⁶ Um dos mais brilhantes observadores do século XIX foi Machado de Assis (1839-1908). Figura de importância para a literatura nacional ocupava, como tantos escritores e intelectuais em seu tempo, lugar na máquina pública e não curiosamente em seu último romance publicado em vida, *Esaú e Jacó*, faz referência a tal realidade. Em *Tabuleta Nova*, em um diálogo entre os personagens Custódio e o Conselheiro Aires dialogam sobre a placa de um estabelecimento na qual pintaram “Confeitaria do Império” dias antes da proclamação. Em meio à incertezas sobre o que substituiria a inscrição tal nomeação em tempos de incertezas.

¹⁶⁷ “Proclamada a República e tendo de retirar-se do país a ex-família imperial, cumpria ao Governo Provisório, como representante da soberania nacional, e supremo garantidor da ordem social, não só entrar na posse dos bens pertencentes ao Estado, como ainda acautelar as propriedades particulares do ex-chefe da nação e da sua família. (...) De acordo com o pensamento do Governo Provisório, que sabiamente resolveu aceitar todos os elementos bons que quizessem prestar à nossa Pátria o concurso de suas actividades, por isso que não havia vencedores nem vencidos, organizou aquelle superentendente o serviço de administração da Quinta com parte do mesmo pessoal, que encontrou, da extincta Casa Imperial” Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro do Estado dos Negócios do Interior João Barbalho Uchoa Cavalcanti em maio de 1891. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2304/contents.html>. Acesso em 26 jun 2016

transição desta magnitude guardam elementos de continuidades e por esvaziamentos. A estrutura que viria sobrepor-se à do Estado Monárquico usá-lo-iam como arcabouço, mas é importante lembrar que os mesmos mecanismos que garantiam protagonismos e privilégios no regime anterior, não necessariamente manter-se-iam no seguinte.

A entropia desagregadora que acompanha a edificação da república no país é, para além das disputas próprias por protagonismo e organização tão comuns às vacâncias de poder, por um grande esforço de afastamento dos elementos que compunham o, já defunto, poder anteriormente instituído; a questão é que não se esquece, ou se apaga, uma experiência política que responsável pela manutenção de tantos signos tradicionais, constituídos desde a experiência colonial portuguesa. O ideal republicano na América, desde o processo de libertação das 13 Colônias, foi-se constituindo entorno das imagens de desenvolvimento, progresso, evolução, palavras tão em voga nos tempos do cetro e coroa, mas que seriam ressignificados e rearranjados no quadro presente.

Apesar de sua raiz aristocrática e escravagista, do conservadorismo do legislativo e da centralidade Imperial, experimentada nos atos despóticos de Pedro I e nas ingerências e controles de seu filho, ainda mantinham uma aura popular de simpatias, mesmo no epicentro do novo governo, a capital da República, o município do Rio de Janeiro. O antigo regime, assim como a imagem do velho Imperador, carregava uma grande força agregadora e mobilizador que os anos iniciais da Primeira República não alcançaria. Cruzando pelas suas ruas, avenidas, passeios, logradouros e demais espaços de convivência pública, era possível observar as ranhuras do tempo nos nomes das vias, estabelecimentos comerciais, officinas e de demais naturezas que a monarquia ainda deixava suas marcas¹⁶⁸. Como afirma Carvalho

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século.

Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários. (CARVALHO, 1990, p. 9)

¹⁶⁸ Um dos mais brilhantes observadores do século XIX foi Machado de Assis (1839-1908). Figura de importância para a literatura nacional ocupava, como tantos escritores e intelectuais em seu tempo, lugar na máquina pública e não curiosamente em seu último romance publicado em vida, *Esau e Jacó*, faz referência a tal realidade. Em *Tabuleta Nova*, em um diálogo entre os personagens Custódio e o Conselheiro Aires dialogam sobre a placa de um estabelecimento na qual pintaram “Confeitaria do Império” dias antes da proclamação. Em meio à incertezas sobre o que substituiria a inscrição tal nomeação em tempos de incertezas.

Um embate simbólico travar-se-ia como inevitável: se o advento do republicanismo não fora acompanhado das agitações populares e das contendidas bélicas que poderiam ostracizá-lo. A memória, nesse sentido, apresenta-se como alimento possível, chave de acesso e constituição do passado a partir das experiências do presente que o constitui e o torna elementar: o conceitua, organiza, festeja (HALBWACHS, 1990). Enquanto os bens que não foram levados pela família eram leiloados os imóveis que a ela pertenciam seriam ocupados e ressignificados. Em especial o Palácio de São Cristóvão.

Em sua dissertação de mestrado, *A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional* (DANTAS, 2007), a historiadora Regina Dantas dedicou-se ao estudo do Palácio de São Cristóvão enquanto lugar na fala e sustentação das simbologias monárquicas, compreendendo as funções – públicas e privadas – que recaíam sobre o espaço. Assemelhando-se aos seus congêneres do Velho Mundo o palácio, além de residência, era um espaço polivalente pois para além dos caminhos próprios da intimidade da vida das figuras imperiais¹⁶⁹, guardava o sentido de vitrine: ao receber seus visitantes era comum que o último monarca do Império conduzisse seus convidados pelo seu museu particular, que se situava no primeiro piso da edificação. Mais do que um simples gabinete de curiosidades, tão comum entre os reinantes desde a emergência da ilustração, o espaço dotado de concepção expositiva e tomada por um intento narrativo-didático, podiam ser compreendidos enquanto um esforço do monarca em aproximar-se da imagem que acabou por consagrar uma certa memória construída sobre o mesmo durante o século XX: a de um governante ilustrado. Isso sem contar com o entorno ao parque, cujas linhas desenhadas por Auguste Glaziou (1828-1906)¹⁷⁰, circundavam o Palácio: o bairro de São Cristóvão guardava íntimas raízes com os segmentos aristocráticos, sendo presentes os casarões e palacetes, como é o caso do palácio que pertenceu à Marquesa de Santos, D^a Domitila de Castro, afamada amante de D. Pedro I e cortesã da Imperatriz Leopoldina.

Espaço de distinção na representação e constituição simbólica para o Império, o antigo casarão colonial transformado em residência real nos tempos de D. João VI tornara-se, durante a regência de seu neto, um símbolo encorpado do regime monárquico. Das referências

¹⁶⁹ “(...) por certo teve momentos de maior e menor cuidado, mas o prédio propriamente dito parecia inabalável. No decorrer de sete décadas, e pelas mãos de três gerações, a monarquia foi transformando sua habitação mais privada numa visível representação simbólica: cada vez mais imponente, sólida e grandiosa.” (SCHWARCZ, 1998, p. 219)

¹⁷⁰ Botânico e paisagista de renome que atuou no Brasil durante o século XIX, chegou no Rio de Janeiro em 1858 e ocupou importantes cargos na administração imperial, tais como o de Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial e Inspetor dos Jardins Municipais, além de integrar a Associação Brasileira de Aclimação. Sua relação de pertencimento aos círculos aristocráticos, assim como o prestígio alcançado junto a elite imperial – incluindo aí o próprio D. Pedro II com quem mantinha uma relação de amizade, garantiu seu exercício enquanto homem das ciências e do paisagismo, atuando nesses campos até o seu retorno à França, em 1897.

neoclássicas aos elementos da riqueza nacional, os ramos de café e fumo, seus salões, corredores e paredes guardavam os segredos e silêncios monárquicos que permaneceriam inauditos. A residência de príncipes e princesas passaria ao serviço de outros intentos: sediaria a constituinte que construiria o texto fundador e organizador do novo regime.

Enquanto capital, o Rio de Janeiro era uma cidade moldada pelas funções que exercia em finais do século XIX: enquanto sede administrativa da nascente república possuía inúmeros edifícios com funções públicas que poderiam receber o conjunto de representantes que ficariam responsáveis pela produção do texto constitucional que organizaria o novo regime. Nas áreas centrais da cidade, do entorno do Morro do Castelo, passando pelo antigo Largo do Paço, e demais logradouros, não faltavam espaços capazes de receber a Constituinte. A escolha, contudo, seria permeada de simbolismos.

Recém empossado o novo governo, composto por Benjamin Constant (ministro da Guerra), Eduardo Wandenkolk (ministro da Marinha), Aristides Lobo (ministro do Interior), Rui Barbosa (ministro da Fazenda e interinamente da Justiça, até a posse do paulista Manuel Ferraz de Campos Sales, que só ocorreria no dia 18) e Quintino Bocaiúva (ministro das Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto Demétrio Ribeiro não chegasse do Rio Grande do Sul e tomasse posse em 7 de dezembro, deu-se início a organização dos termos e dispositivos para dar início aos trabalhos referentes à nova constituição pelo decreto de 3 de dezembro de 1889, nomeando a o grupo que ficaria conhecido como Comissão Petrópolis Reunidos na cidade da residência de verão dos ex-monarcas, a Comissão passou a elaborar os anteprojetos que seriam apresentados à constituinte que realizaria os seus trabalhos, contando com 205 deputados e 63 senadores responsáveis, entre 15 de novembro de 1890, que encerra seus trabalhos em 26 de fevereiro de 1891, já no Palácio de São Cristóvão . Curiosamente, o arquiteto contratado para a ambientação dos salões para a realização das reuniões foi Bethencourt da Silva, que prestou serviços à Casa Imperial.

Após a partida de D. Pedro II para o exílio o espaço já havia sediado os leilões dos bens que pertenceram aos Bragança e ficaram depositados em suas propriedades e havia passado por depredações e descaracterizações, além de ainda guardarem objetos que não haviam sido arrematados, ou que nem teriam entrado dentre os lotes. Isso dá-se pelo fato de que nem todos os itens deixados receberiam o mesmo tratamento. Um dos últimos pedidos do velho Monarca foi que suas coleções científicas e livros componentes de sua biblioteca fossem oferecidos às principais instituições na Corte que poderiam ser lugar de guarda adequado para os mesmos. Como ilustra a Gazeta de Notícias, em 3 de setembro de 1891

Dado o generoso oferecimento feito pelo Sr. D. Pedro de Alcantara, dos tesouros de sua biblioteca e do seu museu a alguns dos nossos estabelecimentos públicos, conviria que tudo tivesse o destino mais adequado. Á vista das intenções do doador, que são claras e positivas a certo respeito, os livros e manuscritos relativos á Historia da America devem ser entregues ao Instituto Historico e os mais á Bibliotheca Nacional; as collecções de historia natural e arqueologia irão para o Museu. Até que muito bem. Diz-se agora, porém, que as moedas e medalhas, em numero superior a 2,000, serão entregues ao Museu Nacional, e as gravuras á Escola de Bellas-Artes. Parece-nos que tanto umas como outras deveriam ser destinadas á Bibliotheca, porque medalhas e moedas, na qualidade de documentos históricos, não têm o menor cabimento em um museu de historia natural; e gravuras, que são em grande parte documentos da mesma natureza, só tem logar apropriado na já opulenta secção de estampas da nossa Bibliotheca Nacional, que, como todos sabem, foi organizada desde 1876. O argumento tirado da circumstancia de existir já uma collecção numismática no Museu não procede: 1º, porque a Bibliotheca também a possui; 2º, porque isso provaria, quando muito, a necessidade de aliviar aquella repartição de um gênero de trabalhos tão alheio aos seus fins. Cada cousa em seu logar. Quanto ás gravuras, somos de parecer, que, á vista do bello exemplo de Londres e Pariz, ellas têm a sua devida colocação em uma biblioteca. A escola de Bellas-Artes collecciona os quadros, os desenhos originaes, as chapas, se quiser. Dirigimos esta observação a quem de direito e sem vislumbre sequer de preferencias por este ou por aquelle estabelecimento. O que pretendemos simplesmente, é que todos esses objetos tenham o destino mais adequado, e possam, portanto, servir com proveito mais directo á instrucção do povo.¹⁷¹

4.3.1 Um museu de malas prontas

As alterações vivenciadas no calor dos eventos que representavam a complexidade da transição política entre os sistemas monárquico e republicano no Brasil reverberou em todo o quadro administrativo brasileiro, e claro, nas unidades vinculadas ao Estado e mais do que isso, ao antigo governo. O cargo que era então ocupado por Ladislau Netto, mais do que reflexo da sua atuação enquanto cientista e administrador era fruto das interrelações constituídas no seio do teatro imperial, como anteriormente já foi tratado nesse capítulo, e claro que os círculos de poder haviam alterado os seus lugares e pertencimentos frente a transição que se afirmava. Polivalente, o então Diretor do Museu Nacional, e todo o seu Conselho, farão uso dos elementos presentes no jogo político a seu favor, e da Instituição no alcance do possível; os impactos, contudo, abalarão as estruturas institucionais.

Após a última organização, realizada pelo decreto nº 9942 de 25 de abril de 1888¹⁷², apresentava-se dividido em 4 sessões, 1ª Zoologia, anatomia e embriologia comparada; 2ª Botânica, 3ª Mineralogia, geologia e paleontologia; 4ª Antropologia, etnologia e arqueologia, chefiadas por João Baptista de Lacerda, Ladislau Netto, Orville Derby e, interinamente, o próprio Diretor do MN. Instalado no mesmo edifício do Campo de Santana era

¹⁷¹ Gazeta de Notícias, 3 de setembro de 1891. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 20/04/2016.

¹⁷² Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9942-25-abril-1888-542562-publicacaooriginal-51726-pe.html>. Acesso em 25/08/2017.

composto por 9 salões do pavimento superior, duas salas servindo de biblioteca e doze salões no pavimento inferior, para além dos gabinetes de pesquisa. Ocupavam o segundo pavimento dois salões pela sessão de botânica, três pela de etnologia e quatro pelo de mineralogia¹⁷³.

Ao observar a documentação administrativa do Museu nos dias que se sucedem após o golpe extinguiu a monarquia no país, a aparente normalidade não reflete, contudo, o cenário que se seguiria. No dia seguinte à quartelada, um aviso remetido pelo MACOP comunica sobre a indicação do *cidadão* Quintino Bocaiúva para o lugar de ministro¹⁷⁴. Dois dias depois, é expedido ofício requisitando aparelhos e pessoal para que sejam baixadas as armas do Império que encimava o frontão do edifício¹⁷⁵. Assim como no capítulo do romance de Machado de Assis as *tabuletas* deveriam acompanhar a sucessão dos eventos presentes e novas demandas acabam por se tornar mais evidentes.

No primeiro encontro do Conselho Diretor realizado após os eventos que envolveram o dia 15 de novembro, realizado quatro dias após a queda da monarquia, segundo as anotações de seus registros, seguiu a normativa estabelecida para o seu funcionamento: sequência de avisos, ordens e expedições, que incluía a comunicação da posse do novo responsável pelo ministério, e em meio a isso a recomendação de João Batista de Lacerda, que então presidia a sessão, para que fossem enviadas felicitações ao novo ministro. Nada mais coerente com a lógica da construção das empatias em meio administrativo e ponto presente na afirmação das hierarquias¹⁷⁶.

Estratégias de permanência, contudo, começariam a ficar mais claras nas reuniões seguintes. É indubitável que certa temeridade circundasse o funcionamento do MN. Apesar da expressa vinculação aos ideais de progresso e desenvolvimento, presentes desde o republicanismo mais positivista ao liberalismo mais federalista, não estavam as instituições do

¹⁷³ Almanak Laemert, p. 1627 e ss. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1889/00001452.html>. Acesso em 20/08/2017

¹⁷⁴ Grifo nosso. O documento, de ordem administrativa e de caráter objetivo coloca em uso uma forma de tratamento pouco usual em tempos de Império para referir-se a figura que assumira o lugar de ministro: cidadão. Termo que, carregado de sentidos, expressa a preocupação em afastar-se dos signos e sentidos do regime anterior. A marca desse presente é a do afastamento. BR.MN.MN.DR.AO, CO.4289 (16/11/1889).

¹⁷⁵ BR.MN.MN.DR.CD.03/ f.122v (18/11/1889).

¹⁷⁶ Tal posicionamento do Conselho Diretor é perceptível em outros eventos, como na ocasião do atentado a tiros sofrido pelo Imperador no dia 16 de julho, meses antes de ser afastado do poder. Com tintas de reprovação ao ocorrido, assim posicionavam-se seus membros “O Conselho Diretor do Museu Nacional profundamente impressionado perante o desacato contra a augusta [riscado] pessoa de S. M. o Imperador da sua Augusta Família, que sempre foram dignos da [ilegível] estima e da mais alta veneração de todos os brasileiros, lavra solemne protesto contra semelhante acto de desvario, e resolve ir incorporado levar as suas felicitações e o testemunho da sua mais acendrada dedicação à Augusta Pessoa do Monarcha. Sala das sessões do Conselho Diretor do Museu Nacional, 17 de julho de 1889”. BR. MN. MN. DR. AO CO. 4248 (17/7/1889). Pode-se perceber que as felicitações ao novo ministro, como a reprovação ao atentado, estão no mesmo campo da construção de boas relações na ordem administrativa-hierárquica.

período anterior salvaguardadas do esvaziamento. A atuação do Estado monárquico era interpretada inúmeras vezes como expressão plena de sua face perdulária, incluindo aí a promoção das ciências e da artes. Como na Passárgada de Manuel Bandeira ser *amigo do rei* ofertava seus privilégios e agora passaria a cobrar seu preço. O MN apresentava, da sua fundação aos nomes que compunham o seu corpo burocrático e científico, íntima ligação com as esferas aristocráticas, como aqui já foi reincidentemente debatido e agora deveria procurar lugar no novo cenário que se colocava. Realizada em 10 de novembro de 1889 a segunda reunião do CD, apresenta dentre as ordens, avisos e ofícios recebidos e expedidos consta um pedido de permissão para que fosse remetida à antiga IABA uma estátua do ex-Imperador, por se tratar de um *artista nacional*. Frente as decisões do novo governo, livrar-se das marcas do anterior poderia ser entendido como um gesto de lealdade ou registro da afirmação de uma posição de submissão. Perceba-se que a opção do descarte foi colocada de lado frente o envio a um órgão que seria o espaço competente para a sua guarda. A estátua acabaria por chegar ao seu destino final, deteriorada, em janeiro seguinte¹⁷⁷.

Emerge um processo de (re)significação de objetos, funções e espaços, que passaram por um quadro de recolocação frente ao surgimento das novas demandas. A destinação dada a representação de D. Pedro II deixa claro que não haveria espaço naquela Instituição para intentos que não estivessem contidos na expressão e classificação das ciências. Sem desconsiderar a importância e relevância das expressões artísticas, a outro museu recairia a responsabilidade de sua guarda. Frente ao claro intento do regime republicano em edificar o seu panteão de signos, ou seja, de sua intencionalidade em apagar as marcas da memória monárquica presentes, era necessário submeter e ocupar seus espaços de institucionalização. Essa caracterização dá-se pela necessidade, urgente, de dar mostras de solidez. Simultaneamente, construir-se-ia por parte da direção do Museu uma outra estratégia: frente aos esforços de afastamento do fantasma da monarquia, o MN poderia encontrar lugar em novos projetos e uma questão definitiva era a locação da Instituição.

¹⁷⁷ BR. MN. MN.DR.CD. 03/f.123 e BR. MN. MN. DR.CD. 03/f.124 v e 127. Em aviso do dia 26 de dezembro daquele ano a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas trataria de evento semelhante, ao remeter à Direção do MN dez exemplares da Bandeira dos Estados Unidos do Brasil para a distribuição que considerar conveniente. No palco das disputas simbólicas deveriam estar expostos os signos do novo regime. O anexo do aviso, que é assinado pelo secretário Joaquim Maria Machado de Assis, contém uma reprodução do pavilhão republicano – A bandeira republicana foi adotada em 19 de novembro de 1889 e segundo recomenda o decreto nº 4 tem por base um retângulo verde com um losango amarelo no qual se inscreve um círculo azul, atravessado por um dístico branco, com o lema positivista Ordem e Progresso em letras verdes e, ainda, vinte e uma estrelas na cor branca, sendo 20 na parte inferior e uma na parte superior do círculo BR. MN. MN. DR. CO, AO. 4302 (26/12/1889)

Não eram novidades as reclamações acerca dos problemas estruturais do edifício que sediava a o Museu Nacional. Não seria rematado exagero dizer que das características que o marcaram durante o século XIX essa seria a mais expressiva. Presente nos relatórios ministeriais, nas atas do CD, na imprensa da Corte, por todos os lados haviam indícios de uma certa saturação das condições de acondicionamento das exposições e de funcionamento dos seus gabinetes de pesquisa, o que por hora parece ser mais uma sina do que uma situação atípica. E em meio a tantos espaços que poderiam ser ocupados pelo MN uma destacava-se no cenário de interesses: o Palácio de São Cristóvão.

Audacioso o projeto, indiscutível. A residência oficial da última monarquia americana era, ao final do século XIX, uma expressiva construção que contava com três andares, biblioteca, museu, capela, salões, salas, quartos e gabinetes que poderiam receber com conforto em suas instalações o Museu, resolvendo uma questão de décadas. Apesar de seus congêneres europeus serem mais suntuosos, tanto em tamanho quanto em forma e material, o Palácio de São Cristóvão, ainda assim, era um espaço de distinção em meio à Corte. Quando o Rio de Janeiro se torna a capital da República, as coisas começam a mudar de figura.

Quando D. João chegou a cidade a área urbana não ultrapassava a região que é hoje conhecida como Central do Brasil. Espremida entre o mar e as montanhas, a cidade cresceu significativamente durante o século XIX e o bairro de São Cristóvão, no qual se localizava a residência dos Bragança, como aqui já afirmado anteriormente, tornou-se uma região nobiliárquica. A *quinta* na qual se instalara a antiga residência de Elias Antônio Lopes (KHALAB, 2002, p. 19), oferecia uma ótima visão da Baía de Guanabara e do Maciço da Tijuca, próxima ao mar e dos caminhos que levavam à vida no coração da Corte. Durante a consolidação do regime republicano o espaço passou por uma profunda transformação. A imigração portuguesa, característica do entorno, passaria a conviver, entre a última década do oitocentos e as iniciais do novecentos, com uma atividade fabril cada vez mais intensa, assim como com o fluxo advindo da expansão do Porto com os aterramentos provenientes do desmonte do Morro do Senado. A expansão dessas atividades acabaria por transformar os fluxos e vivências do bairro. Esse processo, contudo, tão comum nas trajetórias de ocupação das cidades, guardaria características especiais.

Mesmo antes da realização dos leilões e da constituinte, o CD iniciaria uma intensa negociação visando a transferência para São Cristóvão. Em registros de ata da reunião do dia 10 de dezembro de 1889, ou seja, menos de um mês de iniciada a transição de regimes, assim pronunciavam-se os seus membros

Snr. Ministro. Os abaixo assignados, Director interino do Museu Nacional, Directores e sub-Directores de Secção do mesmo Museu, vêm solicitar a vossa valiosa interferência junto ao Governo Provisório, a fim de ser removido para o Palácio da Bôa – Vista em S. Christovão, onde teve residência o ex-Imperador. (...) Sabemos que já foi esta idéia aventada em conferência de Ministros, e fácil é mostrar que ella atende a muitas conveniências e interesses do Estado. (...) O actual edificio do Museu tornou-se com o volver dos tempos demasiado acanhado para nelle se accomodarem as nossas colecções de objectos de historia natural, as quaes obedecendo à lei do progresso, crescem por assim dizer todos os dias. Seria na verdade para lastimar que esta importante instituição nacional destinada a desafiar o gosto pelo estudo das sciencias naturaes neste paiz, a impulsionar a sciência e a offerecer a admiração do estrangeiro uma cópia fiel das riquezas naturaes, com que a Providência dotou este abençoado torrão, ficasse peada em seu desenvolvimento e progresso por effeito de condições, que um Governo patriótico poderia facilmente remover. (...) Permitti, Snr. Ministro, lembrar-vos que a construcção de novo edificio destinado ao Museu importaria importância em somma avultada; accrescendo ainda que não seria fácil encontrar nesta capital edificio mais apropriado a esse fim e melhor localizado do que o palácio de S. Christovão (...) De outro lado deve-se attender a que, effectuada a remoção do Museu para alli, ficará disponível um vasto edificio, qual é aquelle que esta actualmente o Museu, e que pela sua vastidão e bôa collocação presta-se perfeitamente a servir de Palácio da Justiça ou ter outro destino congênere. (...) Os abaixo assignados confiam muito no patriotismo e nas elevadas intenções de actual Ministro da Agricultura para esperarem uma bôa resolução do Governo Provisório¹⁷⁸

O texto, que apresenta argumentação objetiva e permeada por um tom apelativo em toda a sua extensão, é apresenta a clara intencionalidade da Instituição: frente às possibilidades abertas em decorrências dos acontecimentos políticos, iniciar um novo ciclo para as atividades desenvolvidas pela mesma. São apontados os elementos orçamentários, as questões técnicas, e as de interesse imediato. A recusa não tardaria.

Em aviso expedido no dia 22 de março de 1890, quase três meses da apelação inicial, são feitas alegações para a negativa da transferência, sob alegações orçamentarias: a falta de verbas no orçamento previsto impediria a realização da transposição defendida pela Direção do MN. Oferece como alento a possibilidade de comunicação do caráter de urgência, na qual seriam analisadas as defesas apresentadas¹⁷⁹. A negativa do governo não seria o único golpe que se abateria sobre o Museu¹⁸⁰.

Tabela 6: Seções do Museu Nacional - Regulamento de 1890

1ª. SEÇÃO	ZOOLOGIA, ANATOMIA E EMBRIOLOGIA COMPARADA
2ª. SEÇÃO	BOTÂNICA

¹⁷⁸ Assinam o documento João Baptista de Lacerda, Orville A. Derby, Francisco José de Freitas e Emílio Augusto Goeldi.

¹⁷⁹ BR. MN. MN. DR.CD. 03 f.129. Essa seria a primeira de muitas negativas. Em nova insistência junto ao Governo, em 31 de março foram apresentados argumentos sobre a conveniência de tal empreitada, não recebendo, contudo, nenhuma resposta favorável. BR. MN. MN. DR.CD. 03 f.130

¹⁸⁰ Nesse ano de 1890 houve uma mudança na jurisdição da Instituição. Se antes esteve ligada ao MACOP e seria integrado ao Ministério dos Negócios, Instrução Pública Correios e Telégrafos.

3ª. SEÇÃO

MINERALOGIA

4ª SEÇÃO

ANTROPOLOGIA, ETNOLOGIA E ARQUEOLOGIA

LABORATÓRIO DE QUÍMICA VEGETAL

LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA
AGRÍCOLA

LABORATÓRIO DE FITOPATOLOGIA

 Fonte: LARMERT, Almanak. Typographia Laemert, 1844-1899.

A mudança dos setores dirigentes ministeriais promoveria alterações nos projetos e nas estruturas funcionais dos institutos e centros ligados a ele. No caso específico do Museu Nacional as mudanças propostas viriam pela comunicação feita, em abril de 1890, informando acerca da *impossibilidade* da renovação dos contratos dos naturalistas Orville A. Derby e Emilio Augusto Goeldi (1859-1917) e sua manutenção nos quadros científicos da Instituição, apresentando argumentos de natureza orçamentária para a sustentação do afastamento dos mesmos. Nesse momento, ocupavam os mesmos, os lugares de diretor da 3ª Seção e subdiretor da 1ª Seção¹⁸¹. Derby e Goeldi eram dois dos mais ativos cientistas estrangeiros que atuavam no Brasil ao final do oitocentos; ambos participaram de projetos do Estado Imperial contribuindo, junto a outros nomes, para o desenvolvimento das práticas científicas no Brasil até aquele momento. O seu afastamento dos quadros do Museu deve ser entendido, para além da argumentação apresentada pelo governo, como expressão das mudanças de projeção que acompanhariam a montagem do emergente regime. A favor dos naturalistas pesavam toda a contribuição intelectual oferecida pelo seu trabalho, assim como o prestígio alcançado junto as elites, intelectuais e dirigentes, no período imperial, o que também pode ser entendido como um elemento que também pode ser apresentado contra os mesmos. O pertencimento aos círculos

¹⁸¹ BR. MN. MN. DR.CD. 03 f.132 v. Discípulo de Charles Frederick Hartt, Derby, substitui-o nas atividades relacionadas ao desenvolvimento da geologia no MN. Atuou junto à reorganização das coleções mineralógicas e paleontológicas, sendo muitos itens advindos das coletas da extinta Comissão Geológica. Foi ainda responsável pelo envio de especialistas para diversos lugares do país para aumentarem em quantidade e qualidade o acervo da Seção. Estava ligado tanto ao ensino quanto à pesquisa, organizando laboratórios, gabinetes tanto para exibição e guarda, como para servir aos seus pareceres e análises utilizados nas instruções e aulas que dava. Goeldi ingressou no Museu Nacional por convite de Ladislau Neto em 1884, trabalhando à Seção de Zoologia, na qual desenvolveu um grande número de trabalhos ligados ao estudo de répteis, mamíferos, aves, insetos, aranhas e crustáceos. Juntamente com Derby e com Amaro Ferreira das Neves Armond, compôs a comissão que recebeu a incumbência de preparar as coleções que integraram a mostra preparatória para a Exposição Universal de Paris no ano de 1889. (SILVA, 2009, p. 53)

aristocráticos, e a confiança depositada pelo próprio Imperador, que garantiam prestígio e projeção do regime anterior, não necessariamente são entendidos enquanto virtudes durante a transição política que era vivenciada no cenário brasileiro naquele momento.

A escolha pelos estrangeiros não deve, contudo, ser observada sem atenção. A relação entre os residentes no país e o novo governo foi responsável por tensões na sociedade brasileira. Em fevereiro de 1890, meses antes da comunicação do afastamento dos mesmos, foi baixado o Decreto nº 200-A¹⁸², posteriormente ratificado pela Constituição de 1891, conhecido como a ordenança da *Grande Naturalização*, pois definia os termos e requisitos para a definição da cidadania e natureza do *brasileiro*. Previa que aos residentes estrangeiros no país que não se manifestassem num período de seis meses seria colocada a naturalização compulsória.

A perda dos dois cientistas, indubitavelmente, deixaria sequelas no funcionamento do Museu e o CD esforçou-se para promover a manutenção dos dois lentes em seus quadros. Para além da questão prática dos trabalhos realizados na Instituição, ou seja, o número de braços e mentes disponíveis para a produção científica perenes, perdiam-se dois dínamos significativos para a promoção das ciências no Brasil no oitocentos; a posição do Ministério, contudo, é irredutível. Em aviso do dia 23 é comunicado acerca das providências tomadas para o pagamento dos vencimentos e demais abonos previstos aos dois naturalistas; as apelações iriam, pelo menos, até junho daquele ano sem alteração da posição do Ministério¹⁸³. Derby seguiria prestando serviços a inúmeras instituições e comissões até cometer suicídio em 1915. Goeldi partiria para o Pará, tornando-se Diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, que posteriormente levaria o seu nome, até partir definitivamente para a Suíça, onde faleceria no ano de 1907, após um ataque cardíaco. Os problemas que recairiam sobre o Museu não se restringiriam ao desligamento dos dois cientistas. Incertezas com relação a alocação do edifício acompanhavam as reduções orçamentárias impostas pelo Ministério. A posição da Direção do MN manteve-se constante nas apelações para transferência, apesar das sequentes negativas das autarquias responsáveis¹⁸⁴.

¹⁸² Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18/08/2017. O decreto definia, além dos critérios para ser considerado cidadão brasileiro – os nascidos, filhos de pai e mãe e os naturalizados, assim como os critérios exigidos para a participação nos pleitos eleitorais. Instrumento do novo regime em (re)definir os elementos de qualificação social e política, seria recebido com ressalvas nos grupos estrangeiros que viviam no país, principalmente, pelo tom impositivo e excludente presente nos termos e definições da lei.

¹⁸³ BR. MN. MN. DR.CD. 03 f.130 e BR. MN. MN. DR.CD. 03 f.132 v.

¹⁸⁴ Em ata de 9 de abril, ponderava o Conselho Diretor “O Snr. Presidente comunicou ao Conselho que, tendo de entender-se com o Snr. Ministro da Agricultura sobre as despesas, que teriam de ser feitas com a mudança desta repartição para o edifício do Paço de São Christóvão as tinha calculado em vinte contos de réis no mínimo, contando para isso com a grande redução a que tem direito ao Governo, no transporte que terá de fazer a companhia de S. Christóvão nos seus carros especiaes, para o que esta se obriga a estabelecer os trilhos necessários

Tabela 7: Naturalistas estrangeiros que atuaram pelo Museu Nacional entre as décadas de 80 e 90

Fonte: LARMERT, Almanak. Typographia Laemert, 1844-1899; Relatórios Ministeriais, 1860-1892

NOME	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MUSEU NACIONAL	NACIONALIDADE E ATUAÇÃO
CHARLES FREDERICK HARTT (1851-1915)	DIRETOR DA 3ª. SEÇÃO (1876-1878)	GEÓLOGO NORTE AMERICANO
HERMAN FRIEDRICH ALBRECHT VON IHERING (1850-1930)	NATURALISTA LIGADO À 1ª. SEÇÃO (1883-1891)	MÉDICO, PROFESSOR E ORNITÓLOGO ALEMÃO
JOHANN FRIEDRICH (1821-1897)	CONTRIBUIÇÕES PARA A 2ª. SEÇÃO (1876-1891)	BIÓLOGO E MÉDICO ALEMÃO
LOUIS COUTY (1854-1884)	AUXILIAR DO DIRETOR DO LABORATÓRIO DE PHYSIOLOGIA EXPERIMENTAL (1880-1884)	MÉDICO, FISIÓLOGISTA FRANCÊS
ORVILLE ADELBERT DERBY (1851-1915)	DIRETOR DA 3ª. SEÇÃO (1879/1890)	GEÓGRAFO E GEÓLOGO NORTE-AMERICANO
THEODORO PECKOLT (1822-1912)	RESPONSÁVEL PELA REORGANIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE QUÍMICA (1874-1876)	FARMACÊUTICO ALEMÃO
JOHANN FRIEDRICH THEODOR MÜLLER (1821-1897)	CONTRIBUIÇÕES PARA A 2ª. SEÇÃO (1876-1891)	BIÓLOGO E MÉDICO ALEMÃO

As reclamações sobre estrutura, condições de funcionamento e expediente são constantes e cada vez mais presentes. São inúmeros os ofícios expedidos com apelações e pedidos, relacionados à estrutura, às condições de funcionamento, ao quadro administrativo e até mesmo sobre a segurança das coleções e do edifício. Em documento datado de 29 de julho há requisição de policiamento efetivo para o entorno do prédio, especialmente na madrugada,

desde a frente do Museu até junto ao Paço de São Christóvão. O conselho concordou com o algarismo desse orçamento que pode, entretanto, ser modificado conforme as eventualidades naturais em um serviço de difícil apreciação.” BR. MN. MN.DR.CD. 03/ f.131

entre meia noite e as quatro da manhã, quando ficariam mais expostas as fragilidades dos dispositivos de segurança do Museu. Não curiosamente, pouco mais de um mês depois são comunicados dois furtos, um nas coleções mineralógicas e outro de itens de ouro de origem andina¹⁸⁵. As incertezas que se apresentavam emolduravam um quadro de indefinições próprias do quadro geral de entropia que se mostrava cada vez mais ligado à realidade que se construía frente à consolidação da experiência republicana no país e as mudanças que acompanhavam essa realidade. Um alento, contudo, viria nas determinações posteriores do Ministério dos Negócios, Instrução Pública Correios e Telégrafos.

A nomeação de um novo diretor para os Correios, e a sua indicação para integrar uma comissão encarregada de identificação e escolha para aquisição de obras, documentos, artefatos e produtos de belas artes que pertencessem ao ex-Imperador e que por ventura pudessem servir ao interesse das instituições geridas por aquele Ministério, alimentou as esperanças de absorção das coleções de D. Pedro II que ainda não haviam sido assimiladas, e em especial os itens que compunham suas coleções particulares¹⁸⁶. Aos interesses do Museu Nacional esse poderia ser um oportuno evento de anexar os itens que compunham aquilo que o Velho Monarca havia acumulado, tanto por seus estudos e interesses quanto pela posição que ocupava, e que naquele momento se transformavam em um engodo para o novo regime.

Pouco tempo antes, o Diretor Ladislau Netto, nos usos de seus atributos e pelo prestígio conferido pelos mais de dez anos à frente do MN, conseguiu junto ao Governo Provisório autorização para visitar o palácio. A possível herança imperial assumiria lugar de especial interesse para a Instituição, em especial para o próprio Diretor. Percorrer os corredores do edifício, descobrir suas especificidades e os possíveis tesouros inauditos, poderia oferecer mais argumentos que seduzissem o Governo Provisório. Argumentava Ladislau, em 28 de fevereiro daquele ano

Snr. Ministro, tendo recebido do Ministério do Interior a autorização em que haveis solicitado, para que me fosse permitido examinar todo o edifício da Quinta da Boa Vista, percorri e minuciosamente visitei aquele edifício, que me parece perfeitamente adequado as funções de um Museu de História Natural, a que destina o Governo Provisório, de que fazeis dignamente parte. Estranho, mas me parece útil e fácil esta aquisição, de tamanho alcance para o estudo das riquezas feracíssimas deste país,

¹⁸⁵ BR. MN. MN. DR.CD. 03/f.132v e BR. MN. MN. DR.CD. 03 f./f.153v. O caso do roubo das peças de ouro Inca tornou-se famoso. Inúmeras antiguidades Inca, trazidas do Peru, foram afanadas por um francês larápico chamado Leon Lagié. A imprensa, assim cobriu o evento “ROUBO NO MUSEU: Os gatunos foram d’esta vez roubados. Entendendo eles que no Museu Nacional podiam fazer o seu filé, lá penetraram ante-hontem á noite; mas não achando cousa que valesse a pena, contentaram-se com dois ídolos dos incas do Perú e com uma lamina de ouro sem liga, também do Perú. A polícia tomou conhecimento do facto.” Parte dos artefatos acabou sendo encontrada e devolvida às coleções do MN. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> - acesso em 13/08/2017

¹⁸⁶ BR. MN. MN. DR.CD. 03/f.132v.

quanto se me afigura não deverá exceder de trinta a quarenta contos os reparos e melhoramentos, que se exige referido edifício para satisfazer aos fins que se tem em vista. Estes trabalhos limitam-se ao retalhamento de todo aquele imóvel e a colocação de cobertas de vidro em quatro pátios internos, transformáveis assim em novos salões de grande altura e, portanto, excelentes para neles se conservarem ao alcance da curiosidade pública, os esqueletos de maiores dimensões conhecidas. Infelizmente, nos mais ricos salões, aposentos internos, galerias e corredores do Palácio, atiram-se desastrada e precipitadamente, em acervo mais que desordenado, todos os móveis do Paço da Cidade e dali arrastados para veículos, cujos condutores sem a menor direção tão sem cuidado os retiram quanto brutalmente os despejaram no Palácio da Boa Vista de encontro aos móveis e as paredes daquele Palácio. Entro propositalmente nestes pormenores, porque é indispensável que se desocupe o edifício, onde deve ser colocado nada se fará tão cedo neste sentido, o que facilmente se depreende ao estado em que se acham aqueles móveis, e mais ainda da declaração formal do principal procurador do ex-imperador, recusando-se a tomar qualquer providência. Rogo-vos, pois que, atendendo a necessidade da mudança desta repartição para o edifício daquela Quinta, tomeis as providências precisas a fim de que pelo Ministro do Interior sejam removidos os móveis que aí se acham, impedindo qualquer instalação que me seja dado fazer de algumas coleções mal acomodadas já nesse Museu. Saúde e Fraternidade. O Diretor Geral Ladislau Netto.”¹⁸⁷

A argumentação exposta acima transparece seu minucioso exame do espaço e do seu conteúdo, o que se comprova em ofício do dia 19 de junho, no qual deixa clara a opção pela absorção dos itens lá depositados e como eles engrandeceriam as coleções do MN. Além de defender, mais uma vez, a realocação da Instituição faz referência, especificamente, aos objetos de origem quéchua que se encontravam na Quinta da Boa Vista e que corriam o risco de pararem em algum lote dos leilões. Fica cada vez mais evidente que a estratégia construída seria mantida e permaneceriam, o Diretor e o CD sua empreitada em nome da transferência do Museu para o Palácio de São Cristóvão, e a partir de então de maneira cada vez mais explícita, a absorção do *Museu do Imperador*¹⁸⁸.

4.3.2 O ato final

Ao correr dos dois primeiros anos de República seriam vivenciadas nas estruturas organizacional-administrativa do Museu Nacional que alterariam suas estruturas administrativas. Em nova reorganização, prevista pelo Decreto 379-A, de 8 de maio de 1890, encontrava-se a situação dividida da seguinte maneira: 1ª Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada; 2ª Botânica; 3ª Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4ª Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Desligava-se o Laboratório de Fisiologia Experimental¹⁸⁹. Mantinha-se a lógica

¹⁸⁷ BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f.151-151v.

¹⁸⁸ Termo cunhado pela historiadora Regina Dantas após defesa de sua dissertação. (DANTAS, 2007); (SCHWARCZ, DANTAS, 2008, p. 123-164).

¹⁸⁹Sobre o Laboratório de Fisiologia Experimental que esteve ligado ao Museu Nacional dedicou-se Ana Carolina Vimieiro Gomes a um complexo processo investigativo que remontou a idealização, instalação, funcionamento, consolidação e declínio do Laboratório e encontrou na relação entre o Imperador D. Pedro II e o médico francês Louis Couty um importante elemento para a sua criação, assim como para a sua manutenção. A autora

da atuação ligada ao desenvolvimento dos estudos referentes à história natural mundial, em especial a brasileira, assim como se mantinha a função de guarda e análise de espécimes e itens das mais diversas origens, seja do reino animal, vegetal ou mineral, cujas produções deveria coligir e estudar, classificando-as pelos métodos mais aceitos nos grêmios científicos e modernos e conservando-as acompanhadas de indicações, quanto possível, explicativas ao alcance dos entendidos e do público.¹⁹⁰

A atuação do MN permanecia ligada aos intentos fundadores e que se desenvolveram no correr do século XIX, buscando realocar sua posição no cenário político que se moldava. Se o reinado de D. Pedro II corria sem grandes traumatismos sociais pós década de 40, reinstaurando-se o clima de insubordinações e convulsões sociais que passariam a eclodir na década de 80 e acompanharam os anos 90. Enquanto as disputas políticas que envolviam o modelo a ser adotado acaloravam-se no seio da constituinte, fora dela redesenhavam-se os lugares de fala e os agentes políticos.

Desde a sua fundação, gozava o Museu Nacional de grande prestígio junto ao Estado, ainda que esse não se expressasse, necessariamente, em um aumento constante de verbas ou de atenção prestada pelos representantes das autarquias superiores. Se, a criação do MACOP e a vinculação do MN ao mesmo representavam nas décadas anteriores uma alocação nos quadros administrativos na compreensão da sua atuação teórica e prática, o deslocamento para o Ministério dos Negócios, Instrução Pública Correios e Telégrafos marcaria a compreensão e o lugar que ocupariam frente às disposições e funções objetivada pelo Governo¹⁹¹.

Com a aproximação do fim dos trabalhos que marcavam a atuação da Constituinte um novo sopro de esperanças passou a caracterizar as falas presentes nos relatórios e demais referências que documentam a atuação da Direção do Museu naquele contexto. Se por um lado não estava garantida a transferência para a Quinta da Boa Vista, por outro ainda havia a projeção de absorção das antigas coleções do antigo Imperador. Relegadas ao esquecimento nos salões do Palácio, estavam cada vez mais ameaçadas, não necessariamente pelas atividades exercidas em seu interior, mas pelo descaso, ou mesmo desconhecimento, daqueles que viriam a ser administradores do espaço e, e assim, por conseguinte, do que estava lá depositado. Ao Museu

compreendeu que mais do que um agente de mecenato o Imperador atuava como um agente, um mediador cultural, com presença e agência junto às Instituições à produção científica (GOMES, 2013)

¹⁹⁰ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-379-a-8-maio-1890-522952-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22/08/2017

¹⁹¹ Em 1893 passaria para a responsabilidade do Ministério da Justiça, Negócios e Interiores. Entende-se que tais alterações constantes de chancela ministerial são elementos que comprovam que se antes havia uma compreensão do papel de importância a ser desempenhado pelo Museu, tal quadro altera-se durante a consolidação republicana. Para além de um desejo de afastamento, ou mesmo de ostracismo, há um deslocamento de atenção para outros agentes e espaços que passariam a reter maior cuidado do Regime.

Nacional ficava resguardada a posse sobre as coleções lá depositadas, porém, quanto mais tempo transcorresse, maiores seriam as perdas e lacunas deixadas. Ficaria acertado, entre a Direção do Museu e as autarquias superiores competentes, que na impossibilidade de promover a transposição para São Cristóvão, que se fizesse o traslado das coleções do Ex-monarca para o Campo de Santana.

Em setembro de 1891, em ofício dirigido ao desembargador Antonio Luiz Affonso de Carvalho, Ladislau Netto solicita para que sejam iniciadas as reformas, reparos e adaptações que deveriam sofrer as linhas de São Cristóvão para que pudessem se levar os artigos para o Museu Nacional. Frente ao prospecto de incertezas e indiferenças, um último esforço ainda é vertido, datado de 15 de dezembro, dirigindo-se ao Ministro José Hygino Duarte Pereira sobre as conveniências de tal transposição. Netto insistia na mudança apresentando as vantagens envolvidas. Espaço vasto, subsídio exíguo, investimento na exibição das riquezas pátrias, envolvia com toda a sua potencialidade o diretor do Museu Nacional em prol de ver realizado seu sonho antigo de ver a Instituição em melhor lugar que aquele espaço ocupado no Campo de Santana¹⁹². Mesmo frente a todas as negativas do Governo, permanecia na insistência que perderia fôlego no início do ano seguinte.

Pelo Decreto nº 722¹⁹³, de 30 de janeiro de 1892 era criado o Instituto de Educação Profissional, cuja instalação estava prevista para ocorrer na Quinta da Boa Vista. Compondo seus próprios projetos, o governo de Floriano Peixoto dava início a uma nova página na promoção da Instrução na Capital da República atuando na ressignificação completa do espaço do Palácio de São Cristóvão. A antiga casa da monarquia serviria como lugar de formação para jovens desamparados e que ganhariam a atenção do Regime. Percebendo que a derrota de seus objetivos era dada, manifestava-se Ladislau no sentido de apressar ao máximo o traslado daquilo que aparece referenciado na documentação administrativa como *Museu da Quinta*. Tratava-se, sem sombra de dúvidas, do Museu do Imperador. Mais uma vez, argumenta o diretor do Museu Nacional

Snr Ministro, uma das folhas mais autorizadas desta Capital publicou por duas vezes nesta semana apreciações concernentes ao Instituto profissional ultimamente criado pelo Governo, e a propósito dessa criação de máximo valor para o nosso país, donde ninguém ousará erguer-se que a reprove, ou desgarre o grande alcance futuro, enuncia malsinações inteiramente destoantes de tudo quanto o público sensato, a imprensa mais bem avisada e os cidadãos mais cultos acostumaram-se a repetir sobre o Museu Nacional. Das injustas e acrescidas asserções de que nunca nos dera até a bem pouco tempo nenhum exemplo aquele sempre discreto jornal, certo mal informado, enfeixarei tão somente aquelas que, por mais discordes com a verdade, me vejo arrastado a combater. Nem me é permitido miudifazer esta exposição que melhor fora

¹⁹² BR MN MN.DR.CO, RA.10/f.29-29v

¹⁹³ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-722-30-janeiro-1892-522196-norma-pe.html>. Acesso em 19/08/2017.

lhe chamasse em defesa, na qual sinto varar-me como funcionário público e brasileiro a mais acerba desesperança de quem, a vista de tão desusado procedimento, nem já para esse baluarte cívico denominado imprensa diária pode apelar ou recorrer. Efetivamente o grande e ilustrado órgão parece ignorar a iniciativa de transferência desta repartição para a Quinta da Boa Vista, idéia muito preconizada pelo público, pelos profissionais e pela imprensa inteira, a frente da qual ninguém há que não se lembre de haver notado a mesma folha tão prontamente mudada atualmente em agressora. Mas o ilustre decano da imprensa fluminense, nos seus agora não raros descuidos de Homero, esqueceu-se de para censor de seu jaez é de bom conceito primeiro observar e verificar antes de lavrar a sentença. Ignora, por exemplo, que há menos de dezoito anos o Museu dispunha tão somente de onze salões nos dois pavimentos do edifício e que atualmente estes cômodos elevaram-se exatamente para o duplo, não contando áreas envidraçadas, terraços e outros cômodos indispensáveis ao serviço da repartição o qual, pelo acúmulo das coleções desde então recebidas, deixa de ser regularmente efetuada no que se refere a exibição das mesmas coleções, cuja maior parte por falta de salões e de novas galerias expositoras jaz amontoada invisível ao público. (...) Por pouco que se houvesse dedicado o injusto gazetilhista ao exame desta repartição, que nunca estudou ou procurou conhecer, como lhe cumpria antes de lhe ir rogar insólitos defeitos, de pronto lhe descobriria quanto acabe de expender e certo se houvera de admirar achar aqui, ao invés da pobreza franciscana a que alude, mas que se repletos os numerosos cômodos do velho edifício, como por igual atopetados quase todas as casas adjacentes e ainda há pouco adquiridas pelo Estado no intuito de dilatar o Museu para esse lado. (...) Não é desvantajosa a transferência desta patriótica instituição para a Quinta da Boa Vista, antes se me afigura de proficuos resultados; nem de outra medida devera lançar mão o Governo para dar a este mostrador dos tesouros naturais do Brasil o seu verdadeiro caráter e a sua principal intuição de harmonia com as idéias que me foram sugeridas à vista dos Museus de Londres e Berlim, que tomei por norma. É obvio que, encarada por um prisma a reorganização do Museu Brasileiro, reorganização baseada sobre grandes parques, vasto espaço de ar livre, grandes galerias, laboratórios e depósitos d'água em abundancia, fácil lhe será adquirir a sua natural investidura de representante da mais rica Flora do Globo, e recluir em suas dependências zoológicas produtos de uma Fauna sem igual nos dois continentes. Não me detenho a responder alusões relativas aos cômodos ambicionados pelo pessoal do Museu na residência do ilustre finado soberano. Todos quantos me conhecem, todos quantos que no meu viver as claras só consigo comigo contei na insana luta da vida e pela vida, sabem também que não me seduzem novidades nem me aprazem vanglorias. O próprio governo atual melhor que ninguém conhece meus projetos meus anseios e desejos. A ninguém no Brasil e na Europa é estranho o esforço incalculável, em que se me evolui a existência no constante e ardente afã de legar a este Brasil um Museu digno de suas riquezas naturais. Peço-vos, Senhor Ministro, me desculpeis as demasias desta exposição, se por isso menos conveniente, pela sua natureza merecedora de todo o vosso animador indulto. Ao Snr. Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, Ministro e Secretário do Estado Interino dos Negócios da Instrução Pública Correios e telégrafos. O Diretor Geral Ladislau Netto¹⁹⁴

Estavam em curso duas estratégias que convergiam para a ocupação do Palácio. Era caro ao regime republicano o seu recondicionamento, afastando a memória monárquica e dando-lhe nova função e conotação, enquanto interessava aos intentos, pessoais e institucionais, de Ladislau Netto, que fazia uso e repercussão de sua imagem para prover o Museu Nacional

¹⁹⁴ BR MN MN.DR.CO,RA.10/f.43v, 44 e 44v. O mesmo texto foi publicado na Gazeta de Notícias em 26 de fevereiro de 1892. Em parte, subtraída do trecho acima, sai em defesa dos naturalistas estrangeiros, sejam permanentes ou viajantes, que seguiam sendo desligados da Instituição, defendendo não só a sua permanência, como o trabalho realizado pelos mesmos. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 20 de abril de 2016).

de novas coleções e instalações. Seja pela insistência, seja pela conveniência ou pelo cansaço, a Direção do Museu conseguiria reverter as inúmeras negativas realizadas até então.

Em 8 de março de 1892 baixava o Presidente da República o Decreto 756-A¹⁹⁵ que derogava em parte o decreto nº 772 transferindo o Instituto de Educação Profissional para o edifício do Asylo de Meninos Desvalidos de Vila Isabel¹⁹⁶ e, em seu lugar, alocando o Museu no Palácio de São Cristóvão. Depois de dois anos de pressões, apelações, resoluções contrárias e negações, completar-se-ia um capítulo na história da Instituição e do Palácio, iniciando outra, que carregaria duas trajetórias que então passariam a agrupar-se na Quinta da Boa Vista. Logo após a aprovação da transferência deu-se início aos trabalhos de transferência. Parte da logística já se encontrava preparada, inverter-se-iam os sentidos: as coleções do MN encontrariam as que compunham o Museu do Imperador e não o contrário.

O desafio não era pequeno: o material que estava contido nos salões do edifício do Campo de Santana exigia atenção e cuidados especiais. Dois pavimentos ocupados pela exposição e pelos materiais acondicionados para o uso nos gabinetes de cada sessão continham uma expressiva coleção de espécimes animais, botânicos, geológicos, paleontológicos, arqueológicos, antropológicos e etnográficos, além dos remanescentes das sessões extintas, como a de numismática que se amontoavam e apertavam o já limitado espaço ocupado. A isso somem-se, também, aqueles que eram agregados a cada nova exposição e evento, os enviados pelos naturalistas viajantes, obtidos pelas permutas e os de natureza monumental, como o caso do meteorito de Bendegó. O corpo estelar atingiu o sertão do estado da Bahia no século XVII, sendo finalmente removido para o Museu Nacional em 1888 após complexa obra de engenharia para transportar o objeto com mais de 5 toneladas de peso. Pouco anos depois de ser depositado no MN seria transportado para sua nova sede, em São Cristóvão, mas antes figuraria como elemento para a exposição preparatória para a internacional de Chicago que se realizaria em seguida, atraindo assim a atenção da imprensa do período, como encontramos no Jornal do Brasil de 22 de maio de 1892

A transferência do Museu Nacional para a Quinta da Boa Vista tem-se feito com a celeridade possível, em vagons abertos da Companhia de S. Christovão e sob a direção do Dr. Fonseca, engenheiro do ministério da instrução publica, a cujo cargo se acham os trabalhos exigidos na referida quinta para que seja allo instalado o mesmo museu.

¹⁹⁵ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-756-a-8-marco-1892-503058-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20/08/2017.

¹⁹⁶ Bairro situado na Zona Norte da cidade e que foi organizado pelo Barão de Drummond nas terras adquiridas junto à Fazenda dos Macacos. O plano central e divisão das ruas foi pensado pelo arquiteto Bethencourt da Silva. Suas principais vias fazem referências a figuras do Império, em especial para os membros do Gabinete 7 de Março, que inclusive emprestava seu nome a praça (seu nome atual é Praça Barão de Drummond, porém popularmente, ainda é conhecida como Praça Sete) que se situa ao final da via que corresponde as datas de aprovação da Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários: 28 de setembro.

O pavimento superior está já todo vasio e muitos objetos do pavimento inferior já estão sendo removidos. O famoso meteorito de Bendegó ficará provavelmente no local em que se acha, para figurar na exposição preparatória, a que mal bastará o vasto edifício, ainda que acrescido pelo grande pateo, que se projecta cobrir de vidro para esse fim¹⁹⁷

A transferência para São Cristóvão colocava fim à velhos problemas e criara novos. Questões que iam desde a dificuldade na ambientação necessária para a execução dos serviços relacionados às atividades científicas desenvolvidas no Museu não tardaram a aparecer, isso sem contar com os novos desafios como manter limpo o edifício, e da área que o envolve, que agora se mostrava muito maior do que o anterior; problemas relacionados ao encanamento de gás, com a iluminação elétrica, com a remessa de correspondência, as adversidades e percalços eram tantos, que houve a necessidade de solicitar auxílio para *sanear e moralizar*¹⁹⁸ a Quinta da Boa Vista. O passo desejado continha movimentos imprevistos. No deslocamento a coleção sofreu avarias e perdas, dado o tom de urgência acabaria por deixar sequelas.

Havia pressa em oficializar a transferência e a data de 25 de julho foi eleita como a que marcaria o transladar da Instituição, contudo pela documentação expedida pelo Conselho Diretor para o Ministério é possível perceber que não havia se dado por completo todo o processo, sendo difícil precisar quando de fato finalizou-se todo o procedimento de recolhimento de todos os itens no novo endereço¹⁹⁹. As reuniões do Conselho Diretor reiniciaram-se no segundo semestre de 1892, com um hiato de quase um ano em sua periodicidade. Nesse período a atuação de Ladislau Netto assumiu um caráter cada vez mais centralizador, o que levou ao descontentamento de boa parte dos chefes de sessão que se viam envolvidos em uma ousada transferência que colocava em questão o prosseguimento das pesquisas e demais atividades desempenhadas pelo corpo científico do Museu, para além da participação na preparação para a Exposição Internacional de Chicago²⁰⁰. Os relatos feitos que transpareciam a falta de preparação dos transportes, e as irreparáveis perdas conviviam com os embates colocados frente às ingerências de Ladislau instauraram um clima de enfrentamento entre o Diretor e o Conselho que só cessou com a transferência do cargo para Amaro Ferreira das Neves

¹⁹⁷ Jornal do Brasil, 22 de maio de 1892. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 21/04/2016.

¹⁹⁸ BR MN MN.DR.CO,RA.10/f.58

¹⁹⁹ BR MN MN.DR.CO,RA.10/f.58v

²⁰⁰ Evento que trazia o foco das exposições para a América na celebração dos 400 anos da chegada de Colombo ao Continente, apesar da manutenção do viés eurocêntrico, e deslocava para o Novo Mundo, novamente para os EUA, a atenção e faro das potências mundiais. A inclinação ao viés republicano ditaria o tom da presença brasileira, que para além do espaço destinado para a delegação oficial, contou com um edifício erguido por produtores de café do Rio de Janeiro e de São Paulo, no qual ofereciam a bebida em meio a exposição de mudas do produto. O protagonismo alcançado com a Exposição Universal de Paris não seria repetido., ainda que Ladislau tenha sido nomeado para vice-presidente da delegação brasileira.

Armond (1854-1944) quando se afastou do cargo para cumprir lugar na delegação brasileira que partia para os EUA. Com o seu retorno, solicitou aposentadoria, concedida em dezembro de 1893 (LOPES, 2009, p. 202 e ss.)

A transferência para São Cristóvão selava o fim de um percurso que se iniciara com o florescer da Geração de 70 e chegara ao ocaso junto com as redes de pertencimento criadas durante o último quartel do século XIX. A personalização da atuação e centralização experimentadas durante o período de mandato de Ladislau Netto são expressivas na trajetória da Instituição, mas são também responsáveis pelo ostracismo, quase voluntário, ao qual submeteu o MN antes de deixar o cargo.

A impetuosa cruzada vencida pelo despótico diretor não seria a última batalha que vivenciaria a Instituição. As marcas da monarquia em suas raízes de fundação e de alcance de prestígio esvaziariam parte de seu prestígio em tempos de República. A ida para São Cristóvão que era foco do desejo da Direção do MN e síntese de sua atuação pública durante muito tempo acabou por encontrar-se com um projeto de apagamento que lograr-se-ia duplamente feliz: tanto a residência dos Bragança quanto o Museu Nacional viveriam o seu ostracismo.

O antes Bairro Imperial recairia em transformações, como já citado, e assumiria uma nova dimensão no correr dos primeiros anos do século XX. O ímpeto reformista que se colocaria como objetivo nas administrações republicanas, tanto em âmbito federal quanto em local, promoveria reorientações na ocupação da cidade, levando para outras zonas, também, litorâneas como os bairros que se ocupavam cada vez mais margeados pela Avenida Beira Mar, uma das muitas, além da Central, que surgiriam no escopo da gestão de nomes como Pereira Passos. Cada vez mais fabril e de trânsito o bairro de São Cristóvão assumiria ares popular-operários nos anos seguintes, quase que silenciando gradativamente a presença Imperial e ao início do século XX a imagem do Velho Monarca aparentava já uma demasiada antiguidade a ponto de não se apresentar como um fantasma tão intimidador.

As exposições seriam (re)abertas e franqueadas ao público em 1900, mas o afastamento do nervo central da cidade, e dos centros com maior densidade de ocupação populacional, mudaram a atração e percepção da Instituição que procurava a sua identidade depois de uma década de desorientação, uma década perdida.

A desorganização administrativa deu-se com o desmonte do corpo científico dado a partir exoneração dos estrangeiros, que se seguiu após o caso de Goeldi e Derby, esse último tratado por Lopes como *melancólico* (LOPES, 2009, 198 e ss), outros nomes como Fritz Muller, Hermann von Ihering, dentre outros estrangeiros ou não que passaram a ocupar outros lugares e funções, seja no Brasil ou no exterior. A quebra dos laços aristocráticos colocou tais

naturalistas em uma situação de recolocação em espaços que se constituíam em âmbito nacional.

No lugar dos grandes projetos nacionais o regionalismo. Esse sentimento de pertencimento, recém-inaugurado pelo federalismo republicano, ocuparia o lugar de destaque e interesse dos grupos dirigentes que passariam a fomentar institutos, museus e congêneres, como é o caso do Museu Paulista, que tanta atenção recebeu de Lilia Schwarcz (SCHWARCZ, 2014) e que participou da criação dos mitos de fundação paulistas. A mesma autora encontra o objeto também trabalho por Lopes (LOPES, op. cit.) ao tratar da emergência da produção científica paraense capitaneada por Goeldi e que abriu espaço para obras como a de Nelson Sanjad (SANJAD, 2010).

A República conjugaria o bacharelismo, herança imperial possível, enquanto marca de distinção intelectual, salvaguardados nas escolas e faculdades de medicina, direito e engenharia espalhadas pelo país ao pragmatismo próprio do médico-sanitarismo, enquanto seu principal ímpeto no fomento às ciências no início do século XX. Emergem em destaque a atuação de nomes como Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, além do protagonismo que seria exercido por centros como o Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro, futura FIOCRUZ, e Instituto Serumtherápico de São Paulo, atual Instituto Butantan, que gozariam de maior atenção e prestígio no período posterior. Por mais que cientistas que alcançaram prestígio e renome, como o próprio João Batista de Lacerda que, apesar de ter se desvinculado da Instituição em 1891, volta posteriormente para exercer o cargo de diretor a partir de 1895²⁰¹, tenham ocupado lugar na Instituição, até os anos 30 estaria colocada em um espaço de determinada lembrança, ou de certo esquecimento.

O imaginário republicano (CARVALHO, 2006) espalhou-se e ocupou todos os espaços de significação, inclusive nas ciências. Como é comum aos regimes que se sucedem, atores ganham e perdem importância e no caso específico do Museu Nacional, durante a consolidação do Novo Regime, os velhos perderiam parte de sua voz e prestígio.

²⁰¹ Dez anos depois publica o *Fastos do Museu Nacional*, primeira obra de matriz narrativa-histórica a ser produzida a respeito da Instituição no século XX. É perceptível uma batalha por falas, uma disputa por enunciação entre Lacerda e Netto, autor do *Investigações Históricas* na década de 70 do século anterior. Perceba-se que finada a presença de Ladislau outra história pode ser escrita. Reserva, porém o elogio e caracterização do período que o antecede enquanto áureo.

Conclusão

Museu Nacional fecha as portas e denuncia abandono no Rio

Diretoria da instituição, que abriga o maior acervo de história natural da América Latina, diz que não recebe recursos suficientes nem para pagar os serviços de limpeza e portaria do museu (O Estado de São Paulo)

Museu Nacional fecha devido a falta de pagamento a funcionários no Rio

Segundo a UFRJ, houve atraso dos repasses do governo federal. Museu é a mais antiga instituição científica do Brasil, criado em 1818. (O Globo)

Museu Nacional, da UFRJ, na Quinta da Boa Vista, fecha as portas por falta de pagamento.

Em 2018, o Museu completará 200 anos, e é o maior museu de história natural da América Latina²⁰² (Empresa Brasileira de Comunicação)

As três manchetes acima são de janeiro de 2015. Devido à falta de pagamento dos funcionários terceirizados a Instituição, que hoje é vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, deu início ano em que completava seus 197 anos de portas fechadas para o público. Dentre os serviços oferecidos pelos trabalhadores que a meses não recebiam encontram-se alguns fundamentais para o funcionamento do MN como os de limpeza e vigilância, além do controle de acesso à exposição, aos laboratórios de pesquisa e demais espaços burocráticos e administrativos. Além do espaço franqueado ao grande público, grande parte dos dois primeiros pavimentos do Palácio de São Cristóvão, amontoam-se pelos corredores da antiga residência monárquica cientistas, pesquisadores, técnicos que atuam nos seis departamentos, Botânica, Entomologia, Geologia e Paleontologia, Vertebrados e Invertebrados, além dos setores técnicos como a Sessão de Memória e Arquivo, o Setor de Museologia e o Setor de Assistência ao Ensino, isso sem contar os programas de pós-graduação, Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) Antropologia Social, Arqueologia, Botânica, Linguística e Línguas Indígenas, Zoologia, Geociências, Lato Sensu (Especialização) Geologia do Quaternário, Gramática Gerativa e Estudos de Cognição, Línguas Indígenas Brasileiras; contudo, curiosamente, na referida universidade, é uma das poucas que não conta com curso de graduação.

A multiplicidade dos campos de pesquisa são reflexos da matriz enciclopédica e ilustrada que percorriam as veias do campo produção científica luso-brasileira no contexto de sua criação e que perdurou durante todo o século XIX. As raízes que deixaram nortear a

²⁰² Disponível, respectivamente, em <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/museu-nacional-fecha-as-portas-e-denuncia-abandono-no-rio/>, <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/museu-nacional-fecha-devido-falta-de-pagamento-funcionarios-no-rio.html>, http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/foto/2015-01/museu-nacional-da-ufrj-na-quinta-da-boa-vista-fecha-portas-por-falta-de-pagamento?editoria_id=All&page=2 (Acesso em 30/09/2016)

atuação de um dos espaços de ciência mais marcadamente ligados aos projetos que se desenvolveram ao longo da monarquia e culminaram entre o final dos anos 70 e o início dos anos 90, período no qual acabaram por entrar em rota de colisão com os acontecimentos políticos que alterariam o curso dos programas institucionais em meio a uma complicada transição de regimes. A roupa nova do rei mantinha a coloração dos Bragança, que gradualmente seriam ressignificados em meio a mitos de origem fundados durante a monarquia, mas travestidos na república: verde das matas, o azul dos céus, a riqueza do ouro, circundadas pela máxima positivista do *ordem e progresso*; estrategicamente deixando de lado o amor, mais não tão consonante com o quadro que se impunha.

Não se deve conferir sentimentos às instituições, assim como aos regimes, não se trata aqui de um caso de prosopopeia, mas é indiscutivelmente relevante estar atento a quem coube agência e protagonismo, é isso que vem moldando e dando sentido à pesquisa histórica desde o segundo quartel do século passado. Assim como se desejou demonstrar no texto que antecede essas palavras de conclusão, os acontecimentos políticos que ocasionaram o rompimento dos enlaces que mantinham atados, apesar do Atlântico, Portugal e Brasil não objetivavam mais as rupturas do que as permanências: o modo de organização social aristocrática, a matriz de gerência produtiva, a cultura predominantemente patriarcal e predominantemente religiosa, permaneceram inabaláveis durante todo aquele século.

O rearranjo institucional não alterou, em grande parte, a natureza daqueles que ocupavam lugar o lugar de direção política do país, continuariam pertencendo às elites econômicas, mas mudava, contudo, a forma dos arranjos ideológicos, e os mecanismos de distinção que seriam criados para que fosse possível a manutenção das hierarquias vigentes em uma sociedade, imediatamente, pós-escravocrata. Em meio a esse cenário de urgências e emergências, a entropia que ditava o trajeto dos eventos promoveu uma imediata redistribuição de funções e inúmeros, anteriormente, protagonistas não teriam espaço nessa nova dança.

Não se trata de um caso de puro revanchismo, não se perca de vista a não-prosopopeia institucional, mas da ocupação dos espaços que antes marcavam a glória do outro. É indiscutível, em meio às produções historiográficas sobre o tema, que espaços como o IHGB ocupavam especial atenção do governo imperial por predileção diletta de D. Pedro II, e isso lhe garantia prestígio, assim como aos homens que ocupavam as suas cadeiras. São recorrentes as referências às visitas do Imperador a instituições como a Faculdade de Medicina ou ao Imperial Colégio de Pedro II, e em mais uma série de espaços que conviviam debaixo de seu apadrinhamento. Deve-se perceber, entretanto, que a estima imperial tinha o seu custo. Tais centros acabavam por se tornar espaços que viviam sobre a constante ingerência imperial, que

se fazia presente não só pela atuação direta do Velho Mandatário, mas também pela dos órgãos que representavam o Estado, ligados intimamente aos círculos de poder que encontravam, concetricamente articulados, em torno do trono.

D. Pedro II não foi apenas um governante que utilizou dos mecanismos institucionais, e de suas próprias ferramentas, apenas para manter-se no poder durante as quase cinco décadas em que teve regência de governo, fez uso dos mesmos instrumentos, também, para fundamentar e amalgamar a figura do Império à sua. Ação, possivelmente própria dos egos monárquicos, mas que se estabeleceu em seu Império enquanto vocação.

A construção dessa relação foi lenta e acompanhou o amadurecimento do Bragança que mal chegara a adolescência e lhe entregaram o cetro e estendeu-se nos mais diversos espaços e alcançou lugar, em especial naquelas que tinham lugar na Corte. Pode-se encontrar justificativas tanto no fato do Rio de Janeiro ter sido moldado para ser a *Lisboa dos Trópicos* desde a regência de D. João e isso se repetiu enquanto trajetória do centro político e cultural do Império, o que auxiliava na manutenção de um poder centralizador e envaidecido. Com a derrubada do centro irradiador dos mecanismos de poder e controle, ou seja, com a derrubada do regime monárquico e seus significantes, outros projetos ganhariam corpo. Outros espaços, outras agências, outras instituições.

São notórios os esforços de afastamento, apagamento e similares. Não é necessário para reconhecer o esforço do governo recém instaurado erguer e solidificar a aurora de seu próprio tempo. A maneira como se deu o afastamento da Família Imperial, a maneira, apressada, como que se deram a escolha de símbolos, emblemas e mitos de fundação reverberam o temor do regime recém instituído em conviver com o fantasma, tão presente, do Velho. São as ruas, os estabelecimentos comerciais, as instituições públicas, a memória coletiva. As marcas seriam profundas demais para serem apagadas por completo. Por isso mais do que o grito de enaltecimento pela ordem instaurada havia a necessidade de silenciar. Eis o mais oportuno dos paradoxos: nos intentos de apagamento mais importante do que a fala sobre a beleza do novo é o silêncio sobre o velho, ainda que ele carregasse o cheiro e as nuances de novidade.

O sanitarismo, o higienismo, a ciência de laboratório, os doutores engenheiros, advogados e médicos, não eram, necessariamente, uma novidade na semântica das ciências oitocentista, ou melhor, Imperial. Já ocupavam espaço de importância e preocupação junto às instâncias imperiais, no caso em específico da prática da vacinação remetem-se ao período joanino, com a criação da Junta Vacínica, da Corte em 1808 (FERNANDES, 2010, p. 45).

As noções de progresso e desenvolvimento, pelas ciências de maneira mais objetiva, desenvolveram-se nos seios, por exemplo, de um braço armado do Estado que objetivava a

hierarquização a partir de um modelo idealizado de hierarquias, que pelo seu rigor aproximavam-se daquelas vivenciadas no Exército, uma instituição profundamente monárquica, mas que se afastava gradativamente desse pertencimento desde a vitória da Tríplice Aliança. Ao gosto do Imperador, a farda branca predileção teria frente à oliva. Não é pelo amor à república que entregam à Deodoro a direção, ainda que enquanto símbolo, dos eventos que circunscrevem o 15 de novembro de 1889. O Fantasma da Guerra do Paraguai preferia aos seus da caserna às barbas do Imperador, apesar de seu expresso respeito e admiração pelo Monarca; traços, próprios, do pertencimento.

A dimensão produtiva manter-se-ia pautada na agroexportação, do café o grande *rei* da república, o que manteria o foco de grande atenção das pesquisas científicas no controle de pragas, na melhoria da eficiência agrícola e similares, inclinação que estava vívida e presente, desde os tempos da fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sendo esse um dos mais importantes elementos do seu devir, da sua atuação. Tampouco estariam de lado as preocupações com a participação brasileira nas Exposições Universais, tanto é que já de Chicago os novos atores políticos estavam lá representando, como já citado, no edifício erguido para sediar os produtores do simpático grão que produzia aquela bebida quente e tão própria que ganharia adeptos de todo o mundo. Em 1922, por exemplo, nos eventos que envolveram as Comemorações do Centenário da Independência trouxeram ao Brasil os grandes eventos consagrados do século XIX.

O que se alterou não foram as áreas de atuação nem os critérios utilizados para validar as práticas científicas desenvolvidas no país, que continuariam focadas pelos padrões estabelecidos pelo Velho Continente e posteriormente EUA, mas sim um rearranjo institucional e de agência científica: os atores poderiam até serem antigos, mas os personagens passariam a ser outros. Eis o ponto central da questão que envolve o esvaziamento do Museu Nacional ao final do Império e início da República.

Era o MN um centro importantíssimo junto aos programas monárquicos, contribuiu para a construção de uma imagem de nação possível entre o encontro do português colonizador cristão e aquele autóctone, exótico-místico que tanto atraíam a atenção dos estudos de antropologia e etnologia que culminaram na Exposição de 1882. Pelos seus gabinetes os lentes que figuravam nas principais Comissões que assumiram o papel de desvelar a natureza e revelar as potencialidades do maior país da América do Sul. Gigante em seu território, rico pelo que guarda nas matas e sob o solo. Como se pode perceber nos capítulos anteriores, existia um múltiplo pertencimento que refletia os quadros de hierarquização próprios de uma sociedade

aristocrática e que expressava os seus signos, sobretudo, na Corte e nos seus espaços de pertencimento.

Essa realidade acompanhou toda a trajetória da Instituição durante o século XIX e já era uma realidade desde a criação do MR: desde a atuação da Princesa Leopoldina na criação do MR, passando pela preparação das penas de tucano, solicitada por José Bonifácio, para a composição da indumentária na sagração de D. Pedro I, a relação estabelecida durante o Segundo Reinado, em todo o percurso é possível perceber o quanto o MN foi integrando-se as amarras aristocráticas do estado monárquico brasileiro. E tais amarras são projetadas nos agentes que compõem os segmentos presentes naquele segundo um padrão de duplo prestígio: além de comprovação de capacidade junto aos seus pares fazia-se necessário alcançar lugar nos espaços e segmentos da sociedade imperial.

Como nas questões que envolveram a criação do Laboratório de Fisiologia Experimental que esteve ligado ao Museu Nacional. Ana Carolina Vimieiro Gomes dedicou-se a um complexo processo investigativo que remontou a idealização, instalação, funcionamento, consolidação e declínio do Laboratório e encontrou na relação entre o Imperador D. Pedro II e o médico francês Louis Couty um importante elemento para a sua criação, assim como para a sua manutenção. A autora compreendeu que mais do que um agente de mecenato o Imperador atuava como um agente, um mediador cultural, com presença e agência junto às Instituições à produção científica (GOMES, 2013). É interessante perceber, na argumentação da autora, que a curva que corresponde ao apogeu dos estudos de fisiologia no país encontra declínio quando há uma controversa entre os principais agentes em disputa Louis Couty, Ladislau Netto e João Batista de Lacerda e derrocada final após o falecimento do primeiro. As práticas científicas desempenhadas no Brasil monárquico apresentavam um grande grau de personalização. No caso específico do Museu Nacional, principalmente durante gestão de Ladislau Netto.

Desde o início dos anos de 1870 Ladislau Netto esteve presente nas decisões que nortearam a atuação e selaram o destino do Museu Nacional até o fim da monarquia. Se por um lado o prestígio que alcançava, tanto no plano interno quanto no exterior, aumentava a projeção da Instituição, por outro suas expressões de despotismo administrativo, e de determinado centralismo do tocante aos projetos que ganhariam espaço, como é o caso do Laboratório de Fisiologia Experimental, ditaram o tom do Museu até a queda de D. Pedro II pois aí se encontrava sua pedra angular. Era em torno dos círculos de pertencimento imperial que se consolidava a expressão e domínio de Netto e que não mais encontraram lugar no período republicano. Não se deve, contudo, nesse momento das reflexões, recair na inocência analítica

que possa transferir para o cientista alagoano as responsabilidades pelo afastamento do MN do protagonismo das práticas científicas nacionais. Pelo menos não pelo todo.

Como se pode perceber nas argumentações apresentadas por Lopes (LOPES, 2010), mesmo no início da transição republicana parte da expressão do poder do Diretor havia se mantido, vide a reorganização de 1890 que não lhe subtraiu exercícios, ou ainda o protagonismo alcançado junto à delegação brasileira para a Exposição de Chicago, no qual assumiu a Vice-presidência, além de ter concluído a transferência para o Museu Nacional.

É justamente essa estratégia, que sim havia sido defendida pelo CD mas que gozava de maior intencionalidade de Ladislau, um dos maiores responsáveis pelo afastamento do Museu dos quadros de protagonismo junto ao Estado. O processo de apelação mostrou-se cansativo e expos tanto o Diretor quanto a Instituição. Os embates na imprensa transparecem que em meio a tantos eventos que marcavam a mudança de regime, e relacionada às preocupações do novo governo, as necessidades impostas pareciam demasiadamente perdulárias. Some-se a isso o quadro de desmonte dos quadros científico, sobretudo quando se trata dos estrangeiros, que em choque com as determinações do poder federal, foram sendo levados a deixar o MN. A energia dispensada com a nova alocação consumia a atenção da Direção que deliberadamente não convocou as reuniões do CD e, aparentemente, parece ter deixado de lado o caos que se instaurava e o cenário de indisposição criado junto aos Diretores de Sessão.

A estratégia construída para efetivar a transposição do Museu para São Cristóvão logrou sucesso. Mas não mais do que a estratégia que estava sendo desenhada pelo novo regime. A ocupação do Palácio de São Cristóvão pelo MN selou o destino dos dois, em uma única trajetória a partir de então. O afastamento que seria verificado, seria tão prático quanto simbólico.

Afastado dos grandes acontecimentos, dos grandes eventos das grandes multidões e reabrindo suas exposições apenas nos idos de 1900 viveria a Instituição uma espécie de ostracismo. Não só por causa da distância do antigo bairro imperial, mas principalmente que a ordem que se impunha afastava-a dos principais projetos que envolviam a produção científica.

Como pode-se perceber a partir dos trabalhos de Schwarcz (SCHWARCZ, 2014) e Lopes (LOPES, 2010) a nova orientação das práticas científicas seguiriam um padrão mais regionalizado. Ecos do federalismo que se colocaria como divisa frente aos antigos projetos nacionalistas uniformizantes. Se o século XIX, e a monarquia principalmente, haviam eleito a nação como grande problema, a república e o início do século XX trariam a dimensão do local: existiam mitos de fundação, fantásticos e exóticos próprios para serem descritos e descobertos.

É na conjugação desses três elementos que se construiu o caminho reflexivo/argumentativo que se norteou a construção dessa tese.

Desde a sua fundação o Museu Nacional ocupou um espaço muito específico dentre os centros nos quais se desenvolveram as práticas científicas no Brasil oitocentista. É claro que se em sua fundação imperava os intentos ligados às lógicas de pertencimento a um mundo Luso-atlântico, herdeiro de uma certa tradição constituída no setecentos, ainda expressamente marcada pela ilustração portuguesa que se projetou nos estudos próprios da história natural e da prática colecionista. Torna-se indispensável a compreensão desse quadro em uma lógica Imperial, ou seja, não somente restrita às experiências vivenciadas na metrópole, mas principalmente por aquelas validadas nessa. Em outras palavras, não importa se de São Paulo de Luanda, Rio de Janeiro ou Ouro Preto: a elite coimbrã constituiu-se enquanto distinto espaço de acúmulo de experiências nos espaços de produção teórico-filosófica e de interpretações diante dos ventos liberais que corriam de oeste a leste do Atlântico para o Velho Continente.

Essa geração, tão responsável pela construção dos projetos políticos que se constituiriam no Brasil pós-independência quanto pelo desenho dos primeiros passos dos programas científicos que responderiam aos anseios do jovem estado latino-americano, munida do intuito de construir uma experiência política que não causasse traumatismos profundos, optou pelo viés da permanência da monarquia, da sociedade aristocrática, da escravatura e do viés agrário-exportador. O ensaio de despotismo representado pelos anos de reinado de D. Pedro I, que acabou por desencadear uma onda de eventos que culminariam na antecipação da maioridade de seu filho e sua precoce ascensão ao trono, não se compara ao ímpeto de centralização e controle vivenciados durante os 49 anos de expressão política do segundo Imperador brasileiro. Durante a expressão política de D. Pedro II houve um significativo fomento a programas que se apresentando de maneira simbiótica com as estruturas vigentes em uma monarquia constitucional centralista desenvolveram-se em certos espaços que assumiram protagonismo no seio dos pertencimentos aristocráticos.

Assim sendo, desenvolveram-se, em tais espaços, reproduziram-se em tais centros dedicados às práticas científicas as mesmas hierarquizações vigentes na sociedade que se organizava em torno das expressões da única Corte existente no Atlântico Sul e apontavam para o Rio de Janeiro, capital do Império. Imersos nesse contexto de múltiplos pertencimentos estavam todos os seguimentos dirigentes que alcançavam lugar de prestígio e colocação nessa sociedade. Esse cenário é, justamente, aquele que se constituiu em torno do Museu Nacional.

Seu corpo científico foi composto, com variações, por membros da sociedade aristocrática que conseguiam, além do reconhecimento pela sua produção específica, espaço de

distinção graças aos laços de pertencimento que se constituíam no âmago do Estado Imperial. Se até os anos 50, do século XIX, era possível perceber os ecos da legitimidade da geração formada nas bancadas e salas da Universidade de Coimbra, assim como pelos seus programas e leituras próprias, a partir dos anos 60, e sobretudo nos 70, ganhou novas nuances e identidades.

Ladislau Netto é fruto e agente desse cenário. Gestor centralista, como referenciado na prática política do próprio Imperador, utilizou de seu prestígio alcançado, de sua qualificação e legitimidade científica, assim como dos vínculos e pertencimentos à sociedade aristocrática para condicionar as práticas científicas desenvolvidas no MN para encontrarem o programa nacionalista-romântico que se consolidava como grande expressão naquele momento. O devir instituído no período joanino de ser um local de promoção e desenvolvimento das ciências, assumia a roupagem que lhe colocava o adjetivo *nacional* como característica própria.

O personalismo, assim como a centralidade administrativa e o ego daqueles que se alongam no poder, acabou por custar caro à Instituição: por mais que ainda se fizessem vivos os quadros de legitimidade que garantiam lugar de destaque no início da sociedade republicana, liberal-federalista tupiniquim, não seriam, por assim dizer, perenes. O regime instaurado em 1889 constituiria, de maneira rápida, os seus novos lugares de fala, assim como seus agentes, orientações e projetos.

Os *espaços da ciência no Brasil* (DANTES, 2001) que ganhariam lugar frente aos projetos que se constituiriam apresentariam identidade e orientação distinta daqueles lugares que alcançaram protagonismo e atenção no Estado Imperial. Além disso deve-se considerar as estratégias adotadas pelo regime republicano no sentido de afastarem a presença da memória monárquica. A *ciência* que se constituiria enquanto *profissão* (SÀ, 2006) durante a Primeira República, estabelecer-se-ia em torno de novas matrizes de distinção, que se constituiriam em torno de uma tradição bacharelesca que reverbera, em nossa sociedade, até o hodierno. *O laboratório, e a república* (SILVA, 2014), tomariam o lugar da *ciência moderna e imperial* (GOMES, 2013).

O afastamento do Museu Nacional do foco da atenção do regime republicano não significou a sua extinção, mas sim um processo de esvaziamento que deslocou seu papel e, em parte, sua atuação. Grandes nomes das ciências brasileiras continuaram atuando em seus laboratórios e a Instituição é reconhecida como maior centro dedicado à história natural na América Latina. A ocupação do Palácio de São Cristóvão, sua sede desde 1892, representou simultaneamente, libertação e prisão para o MN. Se por um lado a ampliação da área destinada ao mesmo representou uma circunstancial melhora inicialmente, posteriormente foi apresentando seus problemas. A manutenção do expressivo conjunto construído oferecia, e

continua a oferecer, empecilhos para a administração do edifício, assim como para as condições das atividades a serem desenvolvidas em seu interior. Com o crescimento constante das coleções o espaço tornou-se, gradativamente, insuficiente e as atuais legislações vigentes sobre tombamento e conservação exigem cuidados e precauções constantes, além de dificultarem processos de intervenção.

O final do século XX representou um momento de grave crise Institucional devido à escassez de recursos e os constantes problemas relacionados à estrutura do prédio que exigia imediatos reparos, sobretudo no telhado do Palácio, cenário inverso à animação que tomou conta da Instituição com os projetos de recuperação do conjunto arquitetônico, sobretudo das estruturas superiores e de reforma da fachada que ganhou o tom amarelado que hoje apresenta. Nos últimos anos, contudo, os cenários de limitação voltaram a serem perceptíveis.

O plano diretor que havia sido construído, prevendo reformas e expansões, esbarrou no corte, constante, de verbas por parte do governo, lembrando que o MN é hoje uma das unidades da UFRJ, que sofre com quadro semelhante. Exemplo desse cenário é a questão do *Arquivos do Museu Nacional*. Sem uma nova edição desde 2009, em parte pelo desinteresse do corpo docente e de pesquisadores da Instituição, o periódico hoje, sem a periodicidade mínima, parece ter o mesmo destino de outros projetos que foram sendo descaracterizados com o a trajetória desempenhada pelo Museu durante o século passado e esse. No próximo ano completará 200 anos de existência. A efeméride marca um ciclo de comemorações que se iniciaram em 2008, com a celebração dos 200 anos da chegada da Família Real Portuguesa, e antecede as comemorações do bicentenário da Independência, a ser realizado em 2022. Qual será o seu papel no resgate da memória monárquica em um momento de esvaziamento das identidades republicanas?

Referências Bibliográficas

I. Dicionários

CUNHA, ANTONIO. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª edição revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902.

II. Fontes Impressas

Encadernados

ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional, **Imprensa Nacional**, v. 1, 1876.

ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional, **Imprensa Nacional**, v. 2, 1877.

ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional, **Imprensa Nacional**, v. 3, 1878.

ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional, **Imprensa Nacional**, v. 6, 1885.

ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional, **Imprensa Nacional**, v. 7, 1887.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1808. Rio de Janeiro: **Imprensa Nacional**, 1891.

GUIA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLÓGICA BRAZILEIRA DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: **Typographia. de G. Leuzinger & Filhos**, 1882.

LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: **Imprensa Nacional**, 1905.

NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: **Instituto Philomático**, 1870.

OS DIRETORES DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro, **Sessão de Museologia**, 2008.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS DO BRASIL. Rio de Janeiro: **Thypografia Universal de Laemert**, 1860-1893.

VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. Flora Fluminense. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: **Arquivo Nacional**, 1961.

Jornais

Tribuna, Rio de Janeiro, 22 ago.1890

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 6 out. 1935.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 10 set. 1841.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 6 maio1882.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 7 jul. 1891.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 12 set. 1890.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 20 fev.1897.

O Paiz, Coluna Acervo Augusto, Rio de Janeiro, 6 ago.1890.

O Paiz, Coluna Salada de Frutas, Rio de Janeiro, 11 ago.1890.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 2 fev. 1892.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 fev. 1892.

III. Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional

BR AN, Série Educação – Gabinete, IE1 145, 19/8/1890.

BR AN, Série Interior – Gabinete, IJJ1 566, doc. 80.

BR AN, Série Interior – Gabinete, IJJ1 566, 8/5/1890.

BR AN, Série Interior – Gabinete, IJJ1 698, 23/11/1889.

Seção de Memória e Arquivo – Museu Nacional (SEMEAR)

BR. MN. MN. DR, CO. AO 2

BR. MN. MN. DR, CO. AO. 9

BR. MN. MN. DR. AO CO. 4248

BR. MN. MN. DR. AO, CO. 4289

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 4302

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1779
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1780
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1783
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1859
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1863
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1867
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1876
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1879
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1929
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1935
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1939
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1954
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1957
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1959
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1962
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1965
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1967
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1968
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1972
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1976
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1979
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1980
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1982
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1991
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1995
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1996
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 1997
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2001
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2002
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2028
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2061
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2068
BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2088

BR. MN. MN. DR. CO, AO. 2119

Livros de Registro de Avisos e Ofícios

BR MN MN D6 RA 6;

BR MN MN D7 RA 7

BR MN MN D8 RA 8 (1874-1884).

BR MN MN. DR.CO, RA. 9/f.151-151v.

BR MN MN. DR.CO, RA.10/f.54

BR MN MN.DR.CO, RA.10 f.42.

BR MN MN.DR.CO, RA.10/f.29-29v.

BR MN MN.DR.CO, RA.10/f.43v, 44 e 44v.

BR MN MN.DR.CO, RA.10/f.58

BR MN MN.DR.CO, RA.2/111, f.41v-46v

BR MN MN.DR.CO, RA.9/f.169-169v.

Livros de Registro do Conselho Diretor

BR.MN MN.DR.CD.03/f.122v

BR MN MN.DR.CD.03/f.123

BR MN MN.DR.CD.03/f.124 v e 127

BR MN MN.DR.CD.03/f.129

BR MN MN. DR.CD.03/f.130

BR MN MN.DR.CD.03/f.131

BR MN MN.DR.CD.03/f.132v.

BR MN MN.DR.CD.03/f.153v.

Fundo Feio

BR MN JF.0.MN, DR.107/35

BR MN JF.0.MN, DR.108/105

BR MN JF.0.MN, DR.108/85

BR MN JF.0.MN, DR.108/86

BR MN JF.0.MN, DR.108/93

IV. Filmes

INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Direção: Carlos Coimbra. 108 min, 1972.

V. Trabalhos publicados em anais de encontros, simpósios e congressos:

COSMELLI, Lidiane Macedo. **O Cinema ficcional histórico nas comemorações do Sesquicentenário ad Independência. XVII Simpósio da Associação Nacional de História – ANPUH. Natal, julho, 2013.**

PEREIRA, Maria Alves. **Gabinetes de curiosidades e os primórdios da ilustração científica.** II Encontro de História da Arte – IFCH. Campinas, UNICAMP, 2006.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A contribuição da Imperatriz Leopoldina à formação cultural brasileira (1817-1826).** Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Londrina, julho, 2005.

VERGARA, Moema de Rezende. CAPILÉ, Bruno. **Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878): contextos e processos.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011

_____. **A Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878) e sua participação no contexto da cartografia brasileira no Império.** Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 2011.

VI. Monografias

SILVA, Paulo Vinicius Aprígio da. **A ocupação do Palácio de São Cristóvão: estratégias em prol do apagamento da memória monárquica.** Rio de Janeiro: IFCS – UFRJ, 2009.

VII. Dissertações

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887).** Niterói, PPGH – UFF, 2014.

ALMEIDA, Carolina Cabral Ribeiro de. **Da polícia ao Museu: A formação da Coleção Africana do Museu Nacional na última década da escravidão.** Niterói: PPGH – UFF, 2017.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. **Entre a corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808-1821).** Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2006.

BESSA, Simone Figueiredo. **Musealização e Ordenamento Jurídico do Museu no Brasil: Missão e Função (conceito e prática) no Museu Nacional - UFRJ (século XIX-XX)**. Rio de Janeiro: PPG-PPMUS – UNIRIO, 2017.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa Dantas. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 2007.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A “Gazeta do Rio de Janeiro” e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. Campinas: UNICAMP, 2006.

RATTES, Cecília Luttembarck de Oliveira Lima. **Retratos do Outro: as fotografias antropológicas da Expedição Thayer e da Comissão Geológica do Império do Brazil (1865-1877)**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, 2010.

VIII. Teses

ANDRADE, Vera Maria Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Rio de Janeiro, PPGHIS – UFRJ, 1999.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Niterói: PPGH - UFF, 1996.

BARRETO, Patrícia C. R.. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena**. Rio de Janeiro, PPGHCTE – UFRJ, 2009.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa Dantas. **Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia? A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de Paris em 1889**. Rio de Janeiro, PPGHCTE – UFRJ, 2012.

Observar o Céu e medir a Terra. Instrumentos Científicos e a Exposição de Paris de 1889. Campinas, PPG – UNICAMP, 2005.

OLIVEIRA, J. C. **A Cultura Científica durante o período Joanino (1808-1821)**. São Paulo, USP, 1998.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais**. Rio de Janeiro: PPGHIS – UFRJ, 2009.

SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da Silva. **Nas páginas o que está escrito? O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no oitocentos**. Rio de Janeiro: PPGHCTE – UFRJ, 2012.

IX. Artigos de periódicos

ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, v. 29 n. 58, Dec. 2009.

ANDRADE, Vera Lucia. C. de Queiroz. Historiadores do IHGB/ Catedráticos do CPII - Império. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: v. 168, n. 434, jan./fev.2007.

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: v.4 p.211-61 jan./dez. 1996.

BEDIAGA, Begonha. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860. **História, Ciências, Saúde de Manguinhos**. Rio de Janeiro: v.14, pp.1131-1157, 2007

_____, Begonha; LIMA, Haroldo Cavalcante de. A “Flora Fluminensis” de frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Pará: Ciências Humanas, v. 10, n. 1, p. 85-107, jan.-abr. 2015.

BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e aulicismo no segundo reinado – a facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. **Revista Esboços**. Santa Catarina: v. 17, n. 23, p. 187-221, 2010.

BORGMEIER, Thomas. Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo. *In*: **Arquivo Nacional. Publicações Históricas**, v.48, Documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 3-21, 1961.

CARVALHO, José Cândido de Melo. Museu Nacional. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Rio de Janeiro: n. 28, p. 29-68, 1977.

DAMASCENO. Darcy. e CUNHA, Waldir da. Os manuscritos do botânico Freire Alemão – catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: **Anais da Biblioteca Nacional** - vol. 81, 1961.

DEAN, Warren. A botânica e a política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, p. 226 – 228, 1991.

FARIA, Felipe A. Georges Cuvier: história natural em tempos pré-darwinianos História da Ciência e Saúde de Manguinhos. Rio de Janeiro: vol.17, n.4, out./dez., 2010.

FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira. ALMEIDA, Daiane. CARVALHO, Marcelo de Araujo. WITOVISK, Luciana. O Museu Nacional, suas análises de carvão mineral e a coleção de fósseis vegetais carboníferos no século XIX. **Filosofia e História da Biologia**. São Paulo: v. 9, n. 1, p. 1-18, 2014.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude, **Sociedade & Estado**. Brasília, v. 25 n. 2, mai./ago., 2010.

HERMAN, Jacqueline. The King of America notes on the late acclamation of D. João VI in Brazil. **TOPOI - Revista de História**, Rio de Janeiro: v. 8, n. 15, July/Dec. 2007.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro: v.11, supl. 1, p.109-129, 2004.

LAGOS, M. Ferreira. Elogio histórico do padre mestre fr. José Mariano da Conceição Velloso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: nº 8, suplemento, p. 610-621, 1840.

MARQUES, Adílio Jorge. FILGUEIRAS Carlos A. L. O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. **Química Nova**. São Paulo: v.32 n. 9, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História**. São Paulo: v. 10, p. 7-29, 1993.

SCHWARCS, L. M.; DANTAS, R. M. M. C. - **O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação**. In: Revista do Instituto de estudos Brasileiros. n. 46, fev 2008, p. 123-164.

TEIXEIRA, Karoline Viana. Comissão Científica de Exploração: uma experiência de transição no fazer científico brasileiro. **Cadernos de História da Ciência**. São Paulo: v. 9, p. 42-65, 2013.

_____. Percepções e Limites do fazer científico: o caso da Imperial Comissão científica de Exploração (1859-1861). **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 8, n. 2, jul./dez., p. 43-59, 2015.

VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua 'fase portuguesa' (1780-

1819). **História da Ciência e Saúde de Manguinhos. Saúde de Manguinhos.** Rio de Janeiro: v. 11, n. 3 sep./dec., 2004.

VERGARA, Moema de Resende. Resenha - Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930. **REVISTA DA SBHC.** São Paulo: n. 1, p. 79-81, 2003.

VERGARA, Moema de Rezende. *Contexto e Conceitos: História das Ciências e Vulgarização científica no Brasil do século XIX.* **Revista Interciência.** Santiago: v. 33, n. 5, 2008.

X. Capítulo de livros

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In ABREU, Márcia e Bragança, Anibal. **Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ALMEIDA, Marta de. Congressos e Exposições Científicas: tema e fontes para a história. In: HEIZER, Alda. VIDEIRA, Antônio Augusto Passos Videira (Org.) **Ciência, Civilização e República nos Trópicos.** Rio de Janeiro: MauadX, FAPERJ, 2010.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: **O Brasil Imperial Volume III: 1870-1889.** Organização Keila Grinberg e Ricardo Salles. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas.** São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação a era regencial (1831 1840). In GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial. Vol. 2.** Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

Braga R. História da Comissão Científica de Exploração. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BRAGANÇA, A. António Isidoro da Fonseca e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Unesp, 2010.

BRIGOLA, João Carlos. Viagem, Ciência e Administração no Brasil colonial – Os gabinetes setecentistas de história natural de Luís Pinto de Balsemão, de Luís de Vasconcelos e Sousa e de Luís de Albuquerque Cáceres”. In: SILVA, F. Ribeiro da; CRUZ, M. Antonieta; RIBEIRO,

J. Martins; OSSWALD, H. **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, 2004.

CAPILÈ, BRUNO; VERGARA, MOEMA. Mapa e poder nas grandes exposições: preparo para Filadélfia. *In*: RIBEIRO, G. S.; GONÇALVES, M. S. (Orgs.). **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos missivas e bibliotecas**. São Paulo: Ed. Alameda, 2013.

CASTRO, Paulo Pereira de. A ‘experiência republicana’, 1831-1840”. *In*: HOLNDA. Sérgio Buarque. CAMPOS, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico**. Tomo II., v. 2. São Paulo: Difel, 1985

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. O jardim Botânico do Rio de Janeiro. *In*: Maria Amélia Mascarenhas Dantes. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DOLHKINOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. *In* **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo/Injuí: HUCITEC/UNIJUI/FAPESP, 2003.

FERREIRA, L. O.; FONSECA, M. R. F. da; EDLER, F. C. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. *In*: Maria Amélia Mascarenhas Dantes. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. *In*: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HEIZER, Alda. Os Instrumentos Científicos e as Grandes Exposições do século XIX. *In*: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos Videira (orgs.) **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Accses, 2001.

HOBBSAWN, Eric & TERENCE, Ranger (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. *In*: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (orgs.). **Ciência, História e Historiografia**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: Mast, 2008.

_____. A Comissão Científica de Exploração (1859- 1861): a ciência imperial e a musa cabocla. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos Videira (Org.) **Ciência, Civilização e Imperio nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Accses, 2001.

MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações" [tradução: Cláudio Marcondes], *In: Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pombalina à fundação do Império Brasileiro (1750 - 1831): o significado da abertura dos portos. *In: MOTA, Carlos Guilherme. A ideia de Revolução no Brasil e outras ideias*. Rio de Janeiro: ed. Globo, 2008.

XI. Livros

ABRAMS, Ph. **Historical sociology**. Shepton Mallet: Open Books, 1982.

ABREU, Martha. **O Império do Divino**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Ignacio Pinto de. **Discurso**. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

AZEVEDO, Fernando. **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

BELLUZZO, Ana Maria de M. **O Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Edição Metalivros / Fundação Odebrecht, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **Leopold Von Ranke: história**. S. Paulo: Ática, 1979.

CANDIDO, Antonio **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas -FFLCH, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

_____. **A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Bernardo Pereira de Vasconcelos.** Coleção Fundadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **D. Pedro II: Ser ou não ser.** Coleção Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica.** In. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. **A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. (Série Livros, 3)

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1997.

DANTES, Maria Amélia M. **Espaços de Ciência no Brasil.** Rio de Janeiro, Ed. Foicruz, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Abelardo. **Ladislau Netto (1838-1894).** Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

ELIAS, Nobert. **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, 2 volumes.

_____. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução dos habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada).** São Paulo, Editora Ática, 1993.

FERNANDES, Tania Maria Dias. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934**. São Paulo: HUCITEC, 1997

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Marcus Vinícius de. **Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de Pedro II**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. Hartt: **Expedições pelo Brasil Imperial – 1865-1878**. São Paulo: Metalivros, 2001.

FURTADO, Juliana Ferreira (org). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBBSAWN, Eric & TERENCE, Ranger (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **Leopold Von Ranke: história**. S. Paulo: Ática, 1979.

JR, Carlos H. Oberacker. **A Imperatriz Leopoldina. Sua vida e sua época**. Rio de Janeiro, editado pelo Conselho Federal de Cultura, Departamento de Imprensa Nacional, 1973

KHATLAB, Roberto. **Mahjar: saga libanesa no Brasil**. Líbano: Mokhtarat Zalka, 2002.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora / Editora PUC-Rio, 2006.

KUHLMANN, Moysés. **As Grandes Festas Didáticas: a educação brasileira e as Exposições Internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

KURY Lorelai, (org.). **Illuminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813 – 1814)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

_____. (org.). **Illuminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813 – 1814)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

_____ e GESTEIRA, Heloísa (orgs.). **Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012

_____. (org.). **Comissão Científica do Império (1859- 1861)**. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2009.

LEITE, ILKA Boaventura. **Antropologia da Viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. 209

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2009.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio - Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência**. Cia das letras: São Paulo, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6a. Ed., São Paulo: Atlas. 2007.

MATHIAS, Herculano Gomes. **Rugendas e a viagem pitoresca e histórica através do Brasil**. Rio de Janeiro: 1968

MATTAI, José Savio. **Escola de samba, ritual e sociedade**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MOTA, Carlos. Guilherme. **1822: Dimensões**. S. Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTOYAMA, Shozo. Física Auto - Instrutiva. São Paulo: Saraiva, 1974. v. 1 a 6.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NEVES, Margarida de Souza. **As Vitrines do Progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais**. Rio de Janeiro: PUC-RJ/FINEP/CNPq, 1986.
- OLIVEIRA, José Carlos de. **D. João VI: adorador do Deus das Ciências? A Constituição da Cultura Científica no Brasil (1808 – 1821)**.: Rio de Janeiro: Coleção Engenho & Arte – Vol. 8, E-papers, 2005.
- OLIVEIRA, Luis Valente de e RICUPERO, Rubens. **A abertura dos Portos**. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais. Espetáculos da Modernidade do Século XIX**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
- PLUM, Werner. **Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Comissão das Borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secult, 2003.
- SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão: médicos bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.
- SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A Invenção do Brasil: Ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **As barbas do Imperador. Um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional e Finep, 1979.

_____. **Um espaço para a ciência: formação da comunidade científica no Brasil.** Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SILVA, Márcia Regina Barros da Silva. **O laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933).** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014.

STEPAN, Nancy. **Beginnings of Brazilian science. Oswaldo Cruz, medical research and policy, 1890–1920.** Michigan: Universidade de Michigan - Science History Publications, 1976.

SUANO, Marlene. **O que é museu.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TURAZZI, Maria Inez. **Poses e Trejeitos (1839-1889): a fotografia e as Exposições na Era do Espetáculo.** Rio de Janeiro: FUNARTE; Rocco, 1995.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império. Brasília:** Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2004.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 1999.

XII. Sites

<http://bdlb.bn.gov.br/>

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<http://brasilianafotografica.bn.br>

<http://dicionariompb.com.br/>

<http://lattes.cnpq.br/>

<http://memoria.bn.br>

<http://memoriaglobo.globo.com>

<http://museunacional.ufrj.br>

<http://www.academia.org.br/>

<http://www.ancine.gov.br>

<http://www.ancine.gov.br>

<http://www.bnportugal.pt/>

<http://www.brasiliana.usp.br>

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

<http://www.gresportela.org.br>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/conheca-a-secretaria>

<http://www.scielo.org/php/index.php>

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/2>

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica>

<http://www-apps.crl.edu/brazil>

<https://archive.org/>

<https://pt.wikipedia.org>

Caderno de imagens



Figura 16: D. João VI e Carlota Joaquina passeando na Quinta da Boa Vista. 1816-1820. Óleo sobre tela. 92,5 x 146,5cm. Museu Nacional - UFRJ.

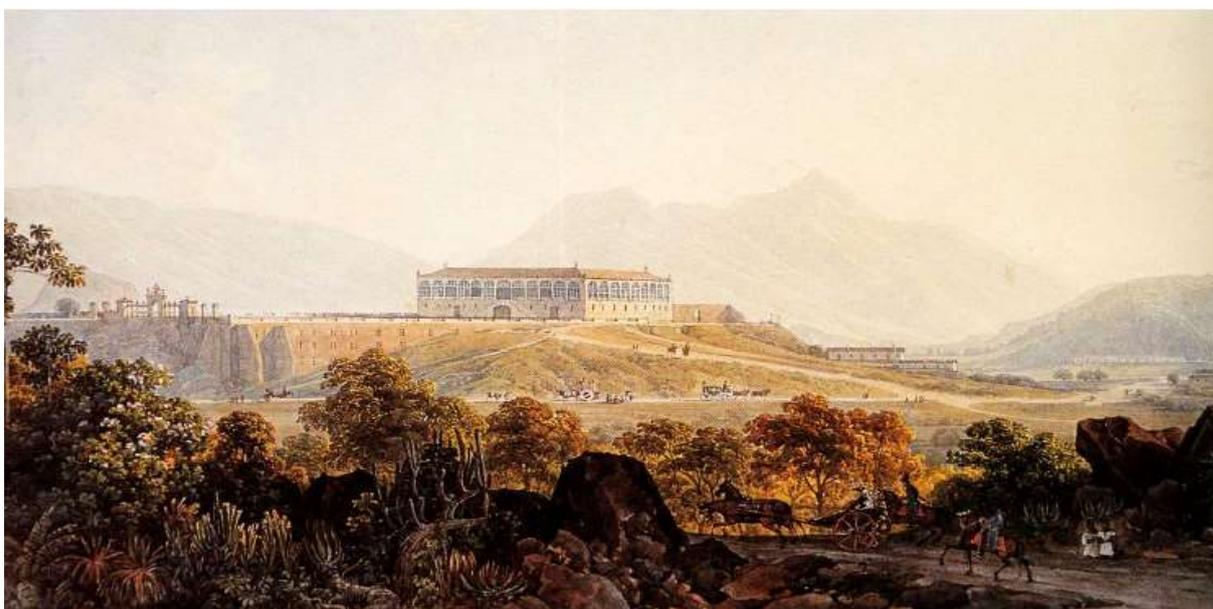


Figura 17: Palácio Real de Verão da Boa Vista em São Cristóvão, nas proximidades do Rio de Janeiro, nas proximidades do Rio de Janeiro (Königlichir Sommerpalast, Boa Vista, bey S. Christovão, inder Nähe Von Rio de Janeiro), c. 1817 – litografia colorida de autoria de Thomas Ender. Vista do palácio no período de D. João VI.



Figura 18: Litografia representando a fachada do Museu Nacional em 1870. BR MN JF.0.MN, DR.108/105.



Figura 19: Vista V superior do Palácio de São Cristóvão. A fotografia de Marc Ferrez s/d traz a inscrição: "Museu Nacional – São Cristóvão". BR MN JF.0.MN, DR.108/85

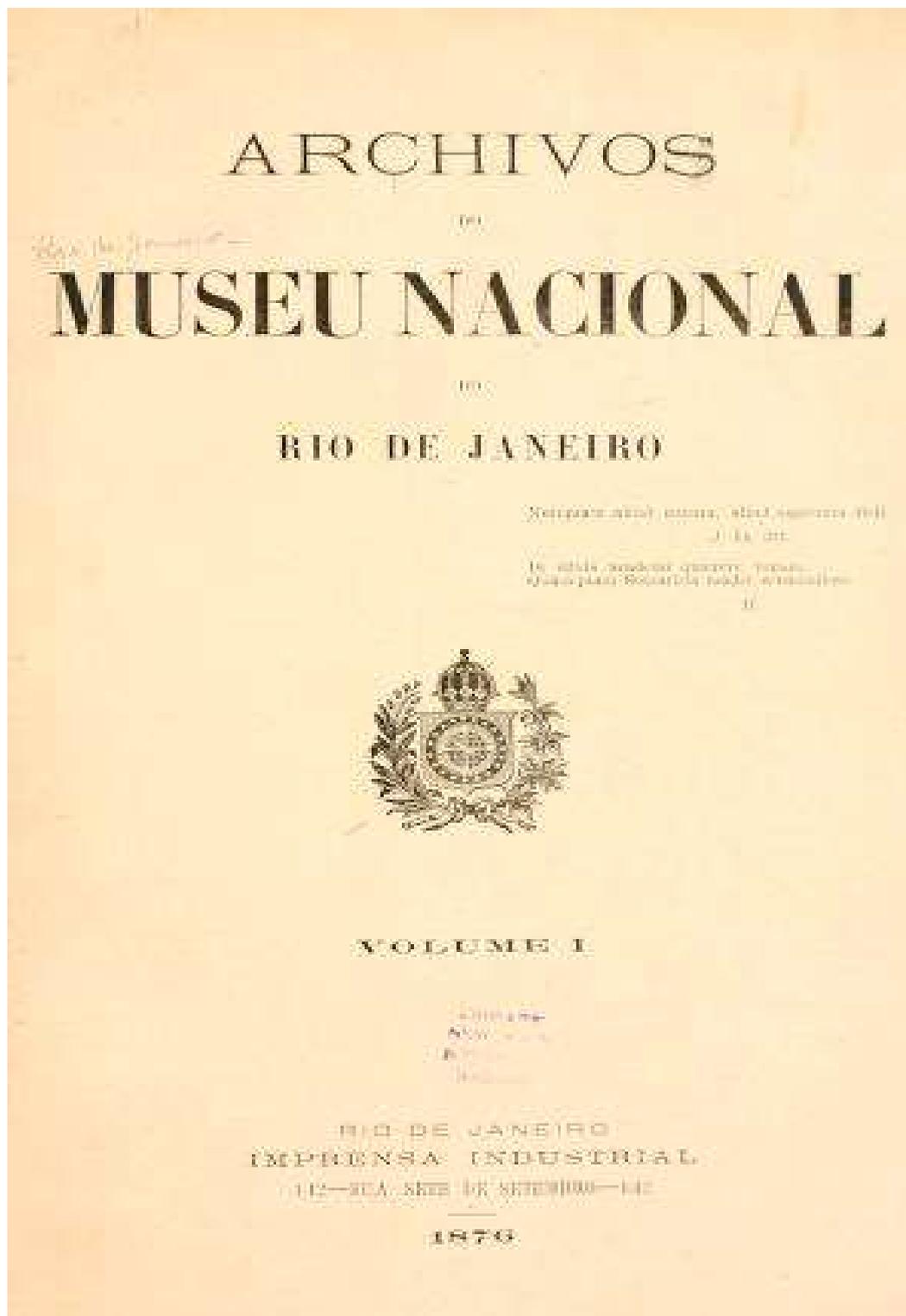


Figura 20:
Capa do primeiro volume do periódico Archivos do Museu Nacional



Figura 21: O Palácio Imperial, c. 1870. São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ / Acervo IMS



Figura 22: Fotografia do Palácio de São Cristóvão após as obras de 1910 com as Armas da Republica e a com a inscrição 'Museu Nacional'. (BR MN JF.0.MN, DR.108/86)

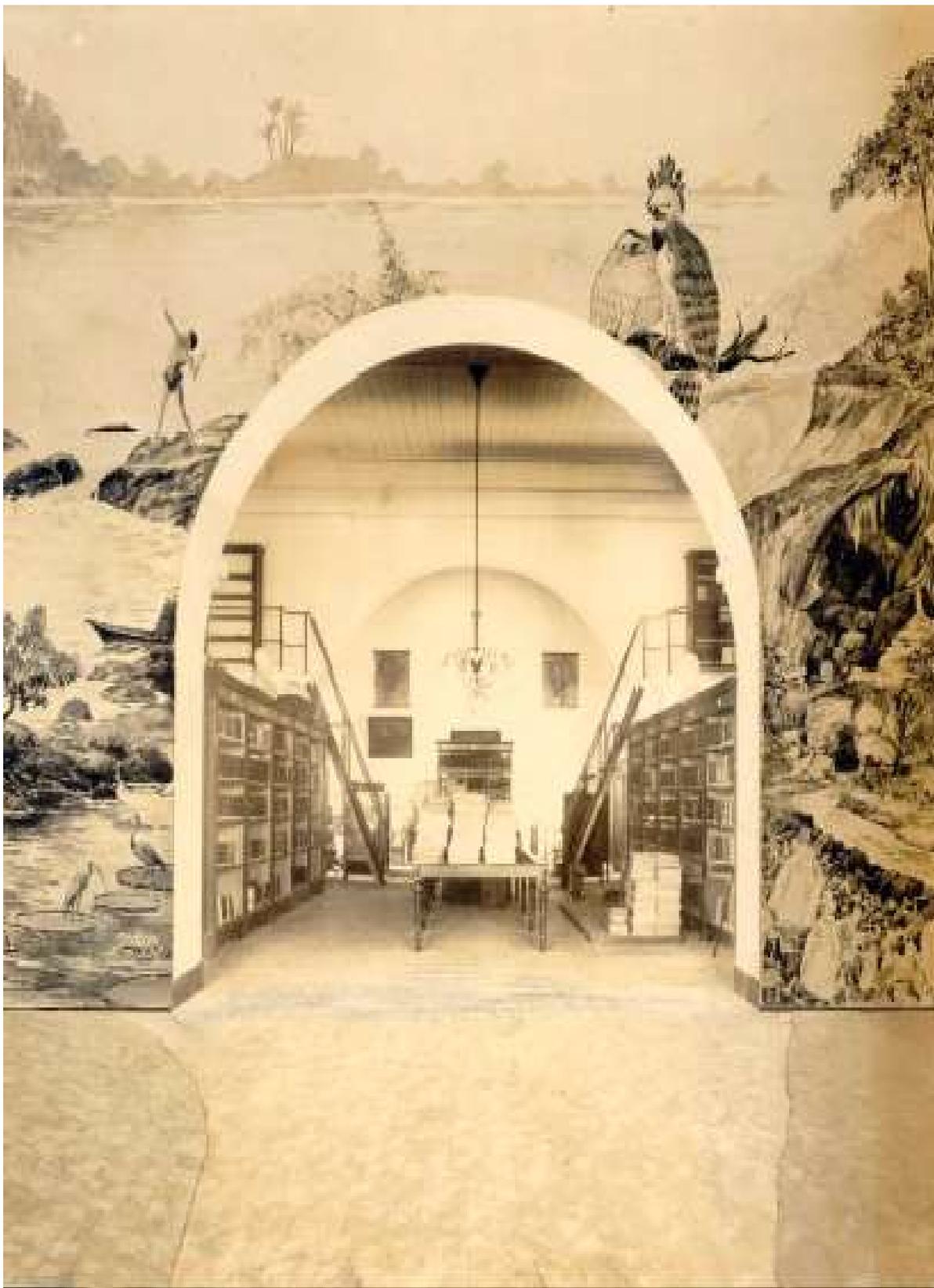


Figura 23: Primeira localização da biblioteca do Museu Nacional locação na qual ficava a biblioteca pessoal do Imperador D. Pedro II. (BR MN JF.0.MN, DR.108/93)



Figura 24: Hall de entrada do Museu Nacional no Palácio de São Cristóvão sendo ocupado pelo meteorito Bendegó. (BR MN JF.0.MN, DR.107/35)



Figura 25: Fachada atual do Museu Nacional



Figura 26: *Fantasia Astronomia* – Ala Comissão Científica do Império. Imperatriz Leopoldinense 2018 - Uma Noite Real no Museu Nacional. Carnavalesco Cahê Rodrigues. Registro Regina Dantas.



Figura 27: Fantasia Pintor – Ala Comissão Científica do Império. Imperatriz Leopoldinense 2018 - Uma Noite Real no Museu Nacional. Carnavalesco Cahê Rodrigues. Registro Regina Dantas.

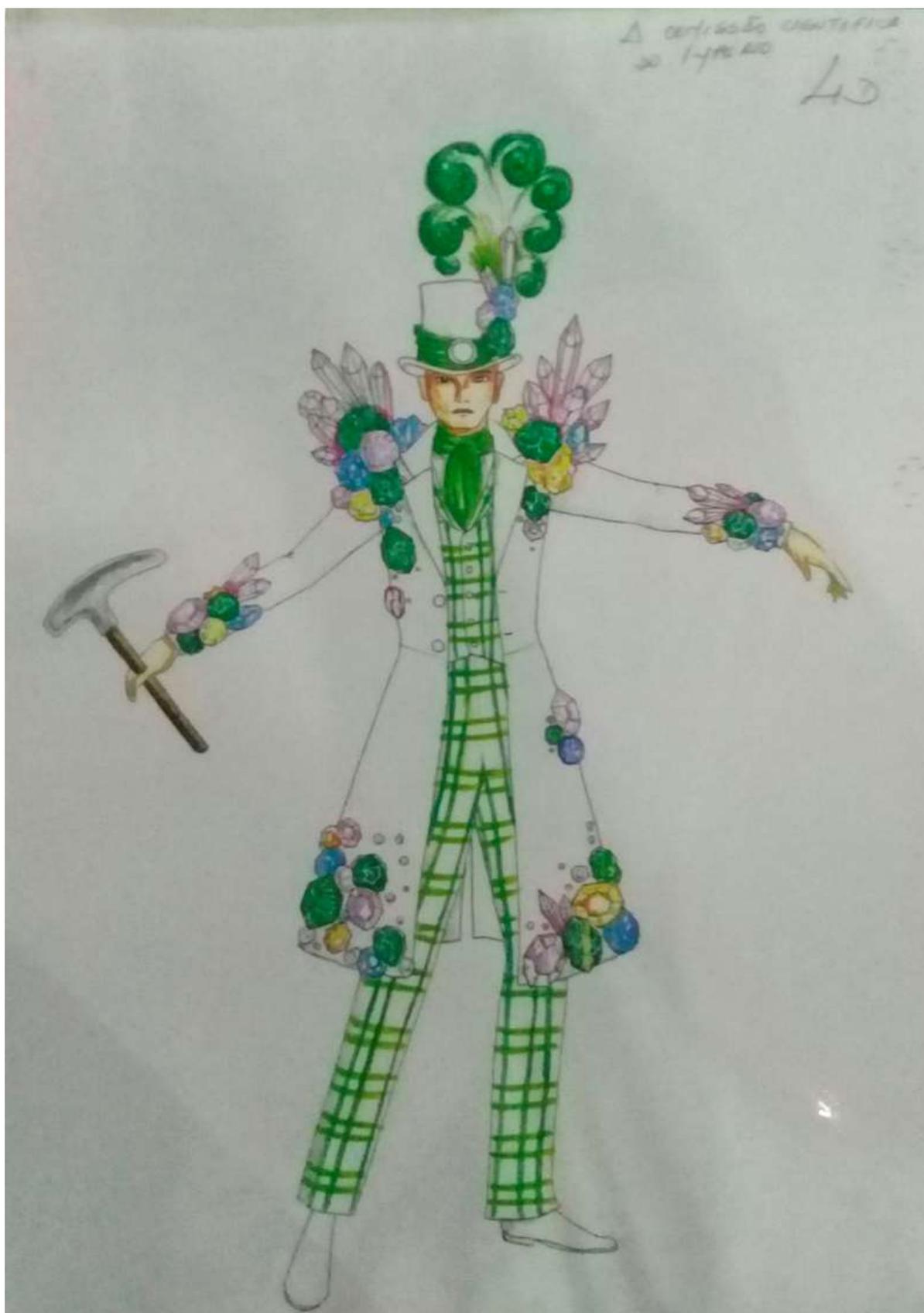


Figura 28: *Fantasia Mineralogia* – Ala Comissão Científica do Império. Imperatriz Leopoldinense 2018 - Uma Noite Real no Museu Nacional. Carnavalesco Cahê Rodrigues. Registro Regina Dantas.



Figura 29: *Fantasia Botânica* – Ala Comissão Científica do Império. Imperatriz Leopoldinense 2018 - Uma Noite Real no Museu Nacional. Carnavalesco Cahê Rodrigues. Registro Regina Dantas.



Figura 30: Fantasia Zoologia – Ala Comissão Científica do Império. Imperatriz Leopoldinense 2018 - Uma Noite Real no Museu Nacional. Carnavalesco Cahê Rodrigues. Registro Regina Dantas.



Figura 31: *Fantasia Antropologia* – Ala Comissão Científica do Império. Imperatriz Leopoldinense 2018 - Uma Noite Real no Museu Nacional. Carnavalesco Cahê Rodrigues. Registro Regina Dantas.